



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 180 TERÇA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 2015

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – RESOLUÇÃO

Nº 16/2015.....	5
-----------------	---

2 – ATA DA 199ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE NOVEMBRO DE 2015.....	6
--	----------

2.1 – ABERTURA.....	6
---------------------	---

2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	6
--	----------

2.2.1.1 – Requerimentos

Nº 1.264/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, de oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 434/2015	6
---	---

Nº 1.267/2015, de autoria da Senador Paulo Paim, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. João Verle	7
--	---

Nº 1.268/2015, de autoria do Senador Valdir Raupp, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Herculano Martins Nacif.....	8
--	---

2.2.1.2 – Comunicações

Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos seus membros do inteiro teor do Aviso nº 61/2015, com posterior envio ao Arquivo (Ofício nº 190/2015).....	9
--	---

Da Comissão de Assuntos Sociais, que comunica conclusão de tramitação do Requerimento nº 749/2014, de informações (Ofício nº 93/2015).....	10
---	----

Do Senador Hélio José, de participação de S. Exª em missão realizada no período de 29 a 31 de outubro último	11
--	----

Do Senador Ciro Nogueira, que encaminha relatório de viagem realizada por S. Exª em missão no período de 18 a 27 de outubro último	11
--	----

2.2.1.3 – Projeto de Resolução

Nº 52/2015, de autoria do Senador Reguffe, que <i>altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar para qualificar como irregularidade grave, incompatível com o decoro parlamentar de Senador da República, a indicação de pessoa para ocupar cargo em comissão ou função de confiança no Poder Executivo da União</i> . Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, à matéria.....	11
---	----

2.2.1.4 – Aviso do Ministro de Estado Saúde

Nº 648/2015, que solicita agendamento de Audiência Pública para apresentação do Relatório detalhado referente à execução quadrimestral.....	14
---	----

2.2.2 – Requerimentos

Nº 1.265/2015, de autoria do Senador Tasso Jereissati e outros Senadores, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Benedito Clayton Veras Alcântara.....	16
---	----

Nº 1.266/2015, de autoria do Senador Alvaro Dias, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Santinho Vitral dos Santos Furtado.....	18
--	----

2.2.3 – Oradores

SENADOR TELMÁRIO MOTA – Alerta para o precário estado de conservação das estradas no Estado de Roraima; e outros assuntos.....	20
--	----

SENADORA GLEISI HOFFMANN, como Líder – Preocupação com a violência contra a mulher.....	22
---	----

SENADORA ANA AMÉLIA – Posicionamento a respeito da greve de caminhoneiros deflagrada em parte do País.....	24
--	----

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre protesto organizado pelos caminhoneiros em vários estados do País e críticas ao posicionamento do Governo Federal em relação às reivindicações dessa categoria; e outro assunto.....	27
--	----

2.2.4 – Realização de sessão

Realização de sessão solene do Congresso Nacional amanhã, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear os 85 anos da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB..... 30

2.2.5 – Veto

Veto Parcial nº 49/2015, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 15/2015 (Medida Provisória nº 676/2015) **(Mensagem nº 464/2015, da Presidente da República)** 30

2.2.6 – Oradores (continuação)

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Críticas ao Governo Federal por, supostamente, aparelhar politicamente o Estado. 41

SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com a violação de direitos humanos na Síria; e outros assuntos..... 42

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE, como Líder – Relato da participação de S. Exª na reunião da Coordenação Socialista Latino-Americana, ocorrida na última quinta-feira no Rio de Janeiro; e outros assuntos. 49

SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Alerta ao Governo para que dialogue com o movimento grevista dos caminhoneiros, e defesa do incremento do biodiesel no óleo diesel. 52

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Registro de viagem realizada por S. Exª ao Estado do Rio Grande do Sul para debater com autoridades partidárias e militância local..... 56

SENADOR ROMERO JUCÁ – Alerta para as constantes interrupções no fornecimento de energia elétrica no Estado de Roraima e considerações acerca de medidas prioritárias para o enfrentamento da questão. 60

SENADOR REGUFFE – Indignação com a aplicação de dinheiro público brasileiro em financiamentos de projetos no exterior por meio do BNDES e defesa de projeto de lei de autoria de S. Exª que proíbe essa prática. 76

SENADOR LINDBERGH FARIAS – Preocupação com o agravamento da crise econômica e social no Brasil; e outros assuntos. 77

SENADOR WELLINGTON FAGUNDES – Apelo ao Governo Federal para a solução dos problemas dos trechos da BR-364, da BR-163 e da BR-070; e outros assuntos. 83

2.3 – ENCERRAMENTO..... 88

3 – ATAS**3.1 – COMISSÃO DIRETORA**

Ata da 5ª Reunião, realizada em 16 de setembro de 2015 89

3.2 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião, realizada em 5 de outubro de 2015 90

3.3 – CONSELHO DE SUPERVISÃO DA SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE

Ata da 134ª Reunião, realizada em 2 de setembro de 2015 150

Ata da 135ª Reunião, realizada em 7 de outubro de 2015..... 154

3.4 – CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2015..... 156

4 – ATOS**4.1 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**

Nº 15/2015..... 157

4.2 – ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL

Nº 8/2015 158

4.3 – PORTARIA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Nº 18/2015..... 159

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL..... 160

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 163

7 – LIDERANÇAS..... 164

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS..... 166

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 184

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 194

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS..... 242

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS 265

13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS..... 279

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2015

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Cazaquistão.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Cazaquistão, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, com entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á por seu regulamento interno ou, na falta deste, por decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou do regulamento interno do Grupo Parlamentar, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de novembro de 2015 – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Ata da 199ª Sessão, Não Deliberativa, em 9 de Novembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidências dos Srs. Paulo Paim, Telmário Mota, José Medeiros, João Capiberibe, Cristovam Buarque e Lindbergh Farias.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 18 horas e 42 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há Expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

REQUERIMENTOS



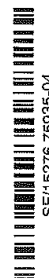
SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

INCLUA-SE EM
ORDEM DO DIA
OPORTUNAMENTE.

Fm

9 1 1 1 2 5

1264
REQUERIMENTO Nº , De 2015 – CRA



SF/15276.75935-04

Requeiro, nos termos do art. 255, II, c, 12 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais realizarem análises químicas e microbiológicas de alimentos colocados à venda para o consumidor final, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, seja encaminhado à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, por se tratar de matéria competente a esta Comissão.

Sala das Sessões, em

Senadora Ana Amélia



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 1.267, DE 2015

Nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, **REQUEIRO** voto de pesar pelo falecimento do ex- Prefeito de Porto Alegre/RS, JOÃO VERLE.

O fim de semana foi de luto para os militantes do PT do Rio Grande do Sul. Na manhã de sábado, foi divulgada a morte do ex-prefeito de Porto Alegre João Verle. Ele deixa cinco filhos.

Quadro histórico do PT, Verle foi encontrado sem vida em seu apartamento e teria falecido de mal súbito. No domingo, o velório, realizado no Cemitério Jardim da Paz, contou com a presença de diversos dirigentes e amigos do petista.

João Verle tinha 75 anos e era natural de Caçador, Santa Catarina. Economista, atuou como funcionário do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e professor universitário. Começou a militância política nos anos 1960 e integrou a fundação do PT. Durante o período de administrações petistas de Porto Alegre, foi secretário da Fazenda e diretor-geral do Departamento Municipal de Habitação (Demhab). Já era um militante muito antes de o PT nascer.

No governo estadual de Olívio Dutra (PT), foi presidente do Banco do Rio Grande do Sul (Banrisul). Em 2000, foi eleito vice-prefeito na chapa encabeçada por Tarso Genro (PT) e assumiu o comando da Capital quando o prefeito eleito renunciou para concorrer ao governo do Estado.

Gostaria que o presente voto fosse enviado para o Presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre/RS.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

(Encaminhe-se)



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 1.268, DE 2015

**Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador RENAN CALHEIROS,**

Com fundamento no disposto no art. 218 e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja consignada nos anais do Senado Federal inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Juiz Federal Herculano Martins Nacif, ocorrido ontem, na BR-364, em Rondônia, bem como a apresentação de condolências a sua família.

JUSTIFICAÇÃO

O juiz Herculano Martins Nascif, nasceu em Abre Campo/MG, no ano de 1963. Formou-se na em direito pela Faculdade de Direito de Sete Lagoas/MG, onde também concluiu o curso de pós-graduação em Direito Público, em 1991.

Exerceu a advocacia de 1987 até 1998. Após assumiu o cargo de Defensor Público do estado de Minas Gerais. Em 2001, iniciou a sua carreira como magistrado. Como membro da magistratura federal atuou nas seguintes cidades: Belém, Altamira, Marabá, Belo Horizonte, Ji-Paraná e Porto Velho, onde, atualmente, era titular da 5ª Vara Ambiental e Agrária da Seção de Rondônia.

Em Rondônia, o magistrado esteve à frente do Movimento de Resistência às águas da enchente. Em reconhecimento ao seu trabalho, o juiz foi condecorado com as comendas Voto de Louvor e Medalha do Mérito Legislativo. Em 2014, o juiz ficou nacionalmente conhecido ao determinar que as empresas responsáveis pelas usinas do Rio Madeira realizassem novos estudos e relatórios do impacto ambiental das barragens, e, também, determinou que essas mesmas empresas atendessem imediatamente as necessidades das pessoas que foram atingidas pela enchente do Rio Madeira.

Na última madrugada, um trágico acidente na BR-364 pôs fim a vida do juiz federal Herculano. A sua morte constitui uma perda irreparável para Rondônia e para aqueles que depositavam a sua confiança na Justiça. Sua dedicação ao meu Estado e ao povo de Rondônia justifica plenamente a presente homenagem.

Sala das Sessões,

Senador **VALDIR RAUPP**

(Encaminhe-se)

COMUNICAÇÕES



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. 190/2015/CAE

Brasília, 13 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Senhor presidente,

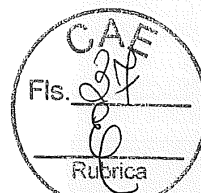
Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 36ª reunião, ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 13 de outubro de 2015, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 61 de 2015 (Aviso nº 109/2015-BCB), de 28 de setembro de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de agosto de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,


Senador DELCÍDIO DO AMARAL

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

OFÍCIO Nº 93/ 2015 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 05 de novembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, comunico à Vossa Excelência a conclusão da tramitação do RQS nº 749, de 2014, que solicitou informações ao Tribunal de Contas da União, cuja resposta foi considerada satisfatória por este Colegiado.

Encaminho o processado da matéria para ciência do Plenário e providências cabíveis.

Respeitosamente,

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Comissão de Assuntos Sociais
RQS nº 749 de 2014
Fis. nº 20

A Presidência do Senado Federal recebeu o Expediente, do Senador Hélio José, por meio do qual relata participação na Reunião do Parlamento Latino Americano, em Aruba, no período de 29 a 31 de outubro de 2015, conforme o **Requerimento nº 1.176, de 2015**.

O Requerimento vai ao Arquivo.

A Presidência do Senado Federal recebeu o **Memorando nº 107**, do Senador Ciro Nogueira, por meio do qual relata participação na 133ª Assembleia da União Interparlamentar, em Genebra, Suíça, no período de 18 a 27 de outubro de 2015, conforme o **Requerimento nº 1.123, 2015**.

O Requerimento vai ao Arquivo.

PROJETO DE RESOLUÇÃO



SENADO FEDERAL PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 52, DE 2015

(Do Sr. SENADOR REGUFFE)

Altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar para qualificar como irregularidade grave, incompatível com o decoro parlamentar de Senador da República, a indicação de pessoa para ocupar cargo em comissão ou função de confiança no Poder Executivo da União.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º. O *parágrafo único* do art. 5º da Resolução n.º 20, de 1993 – Código de Ética e Decoro Parlamentar, passa a vigorar acrescido do inciso III, assim redigido:

Art. 5º

.....

Parágrafo único. Omissis

.....

III – a indicação de pessoa para ocupar cargo em comissão ou função de confiança no Poder Executivo da União.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

2 JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Resolução do Senado Federal tem por objetivo dar concretude ao mandamento constitucional da *Separação dos Poderes*, insculpido no art. 2º da Constituição Federal: *são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário*.

É pressuposto da independência dos Poderes que um Poder não interfira ou adentre às competências do outro ou que, por via transversa, passe a desempenhá-las sob aparência de legitimidade ou regularidade.

O governante deve ter a liberdade de escolher as pessoas mais competentes para servir à população, independentemente de filiação partidária ou pressões políticas.

A indicação política promovida por parlamentar, para a ocupação de cargo ou função no Poder Executivo, consiste em clara afronta ao princípio da Separação dos Poderes.

O parlamento deve exercer seu papel de maneira absolutamente independente, votando as matérias encaminhadas pelo governo com base no interesse público. Um parlamentar deve votar sim ou não a um projeto do governo tendo como base única e exclusivamente o mérito do projeto para a sociedade.

A nomeação no Poder Executivo de pessoas por indicação de políticos pode comprometer, de um lado, o livre convencimento, posicionamento e voto dos parlamentares e, de outro, a desejável eficiência da Administração Pública, em razão de, muitas vezes, a indicação não levar em consideração de forma devida a qualificação técnica do indicado.

A fim de combater tal prática, propõe-se que a indicação parlamentar para cargo ou função no Poder Executivo passe a ser tratada como irregularidade grave, incompatível com o decoro parlamentar, sujeita à aplicação das penalidades previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Diante de todo o exposto, solicita-se a aprovação do Projeto de Resolução.

3

Sala das sessões, em ...

Senador **REGUFFE**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)
[artigo 2º](#)

[urn:lex:br:federal:resolucao:1993;20](#)
[parágrafo 1º do artigo 5º](#)

(Ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas)

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

– **Aviso nº 648/GM/MS**, do Ministro de Estado da Saúde, que solicita agendamento da audiência pública prevista no artigo 36 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

É o seguinte o Aviso:

00100.157441/2015-28
mesid

A CMO.
Em 9/11/2015

Aviso nº 648 /GM/MS

Brasília, 05 de novembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo I – 15º andar
70165-900 Brasília – DF

06 NOV 2015

Assunto: Solicitação de agendamento de Audiência Pública no Congresso Nacional para apresentação pelo Ministro da Saúde de Relatório detalhado referente à execução quadrimestral.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

1. Dirijo-me respeitosamente para solicitar o agendamento da audiência pública de que trata o artigo 36 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012:

“Art. 36. O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I – montante e fonte dos recursos aplicados no período;

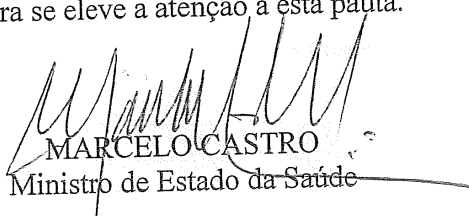
II – auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações;

III – oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

... § 5º O gestor do SUS apresentará, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação, o Relatório de que trata o caput.”

2. Saliento que, desde o advento da supracitada Lei, nenhuma audiência neste sentido fora ainda realizada. Apesar da decorrência de vários quadrimestres e do encaminhamento Avisos com solicitações de mesmo teor, não houve até o momento manifestação por parte dessa Casa. Diante da importância em dar cumprimento ao disposto no diploma legal, reitero o pedido para se eleve a atenção a esta pauta.

Respeitosamente,


MARCELO CASTRO
Ministro de Estado da Saúde

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e, em cópia, à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O Ministro do Estado da Saúde será informado do encaminhamento do Aviso e da tramitação do Projeto de Resolução nº 8 de 2015-CN, que visa a regulamentar a realização das audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há oradores inscritos.

Antes de chamar o primeiro orador, leio o seguinte requerimento do nobre Senador Tasso Jereissati, que, tenho certeza, todos os Senadores do plenário assinarão. Eu, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Telmário Mota e Alvaro Dias assinarão.

REQUERIMENTO Nº 1.265, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 208, II, combinado com o art. 221, I, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador e ex-Governador do Ceará, Benedito Clayton Veras Alcântara, falecido na última sexta-feira, dia 6 de novembro, em Fortaleza (CE), e apresentação de condolências à sua família.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O cearense Beni Veras nasceu em Crateús, Ceará, em 1935. Casado com Vanda de Sousa Alcântara e pai de quatro filhos. Foi um dos fundadores do PSDB cearense. Bem conhecido como uma das grandes lideranças políticas do País, Beni Veras [assim eu o conhecia também] contribuiu muito com o desenvolvimento do centro industrial do Ceará, onde foi presidente entre 1967 e 1977, berço político de muitas autoridades.

Participou ativamente da vida pública do País e do seu Estado, foi Presidente do Comitê Suprapartidário Pró-Tancredo Neves, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Assessor Especial do Governador do Estado do Ceará, Senador eleito para o período 1991/1999, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República no Governo Itamar Franco, Vice-Governador do Ceará (1999 a 2003) e, com a renúncia do Governador Tasso Jereissati, assumiu o Governo do Estado do Ceará pelo período de 5 de abril de 2002 a 1º de janeiro de 2003.

O Brasil e o Ceará perdem um de seus mais destacados líderes.

Eu, particularmente [estou lendo em nome do Senador Tasso Jereissati], perco um grande amigo [diz ele], um sábio conselheiro, um companheiro de lutas e de sonhos.

Beni Veras estimulou a minha entrada na vida pública [diz o Senador Tasso Jereissati, e fala mais]. Um sábio companheiro, um companheiro de lutas e de sonhos. Beni Veras era um grande amigo.

Beni Veras estimulou a minha entrada em todo e qualquer espaço político e suas ideias inspiraram a criação do movimento pelas mudanças, revolucionando a forma de fazer política no Ceará. Era o líder e mentor de toda uma geração de jovens, que, estimulados por ele, acreditaram que era possível mudar a realidade de extrema pobreza, clientelismo e estagnação econômica. Foi a larga visão de Beni, sua coragem e obstinação que nos guiou ao longo de tantas batalhas, mudando para sempre a face do Ceará.

É o seguinte o requerimento na íntegra:



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 1.265, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 218, II, combinado com o art. 221, I, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-senador e ex-governador do Ceará, Benedito Clayton Veras Alcântara, falecido na última sexta-feira, dia 6 de novembro, em Fortaleza - CE, e a apresentação de condolências a sua família.

JUSTIFICAÇÃO

O cearense Beni Veras nasceu em Crateús – CE, no ano de 1935. Casado com Vanda de Sousa Alcântara e pai de quatro filhos, foi um dos fundadores do PSDB cearense. Reconhecido como uma das grandes lideranças políticas do país, Beni Veras contribuiu com o desenvolvimento do Centro Industrial do Ceará, onde foi presidente entre 1967 e 1977, berço político de muitas autoridades.

Participou ativamente da vida política do país e do seu estado. Foi presidente do Comitê Suprapartidário Pró-Tancredo Neves; Vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará; Assessor especial do governador do Estado do Ceará; Senador, eleito para o período de 1991 a 1999; Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República no período no Governo Itamar Franco, Vice-governador do Estado do Ceará (1999- 2003) e, com a minha renúncia, assumiu o Governo do Estado do Ceará no período de 5 de abril de 2002 a 1 de janeiro de 2003.

O Brasil e o Ceará perdem um de seus mais destacados líderes e eu, particularmente, perco um grande amigo, um sábio conselheiro, um companheiro de lutas e de sonhos. Beni Veras estimulou minha entrada na vida pública e suas ideias inspiraram a criação do movimento pelas mudanças, revolucionando a forma de fazer política, no Ceará.

Era o líder e mentor de toda uma geração de jovens que, estimulados por ele, acreditaram que era possível mudar a realidade de extrema pobreza, clientelismo e estagnação econômica. Foi a larga visão de Beni, sua coragem e obstinação que nos guiou ao longo de tantas batalhas, mudando para sempre a face do Ceará.

Sala das Sessões, em de novembro de 2015.

Senador **TASSO JEREISSATI**
Senador **ALVARO DIAS**
Senadora **ANA AMÉLIA**
Senador **PAULO PAIM**

(Encaminhe-se)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Tasso Jereissati e os Senadores que eu citei em plenário, Senador Alvaro Dias, Senadora Ana Amélia e Senador Telmário Mota.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Senador Paulo Paim, eu subscrevo esse requerimento de pesar.

O Senador Tasso Jereissati, mais do que ninguém, deve estar sentindo agora a ausência desse seu grande companheiro do Ceará. Esteve conosco aqui em Brasília e nós aprendemos também a admirá-lo. Portanto, a nossa solidariedade à família, aos amigos e os nossos mais sinceros sentimentos por essa perda irreparável.

Também, Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa outro requerimento de pesar, pelo falecimento do ex-Deputado Santinho Furtado, do Paraná.

Foi constituinte, foi várias vezes Parlamentar e, atualmente, presidia a Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Platina. Homem ligado à agricultura, um agricultor que sempre defendeu a causa ruralista em nosso País, aos 84 anos nos deixa um legado exemplar de trabalho, honradez, decência e dignidade.

Nossa solidariedade à família de Santinho Furtado, aos seus amigos, os nossos mais sinceros sentimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Alvaro Dias, primeiro, em relação ao ex-Senador e ex-Governador Beni Veras, eu também deixo aqui o meu carinho a ele e à sua família.

Quando eu ainda lutava pelo salário mínimo de US\$ 100, ele escreveu um artigo belíssimo e publicou no *O Estado CE*, com o título “A luta de um homem só”. Mas era um artigo elogiando o trabalho de todos nós. E ele reconhecia que aquele trabalho pela luta do salário mínimo era heroica.

Então, quero, aqui, de público, dizer do carinho que eu também tinha por ele.

E esse artigo eu coloquei em um quadro. Ele está em um quadro na minha casa, lá no Rio Grande do Sul. Ao dizer “na minha casa”, eu estaria exagerando, porque não é verdade. Está no meu escritório, no Rio Grande do Sul. Beni Veras.

E quero, neste momento – permita-me, Senador Telmário Mota –, ler aqui o requerimento que V. Ex^a já advogou, já apresentou, Senador Alvaro Dias, que será encaminhado, na forma do Regimento, aos familiares tanto de Beni Veras como aos do segundo requerimento, que leio agora.

O Senador Alvaro Dias requer voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do ex-Deputado Federal Sebastião Santinho Vitral dos Santos Furtado – Santinho Furtado –, ocorrido no dia 6 de novembro de 2015, na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1.266, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, inserção em Ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do ex-Deputado Federal Sebastião Satinho Vitral dos Santos Furtado – Satinho Furtado –, ocorrido no dia 6 de novembro de 2015, na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná.

Requeiro ainda que o presente voto de pesar seja encaminhado à família do ex-Deputado Federal.

É o seguinte o requerimento na íntegra:



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 1.266, DE 2015

Requer VOTO DE PESAR e apresentação de condolências à família pelo falecimento do Ex-Deputado Federal **SEBASTIAO SANTINHO VITRAL dos SANTOS FURTADO (SANTINHO FURTADO)**, ocorrido no dia 06 de novembro de 2015, na cidade de Santo Antonio da Platina, Estado do Paraná.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de **Voto de Pesar** e apresentação de condolências à família pelo falecimento do Ex-Deputado Federal **SEBASTIAO SANTINHO VITRAL dos SANTOS FURTADO (SANTINHO FURTADO)**, ocorrido no dia 06 de novembro de 2015, na cidade de Santo Antonio da Platina, Estado do Paraná.

Requeiro, ainda, que o presente Voto de Pesar seja encaminhado à família do Ex-Deputado Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O Paraná perdeu uma figura emblemática: o ex-Deputado Federal, **SEBASTIÃO SANTINHO VITRAL dos SANTOS FURTADO**, popularmente conhecido como **SANTINHO FURTADO**. Sua partida impõe consternação e uma lacuna incomensurável ao nosso Estado e ao Brasil.

Ele faleceu na manhã do dia 06 de novembro em Santo Antonio da Platina, aos 84 anos. Um infarto do miocárdio ceifou a vida do inefável Santinho Furtado.

Sua exitosa trajetória política projetada a partir do Norte pioneiro ganhou notoriedade e galgou escala nacional.

Peemedebista histórico, ex-deputado federal constituinte, exerceu dois mandatos na Câmara Federal, imprimindo sua marca de rara inteligência, hábil articulador e transparência ostensiva.

Detentor de um acervo inesgotável sobre fatos e personagens da história política nacional, ele conquistou com sua personalidade atributos pessoais o respeito de todos.

Direcionou suas energias e esforços, baseados numa experiência de vida que acumulou conhecimentos como homem público e pecuarista, ao Estado do Paraná e à comunidade local. Foi Vereador atuante em Santo Antonio da Platina, sempre preocupado em reduzir gastos e desperdícios do legislativo municipal.

Nesse contexto, por toda essa importante contribuição que proporcionou ao Paraná e ao Brasil, entendo que **SANTINHO FURTADO** se faz merecedor desta homenagem, que tenho a honra de propor, por parte do Senado Federal.

Ao prestar essa justa e legítima homenagem ao ex-Deputado Federal Santinho Furtado, cuja exemplar atuação não se limitou ao campo da política, tendo se destacado igualmente na esfera empresarial privada, presto minhas condolências à família por intermédio de sua esposa Ivanise, suas queridas filhas, Simone e Ana e sua neta Juliana.

Sala das Sessões, 09 de novembro de 2015

Senador **ALVARO DIAS**

(Encaminhe-se)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A justificativa V. Ex^a já fez de improviso e muito bem. Eu só quero aqui dizer que nos somamos ao voto de pesar e solidariedade aos familiares do ex-Deputado Santinho Furtado.

Os dois requerimentos serão encaminhados, na forma do Regimento, aos familiares.

Senador Telmário Mota, com a palavra. (*Pausa.*)

Só um minutinho, por favor, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Piam, Senadores, Senadoras, telespectadores e telespectadoras da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, antes de entrar no assunto que me trouxe a esta tribuna, quero subscrever o requerimento do Senador Tasso e me somar aos pêsames à família, ser solidário. O mesmo em relação ao requerimento do Senador Alvaro Dias, que aqui já o esclareceu, para os pêsames à família do ex-Deputado.

Por outro lado, Sr. Presidente, antes de entrar diretamente no assunto, quero parabenizar o Ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga, pela iniciativa de ter acionado a CGU para que destrave a questão da energia, que está paralisada há quase quatro anos no trecho entre Manaus e Boa Vista, precisamente na área indígena waimiri-atroari, sem qualquer justificativa plausível.

O que nós estamos vendo nessa paralisação são algumas ONGs, ou alguns maus caracteres, utilizando a estratégia de vender dificuldades para colher facilidades. E o Ministro, por uma boa iniciativa – e também por uma cobrança nossa junto à própria Presidenta, pois quando fomos a Tocantins, nós cobramos e ela disse que falaria com o Ministro –, está acionando a CGU para que, juridicamente, a Funai se posicione de forma positiva com relação a essa passagem da energia, porque hoje Roraima é o único Estado da Federação brasileira que não está interligado em energia. Portanto, é fundamental.

E mais grave do que isso: Roraima hoje vive um verdadeiro apagão. São muitos os prejuízos em nosso Estado, com eletrodomésticos, na produção, prejuízos em todos os sentidos. Roraima passou esse final de semana muito mais com apagão do que com iluminação.

Portanto, ficam aqui os nossos protestos por esse atraso injustificável e sobretudo os nossos aplausos ao Ministro por ter tomado uma iniciativa mais dura no sentido de cobrar a imediata solução para um problema que já se arrasta por quase quatro anos.

Por outro lado, Sr. Presidente, venho aqui hoje também abordar um assunto que muito prejudica o povo de Roraima: a situação ruim das estradas no Estado.

Nós estamos encaminhando um documento ao Ministério dos Transportes, para que nos posicione sobre que providências estão sendo tomadas em relação às BRs no Estado de Roraima, que se transformaram em um poço sem fundo da corrupção. Dinheiro e mais dinheiro encaminhado para a solução dessas estradas, e o que vemos é impunidade, sobretudo impunidade, e mais do que isso, o povo prejudicado, porque as obras não são realizadas.

Esta semana, a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) divulgou os resultados da pesquisa sobre as estradas brasileiras em 2015. Essa pesquisa é anual, está em sua 19ª edição, e avalia as condições de todas as estradas brasileiras que se destinam ao transporte de passageiros e cargas. Essa pesquisa mostra se as estradas têm qualidade ótima, ruim ou péssima, Senador Alvaro Dias.

Sobre Roraima, a pesquisa apontou que 74,6%, ou seja, 731km, das BRs 174, 210, 401 e 432 estão classificados como com qualidade regular, ruim ou péssima. Apenas – infelizmente, apenas – 25,4%, ou seja, 249km, foram classificados como bons ou ótimos. Isso é uma vergonha!

A pesquisa considerou a condição da superfície de pavimento, condição da faixa central, condição das faixas laterais, placas de limites de velocidades, placas de indicações, visibilidade e legibilidade das placas, além de estrutura de apoio, como borracharias, restaurantes, lanchonetes, concessionárias, oficinas mecânicas e postos de combustíveis.

Classificação por rodovia pesquisada:

BR-174. Extensão: 719km; pavimentação: regular; sinalização: regular; geometria: regular; quadro geral: regular. Imaginem: a BR que interliga o Brasil à Venezuela agora é um antro de corrupção;

BR-210. Extensão: 310km; pavimentação: regular; sinalização: regular; geometria: regular; quadro geral: regular. Outra vergonha! Essa BR interliga quatro Municípios e é um poço da corrupção;

BR-401. Extensão: 128km; pavimentação: regular; sinalização: regular; geometria: boa; quadro geral: regular. Outro desastre;

BR-432. Extensão: 39 quilômetros só; pavimentação: ruim; sinalização: ruim; geometria: regular; quadro geral: ruim – ruim, ruim, ruim mas os bolsos dos corruptos cheios, cheios, cheios!

Segundo a pesquisa, serão necessários cerca de R\$295 milhões para a reconstrução, a restauração e a manutenção dos trechos danificados.

Sr^{as} e Srs. Senadores, as estradas de Roraima servem para levar progresso, mercadorias e pessoas – infelizmente levam até os corruptos para o meu Estado.

O corrupto é tão cego que não enxerga que, quando ele transita por uma estrada ruim, está prejudicando seu próprio carro – não sabe de onde vem o dinheiro para comprar o carro, não é? –, perdendo seu próprio tempo e colocando em risco sua própria vida.

É tão grande a cegueira dos corruptos que governaram Roraima, principalmente nos últimos 6 anos, que eles não veem o mal que causam a si próprios. Veem com muita clareza seu próprio bolso e o bem-estar de sua própria família.

Até parece que Roraima é para poucos, para o clã desses corruptos. Não é. Estou aqui no Senado para fazer com que o dinheiro de Roraima seja usufruído por toda a população do Estado.

O dinheiro roubado pela corrupção coloca em risco a vida de quem transita por estradas em péssimo estado de conservação.

A impunidade deu a alguns a percepção de que Roraima é para poucos.

Por isso, Sr. Presidente, já em meus primeiros nove meses de mandato, tenho a alegria de anunciar que conseguimos junto ao Governo Federal a destinação de R\$5 milhões para que o Incra possa cuidar de nossas estradas vicinais que fazem a ligação das pequenas comunidades às cidades e estradas de Roraima. Também estou solicitando que o Governo Federal, através do Ministério dos Transportes, dê atenção às nossas rodovias federais, encaminhando ofício e pedindo as providências.

Tudo isso feito com alma e mãos limpas. Roraima não precisa de um mal necessário. Precisa, sim, de quem trabalhe para o Estado, e não para si próprio. Chega de corrupção! Roraima precisa de solução.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu reduzi e conduzi, porque tinha dois assuntos para hoje. Ainda tenho dez minutos, não estou abusando – sei que os Senadores do Paraná e do Rio Grande do Sul estão aqui me ladeando, querendo ocupar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como hoje são vinte minutos, V. Ex^a tem, de fato, mais dez minutos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu ainda tenho dez minutos, e agora eu quero falar de coisas boas, que são ações do Governo Federal, não é, Senadora Gleisi?

Quero falar aqui sobre a banda larga, que chegará a 70% dos brasileiros em 2018.

A Inclusão é o verdadeiro instrumento da cidadania e tornou-se o objetivo principal de nossos últimos governantes, seja na educação, seja no consumo, seja em outras áreas da vida cotidiana atual, o que envolve acesso aos meios tecnológicos que movem a sociedade moderna.

Por isso, foi criado, pelo Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, o Programa Nacional de Banda Larga, o PNBL, “com o objetivo de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação”, como consta do *caput* do artigo 1º.

Alguns incisos desse artigo também destacam a sua importância para o cidadão comum, como se pode ver em:

I - massificar o acesso a serviços de conexão à internet em banda larga;

III - promover a inclusão digital;

IV - reduzir as desigualdades social e regional;

VI - ampliar os serviços de Governo Eletrônico e facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado;

VII - promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação.

Srs. Senadores e Senadoras, o Ministro das Comunicações, André Figueiredo, que é Deputado Federal licenciado e meu correligionário no PDT, esteve em Moscou, onde participou, há poucos dias, da primeira reunião dos Ministros das Comunicações dos BRICS, bloco que é integrado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Esse evento foi programado por iniciativa brasileira e russa, visando o debate de propostas para ampliar a articulação entre os países-membros nas áreas de tecnologia da informação, internet e infraestrutura para atrair investimentos e reduzir as desigualdades sociais.

Porém, o Brasil já está fazendo sua lição de casa, como se pode depreender dos números apresentados no evento pelo Ministro André Figueiredo, que destacou a importância que o Brasil vem dando, nos últimos anos, para a inclusão digital de milhões de brasileiros como forma de redução das desigualdades.

A chamada “banda larga”, que permite a comunicação por meio da rede mundial de computadores – a internet – em maior velocidade, já alcança 94 milhões de brasileiros, principalmente com a disseminação do uso dos acessos móveis. Os conhecidos e atualmente indispensáveis *smartphones* podem ser considerados verdadeiros computadores de bolso e vêm facilitando sobremaneira a inclusão social por meio da tecnologia.

Figueiredo ressaltou também que:

O Brasil possui características geográficas, econômicas e populacionais semelhantes aos países aqui representados. Com isso, existe um enorme desafio para disponibilizar infraestrutura, superar as desigualdades e preparar a nação para competir na nova sociedade da informação.

O Governo se empenhará ao máximo para democratizar as comunicações com a velocidade que os tempos modernos exigem.

Como disse o Ministro André Figueiredo em Moscou, em entrevista ao jornalista Arnaldo Risemberg, “em alguns poucos anos, estará disponível no Brasil a tecnologia 5G, que aumentará a velocidade de conexão e operação de aparelhos eletrônicos como computadores, *tablets*, *smartphones* e as chamadas televisões inteligentes”. E acrescentou: “A meta do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) é atingir 70% do País até o final de 2018”.

A tecnologia 5G, a chamada tecnologia das coisas, já foi apresentada à Presidenta Dilma, em viagem com o Ministro das Comunicações à Suécia e à Finlândia, mas também está sendo desenvolvida por uma empresa sueca em conjunto com pesquisadores da Universidade Federal do Ceará.

A tecnologia 5G é a que permitirá conectar máquinas e fazer com que tenhamos, cada vez mais, a digitalização de todos os processos que facilitam a vida das pessoas na sociedade complexa dos dias atuais. É o caminho para um trânsito inteligente, um sistema de transmissão de imagens na área da saúde, um sistema de educação que permita levar aos mais remotos rincões a inclusão digital, entre outras coisas.

O que podemos afirmar, Sras. e Srs. Senadores, é que o Brasil está no rumo certo para proporcionar a todos os cidadãos uma comunicação com a melhor qualidade, utilizando a tecnologia mais atualizada e em velocidade condizente com a oferecida nos países mais desenvolvidos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, como Líder inscrita, concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann. Em seguida falará a Senadora Ana Amélia como oradora inscrita.

Senadora Gleisi Hoffmann, do PT do Paraná.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, todos que nos ouvem pela Rádio Senado e nos assistem pela TV Senado, novamente a Presidenta Dilma está sendo desrespeitada e agredida em sua condição de mulher. Uma ação grosseira, Sr. Presidente, com uma tatuagem ofensiva à dignidade feminina, tal qual o adesivo machista para tanque de gasolina feito meses atrás, foi veiculada nas redes sociais no final desta semana.

Esse ataque a Dilma não tem nada de crítica política, protesto oposicionista, liberdade de expressão. É crime e ofende todas nós, mulheres, independentemente de posição política. É a representação mais bruta, grotesca e animalesca que se pode ter: a ação masculina sob forma de violência sexual, acontecendo bem diante de nossos olhos.

Essa cultura do estupro, da subjugação, está tão presente em nossa sociedade que o tatuador responsável sequer questionou o pedido do cliente. Ao contrário, teve uma atitude passiva e simplesmente fez o desenho criminoso, sem tomar uma postura de impedir a perpetuação dessa lógica perversa.

É por isto, por essa permissividade, que temos meninas e mulheres sendo diariamente violentadas, invadidas, abusadas e mortas em nosso País sem que haja a punição dos culpados, pois há toda uma mentalidade de proteção masculina a homens que abusam de mulheres, há uma impunidade crônica nos crimes de violência contra a mulher, como se a mulher fosse uma posse à qual o homem pode ter acesso a qualquer momento. E o silêncio masculino os torna cúmplices da violência, inclusive das mortes, por não se importarem, não se posicionarem, não impedirem outros homens de praticar a opressão.

No Paraná, terceiro Estado no *ranking* da violência contra a mulher, temos casos de sobra para atestar o que estou falando. A última sexta-feira foi o dia em que o assassinato de Rachel Genofre completou 7 anos sem solução. Rachel tinha nove anos de idade quando sumiu na saída da escola, e seu corpo foi encontrado dias depois dentro de uma mala na rodoviária de Curitiba. Ela tinha sinais de violência sexual e estrangulamento. No entanto, nenhuma prova conclusiva para apontar um culpado foi encontrada. A investigação sobre a morte de Rachel foi cheia de erros, descuidos e imperícias. Tudo mal investigado, com uma série de exames de DNA que não deram em nada. Hoje em dia, nem mesmo a própria mãe da menina tem esperanças de encontrar o assassino e estuprador, mas pede por políticas públicas que protejam outras meninas de passarem pelo mesmo.

Como o de Rachel, há inúmeros outros casos de violências contra meninas mal investigados e cheios de furos na história. É também o caso de Tayná, com diversas reviravoltas nas investigações. Quatro jovens se entregaram e confessaram o crime, depois denunciaram que haviam sido torturados pela polícia, desviando o foco do estupro e do assassinato. Houve troca de delegados e peritos responsáveis pela investigação, provas perdidas, indícios de manipulação nos testes de DNA. Primeiro a polícia informou à imprensa que Tayná havia

sido estuprada múltiplas vezes, depois voltaram atrás e disseram que não havia estupro. O caso está sem solução até hoje.

Rachel e Tayná são os casos que ficaram mais famosos porque saíram diversas vezes na mídia. Mas temos inúmeras outras meninas mortas brutalmente e violentadas cujas investigações simplesmente não vão para a frente, como a menina Giovanna, morta em Quatro Barras em 2006 aos 9 anos, também com investigações deficitárias, troca de delegados e sem solução.

Sem solução também está o caso das irmãs Elizabeth e Cecília, mortas e violentadas em 1982 em Curitiba. Para ir à escola, elas precisavam cruzar um matagal entre a propriedade de seus avós e a rua. Foram encontradas mortas nesse matagal, não chegaram à aula naquele dia. A rua do homicídio até já recebeu o nome delas, em homenagem, mas o crime já prescreveu e nenhum culpado foi apontado.

Alessandra, 8 anos, desaparecida e encontrada morta em um matagal, a 500 metros da casa onde morava, na periferia de Castro: estava com a boca cheia de terra, ela sofreu violência sexual. Segundo testemunhas, tinha um corte na virilha, provocado quando o assassino cortou sua calcinha. Provavelmente foi morta asfixiada com a terra que tinha na boca.

Há também o caso de Júlia, 12 anos, morta em Londrina em 2014 no caminho da escola, cujo corpo foi encontrado no Zoológico com a roupa rasgada, diversas facadas e indícios de estupro.

São inúmeros os casos, mas eu relatei aqui apenas os casos de meninas que foram violentadas e assassinadas no meu Estado, o Estado do Paraná, para os quais não temos, até hoje, as investigações concluídas. Não estou falando aqui de outros casos de mulheres mortas por seus maridos ou por seus namorados, como recentemente aconteceu com Renata Muggiati, que foi morta pelo namorado e jogada pela janela do seu edifício – e o namorado alegou que ela tinha se suicidado.

É preciso levantar-se contra essas violências e impunidades. Não apenas quando se chega a esses pontos críticos, como estupro e assassinato, mas sim se posicionar diante das violências diárias que nós mulheres sofremos: violência física, violência emocional, psicológica, patrimonial, social, violências como essa que a Presidenta Dilma sofreu. Se ficarmos passivos diante disso, seremos passivos diante de outras violências. Por isso nós vamos ter, a partir de um programa feito pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, uma busca na rede de computadores para saber sobre ofensas que são feitas a mulheres, negros, índios, população LGBT. Não é possível que vivamos numa sociedade em que impere a intolerância, o abuso, a falta de respeito aos outros.

A cultura do estupro, infelizmente, da violência contra a mulher, da pedofilia, do machismo está enraizada em nossa sociedade. Os homens, mesmo os que não são opressores, estão sentados em cima de privilégios históricos e sociais, que os deixam, em primeira instância, cegos para as injustiças que as mulheres sofrem todos os dias.

Sabemos como é difícil para quem sempre foi privilegiado enxergar as dificuldades diárias de quem não tem privilégios. Não é dos homens que partirá o movimento para transformar a sociedade machista. Isso será mudado a partir das mãos das mulheres.

Precisamos mexer nas histórias dessas meninas, acordar esse assunto, falar o que não foi dito, buscar os pontos falhos. Precisamos ter a coragem de puxar este fio para ver onde ele vai dar e quem são os culpados por esses crimes. Precisamos cobrar do Ministério Público e da polícia investigativa, assim como do Judiciário, forças-tarefas para esclarecer os casos e punir os culpados.

O “basta” das mulheres ao machismo imperante no País já pode começar a ser visto nas inúmeras manifestações que tivemos nas ruas e nas redes sociais contra o assédio e contra a proposta da Câmara dos Deputados que querem retroagir nos direitos das mulheres que são vítimas de estupro.

A ação contra o assédio teve início nas redes sociais após mensagens sexuais serem direcionadas no Twitter e no Facebook a uma menina de 12 anos, chamada Valentina, participante do programa de TV MasterChef Júnior, um verdadeiro absurdo!

E em relação à Câmara dos Deputados, iniciou-se em várias caminhadas feministas pelo País feitas contra o projeto de seu Presidente, Eduardo Cunha, que limita o acesso das mulheres estupradas ao aborto, uma garantia estabelecida em lei.

Aliás, pesquisas recentes nos dão conta do crescimento da violência contra as mulheres, principalmente as mulheres negras e as meninas.

Há também aqui o avanço da formalização na divulgação de casos, mas muito mais do recuo que estamos tendo em nossa sociedade: posições conservadoras e machistas que temos visto, inclusive no Parlamento brasileiro.

Aumentaram em 20% os homicídios de mulheres negras. Aliás, uma matéria veiculada na BBC Brasil mostra que o perfil das vítimas da violência são mulheres de 18 anos, negras e mortas dentro de casa.

Tivemos uma ação importantíssima no debate sobre a violência contra a mulher quando o Enem deste ano colocou-a como tema de sua redação. Sete milhões de jovens pensaram e escreveram sobre isso.

Entretanto, tivemos reações críticas inimagináveis para os dias de hoje. Alegaram, inclusive, direcionamento ideológico por parte do MEC. É como se a violência contra a mulher não fosse fato real e corriqueiro em nossa sociedade. Menos importante para os avanços do País. Sobrou até para Simone de Beauvoir. Nós vamos resistir e avançar. Não tivemos e não temos medo, por isso chegamos até aqui.

Nesse fim de semana fizemos o lançamento, em Curitiba, da campanha “Mais Mulheres na Política”, junto com a Senadora Vanessa Grazziotin, nossa Procuradora da Mulher aqui no Senado, a quem eu quero agradecer por estar conosco em Curitiba, com nossas Deputadas Federais Christiane Yared e Leandre Dal Ponte, com Deputadas Estaduais e a Vice-Governadora do Paraná, Cida Borghetti.

Tivemos um evento bonito, com muitas mulheres unidas, engajadas e absolutamente focadas no objetivo de conquistar a igualdade de direitos e oportunidades, principalmente na política, mas também na sociedade, na dignidade, no respeito à condição feminina, nos salários, na representatividade em espaços de poder e decisão em geral e com a certeza de que o espaço que as mulheres merecem na sociedade não é nem um milímetro menor do que o espaço dos homens.

Na luta pela dignidade feminina, contra o assédio e os retrocessos, por mais mulheres na política, pelo direito de amamentar em público, contra a violência e a impunidade, o preconceito e o desrespeito, somos todas Dilma, Rachel, Tayná, Giovanna, Julia, Elizabeth, Cecília, Alessandra, Valentina, Renata e tantas outras, que não só paranaenses, como as que aqui relatei e citei, vítimas de intolerância e violência em nossa sociedade.

É a *hashtag*: #Mexeu com uma mexeu com todas!

Tenho o compromisso, através de meu mandato, de dar voz às mulheres e meninas que não têm voz e fazer o possível para jogar luz nos casos ainda impunes em nossa sociedade.

Quem tiver projeto, movimento, *site*, aplicativo, denúncia ou iniciativa para combater a violência contra a mulher, vamos unir os esforços e trabalhar juntas. Sei que esse também é o propósito das outras Senadoras aqui, desta Casa. E que mais homens também possam unir-se a nós nesse propósito!

Sei que o Senador Paim tem tido uma conduta e uma ação importantes nesse caso, principalmente à frente da Comissão de Direitos Humanos, que tem se posicionado muito pelo direito das minorias, pelo direito das mulheres.

Nós temos uma página ativa no Facebook, Senador Paim, que recebe diariamente material, denúncias, *posts* esclarecedores sobre a situação da mulher. Chama-se “É Pela Dignidade Feminina”. Todas as mulheres, todos os movimentos, todas as pessoas são bem-vindas e necessárias na luta contra a intolerância, a violência e o preconceito!

Jamais teremos uma sociedade efetivamente democrática e respeitosa se metade da sua população não estiver efetivamente representada nas decisões de poder e nas decisões políticas do País.

Por isso, Senador Paim, é muito importante que nós estejamos unidos nessa luta e no enfrentamento à violência, contra a discriminação das mulheres e pelos direitos humanos em nossa sociedade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Gleisi Hoffmann, pelo seu pronunciamento.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim; Srªs e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, na semana passada, o Senador Alvaro Dias, que está aqui, no plenário, foi o primeiro a levantar a questão relacionada à anunciada paralisação dos caminhoneiros.

A Região Sul, Senador Alvaro e Senador Paim, é a região onde há uma concentração enorme especialmente de caminhoneiros autônomos.

Em fevereiro, março, houve uma paralisação, com uma agenda muito bem definida, que pautava por definição de preço de frete, preço de combustível, que havia sido elevado logo no início do ano, o que estava criando problemas para os caminhoneiros, e ainda um pedido para a ampliação dos prazos para pagamento das parcelas devidas do Finame para o caminhoneiro.

O Senador Paim fez, na CDH, Comissão que preside, um debate sobre a paralisação dos caminhoneiros, e nós, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da mesma maneira, debatemos o tema em razão da relevância e do impacto que a paralisação representou na economia, especialmente para aqueles setores de cargas perecíveis, como é o caso de alimentos, e também para o fornecimento de ração para aviários, para os criadores de suínos e para o leite, produzido na propriedade, chegar até a indústria. Então, todo aquele processo foi um processo de muita negociação e de muito entendimento.

Agora, novamente, a categoria e os sindicatos independentes, os caminhoneiros autônomos, de modo especial, independentemente dos sindicatos, estão com manifestações. Não é uma paralisação semelhante à primeira. É uma mobilização nos Estados do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo, de Minas Gerais, do Espírito Santo, de Tocantins, do Rio Grande do Norte, do Rio de Janeiro e também da Bahia.

Faltam 52 dias para encerrar o ano, e não mudou muito a pauta, porque muitas das matérias não foram ainda atendidas, especialmente em relação ao preço dos combustíveis e à questão do frete.

No Rio Grande do Sul, as estradas com maior concentração de manifestações pacíficas, via de regra, são a BR-386, no Município de Soledade; a BR-392, em Pelotas; a RS-122, no trecho entre Caxias do Sul e Farroupilha; a RS-287, próximo a Santa Cruz do Sul; a RS-344, em Ijuí; e a BR-285, próximo a Carazinho.

Mesmo sem o apoio da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos e da União Nacional dos Caminhoneiros, diversos brasileiros que vivem do transporte estão insatisfeitos e, por isso, protestam. Além da insatisfação com a crítica situação da economia, os transportadores questionam, principalmente, o aumento do valor dos fretes, a alta de impostos e a elevação dos preços dos combustíveis, este, sim, um fator determinante no aumento dos custos e também um prejuízo aos transportadores de cargas. São insatisfações que, é claro, têm relação direta com a atual situação econômica e política do País e que não podem ser desprezadas.

Penso que o Governo não age adequadamente ameaçando a categoria, porque há outras categorias relevantes, estratégicas, como a dos petroleiros, por exemplo, que estão em greve, e o Governo não tem a mesma atitude. Acho que a greve é um direito. O Senador Paim, aqui presidindo a sessão, é um trabalhador ligado ao sindicalismo e sabe. Então, o Governo está usando dois pesos e duas medidas: ameaçando os caminhoneiros, mas a greve dos petroleiros está acontecendo sem nenhuma ameaça do tipo que o Governo pretende fazer aos caminhoneiros.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Alvaro Dias, ao mesmo tempo em que saúdo os visitantes neste plenário do Senado Federal.

Senador Alvaro.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Senadora Ana Amélia, meus cumprimentos a V. Ex^a, que vem do Rio Grande do Sul, Estado onde há uma mobilização, também, de caminhoneiros, a exemplo do que ocorre no Paraná e em outros Estados. É lamentável ver o Governo tentando transferir a responsabilidade do movimento à motivação política. Li hoje, no jornal *O Globo*, que o Governo conclui tratar-se de movimentação com motivação política. Que partido estaria por detrás dessa mobilização? Creio que é mais uma forma de desrespeito. O Governo vem desrespeitando os caminhoneiros. Há oito meses constituiu-se um conselho pra debater as reivindicações. Lideranças vêm a Brasília e voltam sem solução alguma. As reivindicações não são atendidas e o Governo não oferece alternativas para elas. Portanto, o Governo não tem o direito de tentar carimbar esse movimento como movimento de interesse meramente político. É evidente que caminhoneiros pedem a renúncia da Presidente Dilma, mas porque estão desesperançados, porque tiveram sua paciência esgotada ao longo desses meses de tentativa de renegociação das suas reivindicações. Portanto, não se trata de uma mobilização de natureza política, e sim de uma mobilização para salvar uma categoria profissional. Eles consideram que a profissão está se inviabilizando, que não há mais como sobreviver nessa profissão, e, por isso, angustiados, partem para a paralisação das nossas rodovias. E nós só podemos manifestar a eles nossa inteira solidariedade, como faz V. Ex^a na tribuna neste momento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Alvaro Dias. Eu gostaria que esse aparte fizesse integralmente parte da minha manifestação na tribuna desta tarde.

É estranho, pois, no regime democrático, a manifestação deve ser respeitada, mesmo que não gostemos, Senador Alvaro. Então, o Governo parece que só gosta de quem vai lá bater palmas e aplaudir. E é exatamente a falta da visão crítica da sociedade que cobra. Aqui, dentro desta Casa, aliados muito fiéis do Governo, às vezes, ponderam e fazem críticas extremamente oportunas sobre a situação em que nós estamos vivendo. O próprio ex-Presidente da República, Lula, admitiu os erros cometidos.

Então tem de corrigir erros e não tem de ficar com essa coisa de não, não pode, não faz, não deve, é movimento político, que quer tirar a Presidente do poder... E daí? Que democracia é essa? Temos de respeitar as posições adversárias, mas, sobretudo, mais do que isso, Senador Alvaro, esse movimento político é, principalmente, arrumar o País. A crise está indo para uma situação insustentável. Essa paralisação parcial dos caminhoneiros é apenas um dêixis dos graves problemas nacionais. Ou o cidadão que ganha salário mínimo está satisfeito com aumento da energia que ele paga? Ou do aumento da passagem do ônibus para ir ao trabalho? As pessoas estão desencantadas, frustradas, decepcionadas. Acreditaram no que foi dito e prometido. É isso que aconteceu, simplesmente isso.

E o Governo faz ouvidos de mercador, faz que não ouve ou não quer ouvir, não quer entender a situação em que estamos vivendo. E eu falo com a naturalidade e a responsabilidade de uma Senadora independente,

que é capaz, sim, de apoiar iniciativas do Governo quando considero válidas para o País, porque tenho esse grau de discernimento, de entendimento do que é bom e o que é ruim. Agora, eu tenho o direito de, como cidadã e Senadora do Rio Grande, manifestar aqui exatamente isso. Ou perguntar quanto do dinheiro que aquele nosso Estado está precisando, Senador Paim, para aquelas enchentes que aconteceram, que destruíram estradas, pontes, casas, pessoas desabrigadas ainda... O dinheiro já chegou lá?

Essas coisas que nós temos de ver, além da demora. Da mesma forma os caminhoneiros. Fizeram uma paralisação em fevereiro, depois foram acertadas algumas iniciativas, muitas delas não foram cumpridas. Aliás, a Casa, aqui, cumpriu. Aqui, um dos resultados aprovados, que foi demanda da categoria, foi pedir a famosa Lei dos Caminhoneiros, na qual o Senador Paim trabalhou tanto, a Lei nº 13.113, de 2015.

O Senador Blairo Maggi, Relator da matéria, e o Senador Waldemir Moka foram os dois designados na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para serem os interlocutores desta Comissão – que eu tenho a honra de presidir – para exatamente fazer a interlocução com os caminhoneiros. Foi chegado a bom termo e se aprovou aqui a lei dos caminhoneiros, Senador Paim; foi uma grande celebração naquela conquista e, claro, sob as novas regras do financiamento e da renegociação dos empréstimos do Finame para a compra de caminhões.

Já naquela época, muitos caminhoneiros não conseguiram pagar as parcelas desses empréstimos. O transporte chegou a ser reduzido, em Pelotas, em 30%, segundo estimativa da Associação Brasileira dos Caminhoneiros de Pelotas. Metade dos 400 associados naquele Município estava e ainda está com dificuldade de pagar as prestações do Finame.

A queda drástica do comércio, inclusive nas fronteiras do País, resultou em um menor número de cargas para o transporte e, por isso, muitos caminhões ficaram com a atividade reduzida, situação ainda presente na rotina dessa importante categoria. Diversos caminhoneiros reclamaram das limitações para o acesso ao crédito dos bancos, mesmo depois de recorrer às instituições credenciadas, com toda a documentação em mãos, os critérios atualizados e regulamentados previstos na lei dos caminhoneiros. Quando a confiança diminuiu, Senador Alvaro Dias, Senador Paulo Paim, o crédito também seca e empreender ou trabalhar fica muito mais difícil.

Sem perspectivas melhores para a economia, o crédito continua emperrado e quem estava com dívidas está ainda mais endividado agora. Alguns desses transportadores tiveram, inclusive, que vender caminhões para conseguir se manter na atividade. Meses e meses se passaram e estamos aqui, em novembro, há exatos 52 dias para o término deste ano.

E, do ponto de vista econômico, o que vemos é mais inflação, mais juros altos, escassez de crédito e de investimentos e letargia, o que tende a aumentar as tensões sociais e a insatisfação do País no médio prazo e no curto prazo. São variáveis econômicas que só pioram a situação, não só do frete, mas reveladoras, no caso do transporte de cargas, da situação difícil em que está a economia do nosso País.

Não podemos, portanto, fechar os olhos para essas mobilizações, sejam elas promovidas por sindicatos ou por caminhoneiros autônomos. O que se vê são movimentos contrários à letargia do Governo, à paralisia do Governo, à inação quanto aos rumos da economia. É por causa da falta de previsibilidade e de norte que esses caminhoneiros protestam e reclamam. E reclamam o atendimento a uma demanda, a um elenco de solicitações que foram feitas e nem todas foram atendidas.

Não sou favorável a que a sociedade seja impactada negativamente, claro, com essa paralisação, mas é preciso reconhecer o direito e a legitimidade dessas manifestações.

Não podemos, no entanto, aceitar que a burocracia tome conta do País neste momento de crise, quando o Poder Público deveria estar apresentando soluções viáveis e reformadoras – viáveis, mas não só com a oferta de créditos. Surpreende-me que uma liderança ligada ao Governo venha propor mais oferta de crédito. Mais oferta de crédito, com a sociedade já endividada, sem condições de pagar o que deve? Muitos vão usar o décimo terceiro salário para pagar as suas dívidas e entrar o ano, minimamente, com estabilidade financeira. Liberar mais crédito? Foi exatamente por conta disso e porque não se fizeram os investimentos que se deveriam ter feito.

Hoje, uma pesquisa mostrou a situação das estradas brasileiras. É uma situação caótica, segundo a pesquisa feita pela CNT. No entanto, o Governo, que era para liberar um volume substantivo de recursos, não liberou.

Ontem vimos também a situação do patrimônio histórico do País: igrejas, templos centenários, bicentenários, no interior de Minas e da Bahia, caindo aos pedaços. E o Governo tinha anunciado R\$9 bilhões, que depois caíram para R\$5 bilhões, que depois caíram para R\$1. E, desse R\$1 bilhão, não foi liberada nem a metade. É essa a situação. É essa a situação que leva à descrença, à frustração e à decepção.

Novamente, concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Senadora Ana Amélia, achei oportuno transferir ao discurso de V. Ex^a o depoimento de um Prefeito do interior do Paraná sobre essa questão das facilidades para o crédito. Ele disse que aumentou, nos últimos anos, de forma considerável, a utilização de antidepressivos nos

postos de saúde do Município. A população está utilizando, muito mais do que antes, antidepressivos. Constatou também que donas de casa passaram a abandonar a família, fato antes considerado raro. E a conclusão é a de que o desespero bateu às portas dessas famílias mais humildes diante das dívidas acumuladas. Não conseguem mais pagar as prestações da casa própria; do utensílio doméstico adquirido com estímulos do crédito; no caso de alguns, até do veículo adquirido com estímulo do crédito, etc. Portanto, essa irresponsabilidade creditícia leva milhares de famílias brasileiras à angústia e ao desespero. Fiz questão de trazer esse depoimento, que vem lá do interior do Paraná, de um Prefeito que está acompanhando a realidade vivida neste momento pelo povo do nosso País.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Alvaro.

E como é que a gente paga dívida, Senador? A gente paga dívida com o salário do trabalho que a gente tem; mas o trabalho acabou. O desemprego aumentou. A inflação está chegando a dois dígitos, Senador. E é isso que leva as pessoas à preocupação. Os brasileiros querem trabalhar, querem direito a uma vaga em uma fábrica, em uma loja, em qualquer setor de serviços. O desemprego está batendo à porta de todos, e esse é o maior problema social decorrente desta crise, que nós não sabemos quando nem como vai acabar. Nós só sabemos que ela está se agravando a cada dia.

Nós, no Rio Grande do Sul, tivemos, Senador Alvaro, um projeto muito grandioso, que mudou o perfil econômico da metade sul do Estado, do litoral, Senador Paim, e V. Exª conhece bem. Rio Grande. As plataformas marítimas construídas pela Petrobras lá em Rio Grande. Quantos estaleiros lá, quantos empregos, quanta gente se desenvolvendo, criando um comérciozinho, vendendo lanche, refeição? Quantos serviços melhoraram ali? E, agora, ali não há mais nada, Senador. Quantas portas de trabalho foram fechadas ali?

É isso que está desesperando as pessoas, a falta de perspectiva para obter um emprego, porque é o emprego que garante à pessoa honrar os seus compromissos. E essas pessoas tomam esses antidepressivos, essas pessoas estão assim, Senador, por conta do desespero, porque as pessoas têm seriedade, elas têm compromisso, elas querem pagar. E é exatamente por isso que estão nessa situação, afetando inclusive os problemas da sua própria saúde. Eu não tenho dúvida de que esse é o reflexo mais perverso da crise em que nós estamos vivendo.

Então não adianta o Governo bater ou ameaçar caminhoneiros, bater ou ameaçar petroleiros, ou ameaçar outras categorias que eventualmente venham a fazer greve; o que o Governo precisa fazer é sinalizar com clareza que, no início de 2016, a gente possa respirar tempos melhores da economia, com a oferta de mais empregos, mas, pelo andar da carruagem, isso ainda vai demorar algum tempo para acontecer, lamentavelmente.

Eu queria, Senador Paulo Paim, dizer aqui que nós estamos aí não para pedir que ela saia, que ela faça isso ou aqui. Não. Nós só apelamos que a Presidente encontre um rumo para colocar o Brasil nos trilhos, pelo menos isso. Ela foi eleita para isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

Senador Alvaro Dias e, em seguida, como Líder, Senador Capiberibe.

Senador Alvaro Dias, permita só que eu registre que estão nos visitando os estudantes do curso de Direito da Universidade Paulista (Unip), e aqui, pelo menos consta, que é de Goiânia. Há alguém de Goiânia aí? *(Pausa.)*

Está certo então. Eu vi Universidade Paulista, pensei em São Paulo! Embaixo diz: de Goiânia.

Sejam todos bem-vindos aqui. Vocês assistiram à Senadora Ana Amélia, que é do meu Estado, Rio Grande do Sul, e agora assistirão ao Senador Alvaro Dias, pelo que soube, lançado a candidato a Presidente ontem, no Paraná. Pelo menos, eu vi uma notícia nesse sentido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com 78% dos votos para o Senado, Senador Paim, o Paraná fez uma grande escolha.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia e Senador Paulo Paim. Aliás, ontem, estive em Passo Fundo. Tive a honra de saudá-los como Senadores competentes e dedicados do Estado do Rio Grande do Sul, na abertura do 2º Congresso Ibero-Americano de Saúde, Estética e Bem-Estar, com a presença de brasileiros, espanhóis e portugueses; um congresso que discutiu também saúde pública no nosso País. Eu tive a primazia, a satisfação e a alegria de ter sido convidado como Presidente de honra desse congresso para fazer a abertura e poder falar das mazelas existentes no sistema de saúde pública do nosso País. Agradeço desde já. Depois vou fazer referência a esse assunto.

Antes, na esteira do discurso da Senadora Ana Amélia, queria dizer que, se Albert Einstein estivesse vivo, certamente diria: triste época a que vivemos.

Mais fácil quebrar o átomo do que encontrar caminhos de saída e de solução para a terrível crise que estamos vivendo em nosso País.

Uma das consequências dessa crise é a paralisação dos caminhoneiros, os trabalhadores do volante, tão importantes para a vida do País. Sem eles nas estradas, a riqueza se congela, há desabastecimento, e nós não sobrevivemos. Mas o Governo não entende a importância dessa categoria de trabalhadores. O descaso é visível e dramático.

É bom repetir. A Senadora Ana Amélia muito bem se pronunciou a respeito, mas é bom enfatizar que, desde o início deste ano, há uma pauta entregue ao Governo da União com reivindicações que certamente atenderiam às exigências desta categoria fundamental para o desenvolvimento econômico do nosso País. Não só não atende às reivindicações o Governo como não oferece alternativas a elas. Não há sequer criatividade para se contrapor às reivindicações propostas. O Governo não oferece, portanto, solução. E a profissão, como disse em aparte a Senadora Ana Amélia, vai se inviabilizando.

Muitos dos caminhoneiros dizem se sentirem envergonhados com o acúmulo de dívidas. Há dívidas que se acumulam e não podem ser saldadas. Há reivindicação em relação a combustível, em relação a frete, em relação a financiamento. O refinanciamento prometido pelo Governo não é acolhido pelas instituições financeiras.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Alvaro, permita-me.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Apenas lembrando que não mencionei, e V. Exª certamente há de concordar, que é uma categoria que vive em permanente estado de risco – caminhões roubados, motoristas assassinados. São inúmeros os casos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Estradas esburacadas.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estradas esburacadas. Então é um risco permanente essa situação da própria natureza da atividade, pela falta de segurança em nosso País. Inclusive este aspecto deve ser considerado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – O que nós queremos repudiar é essa insinuação governamental de que se trata de um movimento com interesse político-partidário. Se há apelo à renúncia da Presidente Dilma, a motivação não é partidária. Pode ser política, mas não é partidária. É fruto da desesperança.

Os líderes do movimento e, mais do que os líderes, os caminhoneiros, de forma geral, não mais acreditam no Governo. Eles cansaram de ouvir promessas não cumpridas, compromissos não respeitados e, portanto, apelam para a renúncia da Presidente Dilma, na esperança de poder tratar dos seus interesses e dos seus direitos com outro Governo. Nós temos de respeitá-los.

Neste sistema democrático a que estamos sujeitos, o respeito à livre manifestação do pensamento e a mobilizações populares é primordial, como garantia de que estamos sob a égide de um Estado de direito democrático. Não cabe ao Governo acusar caminhoneiros de serviços de interesses partidários localizados.

Não, eles não são esses serviços dos interesses partidários, muitas vezes escusos. Eles estão na luta pelos seus direitos. Estão nas estradas, paralisando o trânsito, porque, desesperançados, não encontram alternativa de diálogo que possa resultar em sucesso para seus pleitos, para suas reivindicações.

Estamos, mais uma vez aqui, para manifestar inteira solidariedade. Estamos, mais uma vez aqui, para manifestar a nossa compreensão. É evidente que reconhecemos: há prejuízos para terceiros; a economia sofre consequências; há risco de desabastecimento; há risco também de falta de combustíveis. Enfim, os prejuízos são inevitáveis, mas nós temos que compreender o drama vivido por esses trabalhadores do volante, que percorrem as estradas do nosso País, transportando a nossa riqueza, o resultado do trabalho daqueles que produzem.

Lamento, profundamente, que o Governo não tenha essa sensibilidade de os acolher. Estiveram, na semana passada, e não foram recebidos por quem gostariam de ser recebidos, do Governo. Acabaram se entendendo com o ex-Ministro Miguel Rossetto, que os atendeu, rapidamente, com pressa, sem o necessário cuidado, segundo eles.

Tenho conversado, nos últimos dias, com alguns líderes desse movimento. Com Ivar Schmidt, por exemplo, do Paraná, que, em entrevista ao jornal *O Globo*, rechaçou a hipótese de movimento com interesse político-partidário. E fez, inclusive, referência ao esforço realizado para um entendimento com o Governo, a fim de que se evitasse essa mobilização nas estradas do País. Enfim, a nossa solidariedade a todos eles.

Mas eu quero também, Sr. Presidente Telmário, fazer referência a esse 2º Congresso Ibero-Americano de Saúde, Estética e Bem-Estar, realizado na cidade de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, do nosso ilustre companheiro Paulo Paim. Passo Fundo, aliás, é uma cidade referência em assistência à saúde. Não só em assistência à saúde; é também referência no ensino, com instituições de curso superior fundamentais para oferecer ao mercado profissionais extremamente qualificados para atender à saúde da população.

O nosso agradecimento aos organizadores desse Congresso; à Profª Ivone Moser, que presidiu o Comitê Científico; e ao Prof. Marcelo, que presidiu o Congresso.

Tive a oportunidade de abordar, nesse Congresso, a crise da saúde pública brasileira, ou o caos da saúde pública no nosso País. E há uma frase significativa – faço questão sempre de trazê-la, no início das minhas observações, em matérias de saúde pública – que está escrita e já é uma frase histórica no meu Estado, o Paraná, nas paredes da Secretaria de Saúde: “A saúde do povo é a suprema lei.” É um contraste com a realidade vivida neste País o que explicita esta frase. O que temos não é a suprema lei em matéria de saúde pública: é o caos; é a tragédia administrativa; é a consagração da incompetência de quem governa.

O Banco Mundial, há alguns anos, realizou um estudo de profundidade sobre esse caos da saúde brasileira e constatou que, se há falta de recursos, não é esta a causa maior dessa tragédia. A causa é a ausência de planejamento, gerenciamento incapaz e corrupção. Aliás, corrupção com o dinheiro da saúde, Senador Telmário. Quem rouba o dinheiro da saúde comete dois crimes: o crime de roubo e o crime de assassinato, porque há pessoas que morrem vítimas da ausência de recursos para o atendimento eficaz nos hospitais deste País. Quantas delas amontoadas em corredores à espera da assistência que não chega, porque antes chega a morte? Trata-se, portanto, de crime hediondo, horroroso crime hediondo. Verdadeiros assassinos são os ladrões do dinheiro da saúde pública no nosso País.

O Banco Mundial é quem atesta, não é a oposição. O Banco Mundial atesta que há desperdício e há má aplicação dos recursos públicos no serviço de saúde do nosso País. Aliás, a escritora Lya Luft, do Rio Grande do Sul, em artigo recente, disse que indagou de um médico o diagnóstico a respeito do que ocorre no nosso País. Perguntou ela: “É infecção, ou é virose?”. E o médico respondeu: “Falência múltipla de órgãos.” É o que está ocorrendo com o Brasil em crise neste momento.

Em meio a esse caos reinante na saúde pública do Brasil, o Ministério da Saúde se tornou a vedete no balcão de negócios nesse loteamento recente dos cargos públicos realizado pela Presidente Dilma, na esperança de salvar o seu mandato. Fez a contabilidade dos votos na Câmara dos Deputados, e a consequência foi a distribuição ou a redistribuição de Ministérios e cargos do seu Governo. O Ministério da Saúde foi entregue ao partido maior, ao PMDB, e não a um especialista, que pudesse, com competência, organizar o serviço público de saúde no nosso País.

É lamentável que o balcão de negócios tenha, como vedete, o Ministério da Saúde, mas há incríveis aberrações. Em matéria de investimentos, nos últimos meses, nós tivemos uma redução de R\$13 bilhões. O corte no Ministério da Saúde foi de R\$13 bilhões, o segundo maior corte na Esplanada dos Ministérios, 32%, portanto, de recuo na aplicação dos recursos. Trinta e dois por cento a menos.

E, para o Orçamento do próximo ano, 2016, já se cogita um corte de mais de R\$3,8 bilhões. É por isso que 90% da população brasileira, segundo o Instituto Datafolha, é uma população insatisfeita com o serviço oferecido, com os padrões do serviço de saúde pública oferecido no nosso País.

E o martírio daqueles que se utilizam dos postos de saúde? É um verdadeiro martírio. Os postos de saúde são mais uma face cruel dessa realidade dramática: 52% dos postos de saúde em nosso País, segundo pesquisa e pesquisa do Tribunal de Contas da União, não têm o negatoscópio, aquelas máquinas luminosas que o médico usa para ver o raio x; e, o que é mais grave, 29% não tem estetoscópio; em outros 32% dos postos de saúde falta aparelho para medir pressão – 32% desses postos de saúde não têm sequer aparelho para medir pressão; e, de cada quatro postos pesquisados, um não tem esterilização de materiais.

E, agora, vamos para os hospitais. Os postos de saúde encarregados do primeiro atendimento, muitas vezes acolhendo pessoas que chegam desesperadas, não possuem equipamentos para serviços básicos de atendimento à saúde da população. Oitenta e um por cento dos hospitais SUS estão com déficit de médicos e enfermeiros; cinquenta e seis por cento com déficit de medicamentos e ataduras. Faltam medicamentos e ataduras em 56% dos hospitais SUS no Brasil – são números e percentuais apresentados pelo Tribunal de Contas da União –; faltam equipamentos, inclusive equipamentos fundamentais, como monitores e ventiladores pulmonares. E, em razão da falta desses equipamentos, há o bloqueio de leitos hospitalares em 77% dos hospitais públicos do País. As alas de emergência estão superlotadas em 64% dos hospitais, 64% dos hospitais!

Com as alas de emergência superlotadas, com pessoas amontoadas em corredores, sofrendo dores agudas e desesperanças, implorando por um atendimento que não chega, onde está a sensibilidade de quem governa o País? Não há humanidade, porque, sem dúvida, certamente nós teríamos uma postura diferente de quem governa, conferindo prioridade a um setor essencial para a humanidade, que é o da saúde. Entre os bens da sociedade, esse é o primeiro. É preciso que a população tenha acesso aos bens da sociedade, como saúde, educação, transporte, emprego e salário digno. Mas saúde é fundamental. O Governo deveria colocá-la em primeiro lugar.

Entre 2010 e 2013, 11,5 mil leitos hospitalares deixaram de existir no Brasil. Isso corresponde a 3,2% do total. Hoje nós temos, em média, 2,5 leitos por mil habitantes; na Europa, 5,3. Aqui, 2,5; na Europa, 5,3; e, nos países ligados à OCDE, 4,8. Portanto, nós estamos atrasados. Nós estamos numa situação caótica. Houve um

tempo em que quem presidia o País – e não faz muito tempo – afirmava que a saúde do nosso País era extraordinária, o serviço de saúde pública no País era excepcional, servindo de exemplo a outros países.

Há alguns anos, se não me falha a memória, lá por volta de 2009 ou 2008, eu afirmei desta tribuna que o debate sobre saúde pública deveria ser o debate da década. Mas esse debate não existiu liderado pelo Governo. O debate do Governo é sobre CPMF. Esse é o debate que quer o Governo travar, Senador Aloysio Nunes, com o Congresso e com o povo brasileiro. O Governo, a pretexto de melhorar o serviço de saúde pública, quer aumentar impostos, quer recriar a CPMF.

Isso é perversidade do Governo, porque, neste tempo de crise brutal, de desemprego, de recessão, de inflação, o Governo falar em aumentar impostos é trombar na realidade dura em que estamos vivendo, é trabalhar na contramão, é ser contraditório.

Porque desejar a recuperação da economia nacional aumentando impostos é uma falácia.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Portanto, nós viemos à tribuna nesta segunda-feira para esse protesto, em nome de caminhoneiros e, sobretudo, ao final, para esse lamento em nome das famílias brasileiras, tratadas com descaso pelo Governo, em um setor fundamental, que é o da saúde pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Antes de chamar o nosso próximo orador, que é o Senador Aloysio Nunes, do PSDB de São Paulo, que honra muito bem esta Casa, eu vou ler aqui o que está na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – A Presidência lembra às Sras e aos Srs. Parlamentares que está convocando sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 10 de novembro do corrente, terça-feira, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear os 85 anos da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – A Presidência comunica também ao Plenário o recebimento, em 5 de novembro de 2015, da **Mensagem nº 464, de 2015**, da Excelentíssima Senhora Presidente da República, a qual encaminha ao Congresso Nacional as razões do **Veto nº 49, de 2015**, parcial, aposto ao **Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2015**, oriundo da Medida Provisória nº 676, de 2015, que estabelece alterações nas normas de Previdência Social, especialmente sobre segurado especial, aposentadoria, dependentes, seguro-defeso e seguro-desemprego.

São as seguintes mensagens e a razão do veto:

Veto Parcial nº 49, de 2015

aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2015
(oriundo da Medida Provisória nº 676, de 2015)

Mensagem nº 464

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2015 (MP nº 676/15), que “Altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para tratar da associação do segurado especial em cooperativa de crédito rural e, ainda essa última, para atualizar o rol de dependentes, estabelecer regra de não incidência do fator previdenciário, regras de pensão por morte e de empréstimo consignado, a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para assegurar pagamento do seguro-defeso para familiar que exerça atividade de apoio à pesca, a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para estabelecer regra de inscrição no regime de previdência complementar dos servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre o pagamento de empréstimos realizados por participantes e assistidos com entidades fechadas e abertas de previdência complementar e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e dá outras providências”.

Ouvidos, os Ministérios do Trabalho e Previdência Social, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Inciso V do § 10 do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, alterado pelo art. 1º do projeto de lei de conversão

“V - exercício de mandato de vereador do Município onde desenvolve a atividade rural, ou de dirigente, membro de conselho de administração ou fiscal, de cooperativa rural constituída exclusivamente por segurados especiais, ou de cooperativa de crédito rural, observado o disposto no § 13 deste artigo;”

Inciso V do § 9º do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, alterado pelo art. 2º do projeto de lei de conversão

“V - exercício de mandato de vereador do Município onde desenvolve a atividade rural, ou de dirigente, membro de conselho de administração ou fiscal, de cooperativa rural constituída exclusivamente por segurados especiais, ou de cooperativa de crédito rural, observado o disposto no § 13 do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;”

Razões dos vetos

“Os dispositivos permitiriam a manutenção da condição de segurado especial a dirigentes e membros de conselho de administração ou de conselho fiscal de cooperativas de crédito rural de forma ampla, sem quaisquer exigências quanto à constituição dessas cooperativas. Com isso, poderia restar afastada a característica de economia familiar, intrínseca aos segurados especiais.”

Art. 3º

“Art. 3º A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 1º

.....

§ 6º A concessão do benefício não será extensível às atividades de apoio à pesca, excetuadas as exercidas pelos familiares do pescador artesanal que satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei e desde que o apoio seja prestado diretamente pelo familiar ao pescador artesanal e não a terceiros.

.....’ (NR)

‘Art. 2º

.....
§ 2º

I - registro como pescador profissional, categoria artesanal, ou assemelhado ao pescador artesanal, nos termos do § 10, devidamente atualizado no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, emitido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura com antecedência mínima de um ano, contado da data de requerimento do benefício;

.....
§ 10. Considera-se assemelhado ao pescador artesanal, para os fins do disposto nesta Lei, o familiar que realiza atividade de apoio à pesca, exercendo trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca e de reparos em embarcações de pequeno porte ou atuando no processamento do produto da pesca artesanal, prestada a membro do grupo familiar registrado como pescador profissional, categoria artesanal.' (NR)"

Razão do veto

"O dispositivo ampliaria inadequadamente as hipóteses de concessão de seguro-desemprego no período de defeso de atividade pesqueira, contrariando a lógica das alterações realizadas pela Medida Provisória nº 665, de 2014, convertida na Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015."

Art. 6º

"Art. 6º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 18.

.....

§ 2º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que permanecer em atividade sujeita a esse Regime, ou a ele retornar, não fará jus a outra aposentadoria desse Regime em consequência do exercício dessa atividade, sendo-lhe assegurado, no entanto, o recálculo de sua aposentadoria tomando-se por base todo o período contributivo e o valor dos seus salários de contribuição, respeitando-se o teto máximo pago aos beneficiários do RGPS, de forma a assegurar-lhe a opção pelo valor da renda mensal que for mais vantajosa.

§ 2º-A São também assegurados ao aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social que permanecer em atividade nesse Regime, ou ao que a ela retornar, os seguintes benefícios e serviços, observadas as condições e os critérios de concessão previstos nesta Lei:

I - auxílio-doença;

II - auxílio-acidente;

III - serviço social; e

IV - reabilitação profissional.

.....' (NR)

'Art. 25.

§ 1º

§ 2º Para requerer o recálculo da renda mensal da aposentadoria, previsto no § 2º do art. 18 desta Lei, o beneficiário deverá comprovar um período de carência correspondente a, no mínimo, sessenta novas contribuições mensais.' (NR)

'Art. 28-A. O recálculo da renda mensal do benefício do aposentado do Regime Geral de Previdência Social, previsto no § 2º do art. 18 desta Lei, terá como base o salário de benefício calculado na forma dos arts. 29 e 29-B desta Lei.

§ 1º Não será admitido recálculo do valor da renda mensal do benefício para segurado aposentado por invalidez.

§ 2º Para o segurado que tenha obtido aposentadoria especial, não será admitido o recálculo com base em tempo e salário de contribuição decorrente do exercício de atividade prejudicial à saúde ou à integridade física.

§ 3º O recálculo do valor da renda mensal do benefício limitar-se-á ao cômputo de tempo de contribuição e salários adicionais, não sendo admitida mudança na categoria do benefício previamente solicitado.’

‘Art. 54.

§ 1º Os aposentados por tempo de contribuição, especial e por idade do Regime Geral de Previdência Social poderão, a qualquer tempo, ressalvado o período de carência previsto no § 2º do art. 25 desta Lei, renunciar ao benefício, ficando assegurada a contagem do tempo de contribuição que serviu de base para a concessão do benefício.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º deste artigo, não serão devolvidos à Previdência Social os valores mensais percebidos enquanto vigente a aposentadoria inicialmente concedida.’ (NR)

‘Art. 96.

.....

III - não será contado por um regime previdenciário o tempo de contribuição utilizado para fins de aposentadoria concedida por outro, salvo na hipótese de renúncia ao benefício, prevista no § 1º do art. 54 desta Lei.

.....’ (NR)”

Razões do veto

“As alterações introduziriam no ordenamento jurídico a chamada ‘desaposentação’, que contraria os pilares do sistema previdenciário brasileiro, cujo financiamento é intergeracional e adota o regime de repartição simples. A alteração resultaria, ainda, na possibilidade de cumulação de aposentadoria com outros benefícios de forma injustificada, além de conflitar com o disposto no § 1º, do art. 86 da própria Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.”

Já o Ministério da Fazenda opinou pelo veto aos dispositivos a seguir transcritos:

Alterações do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, inseridas pelo art. 2º do projeto de lei de conversão

“Art. 16.

I - o cônjuge;

II - o cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente;

III - o companheiro ou companheira que comprove união estável como entidade familiar;

IV - (revogado);

V - o filho de qualquer condição que atenda a um dos seguintes requisitos:

a) seja menor de vinte e um anos;

b) seja inválido;

c) tenha deficiência grave; ou

d) tenha deficiência intelectual ou mental;

VI - a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do segurado; e

VII - o irmão de qualquer condição que comprove dependência econômica do segurado e atenda a um dos requisitos previstos no inciso V.

§ 1º A concessão de pensão aos beneficiários de que tratam os incisos I a III e V do **caput** exclui os beneficiários referidos nos incisos VI e VII.

.....

§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas nos incisos I a III e V é presumida e a das demais deve ser comprovada.”

Razão dos vetos

“A alteração permitiria a presunção da dependência econômica de filho emancipado, conflitando com a própria natureza do instituto da emancipação e com a finalidade da cobertura previdenciária.”

§ 5º do art. 29-C da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, inserido pelo art. 2º do projeto de lei de conversão

“§ 5º O INSS deverá fornecer ao segurado que solicitar a aposentadoria por tempo de contribuição, de maneira clara e em linguagem de fácil compreensão, as seguintes informações:

I - estimativa da data em que o segurado poderá aposentar-se sem a incidência do fator previdenciário, de acordo com os requisitos previstos no caput e nos §§ 2º e 3º deste artigo;

II - estimativa da data em que o fator previdenciário aplicável ao segurado deverá ser igual ou superior a 1,00 (um inteiro);

III - estimativa da renda mensal do benefício do segurado para cada ano adicional de contribuição, até atingir a data prevista no inciso I.”

Razões do veto

“O dispositivo obrigaria o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a fornecer uma série de estimativas referentes à aposentadoria por tempo de contribuição sem especificar detalhes acerca das circunstâncias nas quais as informações deverão ser prestadas, impondo à autarquia a necessidade de significativa realocação de recursos humanos e materiais.”

Ouvidos, ainda, os Ministérios do Trabalho e Previdência Social e da Fazenda manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 29-D da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, inserido pelo art. 2º do projeto de lei de conversão

“Art. 29-D. É garantido ao segurado que optar por permanecer em atividade, se mais vantajoso, o direito ao cálculo do salário de benefício com base na expectativa de sobrevida presente na tábua de mortalidade vigente na data de cumprimento dos requisitos necessários à aposentadoria por tempo de contribuição, considerando-se sua idade e seu tempo de contribuição no momento de requerimento do benefício.”

Razões do veto

“O dispositivo distorceria a fórmula de cálculo para apuração do fator previdenciário, ao garantir ao segurado a consideração da expectativa de sobrevida vigente na data de cumprimento dos requisitos e considerar sua idade e seu tempo de contribuição no momento do requerimento do benefício. Com isso, a proposta destoaria da noção consolidada de direito adquirido.”

Os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda solicitaram pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 7º

“Art. 7º A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-B:

‘Art. 4º-B. Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador rural desempregado dispensado sem justa causa que comprove:

I - ter recebido salários de pessoa jurídica ou de pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos seis meses imediatamente anteriores à data de dispensa;

II - não ter exercido, no período aquisitivo, atividade remunerada fora do âmbito rural;

III - encontrar-se em situação de desemprego involuntário;

IV - não estar em gozo de nenhum benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto pensão por morte e auxílio-acidente;

V - não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente para sua manutenção e de sua família.

§ 1º O período computado para a concessão do benefício não poderá ser utilizado para pleitear novo benefício de seguro-desemprego previsto nesta Lei.

§ 2º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador rural desempregado, por período máximo variável de três a cinco meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de dezesseis meses, contados da data de dispensa que deu origem à última habilitação.

§ 3º O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas no caput.

§ 4º O valor do benefício será fixado nos termos do art. 5º desta Lei.

§ 5º Sobre os valores do seguro-desemprego pagos ao empregado rural deverá ser descontada a contribuição previdenciária, com alíquota de 8% (oito por cento), devendo esse período ser contado para efeito de concessão de benefícios previdenciários.

§ 6º A comprovação referida no caput e os critérios para a definição do número de parcelas serão determinados em Resolução do Codefat.”

Razão do veto

“A medida estipularia critérios diferenciados para a percepção do benefício do seguro-desemprego pelo trabalhador rural, resultando em quebra da isonomia em relação ao trabalhador urbano.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 4 de novembro de 2015 - **Dilma Rousseff**.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO COM OS DISPOSITIVOS VETADOS SUBLINHADOS:

Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2015

(oriundo da Medida Provisória nº 676, de 2015)

Altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para tratar da associação do segurado especial em cooperativa de crédito rural e, ainda essa última, para atualizar o rol de dependentes, estabelecer regra de não incidência do fator previdenciário, regras de pensão por morte e de empréstimo consignado, a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para assegurar pagamento do seguro-defeso para familiar que exerça atividade de apoio à pesca, a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para estabelecer regra de inscrição no regime de previdência complementar dos servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre o pagamento de empréstimos realizados por participantes e assistidos com entidades fechadas e abertas de previdência complementar e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e dá outras providências..

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12.

.....
§ 9º

.....
VI - a associação em cooperativa agropecuária ou de crédito rural; e

.....
§ 10.

.....
V - exercício de mandato de vereador do Município onde desenvolve a atividade rural, ou de dirigente, membro de conselho de administração ou fiscal, de cooperativa rural constituída exclusivamente por segurados especiais, ou de cooperativa de crédito rural, observado o disposto no § 13 deste artigo;

....."(NR)

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11.

.....
§ 8º

.....
VI - a associação em cooperativa agropecuária ou de crédito rural; e

.....
§ 9º

.....
V - exercício de mandato de vereador do Município onde desenvolve a atividade rural, ou de dirigente, membro de conselho de administração ou fiscal, de cooperativa rural constituída exclusivamente por segurados especiais, ou de cooperativa de crédito rural, observado o disposto no § 13 do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

....."(NR)

"Art. 16.

I - o cônjuge;

II - o cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente;

III - o companheiro ou companheira que comprove união estável como entidade familiar;

IV - (revogado);

V - o filho de qualquer condição que atenda a um dos seguintes requisitos:

a) seja menor de vinte e um anos;

b) seja inválido;

c) tenha deficiência grave; ou

d) tenha deficiência intelectual ou mental;

VI - a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do segurado;

e

VII - o irmão de qualquer condição que comprove dependência econômica do segurado e atenda a um dos requisitos previstos no inciso V.

§ 1º A concessão de pensão aos beneficiários de que tratam os incisos I a III e V do caput exclui os beneficiários referidos nos incisos VI e VII.

.....
§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas nos incisos I a III e V é presumida e a das demais deve ser comprovada."(NR)

"Art. 29-C. O segurado que preencher o requisito para a aposentadoria por tempo de contribuição poderá optar pela não incidência do fator previdenciário no cálculo de sua aposentadoria, quando o total resultante da soma de sua idade e de seu tempo de contribuição, incluídas as frações, na data de requerimento da aposentadoria, for:

I - igual ou superior a noventa e cinco pontos, se homem, observando o tempo mínimo de contribuição de trinta e cinco anos; ou

II - igual ou superior a oitenta e cinco pontos, se mulher, observado o tempo mínimo de contribuição de trinta anos.

§ 1º Para os fins do disposto no **caput**, serão somadas as frações em meses completos de tempo de contribuição e idade.

§ 2º As somas de idade e de tempo de contribuição previstas no **caput** serão majoradas em um ponto em:

- I - 31 de dezembro de 2018;
- II - 31 de dezembro de 2020;
- III - 31 de dezembro de 2022;
- IV - 31 de dezembro de 2024; e
- V - 31 de dezembro de 2026.

§ 3º Para efeito de aplicação do disposto no **caput** e no § 2º, o tempo mínimo de contribuição do professor e da professora que comprovarem exclusivamente tempo de efetivo exercício de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio será de, respectivamente, trinta e vinte e cinco anos, e serão acrescidos cinco pontos à soma da idade com o tempo de contribuição.

§ 4º Ao segurado que alcançar o requisito necessário ao exercício da opção de que trata o **caput** e deixar de requerer aposentadoria será assegurado o direito à opção com a aplicação da pontuação exigida na data do cumprimento do requisito nos termos deste artigo.

§ 5º O INSS deverá fornecer ao segurado que solicitar a aposentadoria por tempo de contribuição, de maneira clara e em linguagem de fácil compreensão, as seguintes informações:

I - estimativa da data em que o segurado poderá aposentar-se sem a incidência do fator previdenciário, de acordo com os requisitos previstos no **caput** e nos §§ 2º e 3º deste artigo;

II - estimativa da data em que o fator previdenciário aplicável ao segurado deverá ser igual ou superior a 1,00 (um inteiro);

III - estimativa da renda mensal do benefício do segurado para cada ano adicional de contribuição, até atingir a data prevista no inciso I."

"Art. 29-D. É garantido ao segurado que optar por permanecer em atividade, se mais vantajoso, o direito ao cálculo do salário de benefício com base na expectativa de sobrevida presente na tábua de mortalidade vigente na data de cumprimento dos requisitos necessários à aposentadoria por tempo de contribuição, considerando-se sua idade e seu tempo de contribuição no momento de requerimento do benefício."

"Art. 74.

I - do óbito, quando requerida até noventa dias depois deste;

....."(NR)

"Art. 77.

.....

§ 2º

.....

II - para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, ao completar vinte e um anos de idade, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

.....

§ 6º O exercício de atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, não impede a concessão ou manutenção da parte individual da pensão do dependente com deficiência intelectual ou mental ou com deficiência grave."(NR)

"Art. 115.

.....

VI - pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e

sociedades de arrendamento mercantil, ou por entidades fechadas ou abertas de previdência complementar, públicas e privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor do benefício, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:

- a) amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou
- b) utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

.....”(NR)

Art. 3º A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

.....
§ 6º A concessão do benefício não será extensível às atividades de apoio à pesca, excetuadas as exercidas pelos familiares do pescador artesanal que satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei e desde que o apoio seja prestado diretamente pelo familiar ao pescador artesanal e não a terceiros.

.....”(NR)

“Art. 2º.....

.....
§ 2º.....

I - registro como pescador profissional, categoria artesanal, ou assemelhado ao pescador artesanal, nos termos do §10, devidamente atualizado no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, emitido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura com antecedência mínima de um ano, contado da data de requerimento do benefício;

.....

§ 10. Considera-se assemelhado ao pescador artesanal, para os fins do disposto nesta Lei, o familiar que realiza atividade de apoio à pesca, exercendo trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca e de reparos em embarcações de pequeno porte ou atuando no processamento do produto da pesca artesanal, prestada a membro do grupo familiar registrado como pescador profissional, categoria artesanal.”(NR)

Art. 4º O art. 1º da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 1º.....

§ 1º.....

§ 2º Os servidores e os membros referidos no **caput** deste artigo com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, que venham a ingressar no serviço público a partir do início da vigência do regime de previdência complementar de que trata esta Lei, serão automaticamente inscritos no respectivo plano de previdência complementar desde a data de entrada em exercício.

§ 3º Fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios.

§ 4º Na hipótese do cancelamento ser requerido no prazo de até noventa dias da data da inscrição, fica assegurado o direito à restituição integral das contribuições vertidas, a ser paga em até sessenta dias do pedido de cancelamento, corrigidas monetariamente.

§ 5º O cancelamento da inscrição previsto no § 4º não constitui resgate.

§ 6º A contribuição aportada pelo patrocinador será devolvida à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo da devolução da contribuição aportada pelo participante.”(NR)

Art. 5º A Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A:

"Art. 6º-A Equiparam-se, para os fins do disposto nos arts. 1º e 6º, às operações neles referidas as que são realizadas com entidades abertas ou fechadas de previdência complementar pelos respectivos participantes ou assistidos."

Art. 6º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 18.

§ 2º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que permanecer em atividade sujeita a esse Regime, ou a ele retornar, não fará jus a outra aposentadoria desse Regime em consequência do exercício dessa atividade, sendo-lhe assegurado, no entanto, o recálculo de sua aposentadoria tomando-se por base todo o período contributivo e o valor dos seus salários de contribuição, respeitando-se o teto máximo pago aos beneficiários do RGPS, de forma a assegurar-lhe a opção pelo valor da renda mensal que for mais vantajosa.

§ 2º-A São também assegurados ao aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social que permanecer em atividade nesse Regime, ou ao que a ela retornar, os seguintes benefícios e serviços, observadas as condições e os critérios de concessão previstos nesta Lei:

- I - auxílio-doença;
- II - auxílio-acidente;
- III - serviço social; e
- IV - reabilitação profissional.

....."(NR)

"Art. 25.

§ 1º

§ 2º Para requerer o recálculo da renda mensal da aposentadoria, previsto no § 2º do art. 18 desta Lei, o beneficiário deverá comprovar um período de carência correspondente a, no mínimo, sessenta novas contribuições mensais."(NR)

"Art. 28-A. O recálculo da renda mensal do benefício do aposentado do Regime Geral de Previdência Social, previsto no § 2º do art. 18 desta Lei, terá como base o salário de benefício calculado na forma dos arts. 29 e 29-B desta Lei.

§ 1º Não será admitido recálculo do valor da renda mensal do benefício para segurado aposentado por invalidez.

§ 2º Para o segurado que tenha obtido aposentadoria especial, não será admitido o recálculo com base em tempo e salário de contribuição decorrente do exercício de atividade prejudicial à saúde ou à integridade física.

§ 3º O recálculo do valor da renda mensal do benefício limitar-se-á ao cômputo de tempo de contribuição e salários adicionais, não sendo admitida mudança na categoria do benefício previamente solicitado."

"Art. 54.

§ 1º Os aposentados por tempo de contribuição, especial e por idade do Regime Geral de Previdência Social poderão, a qualquer tempo, ressalvado o período de carência previsto no § 2º do art. 25 desta Lei, renunciar ao benefício, ficando assegurada a contagem do tempo de contribuição que serviu de base para a concessão do benefício.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º deste artigo, não serão devolvidos à Previdência Social os valores mensais percebidos enquanto vigente a aposentadoria inicialmente concedida."(NR)

"Art. 96.

.....

III - não será contado por um regime previdenciário o tempo de contribuição utilizado para fins de aposentadoria concedida por outro, salvo na hipótese de renúncia ao benefício, prevista no § 1º do art. 54 desta Lei.

..... "(NR)

Art. 7º A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-B:

"Art. 4º-B. Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador rural desempregado dispensado sem justa causa que comprove:

I - ter recebido salários de pessoa jurídica ou de pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos seis meses imediatamente anteriores à data de dispensa;

II - não ter exercido, no período aquisitivo, atividade remunerada fora do âmbito rural;

III - encontrar-se em situação de desemprego involuntário;

IV - não estar em gozo de nenhum benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto pensão por morte e auxílio-acidente;

V - não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente para sua manutenção e de sua família.

§ 1º O período computado para a concessão do benefício não poderá ser utilizado para pleitear novo benefício de seguro-desemprego previsto nesta Lei.

§ 2º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador rural desempregado, por período máximo variável de três a cinco meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de dezesseis meses, contados da data de dispensa que deu origem à última habilitação.

§ 3º O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas no **caput**.

§ 4º O valor do benefício será fixado nos termos do art. 5º desta Lei.

§ 5º Sobre os valores do seguro-desemprego pagos ao empregado rural deverá ser descontada a contribuição previdenciária, com alíquota de 8% (oito por cento), devendo esse período ser contado para efeito de concessão de benefícios previdenciários.

§ 6º A comprovação referida no caput e os critérios para a definição do número de parcelas serão determinados em Resolução do Codefat."

Art. 8º Esta Lei entra em vigor:

I - em 3 de janeiro de 2016, quanto à redação do art. 16 e do inciso II do § 2º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

II - em 1º de julho de 2016, quanto à redação do §5º do art. 29-C da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

III - na data de sua publicação, para os demais dispositivos.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O prazo previsto no §4º do artigo 66 da Constituição Federal e no artigo 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 4 dezembro de 2015.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Com a palavra, o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, neste último fim de semana, estive em algumas cidades do meu Estado, o Estado de São Paulo. Fui a Presidente Prudente, a Ourinhos, a Assis e a Tatuí.

Em todos os lugares, Sr. Presidente, encontrei-me com pessoas ansiosas e desejosas de encontrar uma palavra de alento, uma palavra que pudesse sinalizar uma perspectiva de mudança no quadro atual, que foi tão bem descrito, agora há pouco, pelo Senador que me precedeu nesta tribuna, o Senador Alvaro Dias.

Nessas discussões, Sr. Presidente, ao traçar um panorama das principais mazelas do País, eu dizia que nós vivemos uma situação que foi descrita por um grande pensador italiano – Antonio Gramsci –, que passou anos de sua vida no cárcere, durante a ditadura fascista de Mussolini, na Itália. Ele descrevia a crise como uma situação em que o governo que está dirigindo o país já não governa mais; de alguma maneira, já morreu, mas o novo ainda não surgiu. É uma situação de confusão, de perplexidade, de dificuldade em delinear rumos que afetam basicamente o governo e que transmite uma sensação de profundo mal-estar na sociedade. E essa manifestação dos caminhoneiros, que se dirige a Brasília e que está em várias estradas do País, em cidades do País, levando o seu inconformismo, é mais um dos sintomas desse mal-estar.

Mas dizia aos meus amigos que tiveram a gentileza de me ouvir que uma das características de um sistema que já morreu, que já apodreceu, é uma forma de gestão política que consiste na nova modalidade de patrimonialismo. Ou seja: buscar a sustentação política satisfazendo o apetite de grupos políticos, de líderes políticos, de correntes ou de partidos políticos, entregando pedaços do Governo, setores do Governo, agências governamentais a eles, para a satisfação dos seus objetivos próprios, muitas vezes, e quase sempre, em detrimento dos objetivos gerais da Nação.

É o chamado loteamento político ou aparelhamento político. Isso tem, como consequências, a degradação da Administração Pública, a fragmentação da Administração Pública em muitos feudos que não se coordenam entre si por falta do princípio de legitimidade de quem os nomeou, porque não são nomeados pela autoridade central do Governo, mas são nomeados por seus padrinhos políticos, que visam apenas ao benefício próprio, na melhor das hipóteses, eleitoral. Mas há outros benefícios a que, muitas vezes, essas nomeações visam. Em razão desses outros benefícios, além de ser um movimento que degrada a Administração Pública, exacerba a sua ineficiência, que já é gigantesca, e abre as portas para a corrupção. O mensalão é isso, o petrolão é isso, Senador Ataídes.

Pois bem, a Presidente Dilma Rousseff, não obstante ter sido alertada várias vezes para os males que esse sistema causou ao próprio Governo que ela preside, que se vê hoje acossada por investigações de toda ordem, persiste na prática nefasta da fisiologia, com o objetivo único e exclusivo de impedir que, na Câmara dos Deputados, se alcance o número fatídico para ela de 342 votos a favor do *impeachment*. Pois é preciso lembrar que o número de Deputados dos partidos de oposição, somados – PSDB, Democratas, Solidariedade, PPS –, chega a cem na nossa Câmara Federal, e, para atingir o *impeachment*, seriam necessários 342 votos para atender a algo que é um clamor muito amplo da sociedade brasileira.

A Presidente luta, de todas as formas, com unhas e dentes, para impedir a concretização desses votos, e um dos instrumentos mais praticados por ela e pelo seu Governo é exatamente a distribuição de cargos a seus apoiadores, a fim de manter uma fidelidade que ela sabe que é precária.

Pois bem, agora, nesta semana, haverá uma reunião – hoje, aliás – do Conselho de Administração de uma importante empresa pública federal situada no Estado de São Paulo, a Codesp.

A Codesp é uma empresa pública que gere o maior porto do Brasil, um dos maiores portos da América: o porto de Santos. Um porto cujo bom funcionamento é absolutamente vital para a economia brasileira. Um porto que precisa, ainda, passar por muitas etapas no rumo da sua modernização. Um porto em que existem áreas que precisam ser concedidas à iniciativa privada, para ampliar a sua capacidade de movimentação de cargas. Um porto que é um instrumento fundamental de desenvolvimento de uma vasta região, de uma região populosa, rica, industrializada do meu Estado, que é a Baixada Santista.

A presidência do porto exige alguém que tenha, evidentemente, preparo técnico, vivência na área, mas alguém que tenha, sobretudo, capacidade de articular os diferentes interesses que se organizam em torno do porto, de modo a fazer com que dessa soma saia uma resultante positiva de desenvolvimento. Alguém que tenha diálogo com a comunidade, com os prefeitos, com os empresários, com os trabalhadores da região, da região metropolitana da Baixada Santista.

Durante algum tempo, Sr. Presidente, houve um impasse em relação a quem seria a pessoa a ser nomeada. Pensa V. Ex^a, como pensam aqueles que nos ouvem e nos veem, que o que se buscava era realmente uma pessoa com essas características; que o que se buscava era a pessoa melhor capacitada, por todos esses critérios, para ocupar esse cargo tão importante para a economia brasileira e para a economia do meu Estado e da Baixada Santista. Mas não: o que estava em jogo era saber quem tinha o padrinho político mais forte. Era disso que se tratava, e acabou sendo indicado alguém que foi apadrinhado pelo Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, o Deputado Leonardo Picciani, do Rio de Janeiro.

Assim se concluiu uma breve escaramuça entre interesses políticos conflitantes na base do Governo – com um retrocesso, aliás, em relação ao padrão de gestão que o Ministro anterior, o Ministro Edinho Araújo, também do PMDB, vinha tentando implementar, resistindo o quanto pôde às pressões políticas para ocupação desses cargos, reservando-os a pessoas com competência técnica indiscutível.

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas foi resolvido assim, Sr. Presidente: quem tem o padrinho político mais forte. Este é o triste País, é o triste Governo que está hoje – eu não diria gerindo – lutando, com todas as forças e com todos os instrumentos que tem ao seu dispor para, simplesmente, se manter no governo, em detrimento dos maiores interesses do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O Senador Aloysio faz as suas reflexões.

Agora vamos ouvir, pela ordem, o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Telmário Mota, acho que o relógio está com um probleminha lá – e lembro que hoje são 20 minutos.

Grande Telmário Mota, é uma alegria estar falando sob a sua presidência. V. Ex^a me acompanhou no seu Estado e, neste fim de semana, eu fui a Belém do Pará, ao Amapá, a Macapá. Participei de dois grandes eventos, semelhantes àquele de que nós participamos lá no seu Estado. Eu fico muito, muito agradecido ao povo daquele Estado, pelo carinho com que me trataram, pelo carinho com que o seu povo me tratou – lá foi anunciado que eu vou receber um título do Estado.

Em Belém do Pará, a recepção foi muito interessante. O Senador Flexa Ribeiro, Senador de oposição, estava lá, me acompanhou, almoçou comigo, participou do evento durante todo o dia. Fizemos lá um belo debate sobre terceirização, sobre a não aceitação do negociado sobre o legislado e sobre a própria defesa da democracia.

O Senador Randolfe Rodrigues me acompanhou no seu Estado, e naturalmente fui acompanhado por deputados estaduais e federais. O Vice-Governador Papaléo Paes também esteve comigo lá durante todo o dia. Foi um evento magnífico.

Quanto mais eu viajo pelo Brasil, mais eu me apaixono pelo nosso povo. É uma satisfação enorme o contato direto, o diálogo, a conversa, a caminhada pela cidade, conhecendo as partes, claro, mais significativas de cada uma das capitais. Eu agradeço muito por esse roteiro.

Estarei no Espírito Santo no próximo dia 19. Neste fim de semana eu vou ao Rio Grande do Sul, porque eu lanço um livro lá: *Palavras em Águas Turbulentas*. Vai acontecer na Feira do Livro, é uma continuação do primeiro, *Nau Solitária*. E assim, como diz o poeta espanhol, a gente faz o caminho caminhando. Para mim tem sido muito interessante, Sr. Presidente.

Eu quero também cumprimentar o Senador Alvaro Dias e o Senador Cristovam, pois ambos estiveram no Rio Grande do Sul e ambos fizeram citações lá do nosso trabalho – a gente acaba sabendo. Os Estados são grandes, mas, ao mesmo tempo, são pequenos, porque a informação passa rapidamente. Agradeço a ambos, tanto ao Senador Alvaro Dias quanto ao Senador Cristovam Buarque.

Sr. Presidente, entre os documentos que eu trago no dia de hoje, há um que eu queria muito que V. Ex^a recebesse, porque morreu o ex-Prefeito de Porto Alegre.

Eu vou ler aqui rapidamente, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado, requeiro voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Porto Alegre João Verle.

O fim de semana foi de luto, morreu o ex-Prefeito do PT do Rio Grande do Sul. Na manhã de sábado a morte do ex-Prefeito foi anunciada, ele deixou cinco filhos. Quadro histórico do PT, Verle foi encontrado sem vida em seu apartamento e teria falecido de mal súbito – uns acham que foi há dois dias ou um dia, mas morreu de repente. No domingo, o velório, realizado no Cemitério Jardim da Paz, contou com a presença de diversos dirigentes e amigos de todo o Rio Grande.

João Verle tinha 75 anos, era um cidadão tranquilo – sabem aquele homem do bem mesmo? Tranquilo, ele não conseguia ficar bravo por nada. Dialogava com todos e, por isso, era uma liderança respeitadíssima. Eu, às vezes, fico meio bravo. Já fiquei bravo aqui no plenário e também no plenário do Congresso, mas João Verle conseguia se manter sempre em equilíbrio absoluto. Com uma voz tranquila, ele acabava ganhando simpatizantes.

O cientista político Cláudio Couto, da Fundação Getúlio Vargas, elenca três fatores para o que está ocorrendo no Congresso.

Primeiro, o perfil mais conservador dos Parlamentares. A Radiografia do Novo Congresso, atualizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, aponta que o setor empresarial manteve a hegemonia na Câmara, com 221 representantes eleitos. A bancada sindical, por sua vez, caiu de 83 Deputados para 51. Diversos parlamentares ligados à defesa dos direitos humanos não se reelegeram.

No editorial, a revista diz: “(...) O senador gaúcho Paulo Paim, do PT, farejou no documento “Uma ponte para o futuro” a construção de um caminho para o passado”. Aí eles destacam a frase que eu usei na tribuna: “É só anunciarem que está havendo algum tipo de crise que os setores mais conservadores começam o ataque em cima dos direitos dos que mais precisam” – para cima dos trabalhadores.

Sr. Presidente, é verdade, há muito tempo venho alertando, aqui desta tribuna, para esta situação: terceirização, negociado acima do legislado, Simples Trabalhista, flexibilização da CLT, ataque aos direitos das mulheres, dos povos indígenas, dos aposentados, diminuição do horário de descanso do trabalhador, ataque ao movimento sindical.

A sociedade tem que estar ciente de que está acontecendo algo grave, muito grave, no Congresso Nacional, a partir da Câmara dos Deputados. Nós aqui no Senado estamos até segurando muita, muita coisa. Eu consegui pegar a relatoria da terceirização. Estou viajando o Brasil todo e digo: “Não, não vão terceirizar tudo não”. Nós teremos, como diz um grupo de artistas internacionais, professores sem escola, bancários sem banco para trabalhar, comerciários sem loja, operários metalúrgicos sem metalúrgica. Enfim, teremos 40 mil postos de trabalho que serão terceirizados, e o salário reduzido no mínimo em 30% – para os bancários, a redução chega a 70%.

Depois desse balanço rápido, Sr. Presidente, eu quero, eu que critiquei, e com justa razão, o veto da Presidenta em relação ao instituto da desaposentadoria... Eu fui um dos primeiros a entrar com esse projeto no Congresso, para garantir que aquele trabalhador que voltou para a atividade depois de aposentado poderia usar as contribuições legítimas que fez para pedir revisão do benefício, incorporando aquilo que ele teria de direito, porque ele pagou – seja R\$100,00, R\$200,00, R\$1 mil, R\$2 mil. Infelizmente, a Presidência vetou.

Dos males, o menor, eu diria, porque ela vetou a desaposentadoria – nós estamos brigando no Supremo e tenho dois projetos tramitando ainda no Congresso –, mas sancionou a fórmula 95/95. A fórmula 85/95 é uma luta que eu travo há mais de 15 anos. Começou lá atrás essa bendita, ou maldita, história – é maldita mesmo – do tal Fator Previdenciário. Agora, pelo menos, com essa fórmula que nós aprovamos, Câmara e Senado – e isso ela sancionou –, o Fator fica de lado.

A mulher precisava trabalhar até os 67 anos para se aposentar com salário integral; o homem também teria que trabalhar até os 67 para se aposentar com salário integral. Agora não: a mulher se aposentará aos 55 anos com salário integral; e o homem, aos 60 anos com salário integral. Essa é a fórmula 85/95, porque você soma 55 de idade da mulher com 30 de contribuição, o que dá 85. O homem soma 60 de idade e 35 de contribuição, o que dá 95. É o equilíbrio, isso é positivo.

Só que é bom alertar a população para o fato de que isso vale por dois anos. Daqui a dois anos, aumenta um ano. De dois em dois anos, vai aumentar um ano. Então, nesses próximos dois anos, a mulher poderá se aposentar com 55, mas, passados dois anos, ela deverá ter 56 anos para se aposentar; e o homem, passados dois anos, deverá ter 61. Então, isso é um parâmetro. Claro que os anos que ele contribuir a mais também vão ser somados na fórmula 96 – ali na frente, vai ser a fórmula 97; vai ser a fórmula 98 depois de mais dois anos; passados mais dois anos, é a fórmula 99; passados mais dois anos, é a fórmula 100; aumenta sempre um ano. É um ano na contribuição e um ano na idade, isso vai fazendo com que ele chegue a essa média.

É claro que temos que admitir, Sr. Presidente, que a fórmula 85/95 é bem melhor que o Fator – isso ela não vetou, ela sancionou. Consequentemente, aqueles que estão para se aposentar podem ficar tranquilos, porque, durante os próximos dois anos, está garantida a regra.

Depois de passarem os dois anos, a cada ano aumentará um ano.

Mas, Sr. Presidente, eu ainda quero fazer um pronunciamento neste meu tempo que tenho, que V. Ex^a me colocou à disposição, de algo que me preocupa muito como direitos humanos. É a situação dos refugiados no mundo.

Eu sempre digo que a luta dos direitos humanos não é uma luta que termina, digamos, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, como não termina também na divisa do Brasil com o Chile, ou do Brasil com o Oriente Médio, ou do Brasil com a África. A luta dos direitos humanos, Sr. Presidente, não tem fronteira.

É por isso, Sr. Presidente, que eu, mais uma vez, venho à tribuna para mostrar as minhas preocupações com a situação dos refugiados no mundo. Por exemplo, o conflito sírio se arrasta por quase cinco anos, com consequências devastadoras para a região do Oriente Médio e, podemos dizer, para toda a humanidade.

As atrocidades cometidas na Síria são um golpe duro no sistema internacional de Direitos Humanos, cunhado ao longo de tantas décadas no âmbito das Nações Unidas, desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Sr. Presidente, as raízes dos direitos humanos são ainda mais antigas, trazem à memória a noção do Direito Natural, que se baseia na existência de valores inerentes ao ser humano e que devem ser respeitados em qualquer situação, mesmo quando não previstos em lei.

Desse conhecimento do “justo por natureza” valem-se os direitos fundamentais para a garantia da dignidade humana.

Existem direitos, Presidente, portanto, que transcendem o poder do Estado soberano, já que não se restringem à vontade exclusiva da competência nacional – como eu diria, não têm fronteira –, e sua garantia justifica, até mesmo, o emprego de força pelas Nações Unidas para sanar, para combater violações às condições essenciais de sobrevivência, ou seja, de direitos humanos.

São valores que, de modo irrefutável, visam à manutenção de um núcleo fundamental de proteção ao indivíduo, compondo os direitos humanos na época de paz e os direitos humanos no cenário de conflito.

Esses direitos estão sendo, sistematicamente, desrespeitados na Síria.

Quem não vê milhares e milhares de homens, mulheres e crianças sendo tratados como gado, sendo expulsos, de um território para outro, sobre cercas de arame farpado, o que lembra a guerra e o nazismo? E parece que ninguém vê. Dizem: “Isso não é comigo. É lá na Europa, lá nos países árabes.” Mas é da maior gravidade! O mundo tem que se movimentar, não pode permitir que seres humanos sejam assim tratados, Sr. Presidente.

Esses direitos estão sendo, como eu dizia, desrespeitados. A guerra levou a população a condições extremas de carestia. Eles não têm alimento, aquele povo. Eles não têm água, não têm remédio, não têm transporte, não têm moradia. A produção de alimentos é 40% menor do que antes do período do conflito. Por esse motivo, a ajuda humanitária passou a ser muito, muito necessária. Hoje, cerca de 80% da população depende de ajuda externa, para se alimentar, para tomar água.

Em muitas regiões do País, não há espaço para a sobrevivência pacífica, e os civis estão submetidos ao estado de miséria e a sofrimentos extremos. A infraestrutura está destruída. Milhares de sírios estão presos, sequestrados ou desaparecidos e são vítimas de todo tipo de tortura e maltrato. O número de mortos no conflito já se aproxima de 250 mil, e cerca de 4 milhões de sírios estão na condição de refugiados, de um total que ultrapassa 12 milhões de deslocados de suas residências.

Está em curso um êxodo transfronteiriço intenso para países como Turquia, Líbano, Jordânia e Iraque, que acolhem um número cada vez maior de refugiados.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, outra parte dos expatriados tem se destinado à Europa. Sim, tem se destinado aos países ricos da Europa, em fugas desesperadas, nos chamados barcos da morte, que cruzam o Mediterrâneo, sem a certeza de que encontrarão terra firme depois que se lançarem ao mar. Eles se arriscam; na perspectiva de morrer em terra, eles tentam atravessar aquele espaço no Mediterrâneo, nem que morram no mar.

A vida na Síria é inóspita, pela falta de bens essenciais ao consumo humano e pelas constantes ameaça de guerra.

Explosivos são lançados contra civis, em ataques contra escolas, contra hospitais, contra templos religiosos, supermercados... Diante dessa realidade, a escolha de milhões de sírios tem sido entre fugir de seu país ou morrer nas águas.

A comunidade internacional foi apática no início do conflito, porque menosprezou a influência de jihadistas internacionais e não limitou a escalada do conflito. Mesmo que já houvesse razões para pressionar os beligerantes ao cumprimento de preceitos de direitos humanos e humanitários, nada foi feito. Ademais, várias potências ocidentais pretendiam a queda do ditador Bashar al-Assad, mas não avaliaram que um governo fragmentado poderia ter, como resultado, ainda mais instabilidade política, em lugar do esperado regime democrático. Só ficaram torcendo, mas deixaram tudo acontecer.

Por tudo isso, a guerra atualmente não é só da Síria, Sr. Presidente. Além da expatriação sem correspondência nas últimas décadas, as razões do conflito assumiram a complexidade de outros confrontos no próprio

O Oriente Médio, opondo dois principais atores: o ditador – que aqui ninguém quer ver perto, mas temos que citar – Bashar al-Assad contra a organização conhecida como Estado Islâmico, que atua em vários países da região. E a gente, infelizmente, já assistiu ao assassinato covarde, em massa, de crianças e adultos, que simplesmente tiveram os pescoços cortados.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, descreveu bem a situação ao considerar a existência de uma “guerra por procuração”, já que as soluções para o conflito ultrapassam a capacidade dos sírios e envolvem a disputa de poder por facções que atuam em todo o Oriente Médio. Não é demais, Sr. Presidente, considerar que os sírios estão se inserindo num ciclo de radicalização do qual será difícil sair. Milhões poderão perder a vida.

É com indignação que olhamos para a Síria neste momento e convivemos com a destruição de símbolos de uma das mais longas histórias de ocupação continuada de um território. A vida humana, Sr. Presidente, não tem preço.

É uma derrota para toda a humanidade assistir à escalada dos conflitos, sem indícios de que venham a cessar brevemente.

Ao contrário, as partes beligerantes parecem já adaptadas ao contexto de guerra e estabeleceram canais de suprimento de armas e equipamentos, além de que não há desequilíbrio que aponte a vitória certa, quer seja dos governistas, quer seja dos dissidentes, num prazo médio ou pequeno. Mesmo que a declaração de paz venha a ser forjada, o preço pago pela guerra já terá sido exorbitante, em razão das perdas, principalmente humanas, da expatriação forçada, do pesado ônus para a geração presente e para as gerações futuras.

Essa situação, Sr. Presidente, afeta gravemente a infância. Nunca mais, as crianças de hoje vão esquecer o que estão passando naquela região. Os observadores da ONU relatam que muitas crianças sírias têm sido forçadas a praticar atos de violência e que passaram a conviver com a realidade conflituosa como se fosse natural. Tanto as crianças que praticam atos de violência, quanto as que são mortas por ataques terroristas são o quê? Vítimas da guerra, quando nós todos devíamos estar pregando uma cultura de paz.

Os impasses gerados pela crise síria evidenciam limitações fáticas inadmissíveis aos direitos humanos. A proteção a esses direitos ocupa uma posição central – e tem que ocupar – na agenda internacional. No Brasil, inclusive, a nossa postura é de conferir aos tratados de direitos humanos posição hierárquica superior à dos demais tratados, são considerados normas com *status* constitucional, equivalente às emendas constitucionais.

Sr. Presidente, indo para o finalmente, a questão síria tem que ser observada por dois prismas: em primeiro lugar, há as atrocidades que são cometidas no território sírio propriamente.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em segundo lugar, não podemos deixar de falar dos refugiados sírios, que têm sido submetidos às condições miseráveis de sobrevivência fora dos seus territórios. Todos nós estamos vendo pela televisão, ou ouvindo pelo rádio, ou mesmo nos jornais.

Nesse ponto, entendo que há uma contradição na postura de países reconhecidamente democráticos e que pregam a irrestrita observância aos direitos humanos, porque apontam as violações no território sírio, mas não tratam adequadamente os refugiados, ou seja, os expatriados. Criticam o que acontece na Síria, mas não têm uma política humanitária para aqueles que estão chegando, principalmente nos países europeus.

Tive a oportunidade de me manifestar sobre a questão dos refugiados em um discurso recente, que proferi no mês passado.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Naquele discurso denunciei o sentimento crescente de xenofobia em países da Europa.

Não defendo que os países vizinhos e próximos à Síria devam receber todos os refugiados, porque isso teria, claro, um custo econômico e social sem limite, mas entendo que esses países e a comunidade internacional podem, sim, desenvolver um plano para que os refugiados sejam acolhidos por tantos países quantos forem necessários para que lhes sejam asseguradas as condições mínimas de recomeçar a vida, inclusive o Brasil.

O art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, resguarda o direito à liberdade e igualdade com o seguinte texto: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.”

A liberdade e a igualdade são dois direitos inerentes ao ser humano previstos nas Constituições dos Estados modernos e em diversos tratados que versam sobre direitos humanos, mas que precisam de muita luta para serem, efetivamente, literalmente citados e cumpridos como um diploma jurídico.

A última frase, Sr. Presidente: para inserir esses dois direitos em tratados internacionais, passamos por, pelo menos, dois séculos de revoluções.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ainda hoje, precisamos ser firmes na defesa desses direitos, porque estão distantes de serem plenamente aplicados. Os direitos humanos, Sr. Presidente, é uma luta sem fronteira de todos os homens e mulheres de bem do planeta.

Obrigado, Sr. Presidente. Considere na íntegra os meus pronunciamentos e só me permita dizer essa frase. Estou também acompanhando o movimento dos caminhoneiros, estou dialogando com eles. É preciso dialogar, conversar, consertar e construir o entendimento porque a situação há de se agravar ainda mais se não construírem um acordo com os caminhoneiros.

Era isso e obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar aqui, que a última edição da Revista Carta Capital, tratou de forma esclarecedora, as tentativas que estão ocorrendo no Congresso Nacional no sentido de retirada dos direitos históricos dos trabalhadores brasileiros.

Para ela, o Brasil, em 2015, escolheu o caminho inverso. E cada vez mais se distancia dos avanços sociais e culturais experimentados no resto do mundo.

A crise política e econômica, ou o seu amálgama, para ser mais preciso, tem impulsionado no Congresso a pauta mais reacionária desde o fim da ditadura.

Ataques a direitos trabalhistas e sociais, lobbies escancarados a favor de empresas, projetos pessoais travestidos de interesse público. É uma avalanche.

O cientista político Cláudio Couto, da Fundação Getúlio Vargas, elenca três fatores para o que está ocorrendo no Congresso.

Primeiro, o perfil mais conservador dos parlamentares. A Radiografia do Novo Congresso, atualizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, aponta que o setor empresarial manteve a hegemonia na Câmara, com 221 representantes eleitos.

A bancada sindical, por sua vez, caiu de 83 deputados para 51.

Diversos parlamentares ligados à defesa dos direitos humanos não se reelegeram.

No editorial, a revista diz que (...) O senador gaúcho Paulo Paim, do PT, farejou no documento “Uma ponte para o futuro” a construção de um caminho para o passado: “É só anunciarem que está havendo crise que os setores mais conservadores começam o ataque em cima dos direitos dos que mais precisam”.

Sr. Presidente, há muito tempo venho alertando aqui desta tribuna esta situação. Terceirização, negociado acima do legislado, simples trabalhista, flexibilização da CLT, ataques aos direitos das mulheres, dos povos indígenas.

A sociedade tem que estar ciente do que está acontecendo no Congresso.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por inúmeras vezes ocupei esta tribuna para defender o fim do Fator Previdenciário.

Hoje volto a ela para anunciar, se não o fim dessa excrecência, mas uma alternativa a ela.

A sanção da Presidente Dilma à Lei nº 13.183 põe fim a essa famigerada regra que reduziu a já mísera renda dos aposentados e pensionistas.

Instituída no Governo do Presidente Henrique Fernando Cardoso, em 1999, com a oposição petista, a regra vigorou até os dias de hoje, com apoio de muitos que naquela época se opuseram a proposta.

No momento em que ele foi implantado, apresentamos projeto na Câmara dos Deputados para extingui-lo, para riscá-lo do mapa.

Iniciamos então uma caminhada de esclarecimentos junto à sociedade e de conscientização do Congresso Nacional quanto à gravidade do problema.

Em 2003, quando cheguei ao Senado Federal, apresentei o PL 296 que propunha o fim do Fator Previdenciário.

No Senado foi aprovado por unanimidade, mas encontrou enormes resistências na Câmara.

Tramitando por 12 anos no Congresso, a matéria permanecia na Câmara dos Deputados, sob PL 3299/2008, pendente de deliberação do Plenário daquela Casa Legislativa desde 2010.

A matéria passou pela relatoria dos deputados Arnaldo Faria de Sá, Pepe Vargas e Germano Bonow, com um voto em separado da Deputada Rita Camata, mas permanecia parado aguardando inclusão na pauta de votação do plenário.

Em maio deste ano a Câmara dos Deputados aprovou uma emenda de autoria do deputado federal Arnaldo Faria de Sá, à Medida Provisória 664 de 2014, prevendo o fim do fator previdenciário e sua substituição pela fórmula 85/95.

Um verdadeiro gol de placa.

Na oportunidade, conversei muito com o deputado Arnaldo sobre o teor da emenda e como poderia ser a sua votação, o resultado.

O próprio movimento sindical teve destacada e importante atuação.

Aplicado no cálculo da contribuição, o fator reduz em 30 a 40% - para homens e mulheres – o valor da aposentadoria e da pensão em comparação com o salário da ativa.

Não é para menos que o fim dessa famigerada regra é saudado por mim e por todos os trabalhadores.

Sempre defendi o seu fim e critiquei duramente o veto da presidente Dilma à proposta aprovada pelos parlamentares e a instituição do novo cálculo para quem pretendia fugir desse perverso mecanismo que pretendia coibir as aposentadorias precoces.

Minha defesa estava coberta de justiça social porque o fator previdenciário só atingia os trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), ou seja, aqueles que ganham até R\$ 4.663,75.

Para aqueles dos Poderes Executivo, Legislativo (que é o meu caso) e Judiciário, onde o teto salarial é R\$ 33.763,00, o fator previdenciário não é aplicado.

Sempre defendi uma Previdência universal, com direitos e deveres iguais para todos, sejam da área pública ou privada.

A fórmula 85/95 garante a aposentadoria integral quando a soma da idade com o tempo de contribuição chegar aos 85 anos, no caso das mulheres e aos 95 anos, em relação aos homens.

Apesar do unânime apoio ao fim do fator previdenciário, a luta foi penosa e longa.

Cheguei a lançar, em junho deste ano, com o senador Walter Pinheiro, uma campanha de mobilização para que a presidente Dilma Rousseff não vete a proposta que acaba com o fator previdenciário.

Com os dizeres “Não vete Dilma” e “Diga sim à fórmula 85/95”, realizamos forte campanha nas redes sociais, sensibilizando a população e pressionando o Governo para que apresentasse uma alternativa.

E ela veio, foi editada nova Medida Provisória, a MP 676/2015, que estabelecia a fórmula 85/95 para, com progressividade de pontos de 2017 a 2022 até a fórmula 90/100, em função do aumento da expectativa de vida de população no país.

Não é exatamente o que defendemos, pois acreditamos que a progressão para quem já está no sistema é um enorme retrocesso social.

Por outro giro, estamos felizes porque consideramos uma grande vitória, o coroamento dessa luta travada há mais de 15 anos.

Durante os 28 anos de minha atuação no Congresso Nacional aprendi que o verdadeiro nome do sucesso chama-se persistência, dedicação, amor e convicção naquilo que defendemos.

Como disse uma vez Steve Jobs: “Para se ter sucesso é preciso amar de verdade o que se faz.”

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o conflito sírio se arrasta por quase cinco anos, com consequências devastadoras para a região do Oriente Médio e, podemos dizer, para toda a humanidade.

As atrocidades cometidas na Síria são um golpe duro no sistema internacional de Direitos Humanos, cunhado ao longo de tantas décadas no âmbito das Nações Unidas, desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Mas as raízes dos direitos humanos são ainda mais antigas, trazem à memória a noção de Direito Natural, que se baseia na existência de valores inerentes ao ser humano e que devem ser respeitados em qualquer situação, mesmo quando não previstos em lei.

Desse conhecimento do “justo por natureza” valem-se os direitos fundamentais para a garantia da dignidade humana.

Existem direitos, portanto, que transcendem o poder do estado soberano, já que não se restringem à vontade exclusiva da competência nacional, e sua garantia justifica, até mesmo, o emprego de força pelas Nações Unidas para sanar violações às condições essenciais de sobrevivência.

São valores que, de modo irrefutável, visam à manutenção de um núcleo fundamental de proteção ao indivíduo, compondo os direitos humanos na época de paz e os direitos humanitários no cenário conflituoso.

Esses direitos estão sendo, sistematicamente, desrespeitados na Síria. A guerra levou a população a condições extremas de carestia de alimentos, de água, de remédios, de moradia.

A produção de alimentos é 40% menor do que antes do período conflituoso, por esse motivo a ajuda humanitária passou a ser absolutamente necessária.

Hoje, cerca de 80% da população dependem de ajuda externa para se alimentar.

Em muitas regiões do país não há espaço para a sobrevivência pacífica, e os civis estão submetidos a estado de miséria e sofrimento extremos, a infraestrutura está destruída, milhares de sírios estão presos, sequestrados ou desaparecidos e são vítimas de torturas e maus tratos.

O número de mortos no conflito se aproxima de 250 mil, e cerca de 4 milhões de sírios estão na condição de refugiados, de um total que já ultrapassa os 12 milhões de deslocados de suas casas.

Está em curso um êxodo transfronteiriço intenso para países como Turquia, Líbano, Jordânia e Iraque, que acolhem um número cada vez maior de refugiados.

Outra parte dos expatriados tem se destinado à Europa, em fugas desesperadas nos “barcos da morte”, que cruzam o Mediterrâneo sem a certeza de que encontrarão terra firme depois de lançados ao mar.

A vida na Síria é inóspita pela falta de bens essenciais ao consumo humano e pelas constantes ameaças de guerra.

Explosivos são lançados contra civis em ataques contra escolas, templos religiosos, supermercados, hospitais. Diante dessa realidade, a escolha de milhões de sírios tem sido entre fugir de seu país ou morrer.

A comunidade internacional foi apática no início do conflito porque menosprezou a influência de jihadistas internacionais e não limitou a escalada do conflito, mesmo que já houvesse razões para pressionar os beligerantes ao cumprimento de preceitos de direitos humanos e humanitários.

Ademais, várias potências ocidentais pretendiam a queda do ditador Bashar al-Assad, mas não avaliaram que um governo fragmentado poderia ter como resultado ainda mais instabilidade política, em lugar do esperado regime democrático.

Por tudo isso, a guerra, atualmente, não é só síria! Além da expatriação sem correspondência nas últimas décadas, as razões do conflito assumiram a complexidade de outros confrontos do Oriente Médio, opondo dois principais atores: o ditador Bashar al-Assad contra a organização conhecida como Estado Islâmico, que atua em vários países da região.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, descreveu bem a situação ao considerar a existência de uma “guerra por procuração”, já que as soluções para o conflito ultrapassam a capacidade dos sírios, e envolvem a disputa de poder por facções que atuam em todo o Oriente Médio.

Não é demais considerar que os sírios estão se inserindo num ciclo de radicalização do qual será difícil sair.

É com indignação que olhamos para a Síria neste momento e convivemos com a destruição de símbolos de uma das mais longas histórias de ocupação continuada de um território.

É uma derrota para toda a humanidade assistir à escalada dos conflitos, sem indícios de que venham a cessar brevemente.

Ao contrário, as partes beligerantes parecem já adaptadas ao contexto de guerra e estabeleceram canais de suprimento de armas e equipamentos, além de que não há desequilíbrio que aponte a vitória certa dos governistas ou dos dissidentes em período de poucos meses.

Mesmo que a declaração de paz venha a ser forjada, o preço pago pela guerra já terá sido exorbitante, em razão das perdas materiais e humanas, da expatriação forçada, do pesado ônus para as gerações presentes e futuras.

Essa situação afeta gravemente a infância. Observadores da ONU relatam que muitas crianças sírias têm sido forçadas a praticar atos de violência e que passaram a conviver com a realidade conflituosa com certa naturalidade.

Tanto as crianças que praticam atos de violência quanto as que são mortas por ataques terroristas são vítimas da guerra.

Os impasses gerados pela crise síria evidenciam limitações fáticas inadmissíveis aos direitos humanos. A proteção a esses direitos ocupa uma posição central na agenda internacional.

No Brasil, inclusive, a nossa postura é de conferir aos tratados de direitos humanos posição hierárquica superior à dos demais tratados. São consideradas normas com status constitucional, equivalentes às emendas constitucionais.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a questão síria tem de ser observada por dois prismas. Em primeiro lugar, há as atrocidades que são cometidas no território sírio propriamente; em segundo lugar, não podemos deixar de falar dos refugiados sírios, que têm sido submetidos a condições miseráveis de sobrevivência fora do seu território.

Nesse ponto, entendo que há uma contradição na postura de países reconhecidamente democráticos e que pregam a irrestrita observância aos direitos humanos, porque apontam as violações no território sírio, mas não tratam adequadamente os expatriados.

Tive a oportunidade de me manifestar sobre a questão dos refugiados em um discurso recente, que proferi no mês passado. Naquele discurso denunciei o sentimento crescente de xenofobia em países da Europa.

Não defendo que os países vizinhos e próximos à Síria devam receber todos os refugiados, porque isso teria um custo econômico e social muito grande, mas entendo que a comunidade internacional deva desenvolver um plano para que os refugiados sejam acolhidos por tantos países quantos forem necessários para que lhes sejam asseguradas as condições mínimas de recomeçar a vida.

O artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, resguarda os direitos da liberdade e igualdade com o seguinte texto: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.”

A liberdade e a igualdade são dois direitos inerentes ao ser humano previstos nas Constituições dos estados modernos e em diversos tratados que versam sobre direitos humanos, mas que precisaram de muita luta para serem literalmente citados em um diploma jurídico.

Para inserir esses dois direitos em tratados internacionais, passamos por, pelo menos, dois séculos de revoluções e, ainda hoje, precisamos ser firmes na defesa desses direitos, porque estão distantes de serem plenamente aplicados.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paulo Paim, antes de V. Exª sair da tribuna, quero parabenizar o discurso de V. Exª e a sua preocupação.

Eu li na revista a matéria e, sem nenhuma dúvida, a presença de V. Exª aqui é a de um escoteiro sempre alerta a qualquer coisa que possa vir a prejudicar os trabalhadores, os excluídos, etc.

Sem nenhuma dúvida, a revista *Capital* faz esse destaque. Este momento de crise não só avança com ações da direita, como dos conservadores, e principalmente com essas pautas-bomba, pela fragilidade do atual Presidente da Câmara Federal, o qual cede a esses grupos que lhe dão sustentação e que, sem nenhum escrúpulo, avançam sistematicamente nesse direitos dos trabalhadores, dos excluídos, como V. Exª bem colocou, dos indígenas, e tudo mais.

A revista traz esse alerta e V. Exª o reitera, com sua fala. Parabenizo-o por isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O nosso próximo orador é o Senador Cristovam que está aqui, em seguida, o Senador José Medeiros; depois o Senador João Capiberibe, do PSB, do Amapá; depois o Senador Lindbergh e posteriormente o Senador Reguffe.

Como é transparente o espelho, eu vi V. Exª. Protegi essa fala porque ela é necessária neste momento. O Senador José Medeiros compreende e todos compreendem.

Trocou? V. Exª usa da palavra pela Liderança? Em seguida, fala José Medeiros.

Senador João Capiberibe, com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os Srs. Senadores, as Sras Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado.

Venho à tribuna, nesta segunda-feira, Sr. Presidente, para fazer um registro de alguns eventos importantes de que tive oportunidade de participar semana passada, inicialmente no Rio de Janeiro, quinta-feira, em uma reunião da Coordenação Socialista Latino-Americana, para discutir um tema fundamental que está na ordem do dia do nosso País: transparência e corrupção, com a participação de representantes dos Partidos Socialistas da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, do Chile.

Estava presente o Embaixador Gazmuri, do Chile, que é do Partido Socialista e que, aliás, tem toda uma história. Ele foi Secretário-Geral do Movimento de Ação Popular Unificado, uma das agremiações que participava da unidade popular que elegeu Salvador Allende, que terminou derrocado por Pinochet, no sangrento golpe de 1973, com milhares de chilenos mortos e desaparecidos.

Também estava presente o Presidente Nacional do nosso Partido, Carlos Siqueira; o Coordenador dos Partidos Socialistas da América Latina, o nosso companheiro de Partido, enfim, estavam vários Partidos ali representados.

Houve uma mesa redonda, com a participação do Gil Castello Branco, de Contas Abertas, que hoje talvez seja um dos especialistas nessa área da transparência dos gastos da União. Ele é profundo conhecedor do Orçamento Público Federal e tem identificado, inclusive, algumas questões que deram origem a procedimen-

tos de investigação, como é o caso das pedaladas praticadas pelo Governo da Presidente Dilma, em relação aos bancos públicos.

Também participou dessa mesa redonda conosco – eu presidi a mesa redonda – o representante da Argentina, o Secretário dos Municípios da Província de Santa Fé, Horácio Ghibaudi, e o Bruno Brandão, da Transparência Internacional.

Antes da apresentação dessa mesa redonda, o Partido Socialista Brasileiro lançou um documentário sobre os seis anos da Lei Complementar nº 131, da Lei da Transparência. É um documentário que conta a história da aprovação da lei aqui no Senado, depois na Câmara Federal; a promulgação e esses seis anos de implementação da lei, que hoje obriga todos os entes públicos a colocar, em tempo real, em suas páginas de transparência, em seus portais de transparência, as receitas e as despesas públicas detalhadas.

Essa reunião do Rio se prolongou ao longo do dia e, já à noite, eu viajei para Macapá. Sexta-feira, à tarde, participei de um ato emocionante em que se analisavam os seis anos também de uma lei importantíssima, a Lei nº 2.970, de 2009, de autoria da Deputada Janete Capiberibe, que previne o escalpelamento.

O escalpelamento é um acidente causado pelas embarcações. É um acontecimento muito trágico na vida de milhares de pessoas em todo o País. O acidente acontece quando o cabelo, principalmente das mulheres que têm os cabelos longos, é enroscado no volante ou no eixo dos motores. E aí se provoca o escalpelamento, que é algo terrível, com milhares de vítimas.

A partir da lei, eu tomei conhecimento do relatório que foi apresentado. Estavam presentes várias vítimas de escalpelamento provocado por esses equipamentos, esses motores com eixos descobertos, que navegam em todo País. Não é só na Amazônia, mas a maior incidência é na Amazônia. E eu tive conhecimento que, a partir da lei, que foi promulgada em 2009, e das ações todas promovidas pela Marinha do Brasil, coordenadas pela Deputada Janete, no Amapá, nos últimos quatro anos, zeraram o escalpelamento. Nós não tivemos nenhum caso de escalpelamento, e, em todo o País, houve uma redução de 75%.

Portanto, é uma razão para se comemorar e para mostrar que um agente político pode promover, pode patrocinar causas fundamentais, decisivas, para a melhoria da vida coletiva, como termos evitado tantos escalpelamentos. Essa é uma tragédia que marca as pessoas não apenas fisicamente, mas, também, internamente, para sempre.

Eu fiquei muito emocionado ao ver aquelas manifestações. E, na oportunidade, a Deputada entregou às pessoas que estavam ali participando uma manifestação de carinho e de solidariedade das camponesas latino-americanas que, em um congresso, na Argentina, resolveram cortar os seus cabelos para enviá-los às pessoas mutiladas por esse acidente para a confecção de perucas. Foi assim um dos momentos mais emocionantes que eu vivi nessa última semana.

À noite, participei também de um seminário, promovido pela Fundação João Mangabeira, em Macapá, que buscou analisar a conjuntura nacional e o cenário político no Amapá. Desse seminário participou o economista José Ramalho; o engenheiro Ruy Smith, e o Vice-Prefeito de Macapá, Allan Sales. O seminário foi coordenado pelo ex-Governador Camilo Capiberibe, que é o Coordenador da Fundação João Mangabeira.

Também obtive informações que me impressionaram muito. Por exemplo, fala-se tanto em crise, mas as receitas de transferências da União para o Estado do Amapá, até outubro, cresceram em R\$105 milhões. Portanto, não há de se falar em crise por falta de recursos no Amapá, porque as transferências federais cresceram, e o ICMS, que é o imposto de responsabilidade local, do Estado, decresceu em R\$60 milhões. Em todos os demais Estados da Federação – esta é uma informação levantada pelo economista que foi ex-Secretário de Planejamento do Estado –, houve uma redução. E pior do que essa redução... Essa redução, evidentemente, nos parece uma negociata entre uns poucos e aqueles que ganharam as eleições no ano passado para não recolher ICMS, e o Governo já anuncia um Refis. Isso me parece algo criminoso e absurdo, porque a sonegação fiscal, no nosso País...

Sr. Presidente, o Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional fez um levantamento, um estudo com base no Orçamento de 2014 e detectou que 27,6% ou R\$518 bilhões são pagos pelo contribuinte, são pagos pelos cidadãos, pelas cidadãs brasileiras, mas esse dinheiro é surrupiado na ponta da arrecadação, ou seja, é um dinheiro que deixa de entrar nos cofres da Nação, nos cofres do Estado – R\$518 bilhões.

Eu estive dando uma olhada no *ranking* dos maiores sonegadores do País, e a empresa número um, campeã de sonegação, é a Vale do Rio Doce. São quase R\$46 bilhões. Na verdade, a Vale não paga imposto, ou seja, essa empresa continua pública, porque ela não recolhe os impostos pagos.

É uma história muito mal contada. Eu comparei com a China, Sr. Presidente. Na China não se paga imposto, mas o Estado é dono de tudo, e, quando não é dono, é sócio em 50% de tudo. Então, todos os lucros vão para o Estado. Aqui me parece uma sociedade um pouco *à la* chinesa, mas com o setor privado levando todas

as vantagens. Se a Vale não paga os impostos, a concorrência é uma coisa desleal, porque a sonegação atinge duramente a concorrência. Quando você não paga imposto, você pode vender mais barato.

Enfim, nesse seminário nós tivemos a oportunidade de ver que o Estado lá está recebendo mais dinheiro de transferências da União, mas está deixando de cumprir o seu dever de arrecadar, e promete fazer refinanciamento do dinheiro que é do cidadão.

Enquanto continuar com esse refinanciamento de dívidas, ninguém vai pagar imposto. Estão pendurados 520 bilhões no Carf, Senadora – e aí apareceu a Operação Zelotes, que, pela primeira vez... Porque o cidadão brasileiro está acostumado, sabe que a corrupção na ponta da aplicação é algo muito popular, porque se pratica nas prefeituras, se pratica nos governos dos Estados, se pratica no Judiciário, no Legislativo, em todo canto. Já a evasão fiscal, a sonegação, até o nome é diferente, porque sonegação é roubo. Quem sonega uma informação deixa de entregar ao cofre do Estado aquilo que o contribuinte já pagou. Portanto, essa é uma constatação que surge diante dos nossos olhos e nós precisamos tomar uma providência.

Há mais uma questão: eu acredito que é um pacto, um pacto político para não mudar nada. Desde 1995 até hoje, toda a legislação de punição da sonegação foi revogada. Hoje, no Brasil, não é crime sonegar. Você pode sonegar imposto seguro de que não vai para a cadeia. Isso é algo que impede o desenvolvimento da sociedade.

Em todos os países de ponta, países industrializados, países com os maiores índices de desenvolvimento humano, se você sonegar imposto, você vai para a cadeia. No Brasil, não: no Brasil você pode sonegar que está garantido que não vai lhe acontecer absolutamente nada.

A não ser que, se a fiscalização, por acaso, detectar, você possa devolver o imposto sonegado e está perdoado. É como se alguém roubasse a sua televisão, usasse dois anos, de repente, a polícia pega, ele devolve a sua televisão e fica por isso mesmo. Esse é um dos graves problemas do País.

É claro que, no correr da discussão, com pessoas muito bem informadas, nós, também, tivemos a informação sobre a dívida pública e sobre a corrupção na ponta da aplicação, que leva, anualmente, em torno de R\$80 bilhões a R\$100 bilhões, que são desviados.

Há o caso da Operação Lava Jato, cujas investigações estão mostrando os volumes fantásticos de recurso, mas não é só a Lava Jato. A Lava Jato é uma grande soma, mas, se somarmos todos os recursos desviados, desde as prefeituras até os órgãos públicos federais, aí nós vamos ver que é infinitamente maior do que a Lava Jato. Ou seja, a corrupção do varejo é maior do que a corrupção do atacado.

Por último, Sr. Presidente, no sábado, a convite do Governador do Amapá, o Governador Waldez Góes, eu estive juntamente com o Senador Davi Alcolumbre no lançamento de uma obra importantíssima: a construção de 7km de ramais que vão servir aos pequenos agricultores do Polo Hortifrutigranjeiro de Macapá e do Centro de Desenvolvimento Rural, onde serão implantadas três fábricas.

Essa pavimentação foi contemplada em um projeto aprovado por nós, uma ação nossa junto ao Ministério da Integração, ainda no Governo de Camilo Capiberibe, que organizou os projetos, tendo como Ministro o nosso companheiro de Senado, Senador Fernando Bezerra, Ministro da Integração Nacional. A equipe técnica elaborou os projetos, em que consta essa pavimentação asfáltica, para facilitar o escoamento da produção e a construção de três fábricas, uma das quais a de polpa de frutas para poder aproveitar e agregar valor na comunidade, ao cupuaçu, ao açaí e a tantas frutas que nós temos ali.

Então, nós vamos ter uma fábrica destinada a esses agricultores familiares do polo e do mini polo, que são duas regiões no Distrito da Fazendinha, do Município de Macapá.

Também vamos ter um píer de atracação no Igarapé da Fortaleza, que é um rio maravilhoso, que separa a cidade de Macapá e de Santana e que está razoavelmente preservado.

E a ideia é transformar ali em um centro turístico dada a beleza da paisagem e também, evidentemente, não só a paisagem ambiental, mas a paisagem humana. Ali é uma área Ribeirinha em pleno centro da cidade. Então, a ideia é desenvolver o turismo com a implantação desse píer para embarcações, para transporte de turistas e, também, claro, de cargas na vinda da região ribeirinha.

Então, o total desse projeto é de R\$16,5 milhões, com a contribuição nossa de R\$13 milhões em emendas e projetos nossos junto ao Ministério da Integração, no nosso mandato, e de R\$3 milhões e meio do Governo do Amapá.

Estava presente lá a comunidade. E a comunidade ficou muito feliz porque as obras devem ter começado hoje. As máquinas já estavam lá, então, as máquinas começaram hoje.

Foi surpreendente essa nossa participação, porque as pessoas acham que os adversários políticos não se sentam para conversar, mas os adversários políticos são: um Governador, um Senador e o outro é Deputado Federal. E todos nós temos uma obrigação, uma função representativa e temos a obrigação de nos sentar e discutir aquilo que é de interesse da comunidade.

Então, esse projeto, pela grandiosidade, nos obriga a conversar permanentemente, a conversar com o Governador, a conversar com o Ministro da Integração, a conversar com o Prefeito, a conversar com a comunidade para que se transforme em realidade toda essa questão, esse conjunto de ações de um grande programa, de um grande projeto, que nós denominamos de Igarapé Sustentável. Então, quando se fala de Igarapé Sustentável, a opinião pública já sabe que é um projeto que integra várias ações e que tem como objetivo a valorização dos recursos locais, do desenvolvimento das cadeias produtivas locais e, claro, da preservação do patrimônio ambiental de toda a comunidade.

Portanto, era esse o meu relatório do final de semana, das atividades muito ricas que desenvolvemos. Foi um debate muito interessante, coordenado pelo nosso companheiro Beto Albuquerque, que foi candidato a vice-presidente da República na chapa de Marina Silva e que é o Coordenador dos Partidos Socialistas da América Latina.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.

O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Passo a palavra ao Senador José Medeiros.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado, todos que nos acompanham na Casa, em abril estive aqui, nesta tribuna, fazendo um alerta ao Governo sobre a possibilidade de uma greve dos caminhoneiros.

Naquela oportunidade, tínhamos a informação de que eles estavam se mobilizando, devido às dificuldades já com o óleo diesel, com empréstimos, com as questões de fretes. Em que pese ser de um partido de oposição, não somos oposição ao Brasil e fizemos um elo, servimos de elo entre as lideranças dos caminhoneiros, juntamente com o Senador Blairo Maggi e com o Senador Moka, para que houvesse um consenso entre a categoria e o Governo.

Na oportunidade, houve até uma lei autorizativa desta Casa, para que pudessem chegar a um bom termo e para que pudesse haver uma negociação com a categoria, porque a grande dificuldade deles era a respeito dos empréstimos feitos junto ao BNDES, que estavam com dificuldade de pagar.

A grande verdade é que foi encharcado o mercado com muitos caminhões. Chega-se a dizer que existem, hoje, no mercado brasileiro, mais de 300 mil caminhões além do que há de demanda de carga. E isso obviamente gera um problema muito grande, quase insolúvel, porque vira uma questão de mercado. E não há quem regule o frete dessa forma, porque é a lei da oferta e da procura.

O que acontece? Essa lei, que foi aprovada aqui, se o Governo não quisesse acatar, bastava simplesmente ignorar, porque era autorizativa. Mas ela foi vetada. Até nos admiramos, porque, se era apenas autorizativa, não precisava haver. Mas aquilo causou um reboiço no meio da categoria e foi entendido como um gesto de recusa do Governo em atender ao pleito.

Mas, agora, eis que o País novamente depara com uma greve.

E agora há pouco, lendo, vi que mais de dez Estados da Federação já estão com paralisação dos caminhoneiros. O Governo tem reagido dizendo que é uma greve política. Eu penso que toda greve seja política. Agora, o que o Governo tem que ter em mente é que precisa conversar, ficar rouco de ouvir e...

Passo a palavra para... *(Pausa.)*

Depois dou um aparte a V. Ex^a.

O Governo precisa ficar rouco de ouvir, conversar com essa categoria e tentar entender. Até porque a vida do caminhoneiro, e principalmente dos autônomos, é uma vida sofrida, é uma vida de quem vive nessas rodovias, longe da família, de quem vive enfrentando pátios de postos, sendo enxotado, aliás, deles, porque as grandes frotas geralmente têm convênios com os postos, e os postos geralmente atendem àqueles que já são seus clientes. Mas o caminhoneiro autônomo praticamente não tem nem onde parar, porque ele não é cliente, às vezes, daquele posto, e o pátio é para quem já é cliente. E às margens da rodovia não há onde esses caminhoneiros fiquem.

De forma que é uma turbulência a mais e que nos preocupa, porque o Governo tem decidido enfrentar como se fosse uma “pitica” partidária, como se fosse uma pendenga simplesmente, para desgastar o Governo. É possível que, no seio dessa greve, haja também quem tenha os seus interesses político-partidários; mas a grande verdade é que não se podem fechar os olhos para a dificuldade que tem o setor.

É uma dificuldade grave, e o Governo precisa admitir que foi causada pelo próprio Governo. No momento em que o Governo liberou financiamento a rodo, a facilidade disso era... Quem tinha um caminhão, comprou cinco; quem tinha cinco, comprou dez. E encharcou. Então o Governo tem responsabilidade direta nesse problema.

E não adianta tentar se esquivar agora e dizer que a greve é política. Precisa resolver. Como? Não sei, o problema é difícil; mas criaram, foi criado. Começou no momento em que se criou essa facilidade toda e incentivos para as fábricas. Incentivos preocupantes, que, neste momento, chegamos até a ouvir dizer que, para serem criados, houve inclusive venda de medidas provisórias. Então, todo esse problema é muito preocupante.

Mas e como resolver? Precisa-se resolver agora, mas não é dizendo que a greve é política, não é atacando esses; é chamando para o diálogo. Diálogo que V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, quantas vezes subiu aqui dizendo, sinalizando, procurando e falando para este Governo buscá-lo.

Desde fevereiro que ouço V. Ex^a e também o Senador Capiberibe, tanto buscando o diálogo quanto mostrando a saída, mas parece que fica reticente. E, aí, depois, tardiamente, buscam esse diálogo, pode ver. Então, nesse momento, com certa há dificuldade, mas, daqui a pouco, quando esse problema recrudesce, o Governo vai começar a sentar e aí realmente ver os problemas. Essa é a nossa preocupação.

E há mais um problema. Recentemente, nós tivemos a notícia de que a Petrobras teve de reajustar em 4% o valor do combustível nas refinarias. Só no meu Estado de Mato Grosso, que é um grande exportador de grãos, esse reajuste implica um aumento de 30% no valor de frete rodoviário. Na atual conjuntura de crise, isso pode ter efeitos absolutamente desastrosos. A pressão oriunda dos custos crescentes provoca a erosão dos lucros, a corrosão dos salários e termina repassada ao consumidor, resultando naquela velha conhecida dos brasileiros: a inflação.

E o povo vê, o povo percebe isso, Sr^{as} e Srs. Senadores. O congelamento dos preços do diesel era uma das principais demandas da greve dos caminhoneiros, lá em fevereiro já. Acertadamente, o movimento percebeu como um combustível caro aviltava os rendimentos do caminhoneiro autônomo, um trabalhador que, como todo mundo, precisa sustentar sua família.

Claro, todos conhecemos a difícil situação por que passa a Petrobras. A nossa empresa de petróleo encontra-se em pleno processo de recuperação dos ataques sistemáticos que tem sofrido e da má gestão. Talvez, simplesmente, não tenha condições de segurar o preço, como querem os caminhoneiros, seja do diesel, seja da gasolina, seja de qualquer outro combustível fóssil.

O que nós precisamos, enfim, é de uma alternativa, é de um caminho. Aliás, hoje, o País busca um caminho. E, por sorte, Sr. Presidente, nós já temos esta alternativa: é a alternativa do biodiesel, o combustível que se produz a partir do óleo vegetal. Um combustível que é mais limpo, mais seguro e que, nas circunstâncias atuais, está ficando mais barato que os seus concorrentes.

Eu falo em sorte, mas não é bem sorte. Há anos que nós nos preparamos para isso aqui no Brasil. Como resultado do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, desenvolvemos uma matriz produtiva consolidada de biodiesel.

São 58 unidades aptas a fornecer 7,5 bilhões de litros desse combustível por ano.

Muito dessa infraestrutura atualmente está sem uso: 45% da capacidade brasileira estão ociosos, apenas esperando um incremento na demanda para funcionar.

Estou colocando justamente esse tema porque, às vezes, dizem que a oposição, os partidos independentes vêm aqui só para criticar. Não! Neste momento, estamos enfrentando uma crise, uma greve dos caminhoneiros, e sinto que o Governo não tem alternativa e não sabe bem o que oferecer, mas temos uma oportunidade, uma janela de ouro para baixar o preço desse combustível.

Vejam só como a solução para o problema está aí, em nossas mãos. Precisamos pô-la em prática. Precisamos usar o recurso que já temos e que, com tanto esforço, conquistamos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, há algum tempo, introduziu-se, no mercado brasileiro, a composição mista do óleo diesel. Por força da Lei nº 13.033, de 2014, o óleo diesel fóssil comercializado nos postos do País passou a ter 7% de biodiesel. É o chamado B7. Foi uma medida importante. Mas, como vimos, nos níveis atuais, a composição híbrida não tem bastado para conter a alta recente nos custos, que tem levado o preço final do óleo diesel às alturas. Podemos e devemos expandi-la.

Atualmente, tramita o Projeto de Lei do Senado nº 613/2015, do Senador Donizeti Nogueira, que altera a quantidade obrigatória de biodiesel no óleo diesel comercializado no Brasil. Progressivamente, esse projeto aumenta a taxa de biodiesel para 10% do diesel vendido nos postos, que, então, passará a ser o do tipo B10.

Em cidades grandes, com mais de 500 mil habitantes, o projeto estabelece como obrigatória a taxa de 20% de biodiesel no óleo diesel utilizado no transporte público. É o chamado B20, amplamente testado pela Petrobras em diversas cidades do País.

Recentemente, apresentei, ante a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, uma emenda visando a aprimorar esse dispositivo do projeto. A emenda estende o B20 Metropolitano a todo o transporte, inclusive o de carga, das cidades com mais de 200 mil habitantes. É um passo bastante lógico, já que muito do óleo diesel que se consome no Brasil abastece caminhões. Adotar o B20 também para esses veículos pode ajudar a reduzir o preço do frete, como eu disse anteriormente.

Nobres colegas Senadores, em tempo de crise, precisamos buscar maneiras de melhorar nossa competitividade, de reduzir o chamado custo Brasil. Em regra, essas são medidas estruturantes, de longo prazo, como aquelas que constam na Agenda Brasil, originada aqui, no Senado Federal. Contudo, há também medidas mais simples, de alcance igualmente longo e de efeito já no curto prazo. A redefinição das misturas que compõem o óleo diesel disponível no mercado brasileiro é uma delas.

Aumentar a concentração de um componente cada vez mais barato, produzido no País, tende a baratear o preço final do combustível. Isso tem efeitos sobre toda a economia: contém a inflação em uma conjuntura de tensão econômica e social; reduz a nossa dependência de importações, um passo crucial neste momento de alta súbita do dólar; incentiva o desenvolvimento local, por causa do incremento na demanda de um produto brasileiro; sem falar ainda na melhora no quesito sustentabilidade, por causa da redução das emissões de carbono – digo isto apesar de este não ter sido o principal assunto do meu pronunciamento hoje –, tudo isso empregando a capacidade produtiva já existente, que atualmente se encontra ociosa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, já foi dito que a palavra “crise” em chinês significa também oportunidade. Nesse caso, eu não concordo: crise é crise, oportunidade é oportunidade. É preciso saber diferenciar. A oportunidade dos biocombustíveis esteve sempre aí, independentemente da crise, só que estamos olhando para o outro lado. Já é mais do que hora de, com crise ou sem crise, aproveitarmos as oportunidades que os biocombustíveis nos oferecem, incorporando-os de vez à nossa estratégia de desenvolvimento.

Talvez, Sr. Presidente, seja a hora de começarmos a pensar a Petrobras como a empresa que é, como a estatal que é, e não como uma vaca sagrada. Tudo o que se fala em termos de modernizar a Petrobras é tido como se fosse um pecado original, como se fosse o defloramento dessa virgem impoluta. Mas vejo que precisamos começar a pensar nisto: será que não estamos perdendo grandes oportunidades quando colocamos produtos que talvez sejam concorrentes entre si? De repente, a empresa, ao controlar todos, passa a priorizar um em detrimento de outros.

Nós temos o programa do álcool, Senador Cristovam. Foi conhecimento produzido aqui, no Brasil! Temos o biodiesel, mas parece que a Petrobras o deixa ali, ao passo em que, neste momento, estamos ansiando...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – ...por modernizar essa matriz energética nossa.

Então, fica esse desafio.

Dou um aparte, com muita honra, a V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, acho muito positivo que o senhor esteja trazendo a esta Casa um assunto da importância dessa greve dos caminhoneiros. Quem tem um pouco mais de idade – está aqui quem estava presente lá no Chile – sabe da gravidade de uma greve de caminhoneiros. Foi uma dessas que, provavelmente, teve o mais importante papel na derrubada do governo constitucional de Allende. Não podemos tratar essa greve como se fosse mais uma greve.

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Se fosse dito que ela é uma greve partidária, como era a greve contra Allende, eu já estaria contrário. Dizer que ela é política não quer dizer muito. O que a gente tem de dizer é se ela tem como ser enfrentada ou se não tem como ser enfrentada, mas, para decidir isso, tem de haver um diálogo profundo. O lubrificante da democracia é o diálogo. É o diálogo que permite arrumar as coisas. No Brasil – o senhor falou em crise, que é uma mistura de oportunidade e de risco –, a palavra “crise”, para mim, hoje, não está refletindo a dramaticidade dos tempos em que vivemos. Não estamos apenas em crise; estamos numa profunda desarrumação do Brasil. Há uma desarrumação, por exemplo, dos preços, com a inflação em dois dígitos. Essa é uma desarrumação. Quando a gente chama de inflação, está diminuindo o tamanho da gravidade de se viver em uma sociedade em que os preços variam. Quebram-se as regras pelas quais trabalhador e patrão acertam quais são os preços; quebram-se as regras pelas quais consumidor e vende-

dor sabem quais são os preços. Isso se dá também entre o médico e seu cliente, no setor privado. Quebram-se as regras mais fundamentais, que são as regras de troca. Sociedade é, por definição, um lugar onde são feitas trocas, muitas delas, felizmente, sem necessidade de dinheiro para comprar, mas algumas movidas pela troca monetarizada. Inflação é uma desarrumação de consequências muito sérias. A gente fala em violência nas ruas deste País. Isso não é mais violência, é desarrumação! Violência se dá quando há um ou outro assassino, mas, agora, são 50 mil assassinatos. Isso é uma violência que chega aos níveis da guerra civil, que chega aos níveis de uma profunda desarrumação da segurança nacional. Essas greves sucessivas é uma desarrumação. Só a política vai pôr uma arrumação no Brasil. Veja que eu não disse que vai pôr ordem. Existe uma diferença entre a visão autoritária de se pôr ordem e a visão democrática de se arrumarem os agentes sociais. Nós todos, cidadãos, cidadãs, empresas, Governo, temos de voltar a arrumar o País, para que, arrumado, ele consiga evoluir em paz, com estabilidade monetária, sem necessidade de greves. As greves nas universidades e nas escolas desarrumaram o País, desarrumam o País! Foram quatro meses de greve nas universidades federais agora. Isso é uma desarrumação. Desarruma-se o parque produtivo de conhecimento, desarruma-se a data de formatura dos alunos, desarruma-se o mercado de mão de obra qualificada. Essa greve dos caminhoneiros, talvez, seja a forma mais forte de mostrar a desarrumação do País, porque vai provocar, de fato, uma desarrumação pelas mercadorias paralisadas nas estradas, pela impossibilidade de locomoção, como está havendo. Estou de acordo com o senhor. Há duas maneiras de enfrentarmos isso: pôr ordem, como resolveram no Chile, o que não é recomendável, ou arrumar as coisas neste País por meio da democracia, o que significa diálogo. Volto a insistir: o diálogo lubrifica o processo democrático. A única forma de lubrificá-lo, de fazer com que as coisas se movam é o diálogo. Eu aproveito este aparte à sua fala para fazer um apelo na mesma linha do senhor, para que a Presidente Dilma e seus Ministros dialoguem rapidamente e encontrem um caminho. Aí faço também um apelo para que os grevistas dialoguem, porque diálogo de um só não é diálogo, é monólogo. Para que haja diálogo, é preciso que ele parta de um lado e do outro também. Faço um apelo também aos grevistas, para que tragam suas reivindicações ao diálogo. E, finalmente, além do apelo ao Governo, além do apelo aos grevistas, faço um autoapelo a todos nós: coloquemo-nos à disposição do Governo e dos grevistas para sermos usados como instrumentos do diálogo, se for preciso. Acho que a Presidente não deve chamar só os seus, sua bancada. Chame-nos, os independentes, como nós dois nos consideramos e como o é o Senador Paim – não sei se ele se considera assim ou não, mas ele o é. Chame até os da Oposição, porque, como o senhor disse há pouco, esta não é a hora de ser Governo ou Oposição. Esta é a hora de ser Brasil. Com uma greve como essa, durando dias, nós ameaçamos o regime democrático, nós ameaçamos o funcionamento da economia, o funcionamento da sociedade, e aí a desarrumação, de que eu falei, vira caos, vira anarquia. A única forma de evitar caos e anarquia na democracia é pelo diálogo, não é pelas armas. Pelo autoritarismo, em geral não dá certo, porque fica uma espécie de calma e de arrumação de cemitério! Cemitério é um negócio muito bem arrumadinho ali, e ninguém sai do lugar, todo mundo fica enterrado debaixo do chão. Mas não é essa arrumação que a gente quer. A gente quer uma arrumação dinâmica, viva, que cresça, que avance, e isso é feito só pelo diálogo. Creio que devemos nos colocar à disposição do diálogo. Aproveito para pedir ao Senador Paim, que está presidindo a sessão, que sugira ao Senador Presidente da Casa que ele, Renan Calheiros, se coloque à disposição para o diálogo, convide outros de nós para dialogarmos e sugira que a Presidente, através dos seus Ministros, e os grevistas, através de seus líderes, dialoguem, dialoguem rapidamente, para encontrarem uma saída em nome do Brasil.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Senador Cristovam. V. Ex^a, como sempre, traz um discurso de alerta e de saída. Aponta uma saída.

Senador Paim, sempre enalteço – isto não é confete – esta qualidade do Senador Cristovam de fazer o contraponto, mas, acima de tudo, sempre apontando uma saída. Disso, com certeza, o Governo não pode reclamar. Se eu tivesse de dar um conselho, eu diria para o Governo ouvir mais essa ilustre cabeça que o Senado tem aqui à disposição e que tem dado, inclusive, saídas. Se elas tivesse sido ouvidas no início do ano, talvez a situação estivesse diferente.

Muito obrigado, Senador Cristovam.

Obrigado, Senador Paim, pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. José Medeiros, o Sr. João Capiberibe deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros, permita-me que eu faça um comentário rápido, para passar a palavra para o Senador Cristovam. V. Ex^a aborda a questão da greve. Eu, que venho da área sindical, participei, não pela quantidade, de inúmeras greves de caráter nacional e também estadual no meu Rio Grande.

O Governo, talvez, não tenha percebido que essas duas greves são de setores estratégicos, são greves que têm um componente explosivo enorme, porque se trata de petroleiros e de caminhoneiros. Essa greve exige uma solução rápida. Ela pode parar mesmo o País, e não só os petroleiros e os caminhoneiros. Calcule, se não tivermos mais combustível, por um lado, e se, por outro, com o pouco combustível que ainda tivermos, os caminhoneiros resolverem parar, isso pode parar totalmente o País, parar a indústria, parar o comércio, parar praticamente tudo!

Por isso é que V. Exª, corretamente, assim como outros Senadores – o Senador Cristovam também alertou agora – vem à tribuna.

Houve Senadores, hoje, que já me procuraram, e eu estou me propondo a fazer o encaminhamento, via Comissão de Direitos Humanos, para fazer contato com os líderes dos caminhoneiros e dos petroleiros, chamando-os para conversar na Comissão, para ver o que podemos fazer, como Parlamento, a fim de ajudar na busca de uma saída, de uma negociação que atenda, nem que seja em parte, tanto a um quanto a outro.

Por isso, meus cumprimentos a V. Exª. Pretendemos, na quarta-feira, fazer esse encaminhamento na nossa Comissão, da qual V. Exª faz parte. E haverá sessão deliberativa.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Cristovam. Em seguida, Senador Romero Jucá, que já está presente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, fico muito contente, Senador Paim, que o senhor esteja presidindo a sessão, porque eu quero falar de uma experiência formidável que eu tive nos últimos três dias, ao circular por cidades do seu Estado, o Rio Grande.

Em dois dias e meio, além de Porto Alegre, na ida e na volta, eu estive em Santa Maria, São Borja, Santiago, Ijuí, São Luiz e Palmeira das Missões. Ou seja, uma longa viagem. Nessa viagem, eu estive acompanhado por duas figuras formidáveis: o Deputado Pompeo de Mattos e o Deputado Afonso Motta, os dois do meu Partido, o PDT. Acompanharam-me durante toda a viagem.

Fizemos mais de mil quilômetros por estrada. Reuniões, reuniões, reuniões, debates e debates.

Nesse processo, eu tive contato direto com o Prefeito Farelo Almeida, de São Borja; com Eduardo Loureiro, Deputado Estadual do PDT; com Eugênio Portela, que é o Coordenador Regional do PDT, na região missioneira; com Gerson Burmann, que é ex-Deputado Estadual e atual Secretário de Obras, Saneamento e Habitação; com Fioravante Ballin, Prefeito de Ijuí; com Eduardo Freire, Prefeito de Palmeira das Missões; e com Christopher Goulart, que é o suplente do nosso querido amigo Senador Lasier.

O que eu vi nesse périplo, digamos assim, foi uma militância do PDT profundamente animada, Senador, com as possibilidades que nós temos de colaborar com o Brasil para sair dessa crise. Senador Romero, o que cria essa animação é a percepção que se está tendo de que os precursores do chamado trabalhismo tinham razão naquela época. O tempo passou e deu razão a eles.

Por exemplo, quando João Goulart começa com a ideia do trabalhismo, era uma voz esquisita, porque o mundo estava dividido entre uma esquerda estatizante, que era o socialismo, o comunismo, e uma direita liberalizante. Um acreditava que o capitalismo levaria à utopia do consumo para todos pelo mercado; os outros, que construiríamos uma utopia pela imposição do Estado, planejando e distribuindo tudo, e esse debate ofuscou o trabalhismo. Hoje, a gente sabe que o socialismo planejador, controlador, não deu certo: sacrificou liberdades individuais, impediu o livre processo do crescimento econômico naqueles países, tirou a eficiência do curto prazo que o mercado oferece. E o capitalismo, a gente está vendo aonde levou: a desigualdade cresce no mundo, está aí o Mediterrâneo mostrando; a ecologia entrou em crise, quando a gente vê as mudanças climáticas; as bolhas financeiras que estouram de tempos em tempos. Então, os dois lados mostraram suas fragilidades. A saída qual vai ser? O que dizia Alberto Pasqualini, teoricamente, e Getúlio, na prática: casar o capital com os interesses do trabalho. Não é o anticapitalismo, mas não é também só o capitalismo. Um capitalismo organizado, com uma face mais humana, graças ao papel da democracia do Estado. Isso, hoje. É disso que a gente precisa hoje. Mais parceria público-privada, da qual o senhor mesmo fala tanto aqui. É disso que a gente precisa hoje.

Esse é o primeiro ponto do otimismo que eu vi nessa caminhada, Senador Paim, pelos Pampas. Inclusive, quero citar aqui uma visita à Universidade Federal do Pampa, em São Borja.

O segundo item que entusiasma, Senador Lindbergh – muitos desses trabalhistas com quem eu estive esses dias lá no Rio Grande do Sul e que, naquela época, também não era uma coisa tão vista por todos –, é a

ideia de que o País precisa de reformas. João Goulart e Celso Furtado juntos. No primeiro, o intelectual é Alberto Pasqualini, e o político era Getúlio; nesse segundo, o intelectual é Celso Furtado, e o político é João Goulart.

Não foram feitas as reformas como deveriam. Hoje, está na hora. Quem é que não fala da necessidade de reforma política? Com esses juroscorchantes – e o Senador Lindbergh é um dos que mais falam nisso –, quem é que não percebe que a gente precisa de uma reforma do sistema bancário brasileiro? Mas já não é o discurso de estatização do sistema financeiro que, naquela época, prevalecia, nem mais deixar o mercado financeiro livre, porque leva para as bolhas, que estouram, o que ainda é mais grave do que os próprios juros.

Pois bem, as reformas estão aí. E quem falava em reforma? João Goulart. Quem elaborava a ideia de reforma? Celso Furtado, que eu nem sei se foi filiado a algum partido. Não me lembro de ter conversado com ele alguma vez, mas acho que não foi, e foi o Ministro do Planejamento de João Goulart.

Finalmente, o terceiro item, depois dessa visão entre o capitalismo e o comunismo, depois da visão das reformas de base, é o Brizola e o Darcy Ribeiro, mais um intelectual e um político com a ideia da educação.

Quando o Brizola começa a falar em educação, ainda nos anos 50, ninguém podia imaginar que a educação ia ser tão importante quanto é hoje. Naquela época, a infraestrutura era estrada, portos, aeroportos, hidrelétricas. Era infraestrutura física, porque o trabalho ainda não exigia tanta educação do trabalhador; exigia habilidade na mão, não na cabeça, como é hoje, para falar através dos computadores. Com o computador, você não precisa de habilidade; você precisa de conhecimento. Além disso, a economia daquela época era produzir os bens que todos já sabiam qual era. Hoje, a economia é inventar novos bens. A economia de hoje depende fundamentalmente da inovação, que não virá com a estatização plena, como se viu no leste europeu, que, do ponto de vista da ciência, avançou, mas, da inovação, não. Foi capaz de mandar uma pessoa à lua, mas não conseguir produzir os bens que a população queria.

Pois bem, o Brizola veio antes do tempo, ao colocar a importância da educação, quando a economia ainda não era baseada no conhecimento, como é hoje.

Por isso, senti tanta receptividade nesses três dias em que passei caminhando pelos Pampas, pelo belo Estado do Rio Grande do Sul, que tenho a impressão, Senador, e V. Exª vai estar de acordo, Senador Romero, que talvez seja o que há de mais parecido com Pernambuco no Brasil. A diferença é que a gente come com farofa o churrasco, e eles, com verdura.

Pois bem, além dessa simpatia natural que a gente percebe, o que me impressionou foi arrojo, o interesse, a motivação da militância com quem convivi no Estado do Rio Grande do Sul, militantes do Partido Democrático Trabalhista. Isso é muito importante, porque a gente não vê tanto entusiasmo em outros Estados, embora veja também em alguns. Há dez dias, estive no Rio Grande do Norte e também tive contato, só localmente, em Natal, e senti um pouco, mas foi uma reunião, não foi rua, não foi caminhada, não foi comício, praticamente dentro de escola, restaurantes, universidades. Então, não houve esse convívio de massa que consegui ter esses dias.

Então, eu queria deixar aqui registrado, Senador Paim, o entusiasmo que esses dias no Rio Grande do Sul me passaram. Como o trabalhismo é uma ideia que está sendo oportuna nesse momento, desde que a gente o atualize. É preciso atualizá-lo, obviamente. Há diversos pontos que a gente tem que discutir aqui, como as próprias leis trabalhistas, até que ponto estão ou não adaptadas hoje, a própria concepção das relações da Petrobras com o Brasil como Nação, até que ponto isso deve ou não ser motivo de alguns ajustes, que é preciso debater. Não se pode fugir disso, mas, na essência, o que a gente tem é a ideia de que não é originária do Brasil. O trabalhismo teve uma influência grande do partido trabalhista inglês, embora a tradução para trabalhismo seja um pouco diferente do que vem do inglês, mas é aquela concepção, tanto que o Alberto Pasqualini fala muito da influência da Inglaterra nessa formação da visão de que não repudiamos o capital, mas não nos submetemos totalmente ao capital. Queremos usar regras para que o capital sirva à nação, ao povo e ao trabalhador.

Pois bem, quero dizer de público a minha satisfação de ter estado no Grande do Sul.

Com muito prazer, passo a palavra ao Senador Romero.

O Sr. Romero Jucá (PMDB - RR) – Meu caro Senador Cristovam, primeiro, quero registrar que tenho acompanhado pela imprensa as andanças de V. Exª, inclusive no Rio Grande do Sul. Tenho certeza de que, por onde V. Exª passa, tem que deixar a animação e a ideia visionária de que este Brasil pode ser melhor. V. Exª prega isso há muitos anos; pregou em diversos momentos da sua vida política. Sem dúvida nenhuma, o Rio Grande do Sul tem que se animar até com a possibilidade de V. Exª disputar a Presidência da República, porque isso já têm sido discutido internamente no Partido, e, sem dúvida nenhuma, V. Exª seria e será um grande candidato a presidente da República. Não tenho dúvida disso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

O Sr. Romero Jucá (PMDB - RR) – Depois, registro que V. Exª lembra bem que Pernambuco e Rio Grande do Sul têm muito em comum: vocações libertárias, almas resistentes, resistências democratas, resistências até armadas. Em Pernambuco, nós tivemos a Batalha dos Guararapes, a primeira formação do Exército brasileiro.

O Rio Grande do Sul tem toda uma história que pontua a história do Brasil, e essa vocação que os gaúchos têm pela liberdade. Então, é muito importante essa peregrinação de V. Ex^a, tocando em temas que, para mim também, são muito caros. Estou ajudando a construir o novo programa do PMDB. Um dos pontos que eu quero ver no novo programa do PMDB é exatamente essa questão da educação, uma questão que acho fundamental na posição do Estado brasileiro ou em qualquer Estado. O Estado não vai igualar as pessoas nunca, porque mulheres e homens são diferentes, mas o Estado tem uma obrigação: igualar a oportunidade dada às pessoas. Isso o capitalismo não faz, isso o totalitarismo também não faz, porque um tenta nivelar por cima, o que não pode acontecer, e aí quem não chega até lá não tem a chance; e o outro tenta nivelar por baixo e tolhe qualquer crescimento. Eu acho que a grande obrigação do Estado brasileiro é dar igualdade de oportunidades a cada criança, a cada homem, a cada mulher que nasce neste País. E aí cada um, com o seu talento, com a sua formação, com o seu esforço, vai construir o seu futuro. Essa igualdade de oportunidades é preponderantemente uma igualdade da educação. É a oportunidade de formação, de cidadania, de leitura da vida, de tudo isso que a gente sabe que uma educação completa e moderna tem de dar ao povo brasileiro, que está tão distante, infelizmente, disso que a gente sonha. Por tudo isso, quero saudá-lo e saudar o povo do Rio Grande do Sul pelo reconhecimento e pela recepção que fez a V. Ex^a. Tenho certeza de que V. Ex^a vai andar, palmilhar este País todo, pregando questões muito importantes para a sociedade brasileira do presente e do futuro. Portanto, a mensagem de V. Ex^a é profícua, é uma mensagem fértil. Tenho certeza de que V. Ex^a vai colher, por onde passar, a gratidão e o reconhecimento do povo brasileiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

Creio que, se... Não vou dizer “se eu fosse” porque já estaria antecipando, mas qualquer candidato deste País a Presidente que queira, de fato, dar um salto civilizatório no Brasil, fazer uma Nação melhor e mais justa, tem que trazer de volta o *slogan* que o Eduardo Campos estava usando: o Brasil só será um país eficiente, justo, quando o filho do mais pobre estudar na mesma escola do filho do mais rico. E isso é possível; não é impossível! Os outros países já o fizeram, muitos deles. Isto é possível: a escola do filho do pobre, do filho do rico, do trabalhador, do patrão, igual às melhores do mundo. Isso é possível, mas não de repente, não num passe de mágica. Mas qualquer presidente que queira fazer um novo Brasil tem de começar essa marcha e deixar claro que vai levar alguns anos, décadas talvez, para chegar a todo o País.

Essa é a bandeira que eu gostaria de ver em qualquer candidato a Presidente. E, se o meu Partido achar que devo ser eu, vou usar essa bandeira que o Eduardo Campos usou. Essa bandeira não deve ter dono. O ideal é que todos defendam isso, e a gente se diferencie por outras coisas menores.

O Sr. Romero Jucá (PMDB - RR) – Isso precisa ser uma cláusula pétrea da Constituição, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito bem! Da Constituição e de todos os programas de Governo.

Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Cristovam, V. Ex^a sabe da amizade, da admiração que tenho por V. Ex^a, pela sua bandeira da educação. Eu também acredito que as grandes transformações deste País passam por mais investimento em educação, por valorização do professor. Tive oportunidade de ser prefeito de uma cidade do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu. Digo, sem modéstia, Senador Cristovam, que coloquei como centro, como estratégia da minha administração um programa chamado Bairro Escola, em que nós construímos, universalizamos em toda a cidade o conceito de educação em tempo integral. Mas eu estou querendo tocar em outro assunto aqui, com que eu já lhe tenho provocado nos últimos 15 dias, sobre o agravamento da situação econômica, da crise econômica. Eu acho que nós estamos começando uma outra crise, a social. Os números do desemprego estão aí, e há várias projeções colocando desemprego de 10%, já em janeiro/fevereiro do próximo ano, e de 11,5% ou 12% no meio do ano. Eu acho que nós estamos vivendo, inclusive, um ambiente de deterioração da relação do mundo político com a sociedade. Para mim não é pouca coisa aquela pesquisa do Ibope que coloca rejeição de 54% para o Serra... Ou seja, há rejeição ao PT, ao Lula e à Dilma, mas há também à oposição: 54% ao Serra, 47% ao Aécio, 52% ao Alckmin, 50% à Marina Silva. Eu acho que, no próximo ano, se nós não tomarmos medidas concretas, vamos ter um sentimento parecido com o que houve na Argentina, com que se vão todos – houve, lá na Argentina, ali naquele período do De la Rúa, essa situação. Eu acho que aqui é preciso, às vezes, por cima do Fla-Flu que existe, da briga entre situação e oposição, discutir uma agenda concreta, propostas concretas. Eu acho que V. Ex^a é um dos poucos Senadores desta Casa que tem condições de chamar uma reunião com Senadores do Governo, com Senadores da oposição e com Senadores independentes para discutir uma agenda possível em cima dessa questão do crescimento, porque, na minha opinião – e eu tenho falado isso sempre – é um equívoco concentrarmos o debate só na questão do ajuste. Hoje, o problema é que estamos entrando numa recessão profunda, Senador Cristovam. E eu venho, então, utilizar este microfone aqui para novamente provocar V. Ex^a e dizer: convoque essa reunião, porque eu

acho que é uma reunião em que nós podemos acertar alguns pontos mínimos, uma agenda básica. Acho que – V. Exª já falou isso aqui da tribuna várias vezes – Lula e Fernando Henrique tinham que estar conversando.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Claro.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Se não estão, façamos nós aqui no Senado uma conversa que ultrapasse as barreiras partidárias. E, só para provocar o Senador Romero Jucá, que falou de educação aqui, o documento do PMDB eu acho que é importante, porque traz uma discussão, apesar de eu discordar do rumo apontado naquele documento do PMDB. Mas, em um ponto eu queria que o Senador Romero Jucá entrasse no debate interno que vai haver dentro do PMDB, já que estamos falando de educação. É que a desvinculação das receitas de educação e da saúde, do que está garantido pela Constituição, obrigatório para Municípios, Estados e União, é um grave equívoco que está no documento do PMDB. Imagina para que aquilo vai servir em alguns Municípios.

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nós vamos ver, sim, em alguns Municípios, prefeitos investindo menos do que o que está garantido pela Constituição, tanto em educação quanto em saúde. Então, eu acho que o documento do PMDB foi importante para lançar uma discussão sobre projetos para o País, mas eu faço um apelo muito especial ao Senador Romero, que é influente, teve participação na construção do texto, vai ter participação nesse debate interno. Essa é uma bandeira que eu acho que o PMDB, pela sua importância no País, pela sua importância aqui no Parlamento... O PMDB não poderia, na minha avaliação, abraçar uma bandeira como essa, de desvinculação dos limites obrigatórios pela Constituição de investimentos em educação e saúde no âmbito municipal, estadual e federal. Muito obrigado, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu quero, em primeiro lugar... Se o Senador Romero quiser responder, eu ponho como parte do meu aparte, porque eu acho que é isso que faz esta Casa grande.

O Sr. Romero Jucá (PMDB - RR) – Meu caro Senador Cristovam, sem entrar na provocação do Senador Lindbergh... O Senador Lindbergh teve conhecimento de um documento inicial do PMDB chamado “fundamentos econômicos” para discutir o programa do PMDB. O Senador Lindbergh não leu o documento chamado “fundamentos sociais”. E, nos fundamentos sociais, a questão da educação é ponto chave. Aliás, não só a questão da educação; nós estamos propondo lá a questão da primeira infância, para se cuidar da criança desde a gestação até o final da primeira infância, dando igualdade de oportunidades, porque nos três primeiros anos é que se forma, na verdade, o início da vida da cidadã ou do cidadão. Então, eu vou encaminhar ao Senador Lindbergh o documento completo e convidá-lo para debater, independentemente da proximidade com o Senador Requião, que o influencia mal aqui, com uma visão meio bolivarianista. Então, nós vamos, para responder à provocação, dizer que nós estamos com uma visão moderna do que deve ser a educação. E o PMDB, em março, vai aprovar um programa que espera que faça diferença para o Brasil. Só para complementar, V. Exª sabe que a Coreia do Sul em 20 anos mudou o padrão da educação e hoje é uma referência mundial, tanto que o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em determinado momento, disse: “os Estados Unidos ficaram para trás; nós temos que nos mirar na Coreia do Sul”. Então, os próprios Estados Unidos, que são referência em tanta coisa, entenderam que o processo educacional deles tinha envelhecido e que, de certa forma, precisavam inovar. O Brasil pode recuperar o tempo perdido. Nós não podemos esperar mais 30, 40 anos para ter uma educação de qualidade. Nós vamos estar condenando gerações à falta de produtividade, de competitividade, enfim, uma série de condições que efetivamente não levam a nada e empobrecem o nosso País, porque a maior riqueza de um país é o seu povo. Na verdade, como V. Exª falou, a ação não é fabril, a ação é de inteligência, é de inovação, é de tecnologia. Esse é o novo mundo que nós temos que conquistar. Mas fica aqui o meu posicionamento forte de que através da educação nós vamos mudar o Brasil, e o PMDB aposta nisso também, assim como V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Fico muito feliz.

Quero dizer ao Senador Lindbergh que ele vem me cobrando isso e que eu não esqueci. Tenho até tentado. E, realmente, a gente precisa fazer isso, porque é possível, como o senhor disse, e é preciso fazer. É preciso. Não podemos deixar, porque, se deixarmos por mais algum tempo, essas recessões se transformarão em decadência. O País entrará numa decadência, e aí, sim, vai ser muito difícil recuperarmos. Porque uma recessão a gente recupera em meses ou anos, mas uma decadência, só em gerações. Não podemos deixar que isso aconteça no Brasil na nossa geração. Nós ficaremos na história carimbados como a geração de políticos que deixou o Brasil sair do rumo e entrar numa decadência. Isso é muito mais do que dizerem que nós vivemos uma recessão que nós próprios recuperamos.

Senador.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Cristovam, eu vou tentar ser breve, até porque a Mesa já apitou a campanha. Quero só dizer que eu votei em V. Exª para Presidente da República, com muito orgulho, em 2006, e eu espero que possa repetir esse orgulho e ter a oportunidade de votar de novo em V. Exª para Presidente da República. Acho que V. Exª qualifica o debate político, discute temas que este País precisa ver sendo discutidos, e considero essa questão da educação um tema primordial para qualquer país que quiser pensar o seu futuro. Queria apenas, a título de sugestão a V. Exª, que, na sua campanha, além da questão da educação, se discuta a atual gestão pública. É preciso haver uma reforma do Estado, é preciso recuperar o Estado para o cidadão. Hoje, parece que o Estado é um fim nele mesmo. Parece que ele existe para ele mesmo, e não para devolver serviços públicos de qualidade para o contribuinte. E o Estado não pode ser um fim nele mesmo. E uma outra questão que eu também acho que é muito importante e que precisa ter a mesma atenção hoje que a questão da educação é a questão da saúde. Infelizmente, nós não temos horizonte na saúde. Ninguém olha e vê uma possibilidade de melhora no futuro. E isso é muito grave, porque só quando as pessoas realmente precisam é que elas veem o quanto isso é necessário. Isso também tem que fazer parte das suas preocupações. Quero dizer que, caso V. Exª seja candidato, tenho certeza de que vai honrar o partido pelo qual será candidato e tenho certeza de que será uma grande opção para este País, inclusive se não ganhar. Acho que, do jeito que está o cenário, tem chances reais de vitória, porque as pessoas querem algo diferente. Se V. Exª conseguir personificar esse sentimento das ruas, acho que tem chance. Mas, mesmo que não ganhe, é importante fazer os candidatos à Presidência debater alguns temas que V. Exª debate e que, infelizmente, nem todos debatem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Reguffe, a gente está falando muito de uma coisa que está muito longe ainda, isso de quem vai ser candidato a Presidente. Mas eu queria dizer que o senhor não foi apenas um eleitor; o senhor foi um dos inspiradores fundamentais para que eu terminasse virando candidato em 2006, desde nossas conversas na Universidade de Brasília, antes mesmo de fazermos política.

Quero dizer que a gestão pública é um tema fundamental, talvez...

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E eu me orgulho muito disso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Reguffe.

Talvez o primeiro, depois de educação, saúde também, e eu diria a infraestrutura econômica; como enfrentar a corrupção e ter governos éticos, embora isso esteja dentro da sua preocupação da gestão pública; a corrupção, a ética está aí dentro, a estabilidade monetária... São muitos temas.

Mas, Presidente, eu vim hoje aqui falar sobre essa gratificante caminhada que eu fiz por seis cidades do Rio Grande do Sul e dizer que isso trouxe um alento muito grande para minha vida partidária e para minha vida pública.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Cristovam. Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, Srªs e Srs. Senadores, caros amigos e amigas que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas redes sociais, venho a esta tribuna registrar um assunto que tem criado extrema dificuldade no nosso Estado de Roraima.

Nos últimos dias, sucessivamente, Roraima tem passado por *blackouts*, em que a energia que vem da Venezuela é interrompida, gerando prejuízos incommensuráveis, quer na atividade econômica, quer na queima de utensílios e de equipamentos de fábricas, de residências, de comércios. Portanto, é um problema extremamente grave.

Não fosse somente a falta de luz, que já é grave, na semana passada, a Eletrobras anunciou um aumento de tarifa de 40% nessa péssima qualidade de luz fornecida, a ser cobrado a partir deste mês. Algo extremamente inverossímil! Algo extremamente absurdo!

Estive hoje com o Ministro Eduardo Braga e conversei hoje com o Presidente da Eletrobras, José da Costa, discutindo duas questões.

A primeira delas é que o cálculo que se está fazendo está levando em conta o custo Brasil de geração de termoeletricità e os problemas que várias regiões do Brasil levam em conta. Só, Senador Paim, que Roraima é sistema isolado, nós não somos interligados ao restante do Brasil. Portanto, nós não devemos pagar o custo Brasil que não beneficia Roraima, porque não é um sistema interligado. No dia em que Roraima for sistema interligado, no dia em que Roraima puder ter, por ser sistema interligado, por exemplo, subsídio para remuneração de energia para irrigação, que o sistema interligado tem e o sistema isolado não tem, a compensação poderá ser feita. Disse-me o Ministro Eduardo Braga que isso é uma lei. E vou atrás para mudar essa lei, porque a lei é injusta. Não é justo pagar por aquilo que não deve. E, no caso de Roraima, esse aumento de 40% não

cabe nem no bolso nem na consciência nem no entendimento do povo de Roraima – nem no meu também. Então, vamos lutar contra esse aumento.

A segunda questão de que tratei também com o Senador e Ministro Eduardo Braga é que, na regra da Eletrobras, há um dispositivo que diz que só pode ligar termoeletrica depois que tiver faltado uma hora de luz no Estado. Ora, pelo amor de Deus! Vai faltar uma hora de luz, para poder ligar uma termoeletrica que pode ser ligada imediatamente? Então, o Ministro tomou providências e orientou a Eletrobras. E eu espero que essa regra de proteção para o sistema total não sirva para o sistema isolado também, porque a operação é: caiu a energia na Venezuela, desliga-se a chave, liga-se a termoeletrica. Não precisa esperar uma hora para isso. Isso está penalizando a população de Boa Vista e do Estado de Roraima também.

Por último, tratei com o Ministro Eduardo Braga a questão que é o cerne de toda a solução que nós já construímos há cinco anos, que é a interligação Tucuruí-Manaus, que já foi feita, com Manaus-Boa Vista. Eu consegui que o Ministro Edison Lobão colocasse essa obra no Plano Plurianual de Investimentos do Ministério das Minas e Energia há cinco anos. Há três anos, ela foi licitada. Foi feita uma concessão e, até hoje, Senador Paulo Paim, a obra não começou, porque a Funai não autorizou a empresa a entrar na área da BR-174 para fazer o Relatório de Impacto Ambiental. Era para a interligação estar sendo realizada neste ano, deveria já ter sido ligado Tucuruí com Boa Vista. E a obra não se iniciou. Levei ao Ministro a solução dessa questão, dizendo simplesmente o seguinte: o decreto de demarcação da área waimiri-atroari não coloca, na área indígena, a BR-174 e a área de servidão da estrada. E as torres de energia passarão pela área de servidão da estrada. Está aqui, no decreto de 14 de julho de 1987, a demarcação. E está aqui o decreto, de 16 de junho de 1989, que homologa a área. E todas as duas peças dizem no seu final:

Parágrafo único. Ficam excluídas da área descrita a superfície de inundação da barragem da Usina Hidrelétrica de Balbina, conforme Decreto nº 85.898 [...] e a faixa de domínio da BR-174.

Desse modo, a Funai não tem que dar autorização para o ingresso da obra na faixa de domínio da BR-174, porque aquela área não é área indígena. Portanto, eu estou entrando com uma ação de obrigação de fazer junto ao Ibama, para que o Ibama possa determinar o ingresso do Relatório de Impacto Ambiental e, consequentemente, a realização da obra.

Não tem sentido paralisar essa obra. A paralisação dessa obra, hoje, é uma visão ideológica equivocada da Funai que não tem o direito legal de paralisá-la. A paralisação da obra prejudica os milhares de indígenas roraimenses que vivem em Municípios, que vivem em Boa Vista, que vivem no interior e que não têm, portanto, energia de qualidade.

Fica aqui o meu registro, primeiro, do protesto pela falta de luz e pelo aumento do valor do preço da energia; depois, das providências que estou tomando para resolver essa questão; e, terceiro, da questão da demarcação da terra indígena e da ação que vou fazer junto ao Ibama para que possa, efetivamente, ser resolvida a questão e para que a obra possa ser iniciada.

Peço a transcrição, Senador Paulo Paim, dos decretos de demarcação e de homologação da terra indígena waimiri-atroari e da matéria “Termelétricas apresentam falhas após linha de Guri ser desligado”.

Muito obrigado. Agradeço a V. Ex^a.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.
(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- Decreto nº 97.837, de 16 de junho de 1989
- Decreto nº 94.606, de 14 de julho de 1987
- Matéria “Termelétricas apresentam falhas após linha de Guri ser desligado”

DECRETO Nº 97.837, DE 16 DE JUNHO DE 1989 - Publicação Original - Portal ... Página 1 de 9

Legislação

Legislação Informatizada - DECRETO Nº 97.837, DE 16 DE JUNHO DE 1989 - Publicação Original

Veja também:

Dados da Norma

DECRETO Nº 97.837, DE 16 DE JUNHO DE 1989

Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena WAIMIRI-ATROARI, que menciona, nos Estados do Amazonas e Roraima, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, bem como o que consta no § 2º, do art. 1º do Decreto nº 94.606, de 14 de julho de 1987,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada, para os efeitos do art. 231, da Constituição Federal, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da Área Indígena WAIMIRI-ATROARI, tradicionalmente ocupada pelos índios Waimiri e Atroari, localizada nos Municípios de Novo Airão, Itapiranga e Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, e Município de Caracarái, no Estado de Roraima.

Art. 2º A área indígena que trata este Decreto tem a seguinte delimitação: Norte: Partindo do marco MJ-30 de coordenadas geográficas 00°19'23,0"S e 61°04'30,9"WGr, localizado na confluência do Rio Jauaperi com o Igarapé do Bugre, segue por este, a montante, com uma distância de 27.250,21 metros, até o marco MJ-31 de coordenadas geográficas 00°18'25,5"S e 60°57'10,6"WGr, localizado em sua cabeceira; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de 21°40'25,1" e 2.098,56 metros, até o marco MJ-32 de coordenadas geográficas 00°17'22,0"S e 60°56'45,6"WGr; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de 21°40'30,2" e 1.497,40 metros, até o marco MJ-33 de coordenadas geográficas 00°16'36,7"S e 60°56'27,7"WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 79°39'20,2" e 2.038,03 metros, até o marco MJ-34 de coordenadas geográficas 00°16'24,8"S e 60°55'22,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 79°39'15,2" e 2.034,92 metros, até o marco MJ-35 de coordenadas geográficas 00°16'12,9"S e 60°54'18,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 79°39'40,5" e 1.947,74 metros, até o marco MJ-36 de coordenadas geográficas 00°16'01,5"S e 60°53'16,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 79°39'50,5" e 2.134,59 metros, até o marco MJ-37 de coordenadas geográficas 00°15'49,0"S e 60°52'08,3"WGr; daí, segue por linha reta com azimute e distância de 79°39'20,1" e 2.111,10 metros, até o marco MJ-38 de coordenadas geográficas 00°15'36,6"S e 60°51'01,1"WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, com uma distância de 10.391,95 metros, até o marco MP-186 de coordenadas geográficas 00°19'25,1"S e, 60°50'25,6"WGr, localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por este, a montante, com uma distância de 20.243,00 metros, até o marco MP-185 de coordenadas geográficas 00°14'27,7"S e 60°46'15,0"WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 69°53'35,6" e 1.557,10 metros, até o marco MP-184 de coordenadas geográficas 00°14'10,2"S e 60°45'27,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 69°53'44,6" e 1.985,49 metros, até o marco MP-183 de coordenadas geográficas 00°13'48,0"S e 60°44'27,4"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 69°53'53,9" e 1.976,95 metros, até o marco MP-182 de coordenadas geográficas 00°13'25,9"S e 60°43'27,4"WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue por este, a jusante, com uma distância de 2.347,64 metros, até o marco MP-181 de

DECRETO Nº 97.837, DE 16 DE JUNHO DE 1989 - Publicação Original - Portal ... Página 2 de 9

coordenadas geográficas 00°13'09,0"S e 60°42,35,0"WGr; localizado na confluência com o Igarapé Jundiá; daí, segue por este, a montante, com uma distância de 2.707,86 metros, até o marco MS-171 de coordenadas geográficas 00°13'39,4"S e 60°41'30,8"WGr; localizado na interseção com a Rodovia BR-174; daí, segue pelo bordo da rodovia, por uma linha reta com azimute e distância de 08°11'42,5" e 256,81 metros, até o marco MP-172 de coordenadas geográficas 00°13'31,2"S e 60°41'29,6"WGr, localizado no bordo direito da Rodovia BR-174, sentido Manaus-Boa Vista; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 98°53'51,0" e 1.957,22 metros, até o marco MS-173 de coordenadas geográficas 00°13'41,0"S e 60°40'27,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 98°53'42,4" e 2.166,90 metros, até o marco MS-174 de coordenadas geográficas 00°13'51,9"S e 60°39'17,9" WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 98°53'32,9" e 1.855,13 metros, até o marco MS-175 de coordenadas geográficas 00°14'01,3"S e 60°38'18,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 98°22'50,5" e 1.709,08 metros, até o marco MS-176 de coordenadas geográficas 00°14'09,3"S e 60°37'24,0"WGr; localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, com uma distância de 4.952,26 metros, até o marco MS-177 de coordenadas geográficas 00°13'29,4"S e 60°35'13,8"WGr; localizado na confluência com o Igarapé Repartimento; daí, segue por este, a jusante, com uma distância de 15.093,13 metros, até o marco MS-178 de coordenadas geográficas 00°07'21,8"S e 60°34'24,7"WGr; localizado na confluência com o Rio Branquinho; daí, segue por este, a montante, com uma distância de 66.601,22 metros, até o marco MP-05 de coordenadas geográficas 00°09'21,5"N e 60°17'57,6"WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 12°46'53,4" e 1.241,23 metros, até o marco MR-190 de coordenadas geográficas 00°10'00,9"N e 60°17'48,7"WGr; localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, com uma distância de 10.244,44 metros, até o marco MR-189 de coordenadas geográficas 00°14'08,1"N e 60°18'42,1"WGr; localizado na confluência com o Rio Trairi; daí, segue por este, a jusante, com uma distância de 20.722,86 metros, até o marco MR-188 de coordenadas geográficas 00°21'14,8"N e 60°21'44,6"WGr; localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a montante, com uma distância de 38.292,20 metros, até o marco MP-216 de coordenadas geográficas 00°23,16,5"N e 60°08'45,8"WGr; localizado em sua cabeceira; daí, segue pelo divisor de águas dos Rios Carara e Marauau, por uma linha reta com azimute e distância de 49°00'26,2" e 2.033,44 metros, até o marco ML-217 de coordenadas geográficas 00°23'59,9"N e 60°07'56,2"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 49°00'27,0" e 1.726,29 metros, até o marco ML-218 de coordenadas geográficas 00°24'36,7"N e 60°07'14,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 117°30'26,0" e 2.135,47 metros, até o marco ML-219 de coordenadas geográficas 00°24'04,6"N e 60°06'12,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 117°30'25,6" e 1.942,68 metros, até o marco ML-220 de coordenadas geográficas 00°23'35,4"N e 60°05'17,2"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 117°30'25,7" e 2.044,13 metros, até o marco ML-221 de coordenadas geográficas 00°23'04,7"N e 60°04'18,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 117°30'28,0" e 1.849,74 metros, até o marco ML-222 de coordenadas geográficas 00°22'36,9"N e 60°03'25,6"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 117°30'28,2" e 2.126,71 metros, até o marco ML-223 de coordenadas geográficas 00°22'04,9"N e 60°02'24,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 117°30'26,3" e 818,97 metros, até o marco MG-133 de coordenadas geográficas 00°21'52,6"N e 60°02'01,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 117°30'26,1" e 1.140,22 metros, até o marco ML-224 de coordenadas geográficas 00°21'35,5"N e 60°01'28,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 117°30'27,6" e 2.005,04 metros, até o marco ML-225 de coordenadas geográficas 00°21'05,3"N e 60°00'31,1"WGr; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de 117°30'29,4" e 1.968,17 metros, até o marco ML-226 de coordenadas geográficas 00°20'35,7"N e 59°59'34,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 117°30'29,7" e 2.180,57 metros, até o marco ML-227 de coordenadas geográficas 00°20'03,0"N e 59°58'32,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 117°30'31,3" e 1.924,23 metros, até o marco ML-228 de coordenadas geográficas 00°19'34,0"N e 59°57'37,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 117°30'32,9" e 178,05 metros, até o marco ML-229 de coordenadas geográficas 00°19'31,4"N e 59°57'32,0"WGr, localizado na cabeceira de um braço afluente da margem esquerda do Rio Carara. Leste: Do marco antes descrito, segue pelo citado braço afluente do Rio Carara, a jusante, com uma distância de 4.819,51 metros, até o marco ML-230 de coordenadas geográficas 00°17'40,4"N e 59°57'53,3"WGr, localizado na confluência com o Rio Carara; daí, segue por este, a jusante, com uma distância de 46.408,11 metros, até o marco ML-231 de coordenadas geográficas 00°06'01,4"N e 59°45'04,5"WGr, localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a montante, com uma distância de 17.730,65 metros, até o marco MD-10 de coordenadas geográficas 00°00'18,8"N e 59°50'43,0"WGr, daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 158°59'11,1" e 620,91 metros, até o marco ME-2 de coordenadas geográficas 00°00'00,0" (linha do equador) e 59°50'35,8"WGr, daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 153°31'11,8" e 854,48 metros, até o marco MD-9 de coordenadas geográficas 00°00'24,8"S e 59°50'23,5"WGr, localizado na cabeceira de um braço formador afluente da margem direita do Igarapé Cujubim; daí, segue por este, a jusante, com uma distância de 3.712,43 metros, até o marco MD-8 de coordenadas geográficas 00°01'45,1"S e 59°50'40,7"WGr, localizado na confluência com o Igarapé Cujubim; daí, segue por este, a jusante, com uma distância de 14.203,22 metros, até o marco MD-7 de coordenadas geográficas 00°08'34,9"S e 59°49'18,8"WGr,

DECRETO Nº 97.837, DE 16 DE JUNHO DE 1989 - Publicação Original - Portal ... Página 3 de 9

localizado na confluência com um braço formador afluente de sua margem direita; daí, segue por este, a montante, com uma distância de 5.785,46 metros, até o marco MD-6 de coordenadas geográficas 00°11'11,4"S e 59°49'07,5"WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue pelo divisor de águas do Rio Pitinga e de um igarapé sem denominação, por uma linha reta com azimute e distância de 192°24'20,9" e 1.329,06 metros, até o marco MD-5 de coordenadas geográficas 00°11'53,6"S e 59°49'16,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 192°24'21,1" e 2.178,41 metros, até o marco MD-4 de coordenadas geográficas 00°13'02,8"S e 59°49'31,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 192°24'21,1" e 1.994,47 metros, até o marco MD-3 de coordenadas geográficas 00°14'06,1"S e 59°49'45,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 192°24'21,1" e 1.875,38 metros, até o marco MD-2 de coordenadas geográficas 00°15'05,7"S e 59°49'58,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 192°24'20,9" e 2.222,37 metros, até o marco MD-1 de coordenadas geográficas 00°16'16,3"S e 59°50'14,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 192°24'20,1" e 2.045,21 metros, até o marco MZ-960 de coordenadas geográficas 00°17'21,2"S e 59°50'28,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 192°24'21,4" e 611,10 metros, até o marco MW-295 de coordenadas geográficas 00°17'40,6"S e 59°50'32,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 192°24'20,8" e 1.938,81 metros, até o marco MW-294 de coordenadas geográficas 00°18'42,2"S e 59°50'45,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 192°24'19,7" e 2.026,79 metros, até o marco MW-293 de coordenadas geográficas 00°19'46,6"S e 59°51'00,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 192°24'19,2" e 2.072,94 metros, até o marco MW-292 de coordenadas geográficas 00°20'52,4"S e 59°51'14,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 192°24'20,3" e 2.054,88 metros, até o marco MW-291 de coordenadas geográficas 00°21'57,7"S e 59°51'28,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 137°57'51,0" e 1.730,54 metros, até o marco MW-290 de coordenadas geográficas 00°22'39,5"S e 59°50'51,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 137°57'51,4" e 1.548,93 metros, até o marco MW-289 de coordenadas geográficas 00°23'16,9"S e 59°50'17,6"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 137°57'53,6" e 1.583,76 metros, até o marco MZ-875 de coordenadas geográficas 00°23'55,1"S e 59°49'43,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 137°57'56,0" e 686,53 metros, até o marco MW-288 de coordenadas geográficas 00°24'11,7"S e 59°49'28,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 215°02'38,9" e 1.261,61 metros, até o marco MW-287 de coordenadas geográficas 00°24'45,3"S e 59°49'51,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 215°02'40,0" e 1.733,04 metros, até o marco MW-286 de coordenadas geográficas 00°25'31,5"S e 59°50'24,0"WGr; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de 215°02'40,1" e 2.154,93 metros, até o marco MW-285 de coordenadas geográficas 00°26'28,9"S e 59°51'03,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 215°02'40,0" e 2.071,13 metros, até o marco MW-284 de coordenadas geográficas 00°27'24,0"S e 59°51'42,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 273°26'07,7" e 1.659,65 metros, até o marco MW-283 de coordenadas geográficas 00°27'20,8"S e 59°52'35,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 273°26'09,2" e 2.078,06 metros, até o marco MW-282 de coordenadas geográficas 00°27'16,8"S e 59°53'42,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 223°10'10,2" e 2.169,03 metros, até o marco MW-281 de coordenadas geográficas 00°28'08,3"S e 59°54'30,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 223°10'09,0" e 1.978,43 metros, até o marco MW-280 de coordenadas geográficas 00°28'55,2"S e 59°55'14,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 223°10'08,9" e 381,02 metros, até o marco MZ-770 de coordenadas geográficas 00°29'04,2"S e 59°55'22,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 223°10'08,3" e 1.683,04 metros, até o marco MW-279 de coordenadas geográficas 00°29'44,2"S e 59°56'00,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 223°10'08,3" e 2.076,30 metros, até o marco MW-278 de coordenadas geográficas 00°30'33,5"S e 59°56'46,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 193°36'25,7" e 1.733,83 metros, até o marco MW-277 de coordenadas geográficas 00°31'28,3"S e 59°56'59,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 193°36'25,9" e 1.961,55 metros, até o marco MW-276 de coordenadas geográficas 00°32'30,3"S e 59°57'14,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 193°36'25,0" e 2.103,92 metros, até o marco MW-275 de coordenadas geográficas 00°33'36,8"S e 59°57'29,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 253°09'24,9" e 1.798,60 metros, até o marco MW-274 de coordenadas geográficas 00°33'53,8"S e 59°58'25,6"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 253°09'26,3" e 1.941,98 metros, até o marco MW-273 de coordenadas geográficas 00°34'12,1"S e 59°59'25,6"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 253°09'25,9" e 2.008,19 metros, até o marco MW-272 de coordenadas geográficas 00°34'31,1"S e 60°00'27,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 253°09'25,9" e 2.054,16 metros, até o marco MW-271 de coordenadas geográficas 00°34'50,5"S e 60°01'31,2"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 312°10'07,0" e 1.244,96 metros, até o marco MW-270 de coordenadas geográficas 00°34'23,3"S e 60°02'01,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 312°10'05,8" e 1.998,64 metros, até o marco MW-269 de coordenadas geográficas 00°33'39,7"S e 60°02'48,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 312°10'05,5" e 1.788,58 metros, até o marco MW-268 de coordenadas geográficas 00°33'00,6"S e 60°03'31,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 312°10'04,3" e 2.100,94 metros, até o marco MW-267 de coordenadas geográficas 00°32'14,8"S e 60°04'22,1"WGr;

DECRETO Nº 97.837, DE 16 DE JUNHO DE 1989 - Publicação Original - Portal ... Página 4 de 9

daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $312^{\circ}10'03,7''$ e 2.097,48 metros, até o marco MW-266 de coordenadas geográficas $00^{\circ}31'29,0''$ S e $60^{\circ}05'12,3''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $248^{\circ}45'59,9''$ e 2.369,97 metros, até o marco MW-265 de coordenadas geográficas $00^{\circ}31'57,0''$ S e $60^{\circ}06'23,7''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $248^{\circ}46'00,0''$ e 2.009,23 metros, até o marco MW-264 de coordenadas geográficas $00^{\circ}32'20,7''$ S e $60^{\circ}07'24,2''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $248^{\circ}46'00,5''$ e 1.924,64 metros, até o marco MW-263 de coordenadas geográficas $00^{\circ}32'43,4''$ S e $60^{\circ}08'22,2''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $248^{\circ}46'00,2''$ e 2.155,71 metros, até o marco MW-262 de coordenadas geográficas $00^{\circ}33'08,8''$ S e $60^{\circ}09'27,1''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $188^{\circ}15'52,8''$ e 2.198,15 metros, até o marco MW-261 de coordenadas geográficas $00^{\circ}34'19,6''$ S e $60^{\circ}09'37''$ WGr; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de $188^{\circ}15'53,3''$ e 2.346,32 metros, até o marco MW-260 de coordenadas geográficas $00^{\circ}35'35,1''$ S e $60^{\circ}09'48,1''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $194^{\circ}35'10,7''$ e 3.220,51 metros, até o marco MW-259 de coordenadas geográficas $00^{\circ}37'16,5''$ S e $60^{\circ}10'14,3''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $194^{\circ}35'09,8''$ e 1.939,81 metros, até o marco MW-258 de coordenadas geográficas $00^{\circ}38'17,6''$ S e $60^{\circ}10'30,0''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $194^{\circ}35'14,5''$ e 2.229,77 metros, até o marco MW-257 de coordenadas geográficas $00^{\circ}39'27,8''$ S e $60^{\circ}10'48,1''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $194^{\circ}35'39,4''$ e 1.888,45 metros, até o marco MW-256 de coordenadas geográficas $00^{\circ}40'27,3''$ S e $60^{\circ}11'03,5''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $194^{\circ}35'39,8''$ e 2.112,59 metros, até o marco MW-255 de coordenadas geográficas $00^{\circ}41'33,8''$ S e $60^{\circ}11'20,7''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $194^{\circ}35'45,9''$ e 1.747,56 metros, até o marco MZ-438 de coordenadas geográficas $00^{\circ}42'28,8''$ S e $60^{\circ}11'34,9''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $194^{\circ}35'57,4''$ e 44,28 metros, até o marco MW-254 de coordenadas geográficas $00^{\circ}42'30,2''$ S e $60^{\circ}11'35,2''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $194^{\circ}34'27,8''$ e 1.962,48 metros, até o marco MW-253 de coordenadas geográficas $00^{\circ}43'32,0''$ S e $60^{\circ}11'51,1''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $194^{\circ}34'18,7''$ e 2.044,17 metros, até o marco MW-252 de coordenadas geográficas $00^{\circ}44'36,4''$ S e $60^{\circ}12'07,7''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $194^{\circ}34'14,7''$ e 1.990,72 metros, até o marco MW-251 de coordenadas geográficas $00^{\circ}45'39,0''$ S e $60^{\circ}12'23,9''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $194^{\circ}34'14,6''$ e 2.193,44 metros, até o marco MA-191 de coordenadas geográficas $00^{\circ}46'48,1''$ S e $60^{\circ}12'41,6''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $194^{\circ}32'17,6''$ e 2.004,68 metros, até o marco MA-192 de coordenadas geográficas $00^{\circ}47'51,3''$ S e $60^{\circ}12'57,8''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $194^{\circ}32'21,1''$ e 2.636,27 metros, até o marco MA-193 de coordenadas geográficas $00^{\circ}49'14,3''$ S e $60^{\circ}13'19,2''$ WGr; localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, com uma distância de 680,07 metros, até o marco MA-194 de coordenadas geográficas $00^{\circ}49'35,2''$ S e $60^{\circ}13'16,0''$ WGr, localizado na confluência com o Rio Uatuma; daí, segue por este, a montante, com uma distância de 2.959,13 metros, até o marco MA-195 de coordenadas geográficas $00^{\circ}50'22,8''$ S e $60^{\circ}12'06,6''$ WGr, localizado na confluência com o braço formador afluente da margem esquerda; daí, segue por este, a montante, com uma distância de 681,81 metros, até o marco MA-196 de coordenadas geográficas $00^{\circ}50'43,4''$ S e $60^{\circ}12'13,2''$ WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $165^{\circ}29'36,0''$ e 2.162,76 metros, até o marco MA-197 de coordenadas geográficas $00^{\circ}51'51,5''$ S e $60^{\circ}11'55,7''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $165^{\circ}29'32,1''$ e 1.912,87 metros, até o marco MA-198 de coordenadas geográficas $00^{\circ}52'51,8''$ S e $60^{\circ}11'40,1''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $165^{\circ}29'38,5''$ e 1.971,78 metros, até o marco MA-199 de coordenadas geográficas $00^{\circ}53'53,8''$ S e $60^{\circ}11'24,1''$ WGr; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de $165^{\circ}29'29,9''$ e 1.961,42 metros, até o marco MA-200 de coordenadas geográficas $00^{\circ}54'55,6''$ S e $60^{\circ}11'08,2''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $176^{\circ}59'50,3''$ e 1.877,17 metros, até o marco MA-201 de coordenadas geográficas $00^{\circ}55'56,6''$ S e $60^{\circ}11'05,0''$ WGr. daí segue por uma linha reta com azimute e distância de $176^{\circ}59'50,4''$ e 2.283,69 metros, até o marco MA-202 de coordenadas geográficas $00^{\circ}57'10,8''$ S e $60^{\circ}11'01,1''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $176^{\circ}59'37,6''$ e 1.231,55 metros, até o marco MA-203 de coordenadas geográficas $00^{\circ}57'50,8''$ S e $60^{\circ}10'58,9''$ WGr, localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a montante, com uma distância de 8.994,90 metros, até o marco MA-204 de coordenadas geográficas $01^{\circ}00'21,9''$ S e $60^{\circ}08'52,4''$ WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $195^{\circ}22'06,2''$ e 1.302,70 metros, até o marco MA-205 de coordenadas geográficas $01^{\circ}01'02,8''$ S e $60^{\circ}09'03,5''$ WGr, localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, com uma distância de 37.230,86 metros, até o marco MA-162 de coordenadas geográficas $01^{\circ}14'14,2''$ S e $60^{\circ}10'15,9''$ WGr, localizado na confluência com o Rio Uatuma; daí, segue por este, a montante, com uma distância de 31.774,13 metros, até o marco MA-161 de coordenadas geográficas $01^{\circ}11'53,5''$ S e $60^{\circ}21'36,8''$ WGr, localizado na confluência com o Rio Santo Antônio do Abunari; daí, segue por este, a montante, com uma distância de 15.070,84 metros, até o marco MO-121 de coordenadas geográficas $01^{\circ}15'39,3''$ S e $60^{\circ}24'25,4''$ WGr, localizado na interseção com a Rodovia BR-174; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $196^{\circ}02'19,7''$ e 1.795,14 metros, até o marco MO-122 de coordenadas geográficas $01^{\circ}16'35,4''$ S e $60^{\circ}24'41,4''$ WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de $195^{\circ}19'52,8''$ e 2.038,40 metros, até o marco MO-123 de

DECRETO Nº 97.837, DE 16 DE JUNHO DE 1989 - Publicação Original - Portal ... Página 5 de 9

coordenadas geográficas 01°17'39,4"S e 60°24'58,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 193°59'32,1" e 2.126,62 metros até o marco MO-124 de coordenadas geográficas 01°18'46,6"S e 60°25'15,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 194°43'29,5" e 2.290,23 metros, até o marco MO-125 de coordenadas geográficas 01°19'58,7"S e 60°25'34,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 195°45'25,7" e 2.060,14 metros, até o marco MO-126 de coordenadas geográficas 01°21'03,2"S e 60°25'52,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 196°33'51,4" e 2.002,76 metros, até o marco MO-127 de coordenadas geográficas 01°22'05,7"S e 60°26'10,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°10'04,3" e 2.011,53 metros, até o marco MO-128 de coordenadas geográficas 01°23'08,2"S e 60°26'29,6"WGr; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°15'19,1" e 2.015,71 metros, até o marco MO-129 de coordenadas geográficas 01°24'10,9"S e 60°26'48,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°12'07,1" e 2.061,79 metros, até o marco MO-130 de coordenadas geográficas 01°25'15,0"S e 60°27'08,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°22'05,8" e 1.994,76 metros, até o marco MO-131 de coordenadas geográficas 01°26'17,0"S e 60°27'27,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°20'59,0" e 2.040,42 metros, até o marco MO-132 de coordenadas geográficas 01°27'20,3"S e 60°27'47,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°12'03,6" e 1.117,80 metros, até o marco MZ-127 de coordenadas geográficas 01°27'55,1"S e 60°27'57,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°11'50,3" e 879,64 metros, até o marco MO-133 de coordenadas geográficas 01°28'22,5"S e 60°28'06,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°11'34,3" e 2.135,01 metros, até o marco MO-134 de coordenadas geográficas 01°29'28,8"S e 60°28'26,6"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°10'31,1" e 2.026,03 metros, até o marco MO-135 de coordenadas geográficas 01°30'31,9"S e 60°28'45,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°04'13,0" e 1.954,40 metros, até o marco MO-136 de coordenadas geográficas 01°31'32,7"S e 60°29'04,4"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 196°39'59,8" e 2.169,04 metros, até o marco MO-137 de coordenadas geográficas 01°32'40,3"S e 60°29'24,4"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°15'09,7" e 2.066,48 metros, até o marco MO-138 de coordenadas geográficas 01°33'44,5"S e 60°29'44,2"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°16'30,0" e 2.168,10 metros, até o marco MO-139 de coordenadas geográficas 01°34'51,9"S e 60°30'04,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°20'33,6" e 1.828,41 metros, até o marco MZ-207 de coordenadas geográficas 01°35'48,7"S e 60°30'22,4"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°30'23,9" e 289,34 metros, até o marco MO-140 de coordenadas geográficas 01°35'57,7"S e 60°30'25,2"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°33'34,3" e 2.042,59 metros, até o marco MO-141 de coordenadas geográficas 01°37'01,1"S e 60°30'45,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°39'44,8" e 2.079,62 metros, até o marco MO-142 de coordenadas geográficas 01°38'05,6"S e 60°31'05,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°40'02,6" e 2.040,06 metros, até o marco MO-143 de coordenadas geográficas 01°39'08,9"S e 60°31'25,4"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°25'54,3" e 2.101,71 metros, até o marco MA-143 de coordenadas geográficas 01°40'14,2"S e 60°31'45,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 192°56'20,1" e 1.949,60 metros, até o marco MO-144 de coordenadas geográficas 01°41'16,0"S e 60°31'59,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 193°54'08,1" e 2.077,67 metros, até o marco MO-145 de coordenadas geográficas 01°42'21,7"S e 60°32'15,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 196°43'47,8" e 2.037,57 metros, até o marco MO-146 de coordenadas geográficas 01°43'25,2"S e 60°32'34,6"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 197°08'40,0" e 1.636,13 metros, até o marco MA-146 de coordenadas geográficas 01°44'16,1"S e 60°32'50,2"WGr, localizado na margem esquerda do Rio Pardo; daí, segue por este, a montante, com uma distância de 1.722,34 metros, até o marco MO-147 de coordenadas geográficas 01°45'00,3"S e 60°32'34,3"WGr, localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a montante, com uma distância de 3.948,67 metros, até o marco MO-148 de coordenadas geográficas 01°46'28,4"S e 60°33'27,8"WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 171°56'40,5" e 1.411,75 metros, até o marco MO-149 de coordenadas geográficas 01°47'13,8"S e 60°33'21,3"WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este a jusante, até a confluência com outro igarapé sem denominação, e por este, a montante, com uma distância total de 24.681,23 metros, até o marco MN-78 de coordenadas geográficas 01°53'10,8"S e 60°35'00,1"WGr, localizado na confluência com outro igarapé sem denominação. Sul: Do marco antes descrito, segue pelo divisor de águas do Rio Curiaúau, com os Rios Apuau e Negro, por uma linha reta com azimute e distância de 261°40'30,1" e 3.068,71 metros, até o marco MN-77 de coordenadas geográficas 01°53'25,4"S e 60°36'38,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 261°40'40,8" e 2.099,51 metros, até o marco MN-76 de coordenadas geográficas 01°53'35,4"S e 60°37'45,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 261°40'43,5" e 2.009,28 metros, até o marco MN-75 de coordenadas geográficas 01°53'45,0"S e 60°38'49,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 261°40'48,1" e 2.002,85 metros, até o marco MN-74 de coordenadas geográficas 01°53'54,5"S e 60°39'53,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 261°40'53,6" e 1.135,95 metros, até o marco MZ-282 de coordenadas geográficas 01°53'59,9"S e 60°40'30,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 261°

DECRETO Nº 97.837, DE 16 DE JUNHO DE 1989 - Publicação Original - Portal ... Página 6 de 9

40°57,0" e 866,72 metros, até o marco MN-73 de coordenadas geográficas 01°54'04,0"S e 60°40'58,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 261°41'03,6" e 1.966,69 metros, até o marco MN-72 de coordenadas geográficas 01°54'13,3"S e 60°42'00,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 261°41'16,2" e 2.064,61 metros, até o marco MN-71 de coordenadas geográficas 01°54'23,1"S e 60°43'06,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 261°41'24,7" e 1.973,98 metros, até o marco MN-70 de coordenadas geográficas 01°54'32,5"S e 60°44'10,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 261°41'32,9" e 1.978,57 metros, até o marco MN-69 de coordenadas geográficas 01°54'41,9"S e 60°45'13,4"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 261°41'43,0" e 2.019,84 metros, até o marco MN-68 de coordenadas geográficas 01°54'51,5"S e 60°46'18,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 261°41'49,7" e 2.001,75 metros, até o marco MN-67 de coordenadas geográficas 01°55'01,0"S e 60°47'22,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 261°41'51,9" e 2.007,78 metros, até o marco MN-66 de coordenadas geográficas 01°55'10,5"S e 60°48'26,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 261°41'54,9" e 1.995,71 metros, até o marco MN-65 de coordenadas geográficas 01°55'19,9"S e 60°49'30,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 261°42'01,6" e 2.001,19 metros, até o marco MN-64 de coordenadas geográficas 01°55'29,4"S e 60°50'34,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 327°42'39,1" e 3.218,68 metros, até o marco MN-63 de coordenadas geográficas 01°54'00,9"S e 60°51'30,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 327°42'52,6" e 2.495,91 metros, até o marco MN-62 de coordenadas geográficas 01°52'52,3"S e 60°52'13,2"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 327°42'52,6" e 2.001,34 metros, até o marco MN-61 de coordenadas geográficas 01°51'57,3"S e 60°52'47,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 257°42'28,5" e 1.339,21 metros, até o marco MN-60 de coordenadas geográficas 01°52'06,6"S e 60°53'30,1"WGr; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de 257°42'30,6" e 1.992,60 metros, até o marco MN-59 de coordenadas geográficas 01°52'20,5"S e 60°54'33,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 257°42'33,3" e 1.981,46 metros, até o marco MN-58 de coordenadas geográficas 01°52'34,3"S e 60°55'35,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 257°42'34,0" e 2.028,99 metros, até o marco MN-57 de coordenadas geográficas 01°52'48,4"S e 60°56'39,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 257°42'36,1" e 2.121,34 metros, até o marco MN-56 de coordenadas geográficas 01°53'03,2"S e 60°57'46,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 257°42'38,8" e 1.866,97 metros, até o marco MN-55 de coordenadas geográficas 01°53'16,2"S e 60°58'45,9" WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 257°42'35,5" e 1.999,65 metros, até o marco MN-54 de coordenadas geográficas 01°53'30,2"S e 60°59'49,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 257°42'28,2" e 1.816,93 metros, até o marco MZ-116 de coordenadas geográficas 01°53'42,8"S e 61°00'46,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 257°42'27,2" e 183,69 metros, até o marco MN-53 de coordenadas geográficas 01°53'44,1"S e 61°00'52,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 257°42'15,0" e 2.001,52 metros, até o marco MN-52 de coordenadas geográficas 01°53'58,0"S e 61°01'55,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 257°42'08,9" e 1.976,59 metros, até o marco MN-51 de coordenadas geográficas 01°54'11,8"S e 61°02'58,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 257°42'13,2" e 2.027,18 metros, até o marco MN-50 de coordenadas geográficas 01°54'25,9"S e 61°04'02,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 257°42'16,6" e 1.998,44 metros, até o marco MN-49 de coordenadas geográficas 01°54'39,9"S e 61°05'05,2"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 257°42'13,5" e 2.001,21 metros, até o marco MN-48 de coordenadas geográficas 01°54'53,8"S e 61°06'08,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 257°42'09,2" e 1.595,01 metros, até o marco MN-47 de coordenadas geográficas 01°55'04,9"S e 61°06'58,9 WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 257°42'08,3" e 2.407,57 metros, até o marco MN-46 de coordenadas geográficas 01°55'21,7"S e 61°08'15,0"WGr; localizado na cabeceira do Igarapé das Pedras; daí, segue por este, a jusante, com uma distância de 10.308,27 metros, até o marco MZ-01 de coordenadas geográficas 01°54'22,5"S e 61°01'143,8"WGr, localizado na confluência com o Rio Camanau; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 271°69'41,0" e 1.515,73 metros, até o marco MW-1 de coordenadas geográficas 01°54'20,8"S e 61°12'32,7"WGr, localizado na margem direita do Rio Camanau; daí, segue por este, a jusante, com uma distância de 3.950,30 metros, até o marco MC-1 de coordenadas geográficas 01°55'22,6"S e 61°13'02,0"WGr, localizado em sua margem direita; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 317°34'52,7" e 2.701,47 metros, até o marco MC-2 de coordenadas geográficas 01°54'17,8"S e 61°14'01,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 271°59'07,2" e 1.270,52 metros, até o marco MW-3 de coordenadas geográficas 01°54'16,4"S e 61°14'42,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 272°00'07,0" e 3.224,61 metros, até o marco MW-4 de coordenadas geográficas 01°54'12,8"S e 61°16'26,4"WGr; localizado na confluência com um igarapé sem denominação. Oeste: Do marco antes descrito, segue pelo igarapé sem denominação, a montante, com uma distância de 3.142,13 metros, até o marco MW-5 de coordenadas geográficas 01°53'00,1"S e 61°15'56,9"WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue pelo divisor de águas dos Rios Camanau e Negro, por uma linha reta com azimute e distância de 338°28'04,2" e 2.070,03 metros, até o marco MW-6 de coordenadas geográficas 01°51'57,4"S e 61°16'21,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 343°08'39,8" e 1.854,63 metros, até o marco MZ-83 de coordenadas geográficas 01°50'59,6"S e 61°16'39,0"WGr;

DECRETO Nº 97.837, DE 16 DE JUNHO DE 1989 - Publicação Original - Portal ... Página 7 de 9

daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 343°09'00,8" e 287,38 metros, até o marco MW-7 de coordenadas geográficas 01°50'50,7"S e 61°16'41,6"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 343°08'56,0" e 2.589,56 metros, até o marco MW-8 de coordenadas geográficas 01°49'30,0"S e 61°17'06,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 330°39'01,0" e 2.124,73 metros, até o marco MW-9 de coordenadas geográficas 01°48'29,8"S e 61°17'39,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 330°39'02,8" e 1.865,31 metros, até o marco MW-10 de coordenadas geográficas 01°47'36,8"S e 61°18'09,4"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 330°39'12,9" e 2.202,82 metros, até o marco MW-11 de coordenadas geográficas 01°46'34,4"S e 61°18'44,4"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 330°39'16,9" e 1.834,71 metros, até o marco MW-12 de coordenadas geográficas 01°45'42,3"S e 61°19'13,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 330°39'23,3" e 1.635,79 metros, até o marco MW-13 de coordenadas geográficas 01°44'55,9"S e 61°19'39,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 339°39'45,0" e 949,47 metros, até o marco MZ-153 de coordenadas geográficas 01°44'27,0"S e 61°19'50,2"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 339°39'45,9" e 981,64 metros, até o marco MW-14 de coordenadas geográficas 01°43'57,0"S e 61°20'01,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 339°39'56,6" e 2.068,51 metros, até o marco MW-15 de coordenadas geográficas 01°42'53,9"S e 61°20'24,6"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 339°39'55,9" e 2.085,26 metros, até o marco MW-16 de coordenadas geográficas 01°41'50,2"S e 61°20'48,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 339°39'45,9" e 2.567,13 metros, até o marco MW-17 de coordenadas geográficas 01°40'31,9"S e 61°21'17,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 19°10'30,7" e 1.971,47 metros, até o marco MW-18 de coordenadas geográficas 01°39'31,3"S e 61°20'56,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 19°10'42,1" e 1.980,11 metros, até o marco MW-19 de coordenadas geográficas 01°38'30,3"S e 61°20'35,1"WGr; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de 19°10'43,3" e 1.495,37 metros, até o marco MW-20 de coordenadas geográficas 01°37'44,4"S e 61°20'19,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°47'21,0" e 1.977,88 metros, até o marco MW-21 de coordenadas geográficas 01°36'42,2"S e 61°20'36,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°47'39,3" e 2.045,26 metros, até o marco MW-22 de coordenadas geográficas 01°35'38,0"S e 61°20'53,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°47'47,0" e 1.905,88 metros, até o marco MW-23 de coordenadas geográficas 01°34'38,1"S e 61°21'09,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°47'46,0" e 2.002,40 metros, até o marco MW-24 de coordenadas geográficas 01°33'35,2"S e 61°21'26,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°47'58,9" e 2.168,77 metros, até o marco MW-25 de coordenadas geográficas 01°32'27,1"S e 61°21'45,2"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°48'07,4" e 1.944,11 metros, até o marco MW-26 de coordenadas geográficas 01°31'26,0"S e 61°22'01,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°48'06,5" e 1.895,60 metros, até o marco MW-27 de coordenadas geográficas 01°30'26,5"S e 61°22'17,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°48'20,8" e 1.548,47 metros, até o marco MZ-286 de coordenadas geográficas 01°29'37,9"S e 61°22'31,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°48'11,7" e 385,84 metros, até o marco MW-28 de coordenadas geográficas 01°29'25,7"S e 61°22'34,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°48'23,3" e 2.191,80 metros, até o marco MW-29 de coordenadas geográficas 01°28'16,9"S e 61°22'52,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°48'36,4" e 1.866,41 metros, até o marco MW-30 de coordenadas geográficas 01°27'18,3"S e 61°23'08,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°48'38,8" e 1.992,81 metros, até o marco MW-31 de coordenadas geográficas 01°26'15,7"S e 61°23'25,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°48'46,8" e 2.008,36 metros, até o marco MW-32 de coordenadas geográficas 01°25'12,6"S e 61°23'42,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°48'50,1" e 2.205,41 metros, até o marco MW-33 de coordenadas geográficas 01°24'03,3"S e 61°24'01,6"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°48'56,2" e 2.007,84 metros, até o marco MW-34 de coordenadas geográficas 01°23'00,2"S e 61°24'18,6"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°48'57,7" e 1.970,53 metros, até o marco MW-35 de coordenadas geográficas 01°21'58,3"S e 61°24'35,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°49'07,5" e 1.669,40 metros, até o marco MW-36 de coordenadas geográficas 01°21'05,9"S e 61°24'49,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°49'12,4" e 1.443,65 metros, até o marco MZ-351 de coordenadas geográficas 01°20'20,5"S e 61°25'01,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°48'59,9" e 740,39 metros, até o marco MW-37 de coordenadas geográficas 01°19'57,2"S e 61°25'08,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°49'05,0" e 2.124,03 metros, até o marco MW-38 de coordenadas geográficas 01°18'50,5"S e 61°25'26,1"WGr; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°49'17,2" e 2.118,35 metros, até o marco MW-39 de coordenadas geográficas 01°17'44,0"S e 61°25'44,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°49'16,9" e 1.886,43 metros, até o marco MW-40 de coordenadas geográficas 01°16'44,7"S e 61°26'00,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°49'13,0" e 1.884,84 metros, até o marco MW-41 de coordenadas geográficas 01°15'45,5"S e 61°26'16,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°49'25,2" e 2.279,54 metros, até o marco MW-42 de coordenadas geográficas 01°14'33,9"S e 61°26'35,4"WGr; daí, segue por uma

DECRETO Nº 97.837, DE 16 DE JUNHO DE 1989 - Publicação Original - Portal ... Página 8 de 9

linha reta com azimute e distância de 344°49'29,8" e 1.754,18 metros, até o marco MW-43 de coordenadas geográficas 01°13'38,8"S e 61°26'50,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 344°49'03,5" e 1.123,03 metros, até o marco MC-06 de coordenadas geográficas 01°13'03,5"S e 61°26'59,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 289°36'44,0" e 2.301,97 metros, até o marco MC-05 de coordenadas geográficas 01°12'38,4"S e 61°28'10,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 289°35'17,1" e 1.869,75 metros, até o marco MC-04 de coordenadas geográficas 01°12'18,0"S e 61°29'07,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 289°34'52,1" e 2.114,76 metros, até o marco MC-03 de coordenadas geográficas 01°11'55,0"S e 61°30'11,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 289°33'51,1" e 2.030,28 metros, até o marco MJ-29 de coordenadas geográficas 01°11'32,9"S e 61°38'13,4"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 27°18'35,7" e 1.109,93 metros, até o marco MZ-454 de coordenadas geográficas 01°11'00,7"S e 61°30'56,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 27°18'36,8" e 827,40 metros, até o marco MJ-28 de coordenadas geográficas 01°10'36,8"S e 61°30'44,6"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 27°18'43,5" e 2.231,74 metros, até o marco MJ-27 de coordenadas geográficas 01°09'32,2"S e 61°30'11,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 27°18'46,3" e 1.839,04 metros, até o marco MJ-26 de coordenadas geográficas 01°08'39,0"S e 61°29'44,3"WGr; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de 27°18'51 1" e 2.219,89 metros, até o marco MJ-25 de coordenadas geográficas 01°07'34,8"S e 61°29'11,4"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 27°18'55,3" e 1.933,86 metros, até o marco MJ-24 de coordenadas geográficas 01°06'38,8"S e 61°28'42,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 27°19'01,7" e 1.626,91 metros, até o marco MZ-407 de coordenadas geográficas 01°05'51,7"S e 61°28'18,6"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 27°18'56,0" e 481,30 metros, até o marco MJ-23 de coordenadas geográficas 01°05'37,8"S e 61°28'11,4"WGr; daí, segue por linha reta com azimute e distância de 27°19'06,0" e 1.895,05 metros, até o marco MJ-22 de coordenadas geográficas 01°04'43,0"S e 61°27'43,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 27°19'12,8" e 1.976,13 metros, até o marco MJ-21 de coordenadas geográficas 01°03'45,8"S e 61°27'14,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 27°11'32,6" e 2.098,98 metros, até o marco MJ-20 de coordenadas geográficas 01°02'45,0"S e 61°26'43,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°34'21,3" e 970,89 metros, até o marco MZ-370 de coordenadas geográficas 01°02'16,7"S e 61°26'29,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°34'06,4" e 982,03 metros, até o marco MJ-19 de coordenadas geográficas 01°01'48,1"S e 61°26'14,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°34'24,3" e 2.009,65 metros, até o marco MJ-18 de coordenadas geográficas 01°00'49,6"S e 61°25'45,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°34'33,8" e 2.003,27 metros, até o marco MJ-17 de coordenadas geográficas 00°59'51,2"S e 61°25'16,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°34'37,2" e 1.883,87 metros, até o marco MJ-16 de coordenadas geográficas 00°58'56,4"S e 61°24'49,6"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°34'41,6"S e 2.020,90 metros, até o marco MJ-15 de coordenadas geográficas 00°57'57,5" e 61°24'20,3"WGr; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°34'44,6" e 1.905,97 metros, até o marco MJ-14 de coordenadas geográficas 00°57'02,0"S e 61°23'52,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°34'57,5" e 2.243,86 metros, até o marco MJ-13 de coordenadas geográficas 00°55'56,7"S e 61°23'20,3"WGr; daí segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°34'56,9" e 1.887,37 metros, até o marco MJ-12 de coordenadas geográficas 00°55'01,7"S e 61°22'53,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°35'00,9" e 2.064,11 metros, até o marco MJ-11 de coordenadas geográficas 00°54'01,6"S e 61°22'23,2"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26.35.08,2" e 1.833,65 metros, até o marco MJ-10 de coordenadas geográficas 00°53'08,2"S e 61°21'56,7"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°35'11,4" e 229,13 metros, até o marco MZ-273 de coordenadas geográficas 00°53'01,5"S e 61°21'53,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°35'10,2" e 1.937,95 metros, até o marco MJ-9 de coordenadas geográficas 00°52'05,1"S e 61°21'25,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°35,15,6" e 1.973,68 metros, até o marco MJ-8 de coordenadas geográficas 00°51'07,6"S e 61°20'56,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°35'24,7" e 1.959,47 metros, até o marco MJ-7 de coordenadas geográficas 00°50'10,5"S e 61°20'28,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°35'28,0" e 2.050,23 metros, até o marco MJ-6 de coordenadas geográficas 00°49'10,8"S e 61°19'58,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°35'35,8" e 2.022,71 metros, até o marco MJ-5 de coordenadas geográficas 00°48'11,9"S e 61°19'29,5"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°35'39,1" e 1.850,51 metros, até o marco MJ-4 de coordenadas geográficas 00°47'18,1"S e 61°19'02,8"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°35'46,5" e 1.988,31 metros, até o marco MJ-3 de coordenadas geográficas 00°46'20,2"S e 61°18'34,0"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 26°35'47,8" e 2.141,31 metros, até o marco MJ-2 de coordenadas geográficas 00°45'17,8"S e 61°18'03,0"WGr, localizado na cabeceira do Igarapé Binauau; daí, segue por este, a jusante, com uma distância de 31.036,75 metros, até o marco MT-3 (SAT-3) de coordenadas geográficas 00°34'36,6"S e 61°16'56,1"WGr, localizado na confluência com o Rio Jauaperi; daí, segue por este, a montante, com uma distância de 47.192,46 metros, até o marco MJ-30, início da descrição deste perímetro.

DECRETO Nº 97.837, DE 16 DE JUNHO DE 1989 - Publicação Original - Portal ... Página 9 de 9

Parágrafo único. Ficam excluídas, da área descrita, a superfície de inundação da barragem da Usina Hidrelétrica de Balbina, conforme Decreto nº 85.898, de 13 de abril de 1981, e a faixa de domínio da BR-174.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ SARNEY
Íris Rezende Machado
João Alves Filho

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 19/06/1989

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/6/1989, Página 9776 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1989, Página 1253 Vol. 3 (Publicação Original)



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 94.606, DE 14 DE JULHO DE 1987.

Declara de ocupação dos Índios Waimiri-Atroari área de terra nos Municípios de Novo Airão, Itapiranga, Presidente Figueiredo (AM) e Caracarái (RR), no Estado do Amazonas e no Território Federal de Roraima, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 a 25 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos Índios Waimiri-Atroari, para efeito dos artigos 4º, item IV, e 198 da Constituição, as terras localizadas nos Municípios de Novo Airão, Itapiranga, Presidente Figueiredo (AM) e Caracarái (RR), no Estado do Amazonas e no Território Federal de Roraima, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 0°19'10"S e 61°04'20"WGr., localizado na confluência do Rio Jauaperi com o Igarapé do Bugre; segue por este no sentido montante até o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 00°17'10"S e 60°56'20"WGr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 30°30' e 4.600 metros até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 0°15'40"S e 60°55'20"WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 91°00' e 8.200 metros, até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 0°15'40"S e 60°50'50"WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 0°17'20"S e 60°49'00"WGr, localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí segue por este no sentido montante até o ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 0°14'40"S e 60°45'40"WGr, localizado na confluência com um braço formador afluente de sua margem direita; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 0°14'25"S e 60°44'20"WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 81°00' e 2.000 metros, até o ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 0°14'20"S e 60°43'20"WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 0°13'10"S e 60°42'20"WGr, localizado na confluência com o Igarapé Jandiá; daí, segue por este no sentido do montante até o ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 0°13'30"S e 60°41'30"WGr, localizado na interseção com a BR-174; daí, segue pelo bordo da rodovia com a distância aproximada de 250 metros, até o ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 0°13'20"S e 60°41'40"WGr., localizado no bordo direito da BR-174, sentido Manaus-Boa Vista; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 99°00' e 7.600 metros, até o ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 0°14'00"S e 60°37'20"WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 0°13'20"S e 60°35'00"WGr., localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 0°07'10"S e 60°34'20"WGr, localizado na confluência com o Rio Branquinho; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 15 de coordenadas geográficas aproximadas 0°09'20"N e 60°18'10"WGr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximada de 14°00' e 800 metros até o ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 00°09'50"N e 60°18'10"WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, afluente do Rio Trairi; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 17 de coordenadas geográficas aproximadas 00°14'00"N e 60°18'50"WGr., localizado na confluência com o Rio Trairi; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 18 de coordenadas geográficas aproximadas 00°21'10"N e 60°22'00"WGr, localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 19 de coordenadas geográficas aproximadas 00°21'50"N e 60°09'00"WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue pelo divisor de águas dos Rios Carará ou Cidade Velha e Murauaú, até o ponto 20 de coordenadas geográficas aproximadas 00°19'50"N e 59°57'00"WGr, localizado na cabeceira de um braço afluente da margem esquerda do Rio Carará ou Cidade Velha; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 21 de coordenadas geográficas aproximadas 00°17'20"N e 59°58'20"WGr., localizado na confluência com o Rio

Carará ou Cidade Velha; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 22 de coordenadas geográficas aproximadas 00°05'50"N e 59°45'20"WGr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação. LESTE: Do ponto 22 segue pelo igarapé sem denominação no sentido montante, até o ponto 23 de coordenadas geográficas aproximadas 00°00'40"S e 59°51'20"WGr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 134°00' e 800 metros, até o ponto 24 de coordenadas geográficas aproximadas 00°01'00"S e 59°51'00"WGr., localizado na cabeceira de um braço formador afluente da margem esquerda do Igarapé Cujubim; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 25 de coordenadas geográficas aproximadas 00°02'40"S e 59°51'30"WGr., localizado na confluência com o Igarapé Cujubim; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 26 de coordenadas geográficas aproximadas 00°09'20"S e 59°49'35"WGr., localizado na confluência com um braço formador afluente de sua margem direita; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 27 de coordenadas geográficas aproximadas 00°12'50"S e 59°49'00"WGr., localizado em sua cabeceira; daí, segue pelo divisor de águas do Rio Pitanga e de um igarapé sem denominação, até o ponto 28 de coordenadas geográficas aproximadas 00°33'20"S e 60°09'30"WGr., localizado na confluência de dois braços formadores de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 186°00' e 4.400 metros, até o ponto 29 de coordenadas geográficas aproximadas 0°35'40"S e 60°09'50"WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 194° e 23.000 metros, até o ponto 30 de coordenadas geográficas aproximadas 0°47'40"S e 60°12'55"WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 184°30' e 3.000 metros, até o ponto 31 de coordenadas geográficas aproximadas 0°49'20"S e 60°13'05"WGr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio Uatumã; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 32 de coordenadas geográficas aproximadas 0°50'20"S e 60°12'00"WGr., localizado na confluência com um braço formador afluente da margem esquerda; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 33 de coordenadas geográficas aproximadas 0°51'10"S e 60°11'20"WGr., localizado em sua cabeceira; daí, segue em linha reta com azimute e distância aproximados de 165°30' e 8.000 metros, até o ponto 34 de coordenadas geográficas aproximadas 0°55'25"S e 60°10'20"WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 177°00' e 5.200 metros, até o ponto 35 de coordenadas geográficas aproximadas 0°58'20"S e 60°10'10"WGr., localizado na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue pelo igarapé secundário no sentido montante até o ponto 36 de coordenadas geográficas aproximadas 01°00'40"S e 60°09'10"WGr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 169°00' e 600 metros, até o ponto 37 de coordenadas geográficas aproximadas 01°01'00"S e 60°09'05"WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 38 de coordenadas geográficas aproximadas 01°14'20"S e 60°10'20"WGr., localizado na confluência com o Rio Uatumã; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 39 de coordenadas geográficas aproximadas 01°12'00"S e 60°21'35"WGr., localizado na confluência com o Rio Santo Antônio do Abunari; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 40 de coordenadas geográficas aproximadas 01°15'30"S e 60°24'40"WGr., localizado na interseção com a BR-174; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 196°00' e 55.000 metros, até o ponto 41 de coordenadas geográficas aproximadas 01°44'20"S e 60°32'30"WGr., localizado na confluência do Rio Pardo com o igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 42 de coordenadas geográficas aproximadas 01°47'00"S e 60°32'50"WGr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 180°00' e 1.000 metros, até o ponto 43 de coordenadas geográficas aproximadas 01°47'30"S e 60°32'50"WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 44 de coordenadas geográficas aproximadas 01°46'25"S e 60°37'30"WGr., localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 45 de coordenadas geográficas aproximadas 01°51'30"S e 60°37'05"WGr., localizado na confluência com outro igarapé sem denominação. SUL: Do ponto 45 segue pelo divisor de águas dos Rios Curiaú e Apuaú e Curiaú e Negro; até o ponto 46 de coordenadas geográficas aproximadas 01°55'50"S e 61°08'40"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé das Pedras; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 47 de coordenadas geográficas aproximadas 01°54'50"S e 61°11'50"WGr., localizado na confluência com o Rio Camanaú; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 272°00' e 8.000 metros, até o ponto 48 de coordenadas geográficas aproximadas 01°54'40"S e 61°16'10"WGr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação com um braço afluente de sua margem esquerda. OESTE: Do ponto 48 segue pelo igarapé sem denominação no sentido montante, até o ponto 49 de coordenadas geográficas aproximadas 01°52'30"S e 61°16'00"WGr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 343°00' e 6.800 metros, até o ponto 50 de coordenadas geográficas aproximadas 01°48'50"S e 61°17'05"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Lourival; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 330°30' e 9.600 metros, até o ponto 51 de coordenadas geográficas aproximadas 01°44'30"S e 61°19'45"WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 339°30' e 8.600 metros, até o ponto 52 de coordenadas geográficas aproximadas 01°40'05"S e 61°21'20"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Água Boa; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 19°00' e 5.400 metros, até o ponto 53 de coordenadas geográficas aproximadas 01°37'20"S e 61°20'20"WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pelo divisor de águas entre os rios Camanaú e Negro

e Camanaú e Jauaperi até o ponto 54 de coordenadas geográficas aproximadas 00°58'30"S e 61°20'10"WGr, localizado na confluência de um igarapé sem denominação afluente da margem direita do Rio Camanaú, com um braço afluente da margem esquerda deste igarapé sem denominação; daí, segue pelo divisor de águas entre o Rio Camanaú e este igarapé sem denominação até o ponto 55 de coordenadas geográficas aproximadas 00°46'15"S e 61°14'05"WGr., localizado na cabeceira de um braço afluente da margem esquerda do Igarapé Binauaú; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 56 de coordenadas geográficas aproximadas 00°44'10"S e 61°13'20"WGr., localizado na confluência com o Igarapé Binauaú; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 57 de coordenadas geográficas aproximadas 00°34'50"S e 61°16'30"WGr., localizado na confluência com o Rio Jauaperi; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 01, início deste memorial.

§ 1º Ficam excluídas, da área ora descrita, a superfície de inundação da barragem da Usina Hidrelétrica de Balbina, conforme Decreto nº 85.898, de 1981, e a faixa de domínio da BR-174.

§ 2º A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Waimiri-Atroari, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio Funai.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti

Marcos de Barros Freire

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15.7.1987

Termelétricas apresentam falhas após linha de Guri ser desligado - Folha de Boa V... Página 1 de 2

APAGÃO EM RORAIMA

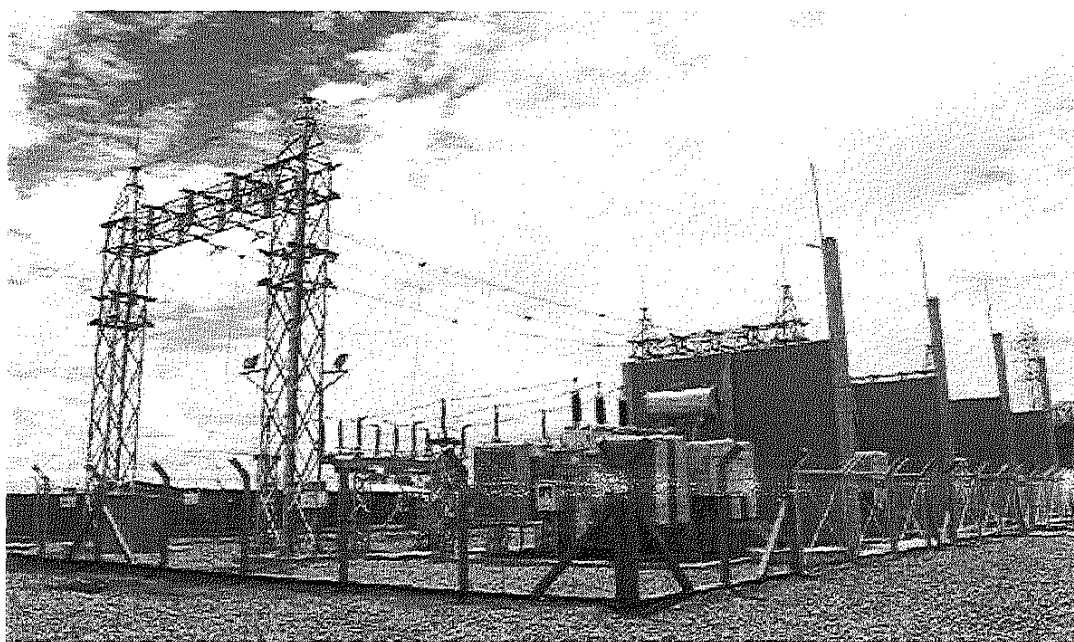
Termelétricas apresentam falhas após linha de Guri ser desligado

 Gostei (1)  Não gostei (2)

Segundo a Eletrobras, desligamento do linha de Guri foi programado com a Venezuela, mas termelétrica do Monte Cristo apresentou falhas

Por Folha Web

Em 09/11/2015 às 00:52



(<http://ebvadmin.com.br/public/images/noti-1447045057.jpg>)

Usina Termelétrica de Monte Cristo não conseguiu manter distribuição com desligamento do linha de Guri (Foto: Arquivo/Folha)

O domingo da maioria da população de Roraima da Capital e interior foi de muito transtorno e sofrimento por causa dos apagões que demoraram horas durante o dia e a noite. Em nota divulgada para a imprensa, a Eletrobras Distribuição Roraima informou que havia solicitado que a empresa venezuelana fizesse o desligamento do linha de Guri a partir das 7h de domingo. A nota não explica de forma clara, mas subentende-se que esse desligamento programado serviu para testar o parque termelétrico roraimense, instalado justamente para suprir a demanda do Estado em caso de a Venezuela não poder mais fornecer energia.

Porém, por volta das 12h30, a Usina Termelétrica de Monte Cristo, localizada no trecho norte da BR-174, na zona rural de Boa Vista, apresentou falhas, denominadas pela Eletrobras como “problemas no controle de frequência do sistema”, o que provocou o

Termelétricas apresentam falhas após linha de Guri ser desligado - Folha de Boa V... Página 2 de 2

blecaute e, na sequência, "problemas para recomposição do sistema". Em outras palavras, isso significa que os geradores movidos a diesel, instalados no Estado, não conseguiram manter o abastecimento.

No primeiro apagão, foram mais de três horas sem energia na Capital e outros municípios do interior, das 12h às 15h. À noite, houve mais um apagão, das 18h30 às 20h, deixando vários bairros de Boa Vista e algumas cidades do interior na completa escuridão.

EXPLICAÇÃO – A população não conseguiu explicações pelo telefone 0800 disponibilizado ao público. A Folha ligou para confirmar a reclamação e também não conseguiu falar com o serviço de atendimento ao público. As ligações não foram atendidas.

Na nota enviada à imprensa, a Eletrobras Distribuição Roraima, responsável pelo abastecimento de energia elétrica no Estado, informou que a interrupção da interligação do linha de Guri, entre o Brasil e a Venezuela, havia sido programada pela Eletronorte para as 7h de domingo, mas houve problemas para a recomposição do sistema.

De acordo com a distribuidora, após a interrupção, toda a carga em Roraima passou a ser atendida pelo parque termelétrico, e a recomposição somente foi possível após a reenergização da interligação. A empresa informou que foi realizada avaliação sobre os problemas ocorridos e que toda a equipe trabalharia para identificar as causas para que o fornecedor realizasse as devidas correções, evitando que os problemas voltassem a ocorrer. Na nota, a empresa ainda pediu desculpas à população pelo transtorno causado.

TRANSTORNOS - O longo blecaute, que afetou vários bairros da Capital e até alguns municípios do interior, revoltou os consumidores, que afirmaram ter tido prejuízos com a perda de eletrodomésticos e eletrônicos.

A queda de energia, a quinta ocorrida somente este mês, aconteceu justamente em meio a uma onda de críticas enfrentadas pela Eletrobras, que anunciou um reajuste de mais de 40% ao consumidor, que passou a valer a partir do dia 1º deste mês.

A população também não poupou críticas à distribuidora pelas redes sociais. Muitos internautas, inconformados com a falta de energia, ameaçaram organizar protestos em frente à sede da empresa caso o reajuste não seja cancelado. "Nós não temos condições de pagar por uma energia que sequer supre a nossa necessidade. Quem é que teve reajuste de 40% no salário? Não vamos nos calar, os roraimenses não aguentam mais essa situação", postou um internauta.

Além da indignação por parte da população, o reajuste na tarifa de energia será alvo de uma audiência pública na Assembleia Legislativa, marcada para o próximo dia 12. O Ministério Público de Roraima (MPRR) entrou com um pedido de suspensão do aumento, alegando a péssima qualidade no serviço prestado aos roraimenses.

Segundo a Eletrobras Roraima, se não aplicar o reajuste de 40,33% ao consumidor, a empresa arcará com um prejuízo de R\$ 7 milhões. A concessionária alegou ainda que teria de arcar com o subsídio bancado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Romero Jucá. Quando eu estive no seu Estado, a maior reclamação que ouvi foi essa que V. Ex^a está agora encaminhando. No entendimento, fala quem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, o Senador Reguffe, com a palavra. Na sequência, o Senador Lindbergh.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu considero absolutamente inaceitável o dinheiro do contribuinte brasileiro ser gasto no exterior. Com tantos problemas que há no Brasil, com tantos problemas na saúde pública, na educação, na segurança pública, gastar o dinheiro do contribuinte brasileiro no exterior é algo absolutamente inaceitável, na minha opinião.

Em audiência pública aqui, nesta Casa, no dia 14 de abril deste ano – audiência pública da qual eu participei –, o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, disse que, só em 2013 e 2014, foram colocados R\$3 bilhões de dinheiro do BNDES na Venezuela, R\$3 bilhões em Angola, R\$800 milhões em Cuba, além de investimentos também na Bolívia, na República do Benim, na República de Gana, entre outros, com mais R\$8,7 bilhões sendo aplicados em outros países. Logo, a soma de R\$8,7 bilhões com R\$6,8 bilhões – que são a soma dos R\$3 bilhões para a Venezuela, dos R\$3 bilhões para Angola e dos R\$800 milhões para Cuba – dá um resultado de R\$15,5 bilhões, que, segundo palavras do próprio Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, só nos anos de 2013 e 2014, foram aplicados no exterior. Portanto, foram aplicados no exterior, de dinheiro do contribuinte brasileiro, R\$15,5 bilhões. São R\$15,5 bilhões!

Agora, há uma denúncia de que esse dinheiro ou parte dele voltou ao Brasil financiando campanhas políticas. É uma denúncia grave e séria que, caso comprovada, precisa ter uma punição absolutamente rigorosa.

Independentemente de esse dinheiro ter voltado para as campanhas políticas ou não, não dá para aceitar que o dinheiro do contribuinte brasileiro seja gasto no exterior, para financiar projetos no exterior, havendo tantos projetos no Brasil para serem financiados.

E o Governo ainda reclama de falta de recursos e quer aumentar impostos! A carga tributária no Brasil já é de 36% do Produto Interno Bruto, a maior dentre os países do mundo emergente, maior que a da Rússia, maior do que da Índia, maior do que da China e maior do que a da África do Sul. Não dá para entender que, com a carga tributária de 36% do PIB (Produto Interno Bruto), a maior dentre os países do mundo emergente, a maior dos BRICS, ainda tenha de pensar em aumentar impostos. É a maior carga tributária dos países do mundo emergente. Não é possível que o Governo não consiga dar conta das suas responsabilidades com essa carga tributária abusiva, que, aliás, deveria ser reduzida e nunca aumentada.

Agora, o Governo coloca no exterior R\$15,5 bilhões do BNDES, de acordo com a fala – e deve haver muito mais, inclusive nos outros anos também – do Presidente do BNDES, só nos anos de 2013 e 2014. Não dá para aceitar: R\$3 bilhões para Venezuela, R\$3 bilhões para a Angola, R\$800 milhões para Cuba.

Fiz um cálculo aqui: os mesmos R\$15,5 bilhões – reconhecidos pelo Presidente do BNDES nessa audiência pública do dia 14 de abril – poderiam financiar a construção de 103 hospitais públicos no Brasil inteiro. No Brasil inteiro, 103 hospitais públicos poderiam ser construídos! Um hospital público de 200 leitos tem a sua construção em R\$150 milhões. Logo, R\$150 milhões vezes 103 são R\$15,5 bilhões ou R\$15,5 bilhões divididos por R\$150 milhões – preço de construção de um hospital – são 103. Portanto, com os mesmos R\$15,5 bilhões, nós poderíamos ter 103 novos hospitais públicos neste País, com 200 leitos cada um. Poderíamos melhorar a oferta de leitos na saúde pública deste País.

No próprio BNDES, em vez de o Governo aplicar R\$15,5 bilhões de dinheiro do contribuinte brasileiro no exterior, o Governo poderia, com os mesmos R\$15,5 bilhões, financiar 155 mil pequenos empreendedores deste País, com R\$100 mil cada um. Nós poderíamos abrir, neste País, 155 mil pequenos empreendimentos, porque R\$15,5 bilhões divididos por R\$100 mil são 155 mil. Portanto, nós poderíamos dar a 155 mil pequenos empreendedores R\$100 mil para abrir o seu negócio, para abrir o seu empreendimento. Aí o BNDES teria o “s” de social no nome. Ele iria financiar, só com esse valorzinho aqui, com esse valor que deu para o exterior em 2013 e 2014, 155 mil pequenos empreendedores no Brasil.

Apresentei aqui, nesta Casa, no dia 4 de maio, o PLS nº 261, de 2015, que proíbe o BNDES de financiar projetos no exterior.

O dinheiro do contribuinte brasileiro tem que ser gasto no Brasil.

O projeto está na CAE, tramitando, e eu espero que nós consigamos fazer um debate pensando no contribuinte brasileiro, no cidadão deste País, que quer receber serviços públicos de qualidade, pelos impostos caríssimos que paga, na segurança, na educação, na saúde, que hoje não vem recebendo. E não me parece

que deve ser prioridade do contribuinte brasileiro ver 15,5 bilhões do dinheiro dos seus impostos serem gastos no exterior.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Reguffe, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Reguffe, eu gostaria de cumprimentá-lo por sua fala e de dizer que o senhor alerta para duas coisas importantes: uma é o uso irregular, digamos, dos recursos do BNDES e outra é o uso indecente dos recursos. Se comprovado tudo isso, é preciso fazer alguma coisa.

Eu tenho sido um grande defensor do BNDES, mas um grande crítico à política que tem sido feita pelo BNDES nos últimos anos, sem falar de um outro ponto, que não tem nada a ver com montante nem com desvios, mas com o uso exato.

É lamentável que todo esse dinheiro que foi aplicado não gerou patentes, inovações, não foi dirigido a indústrias, Senador Lindbergh, de ponta na economia; foram dirigidos, na quase maioria, na quase totalidade, a empresas tradicionais, que deveriam buscar recursos no setor privado. O setor público deveria incentivar o setor industrial, que traz uma nova economia e não só uma economia maior.

Então, o BNDES precisa ser refeito, reorganizado, com novas políticas. Esse deve ser um dos propósitos também de um novo governo.

Parabéns por sua fala.

Senador Lindbergh, com a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Cristovam Buarque, tenho a honra de falar neste plenário com V. Ex^a presidindo esta sessão. E vou falar sobre as minhas preocupações sobre o agravamento dessa crise econômica e social.

Na verdade, eu vou ler aqui hoje um discurso que foi um artigo escrito por mim e pelo Prof. Jaldes Menezes, da Universidade Federal da Paraíba, sobre a crise econômica e esse novo componente, o acirramento da crise social.

Mas antes, Sr. Presidente, de começar o meu discurso, eu quero trazer a tema um assunto que, graças às redes sociais, foi bem abordado nesse final de semana. Eu falo de um tratamento seletivo, um tratamento diferenciado, dispensado ao PT e ao Presidente Lula.

Primeiro, eu trago uma matéria do jornal *O Estado de São Paulo*, em que, em uma página, na parte de cima da página, tem: “Lula recebeu quase 4 milhões da Odebrecht, diz Polícia Federal”. Na parte de baixo da mesma folha de *O Estado de São Paulo*, está o seguinte: “Empreiteira doou 975 mil a Instituto Fernando Henrique Cardoso, aponta laudo”.

Observem as duas matérias abaixo, estão na mesma página. A notícia sobre o ex-Presidente Lula recebe destaque, está no alto, embora as doações já fossem conhecidas. O título sugere que foi Lula, pessoa física, quem recebeu o dinheiro, e não o Instituto Lula, o que faz muito diferença. A empresa é nomeada, está aqui inscrito, Odebrecht. E quem faz a afirmação tem nome também: “afirma Polícia Federal”. É uma estratégia discursiva que pretende garantir legitimidade à afirmação.

Vamos agora ver a parte de baixo, do Fernando Henrique Cardoso. Primeiro, a matéria vem embaixo, bem abaixo, com uma matéria menor sobre o tema, embora o fato novo, jornalisticamente falando, seja esse do Fernando Henrique Cardoso, não o do Presidente Lula. Ele não diz que o Fernando Henrique recebeu da Odebrecht, o nome da empreiteira não é citado. É o Instituto Fernando Henrique Cardoso que recebe. “Aponta laudo”, a fonte é desconhecida.

Impressionantes são as fotos: a foto do Lula é um Lula agressivo; a foto do Fernando Henrique Cardoso é um Fernando Henrique calmo, sereno.

Esse é o tratamento que está havendo por parte da imprensa brasileira, da mídia brasileira. Eu quero entrar, logo depois, no jornal *O Globo*, porque se colocou na capa de *O Globo* de domingo, 15 dias atrás, uma manchete: “Baiano diz que pagou contas de Lula”. E ontem, no domingo, o jornal reconhece que *O Globo* errou, mas *O Globo* errou, vem aqui, de lado, e o Lula... “Baiano diz que pagou as contas do filho de Lula.” Está aqui, era a chamada de domingo do jornal.

É uma campanha sistemática, seletiva, dirigida ao PT e ao Presidente Lula, de difamação, para tentar desgastar a imagem do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Trago outro ponto, Senador Cristovam: a situação do mensalão mineiro. Já vai fazer dez anos do início da investigação, e o processo continua parado. Apenas alguns jornais trouxeram essa informação na semana

passada. O mensalão mineiro começou quando? Em 1998. Começou a investigação sete anos depois, em 2005. Estamos em 2015. Dez anos de investigação, e o processo está parado em Minas Gerais.

Nesse caso do mensalão mineiro do PSDB, é preciso que se diga também do tratamento diferenciado por perto do Supremo. Na hora em que foi analisada a discussão do mensalão, quando se tratava do PT, houve uma votação, porque, à época, o Advogado Márcio Thomaz Bastos argumentou o seguinte: para quem não tem foro privilegiado, o processo tem que ser desmembrado. Eram 38 membros. Houve votação no Supremo, que decidiu que não, tem que ficar tudo no Supremo, o processo não ia ser desmembrado. Na hora do julgamento do mensalão tucano, eram 15 pessoas, 13 não tinham foro privilegiado. Houve a mesma discussão no Supremo, e o Supremo tomou uma decisão diferente: ele desmembrou para os 13. Depois o Eduardo Azeredo renunciou e o processo foi para Minas Gerais.

Há um artigo muito bom, de 2012, do Jornalista Janio de Freitas, sobre esses fatos, que diz o seguinte:

A incoerência do Supremo Tribunal Federal, nas decisões opostas sobre o desdobramento, é apenas um dos seus aspectos comprometedores no trato do mensalão mineiro. A propósito, a precedência no julgamento do mensalão do PT, ficando para data incerta o do PSDB e seus dois parlamentares, carrega um componente político que nada e ninguém pode negar.

Por fim, Senador Cristovam, quero também vir aqui hoje trazer minha solidariedade ao grande brasileiro Patrus Ananias, que foi vítima de um constrangimento ontem, ele explica aqui, nessa sua postagem do Facebook, de um gesto fascista – eu o considero fascista – que está se espalhando pelo País, de agressão no meio de um restaurante na capital mineira. Esse fascismo é disseminado, sim, por essa campanha de certos setores da mídia, de criminalização do PT, da esquerda brasileira.

Então, faço questão de trazer a minha solidariedade aberta a esse grande brasileiro, respeitado por gente de todos os partidos, por todo mundo que milita na política brasileira. E o Ministro Patrus Ananias foi de extrema dignidade ao enfrentar aquela situação no dia de ontem.

Eu quero ler a postagem dele no Facebook.

Esse não vai ser o país do ódio. Ninguém vai nos tirar das ruas de Belo Horizonte. Estive há pouco na Cervejaria Bar Brasil, um bar tradicional de Belo Horizonte, com minha esposa, Vera, com Carlão Pereira e sua esposa, Jussara. Estávamos ali conversando entre amigos, sendo tratados com toda a gentileza pelos garçons. Pagamos a conta e levantamos para sair, quando um homem em uma mesa próxima à porta começou a gritar, fazendo acusações de corrupção e levantando um daqueles cartazes “Fora PT. Fora Dilma”. Me aproximei e pedi 30 segundos para conversarmos. Ele retrucou que iria me conceder 10 segundos. Respondi que colocasse um papel e assinasse todas as acusações sem provas em relação a mim, que amanhã mesmo eu entraria com uma ação contra ele. Então, a conversa mudou, com ele dizendo que eram acusações em relação ao PT. Uma câmera já estava posicionada desde o início, esperando para flagrar o momento espontâneo. Algumas mesas ao redor, articuladas a essa primeira, começaram a ampliar o barulho, tentando nos intimidar. Não arredamos o pé. Respondemos às acusações sem fundamento. Exigimos respeito, mantivemos a firmeza. O acusador da primeira mesa rapidamente foi embora em silêncio, enquanto nós permanecemos ali. Tivemos uma conversa ativa e buscamos negociação e diálogo, como convém a uma sociedade democrática. Fizemos isso porque ninguém vai nos tirar das ruas e dos bares de BH. Nenhuma reação de uma manifestação organizada, travestida de espontânea, vai nos intimidar e limitar o nosso direito de sentar com os amigos e a família em um bar, numa tarde de domingo em qualquer cidade, porque esse não vai ser o país do ódio generalizado, mesmo que esse seja o sonho de tantos que não conseguiram vencer democraticamente. Esse não vai ser o país onde se toma o poder pela força, usando mentiras e calúnias sem fundamento. Esse não vai ser o país onde quem grita mais alto tem razão. Esse vai continuar sendo o país da democracia, de quem sabe ouvir, compreender e debater.

Grande Patrus Ananias, saiba da nossa solidariedade! Eu, que comecei muito jovem na política, sempre acompanhei sua história, sua trajetória. V. Ex^a é um desses homens públicos de rara dignidade neste País. V. Ex^a é um dos homens públicos comprometidos com as suas causas, as causas das transformações sociais, da mudança da vida desse povo mais pobre. Então saiba do nosso apreço.

E eu quero aqui, na tribuna do Senado, expressar esse reconhecimento em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Falo em nome de todos os Senadores do PT, porque este foi um ato que atingiu a todos nós, Senadores. Eu me senti atingido como petista, mas como militante da causa política brasileira, da democracia brasileira, ao ver um homem como Patrus Ananias! Depois o Senador Eduardo Suplicy, vosso colega! Outro que foi vítima também de uma agressão fascista na Livraria Cultura, lá no Estado de São Paulo! Eduardo Suplicy!

Então, esse tipo de coisa nós não podemos admitir. Antes de começar o meu discurso, eu tinha que trazer essa palavra de solidariedade ao grande brasileiro Patrus Ananias.

Senador Cristovam, para mim é uma honra começar este discurso. Na verdade, eu faço uma análise dessa conjuntura, tendo V. Ex^a como Presidente. V. Ex^a é um dos principais debatedores aqui no Senado da questão econômica também, da crise que nós vivemos. Eu fiz esse artigo porque eu sou do PT, sou contra o golpe contra a Presidenta Dilma, agora não dá para nós termos uma postura de alienação frente ao agravamento dessa crise. Nós temos que saber que a crise econômica, nós vamos ter um agravamento dela. E as repercussões na vida das pessoas são muito fortes. A crise social... Em 2016 a discussão não é nem crise econômica, é a crise social que nós vamos enfrentar neste País.

Permitam-me começar com uma citação tão conhecida como pouco compreendida. Marx, logo na primeira frase do clássico “18 Brumário de Luís Bonaparte”, adaptando uma frase original de Hegel, de que todo acontecimento histórico verdadeiro se reitera muitas vezes, ironicamente afirmou que a história, por assim dizer, se repete duas vezes, primeiro como tragédia e depois como farsa.

Sei que é preciso parcimônia com as analogias. Por enquanto, não chegamos à fase da farsa neste Brasil de 2015. Talvez estejamos na iminência de ver acontecer a tragédia que, todavia, pode ser evitada.

O maior problema macroeconômico era o déficit nas contas do Governo, que foi alto. As causas do déficit, em 2014, são bem conhecidas: elevação dos gastos públicos com pagamento de juros aos rentistas – comprometemos 6,1% do PIB, em 2014, com pagamento de juros; excessivas desonerações aos empresários; e fraca arrecadação, devido ao baixo crescimento. Trataremos desse assunto em outras ocasiões.

Pois bem, o Ministro Joaquim Levy assumiu a Fazenda em janeiro, prometendo fazer um ajuste das contas públicas, ou seja, equilibrar o orçamento do Governo. Tomou diversas medidas, e nada, nada está dando certo. Para piorar, trouxe a inflação e o desemprego de volta. Estou aqui, Senador Cristovam, com dificuldade à procura de um gráfico que quero mostrar a V. Ex^{as}. Trouxe a inflação e o desemprego de volta.

Para ilustrar, vejam o gráfico abaixo – estou pegando aqui o gráfico. Ele mostra uma linha vermelha, que representa – está aqui o gráfico, achei. Vai ficar para os nossos telespectadores difícil de acompanhar –, mas traça uma linha vermelha que mostra claramente que o déficit nas contas do Governo, que foi 6,7% no ano passado, não para de subir, depois que o Levy assumiu. Hoje, no acumulado de 12 meses, em setembro, está 9,5%. A saída para resolver o problema do gasto público era, principalmente, fazer a economia crescer, reformatar as desonerações e reduzir as despesas com juros. Nada disso foi feito.

O ajuste Levy preferiu seguir uma perigosa vereda alternativa: promover uma recessão que resultou numa vertiginosa queda da economia e da confiança na economia.

A primeira medida do então novo Ministro foi promover um tarifaço, para reduzir as despesas públicas: aumentou o preço da gasolina, diesel e energia elétrica. Isso causou inflação. Em dezembro de 2014, a inflação ficou dentro da meta, foi 6,4%; hoje, já está em 9,5%, quando são considerados os últimos 12 meses. Aqui, há, também, um gráfico da inflação, mostrando a subida da inflação, depois da posse de Joaquim Levy.

Ora, explicam vários economistas com os quais concordamos, em contraponto: em vez de tarifaço deveria ter sido adotada uma linha de aumento gradual, o que não levaria a inflação a crescer abruptamente, derrubando a popularidade da recém reeleita Presidenta Dilma, alta...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... até aquela medida.

Dando continuidade às barbearagens na condução da política econômica, ato contínuo, o Banco Central, supostamente para conter a inflação, passou a elevar os juros. As despesas com juros dispararam e já alcançaram R\$510 bilhões ou quase 9% do PIB nos últimos 12 meses. Para efeito de comparação: os orçamentos anuais da saúde e da educação, somados, não alcançam R\$200 bilhões.

A análise não seria completa se não passasse, em seguida, à análise das perversas repercussões sociais do ajuste, abordando as questões do aumento do desemprego e da contenção dos programas sociais.

Quais as repercussões sociais do ajuste? Um dos fios da meada pode ser localizado, além do tarifaço inflacionário, no plano do Ministro Levy de corte de gastos públicos, em todas as áreas, em todos os ministérios. É aritmética básica da economia: corte de gastos em obras públicas, políticas e programas sociais causam desemprego.

A dinâmica é simples. O empreiteiro quando reduz a velocidade de execução de uma obra precisa de menos trabalhadores e, portanto, faz demissões. Quando beneficiários de políticas e programas sociais deixam de receber o que recebiam, deixam de gastar o que gastavam. Na outra ponta, alguém deixa de vender o que vendia e deixa de produzir o que produzia. O resultado são mais demissões de trabalhadores. O desemprego que, em dezembro de 2014, era 4,3%; hoje alcançou 7,6%.

Esse é o índice de desemprego quando tratamos as seis principais regiões metropolitanas do País. O índice de desemprego pelo PNAD contínuo, que pega todas as cidades brasileiras, já está em mais de 8%, 8,5%.

O gráfico mostra – este gráfico aqui – a economia brasileira antes e depois do Ministro Levy. Em alta, estão: o desemprego, que aumentou 3,3%; a inflação, que deu um salto de 3,1%; o déficit público, que foi elevado em 2,63%, e as despesas de juros, que sofreram acréscimo de 2,81%. Em baixa estão: os rendimentos dos trabalhadores, redução de 4,3%, de agosto de 2014 para agosto de 2015 – está havendo uma redução salarial dos trabalhadores –; o emprego com carteira assinada – o fechamento de 651 mil postos de janeiro a setembro; o volume de serviços – queda de 3,5%, de agosto de 2015 contra agosto de 2014; as vendas no comércio varejista – diminuição de 3%, acumulada em 2015; e a arrecadação do Governo – queda de 3,72%, acumulada no ano.

O que necessitava aumentar está diminuindo e o que precisava ser contido está aumentando. São os números que dizem, a política econômica do Governo está totalmente errada.

Tenho me preocupado em tempo integral com os rumos da economia brasileira, fazendo bom combate na tribuna do Senado, compondo a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, conversando com segmentos dos trabalhadores e do mercado, bem como com economistas desenvolvimentistas da Unicamp, da UFRJ, mas também com economistas com visão mais liberal, que trabalham no mercado. Tenho conversado com todos sobre a situação da crise econômica brasileira. Posso dizer que nunca, como hoje, e todos os meus interlocutores são unânimes em dizer isto: mantida a política econômica, as projeções para o ano de 2016 são terríficas!

A leitura diária dos jornais virou uma agonia! A produção industrial brasileira caiu 1,3% só no mês de setembro. Órgãos de pesquisa do Governo e consultorias do mercado estimam já para este ano recessão de 3,4%.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É uma recessão superior a 3% no próximo ano. A recessão resulta em desemprego, sem dúvida o maior dos problemas. Vários analistas preveem que, na virada de janeiro a fevereiro do próximo ano, o desemprego atingirá a simbólica casa dos dois dígitos, 10%, e que, no meio do ano, estará em torno de 11,5% a 12%, podendo chegar a 13% no final do ano. Pior, há gente que fala em até 16% de desemprego em 2017!

Além do desemprego, o caldo de cultura da crise social é exponencializado ao cubo com a piora dos serviços públicos na ponta, em especial dos serviços de saúde. As prefeituras estão quebradas, os Estados também, cada um fazendo o seu ajuste.

Eu tenho inúmeras notícias de postos de saúde que estão se fechando no Rio de Janeiro, farmácias populares, com falta de remédios, falta de profissionais... Então há uma piora. Além do desemprego, há uma piora clara na qualidade dos serviços públicos que atendem à população brasileira.

Para comprovar o que digo, basta ler e interpretar – afora a visita direta aos serviços públicos – as mensagens de orçamento que os prefeitos, os governadores estão enviando às câmaras municipais e assembleias legislativas. Sem exceção, em virtude da arrecadação baixa, os orçamentos indicam crescimento nominal vegetativo, abaixo da inflação. Descendo do Olimpo dos orçamentos para a terra dos homens, sou testemunha de várias situações no Rio de Janeiro de fechamento de postos de saúde e farmácias populares. Em São Paulo, o Governo estadual está fechando escolas.

O cotidiano do brasileiro hoje pode ser resumido da seguinte maneira: aumento do desemprego, piora dos serviços públicos e, quando você liga a televisão, é corrupção atrás de corrupção! Ninguém aguenta.

Para completar o circuito de problemas, a crise interrompeu abruptamente o processo de afluência social de milhões de brasileiros pobres que estavam formando uma nova classe trabalhadora, nos termos das importantes pesquisas do sociólogo Jessé de Souza, atual Presidente do Ipea.

No Estadão, em 31 de setembro, lê-se a seguinte notícia: “Crise joga três milhões de famílias da Classe C de volta à base da pirâmide”. Conforme estudo da consultoria Tendências, citado na matéria,

[...] a recessão derrubou parte da nova classe média, a população da classe C, para a base da pirâmide social.

Entre 2006 e 2012, no *boom* do consumo, 3,3 milhões de famílias subiram um degrau, das classes D e E para a classe C, segundo um estudo da Tendências Consultoria Integrada. Eles começaram a ter acesso a produtos e serviços que antes não cabiam no seu bolso, como plano de saúde, ensino superior e carro zero.

Agora, afetadas pelo aumento do desemprego e da inflação, essas famílias começam, infelizmente, a fazer o caminho de volta. [...] De 2015 a 2017, 3,1 milhões de famílias da classe C [dez milhões de brasileiros] devem cair e engordar a classe D/E.

Está-se brincado com fogo. Não se interrompe regressivamente um processo de afluência social sem graves consequências, inclusive no campo da política. Lembremo-nos do verso da canção de Chico Buarque e do meu conterrâneo Paulo Pontes: “pode ser a gota d’água”.

É preciso traduzir os números, aparentemente frios, de nosso debate intelectual sobre a recessão econômica na carne e osso da vida real e suada de homens e de mulheres. E, principalmente, é preciso retirar conclusões visando à ação. Em primeiro lugar, se a crise é política e econômica, os números em elevação do desemprego perspectivam a proximidade do agravamento da dimensão social da crise. Depois, e não é de hoje, várias experiências históricas do passado confirmam que...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ...quando a crise bate no social, a política entra em curto-circuito, e sobrevém a desesperança.

Por tudo isso, os números da pesquisa do Ibope divulgados na semana que passou, conquanto tenham caído como uma bomba atômica entre os agentes do sistema político em Brasília, jamais a quem acompanha os sinais emitidos das ruas, poderiam ser recebidos como um raio em céu azul.

Mais que partido A ou B, a pesquisa Ibope descortinou o sistema político brasileiro. Esse sistema político se encontra na UTI. Todos os hipotéticos candidatos à Presidência em 2018 – Lula, Aécio, Serra, Alckmin, Marina e Ciro –, de quase todas as vertentes políticas e ideológicas, amargam altíssimos índices de rejeição.

Quem semeia ventos colhe tempestade. A Oposição, principalmente PSDB e DEM, pensava que, fazendo um combate sem tréguas nem princípios ao Governo Dilma – desgastado em virtude da política econômica –, como por osmose, estaria credenciada a ocupar em breve a Presidência da República, na qual foi derrotada em quatro eleições seguidas.

Era só cumprir tabela e correr para o abraço, calculavam os maus alunos que não entenderam as verdadeiras intenções de Maquiavel.

Engano da oposição. Não se faz política sem esperança. Todos sabem, e a população tem essa intuição, que o programa econômico da oposição é o mesmo de Joaquim Levy, um programa de desesperança.

Poderia citar muitos exemplos históricos de situações parecidas. Fico com a vizinha Argentina de finais do governo Carlos Menem, em dezembro de 1999. Resultado de uma política econômica desastrosa de paridade 1/1 da moeda local, o peso, e a moeda internacional, o dólar – vale dizer que lá, Senador Cristovam, eles colocaram isso na Constituição –, depois de um período de euforia de consumo nas classes médias, logo sobreveio a realidade da falsidade do artifício da âncora cambial. Aconteceu uma corrida bancária de retirada de depósitos em peso em compra de dólares. A crise social se agravou, a taxa de desemprego chegou a 20%, o governo caiu. Novos Presidentes foram empossados pelo Congresso – houve três Presidentes em poucos dias. A desesperança era absoluta, e ninguém virou portador credenciado da política. A sociedade, por um tempo, recusou a política, tanto que cunhou um conhecido refrão: “que se vão todos”.

Queremos questionar, ainda na fase da tragédia, qual seria o efeito do lema “que se vão todos” no Brasil? Na Argentina, depois de um tempo de agonias, em razão das raízes do peronismo na sociedade e de o lema “que se vão todos” expressar justa indignação, mas não um projeto político, as coisas começaram a se acomodar a partir da eleição de Néstor Kirchner, em fevereiro de 2003.

Outro resultado perverso da crise de desesperança pode ser a chegada, de surpresa, de um personagem novo, um *outsider* alheio ao sistema político. Foi o que aconteceu na Itália, com a assunção do empresário de mídia e dono de time de futebol Silvio Berlusconi, na esteira da *débâcle* débil do sistema político italiano, na década de 1990, com as consequências da Operação Mãos Limpas.

A corrupção precisa ser combatida sem tréguas, e os culpados precisam ser condenados.

Entretanto, como no pior passado brasileiro (lembremo-nos do combate da UDN a Getúlio Vargas), não podemos instrumentalizar a justa bandeira do combate à corrupção para provocar um clima de intolerância e destabilização de governo, como tem sido, durante o ano inteiro, a malograda – como atesta a pesquisa Ibope – estratégia da oposição. Mirava em algo específico – o PT e o Governo Dilma – e acabaram por atirar em si próprios. É na crise que aparece a palavra. A crise já é um somatório em combustão.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Vou concluir, Senador Cristovam.

Ela é política, econômica e agora social, em agravamento. Insisto nessa caracterização porque detecto um certo grau de alienação dos meios institucionais, até mesmo do PT, sobre a gravidade da crise. Por um lado, nas batalhas políticas recentes, conseguimos afastar o perigo imediato do *impeachment*. Por outro lado, eu não

tenho a menor dúvida em afirmar que o agravamento da crise econômica e da crise social vai trazer de novo, lá na frente, os ataques especulativos do *impeachment* golpista.

Falta a palavra. Certos setores do PT insistem, corretamente, em fazer a defesa da democracia ameaçada. Porém, ao privilegiar a política, esquecendo a necessidade da mudança na economia, cometem grave erro estratégico.

(Interrupção do som.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Já vou acabar.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mais uma vez, Senador Cristovam, insisto no que já virou meu mantra: política e economia são inseparáveis. Logo, lutar pela democracia, ser contra o *impeachment* e defender a mudança da política econômica compõem a síntese que permite superar, em termos progressistas e de esquerda, a difícil conjuntura brasileira de hoje.

Anima saber que não somos personagens de uma tragédia grega, na qual o destino é traçado de antemão. É possível refazer roteiros já traçados. Não sou profeta para saber da exata palavra que nos falta no futuro, mas vivi, como todo o povo brasileiro, as agruras de 2015 o suficiente para saber que outra palavra, outro verbo, precisa irromper, antes que seja tarde.

Muito obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu agradeço a tolerância.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Líder.) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Peço-lhe um minuto, Senador. Quero apenas fazer um comentário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É claro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Na verdade, são dois comentários. Primeiro, eu o faço em relação a Patrus Ananias e a Suplicy. Eu estava aqui já imaginando que, ao falar, eu citaria o Suplicy e fico satisfeito que o senhor o tenha feito. Eu quero manifestar minha solidariedade a esses dois grandes nomes da vida pública brasileira.

Acho, primeiro, injusto que vá sobre eles uma carga que hoje contamina muito mais do que eles; segundo, que esse seja o instrumento da manifestação. Se não está contente com o que está aí – e há muitas razões para não se estar contente –, chame-os para um debate ali mesmo. Vamos rearrumar as mesas do bar, vamos colocar umas cadeiras na livraria, vamos debater. Tenho a certeza de que nem Patrus nem Suplicy se recusariam a debater, inclusive ouvindo todas as críticas que quisessem fazer a eles, ao partido deles e aos políticos do Brasil. Creio que isso seria muito mais civilizado e construtivo do que esse constrangimento que tentam fazer a figuras como ele e mesmo a outras figuras.

Segundo, em relação ao seu discurso, quero dizer que é um discurso impactante, que merece ser distribuído, debatido, considerado. Lamento que termine havendo pouca repercussão cada vez que se fala aqui. O senhor trouxe considerações fundamentais sobre o futuro.

Há uma diferença entre a nossa situação e a da Argentina. Naquele momento lá, pelo menos havia alternativa para o que se falava; agora, não há alternativa. Estamos numa situação em que o que está aí está ruim, e ninguém disse ainda o que fazer para resolver a situação.

Depois que ouvi sua fala sobre *Que se vayan todos*, eu me lembrei de que fiz um discurso com esse título em abril de 2005, quando já estávamos numa profunda crise de credibilidade. Então, as pessoas dizem: isto não vai acontecer, porque não aconteceu. Pode ser em dois anos, em cinco anos ou em dez anos, mas termina acontecendo um dia. Vamos despertar antes que o povo grite "*que se vayan todos*". Aliás, o povo já está gritando, só que sem verbalizar, mas, na cabeça das pessoas, o sentimento é o de que se vão todos os políticos embora, inclusive o senhor, eu, todos nós. Essa é a verdade de hoje na cabeça da população.

Então, em vez disso, vamos dar um grito entre nós, que despertemos todos. Vamos despertar para a realidade.

Eu lhe agradeço.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Raupp.

Eu gostaria de perguntar se o Senador Lindbergh poderia presidir a sessão.

O Senador Raupp está com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com fundamento no disposto nos arts. 218 e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja consignada nos *Anais do Senado Federal* inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Juiz Federal Herculano Martins Nacif, ocorrido ontem, na BR-364, em Rondônia, sentido Porto Velho a Rio Branco, no Acre, bem como a apresentação de condolências a sua família.

O Juiz Herculano Martins Nascif, nasceu em Abre Campo, Minas Gerais, no ano de 1963. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Sete Lagoas, Minas Gerais, onde também concluiu o curso de pós-graduação em Direito Público, em 1991.

Exerceu a advocacia de 1987 até 1998. Após, assumiu o cargo de Defensor Público do Estado de Minas Gerais. Em 2001, iniciou a sua carreira como magistrado. Como membro da Magistratura Federal atuou nas seguintes cidades: Belém do Pará; Altamira; Marabá; Belo Horizonte; Ji-Paraná, em Rondônia; e Porto Velho, capital do nosso Estado, onde, atualmente, era titular da 5ª Vara Ambiental e Agrária da Seção de Rondônia.

Em Rondônia, o magistrado esteve à frente do Movimento de Resistência às Águas da Enchente. Em reconhecimento ao seu trabalho, o juiz foi condecorado com as comendas Voto de Louvor e Medalha do Mérito Legislativo.

Em 2014, o juiz ficou nacionalmente conhecido ao determinar que as empresas responsáveis pelas usinas do Rio Madeira realizassem novos estudos e relatórios do impacto ambiental das barragens e também determinou que essas mesmas empresas atendessem imediatamente as necessidades das pessoas que foram atingidas pelas enchentes do Rio Madeira.

Na última madrugada, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um trágico acidente na BR-364 pôs fim à vida do Juiz Federal Herculano. A sua morte constitui uma perda irreparável para Rondônia e para aqueles que depositavam a sua confiança na Justiça. Sua dedicação ao meu Estado e ao povo de Rondônia justifica plenamente a presente homenagem.

Sr. Presidente, vou encaminhar à Mesa este voto de pesar pelo falecimento do Dr. Herculano.

Também, na mesma linha, Sr. Presidente, mais uma amiga, uma benfeitora do meu Estado veio a falecer no dia de ontem. Então, é com pesar que registramos o falecimento, neste domingo dia 8, em Porto Velho, da Sr^a Flauzina Fialis Diniz, conhecida como Tia Nôa, uma pessoa fortemente identificada com as causas sociais na capital do Estado.

A Tia Nôa, como era conhecida, prestou extraordinários serviços nos bairros da capital, especialmente Marcos Freire e Três Marias. Foi uma guerreira na área social e deixa uma lacuna impreenchível nesse setor.

Prestamos, neste momento de dor e de tristeza, à família da Tia Nôa nossas condolências e rogamos ao criador para que reserve a essa grande cidadã rondoniense um bom lugar na morada eterna.

Descanse em paz, Tia Nôa!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Cristovam Buarque deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Ex^a, Senador Raupp, será atendido pela Mesa, com base no Regimento do Senado Federal.

Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui registrar uma visita que fizemos, neste final de semana – aliás, na sexta-feira –, a Mato Grosso, com toda a Diretoria do DNIT. Quero aqui ressaltar a presença do Diretor-Geral do DNIT, Dr. Valter Casimiro; do Dr. Luiz Antônio Borges Garcia, que é o Diretor de Engenharia e que representa, inclusive, o nosso Estado, acompanhado pelo Superintendente do DNIT, da Unit de Mato Grosso, Dr. Orlando Fanaia, e do Dr. Laécio Pina.

Nós tivemos a oportunidade, Sr. Presidente, de viajar por toda a BR-364 e BR-163, por um trecho que sempre tenho falado aqui desta tribuna. É o trecho onde mais acontecem acidentes frontais no Brasil. É exatamente o trecho de Rondonópolis até Posto Gil.

Quero aqui também ressaltar o papel de todos os engenheiros de carreira. Eles têm desempenhado um papel importante, principalmente nesse momento de crise, Sr. Presidente. V. Ex^a falava aqui do momento em que vivemos, sendo um Parlamentar do PT. Mesmo assim, V. Ex^a discorda da política econômica. Quero até

corroborar com isso, porque entendemos que, num momento de crise, o Governo precisa necessariamente priorizar alguns aspectos importantes para o desenvolvimento do País.

Claro que não podemos abrir mão principalmente da política social que o Governo tem implementado nesses últimos 12 anos, desde o Presidente Lula, com os Programas Minha Casa, Minha Vida, um programa habitacional; o Bolsa Família, enfim, todos esses programas que tiraram mais de 50 milhões de pessoas do regime de pobreza. Isso é muito importante. Claro que nós estamos ali atendendo àqueles que já estavam em condição de miserabilidade, ou seja, às pessoas que não tinham capacidade de consumo, que não tinham direito a uma casa própria. Felizmente, hoje, podemos dizer que avançamos muito, mas precisamos avançar mais. Não podemos fazer com que a política econômica esteja calcada principalmente na questão econômico-financeira.

Sabemos que temos um sistema financeiro extremamente forte no País, e isso é importante, mas continuar o pagamento de juros sem investir naquilo que é fundamental para o País também pode ser um risco muito grande a longo prazo.

Por isso, quero falar aqui como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento exatamente por essa questão da logística. Por isso, fomos lá fazer essa visita, com essas autoridades do Ministério dos Transportes, representando também o Ministro dos Transportes. Eles puderam ver, principalmente o Dr. Valter, a importância dessa BR. Aliás, nesse trecho, são três BRs: a BR-364, a BR-163 e ainda a BR-070.

Toda a BR-163 foi concessionada, do trecho de Sinop até a divisa com o Mato Grosso do Sul, sendo que a responsabilidade da construção de parte desse trecho, ou seja, da metade do trecho de Rondonópolis até Posto Gil, era da concessionária.

O DNIT começou, então, agora, a partir deste ano, os atrasos. Hoje, são de 2 bilhões de atrasos em relação às empresas. E a nossa preocupação, Sr. Presidente, é voltar àquilo que ocorria quando o próprio Presidente Lula assumiu. Naquela época, o Ministério dos Transportes devia quase 2 bilhões, 1,7 bilhão, e naquela época era famosa – que desmoraliza qualquer administração pública – a Operação Tapa-Buracos. Ou seja, a gente assistia quase todo dia às emissoras de televisão mostrando aquelas estradas extremamente precárias.

De lá para cá, o Governo melhorou, aumentou os investimentos, pagou as dívidas, e aí foram ampliando cada vez mais, chegando ao volume de 18 bilhões, em um ano, os investimentos nas nossas estradas. Agora, começa novamente o declínio desses investimentos, e a nossa preocupação é porque está chegando o período das chuvas, principalmente na região amazônica. Se não tivermos manutenção eficiente, se não tivermos os recursos necessários, com certeza vai voltar tudo ao que era antes, e isso seria uma desmoralização muito grande para o Governo, e não é isso o que queremos. Melhorou muito, investiu-se muito na nossa infraestrutura.

O Brasil é um país rodoviário. Essa foi uma decisão do passado, errônea. Inclusive, nós estivemos na semana passada em São Paulo para discutir a questão do projeto de construção das nossas ferrovias. Foi um grande encontro com toda a indústria brasileira e também com os usuários das nossas rodovias.

Pudemos ver, nesse evento em São Paulo, a força dos empresários, acreditando e investindo. E este ano ainda temos uma ampliação nessa área. Por isso, nós temos que priorizar e, claro, sem dúvida nenhuma, investir naquilo que mais traz retorno para o País.

Por isso que essa visita do Dr. Valter, com toda a diretoria do DNIT, foi extremamente importante.

Hoje, Sr. Presidente, tudo o que se paga no Ministério dos Transportes é pago por uma fila. Ou seja, quem mediu hoje entra na fila e, de acordo com isso, será feito o recebimento.

Ora, hoje, com o atraso, muitas empresas estão com uma demora de mais de seis meses para poder receber a sua medição. E não há empresa que consiga trabalhar, porque não há empresa capitalizada para isso no Brasil. A maioria delas está começando a abandonar as obras. Fomos lá ver e mostrar a importância disso para o Diretor-Geral do DNIT. A concessionária está fazendo a parte dela, e o DNIT também tem que fazer a sua parte.

Nesse aspecto do Ministério dos Transportes, como esse trecho é o único do Brasil que tem concessão e que uma parte é feita pela concessionária, e a outra, pelo Ministério dos Transportes, isso redundou em uma tarifa muito mais barata. Tanto é que foram implantados os pedágios, e a população está pagando, claro, porque está compreendendo que esse esforço é necessário.

O número de acidentes diminuiu bastante. Nós temos pesquisas em que o usuário está mostrando a sua satisfação, porque a concessionária não é só a construção de estradas, mas uma prestação de serviço ao usuário. Por isso, lá está sendo implantada uma fibra ótica em todo o trecho. Serão implantadas mais de 500 câmeras. Com isso, há segurança; além de evitar acidentes, ali, hoje, também é um corredor do narcotráfico. Portanto, a população vai ganhar, está ganhando muito, em relação à segurança na região.

Voltando, por isso a necessidade da priorização. Como esse é um trecho único, estivemos conversando na ANTT com Dr. Jorge Bastos, com toda a diretoria acerca da necessidade de que o Ministério dos Transportes transfira todo o trecho, que já está sob jurisdição da concessionária, para que também ela possa, através desse convênio, do repasse de recursos do Ministério dos Transportes, pagar as empresas, elegendo, assim, uma prio-

rização de forma legal que não cause nenhuma dúvida em relação ao aspecto da fila ou não. Com isso, dando condições para que as duas empresas que estão lá trabalhando, principalmente do trecho de Rondonópolis até Jaciara e de Jaciara até Serra de São Vicente, possam continuar e não ocorra paralisação.

Quero também dizer que estiveram presentes nessa reunião o Prefeito de Jaciara, Ademir Gaspar de Lima; o Prefeito Alexandre Russi, de São Pedro da Cipa; e ainda o Prefeito Valdecir Luiz Colle, que foi o Presidente da MM, que é o Prefeito de Juscimeira. Lá, todos fizeram um apelo ao Diretor-Geral do DNIT e às próprias empresas que já estão atrasando os pagamentos dos fornecedores.

Sr. Presidente, principalmente no Vale do São Lourenço, na cidade de São Pedro da Cipa, que tinha uma usina de cana-de-açúcar, que fechou há três anos, com a instalação do canteiro de obras da construtora, na cidade de São Pedro da Cipa, voltou a possibilidade de empregos. Houve calma na crise social que estava acontecendo. Agora, com o atraso dos pagamentos, volta tudo, a crise volta. São trabalhadores, pai e mãe de família que acordam de madrugada, que vão trabalhar e que, no fim do mês, não recebem seu salário. Isso deixa realmente todos nós sem saber o que explicar, preocupadíssimos. E não são só os trabalhadores diretamente, também os fornecedores, desde a dona do hotel, da pensão, também os prestadores de serviço, os caminhoneiros, os donos de ônibus que transportam passageiros.

Enfim, eu quero aqui fazer um apelo à equipe econômica, ao Ministro Levy, enfim, a todos: temos que resolver esse problema, porque, pelos trechos da BR-364, da BR-163 e da BR-070, além de ser o trecho de maior número de acidentes frontais, passa também tudo o que demanda a Amazônia. Todo o volume de transportes, de pessoas, de mercadorias que vai para a Amazônia ou que volta tem que necessariamente passar por esse trecho. Daí a necessidade da priorização.

Quero transmitir aqui também uma preocupação: na reunião que tivemos com o Dr. Jorge Bastos, a concessionária, que é a empresa Rota do Oeste, também já começa a colocar dificuldade. Houve um compromisso de financiamento do Governo. Quando foi feita a concessão, o Governo afirmou que não haveria problema de recursos do BNDES. Há até um documento do BNDES, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil afirmando isso. Tudo o que foi investido, aproximadamente 800 milhões, foi feito com financiamento ponte. Mesmo assim, o BNDES ainda não sinalizou a liberação do restante, que é de mais aproximadamente 400 a 500 milhões, para depois fazer o financiamento definitivo, comprável, como prevê a concessão, que é de 25 a 30 anos.

Então, Sr. Presidente, concluindo esse aspecto, quero fazer um apelo. Não vou nem fazer esse apelo ao Ministro dos Transportes, que é inclusive do nosso Partido, o Ministro Antonio Carlos, que tem atendido a todos nós com toda a boa vontade. Mas, além da boa vontade, precisa haver recursos, porque não há como fazer milagre! O Ministério dos Transportes, que é um Ministério de execução, que está na ponta, junto com todos os transportadores, não há como postergar mais o que já está há oito meses, um ano em medição.

Quero aqui, claro, apoiar o Ministro dos Transportes pelo seu trabalho, por tudo o que está fazendo frente ao Ministério. O nosso Partido, o PR, tem apoiado o Ministro em todas as atitudes, até porque ele tem sido competente. Conseguiu montar uma diretoria harmônica no DNIT, todos os diretores hoje têm trabalhado de forma una, buscando exatamente essas soluções, mas chegamos ao momento do gargalo. Sem recursos, fechando totalmente a torneira, o Ministério dos Transportes não pode trabalhar.

Quero aqui, mais uma vez, parabenizar toda a diretoria do DNIT, principalmente o Diretor-Geral, em nome do qual parabenizo todos os demais, por andar de carro, na sexta-feira, no sábado, visitar e conhecer.

Inclusive, visitamos também a BR-364, no trecho de Rondonópolis para Alto Araguaia, que o Governo – até já está aí – pretende colocar também em licitação. Como nós teremos novas licitações no País se as que estão hoje em andamento não têm a pontualidade do Governo Federal, e até do BNDES, para fazer o financiamento?

Espero que possamos colocar isso em dia. E, claro, nós queremos e estamos trabalhando para fazer a concessão também do trecho de Rondonópolis à divisa de Goiás, no Município de Alto Araguaia, inclusive com todas as suas travessias, o anel viário, e depois até Jataí, que já está duplicado de Jataí até Brasília. Com certeza, é mais um trecho que tem condições, tem possibilidade, existem interessados, existe viabilidade econômica para que essa concessão seja feita.

Então, Sr. Presidente, quero fazer um apelo nesse aspecto.

Tenho um pronunciamento – vou tentar ser breve em outro assunto que quero abordar aqui – sobre a nossa relação com outros países, principalmente no nosso comércio exterior.

Quero enaltecer a decisão do Ministério das Relações Exteriores, na pessoa do Embaixador Mauro Vieira, no sentido de, em nome do Governo brasileiro, ter solicitado ao Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) que seja feito o estabelecimento de painel para examinar medidas restritivas impostas pelo governo da Indonésia à importação de carne de frango e produtos de frango provenientes do Brasil.

Essa foi uma atitude importante, já que, desde 2009, Sr. Presidente, o governo daquele País tem mantido fechado o mercado às exportações brasileiras.

Da mesma forma, cumprimento a direção da Associação Brasileira de Proteína Animal pelo esforço realizado, em conjunto com o Itamaraty, para que não se chegasse a esse ponto. Foram anos de busca pela linha do diálogo, com um amplo histórico de negociação. Mas, infelizmente, apesar de todos os esforços comerciais e diplomáticos, não restou outra saída ao Brasil que não fosse ir à OMC para resolver a controvérsia.

O Brasil é o terceiro maior produtor e o maior exportador de frangos do mundo. Nossos produtos são consumidos em 155 países, em todos os continentes. Aqui se seguem os mais rigorosos padrões sanitários em toda a sua cadeia produtiva.

Como médico veterinário, sei do que estou falando, até porque, para acompanhar a luta para instituir a qualidade e o trabalho pela qualificação da mão de obra e das plantas industriais onde são processados nossos produtos de origem animal, esse trabalho tem sido feito diuturnamente. Portanto, a produção brasileira é reconhecida internacionalmente pela sua sanidade e qualidade.

A saber, para que o Plenário tenha conhecimento, as medidas questionadas pela Indonésia, Sr. Presidente, de acordo com a nota do Itamaraty, estão em desacordo com dispositivos do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, o chamado GATT. Também não contempla as regras do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, o Acordo SPS; e ainda o Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio, o Acordo TBT; além do Acordo sobre Licenciamento à Importação – todos eles.

Ou seja, há um claro desafio às regras internacionais, sem justificativa plausível para essa atitude que tomaram. Trata-se de uma barreira que impede a entrada da nossa produção de frango e que se exige que seja derrubada.

E essa atitude, é bom que se diga, vai mais à frente. A Indonésia também criou barreiras para a importação de carne bovina brasileira.

Inclusive, encaminhei ao Ministro Mauro Vieira expediente manifestando meu apoio à implementação de medidas semelhantes às relacionadas à carne de frango para que se abra na Indonésia o mercado para que possamos discutir e introduzir a carne bovina produzida aqui no Brasil.

Nesse documento, transmi a ele nossa preocupação – em especial a preocupação da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – quanto a essa situação que se arrasta desde o final da década passada, inclusive com todas as medidas já devidamente adotadas e discutidas.

Quero aqui, Sr. Presidente, colocar-me na posição de defesa da solução desse contencioso, porque são itens da economia que interessam a todo o Brasil. O fechamento do mercado da carne de frango e também da carne bovina significa, a duro modo, reduzir o mercado e, conseqüentemente, a própria possibilidade de expansão dessas atividades.

Ao lutar pela abertura de mercados como esse da Indonésia, ao defender os esforços da diplomacia brasileira, ao enaltecer o trabalho intenso do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior e dos próprios empresários, através de suas entidades representativas, estamos também, na verdade, assinando nossa preocupação com toda uma cadeia de oportunidades geradas no campo. E, em um quadro econômico como o que estamos vivendo atualmente, Sr. Presidente, não podemos permitir que sejam reduzidas essas oportunidades. Caso contrário, veremos a crise se agravar e nada fazer.

Em Mato Grosso, meu Estado, existe uma cidade chamada Marilândia, que é considerada polo avícola regional. É uma cidade que mudou completamente o seu perfil econômico por causa da produção de aves. Assim como outros Municípios daquela região, como Alto Paraguai, Nortelândia, Arenápolis e Santo Afonso, as áreas usadas pela exploração de diamante ou garimpo no passado se transformaram em campo para implantação de galpões para criação de aves. E, hoje, aquilo que parecia desesperança para todos que lá viviam, devido à falência do garimpo, felizmente se transformou numa produção agrícola pujante...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... porque também temos matéria-prima abundante para essa produção. Inclusive, Marilândia é a cidade do suplente do nosso Senador Blairo Maggi, o companheiro Cidinho, que V. Exª com certeza conhece.

Em Marilândia, centenas de pequenos produtores receberam treinamento e também financiamento para a implantação de suas granjas.

Há também nessa região uma forte produção na área de piscicultura. Ali, as crateras deixadas pelo garimpo em busca do diamante se transformaram em tanques de criação de peixes e em cativeiro.

Outro Município, Sorriso, que integra essa região, embora com forte vocação para a plantação de grãos – como soja, milho e algodão –, por exemplo, lidera o *ranking* brasileiro de produção de peixes. São mais de

21 mil toneladas produzidas no Município – que representam 4,4% da produção nacional, segundo dados da pesquisa Produção da Pecuária Municipal (PPM).

São atividades que estão se expandindo com muita força. Cada vez mais as pessoas procuram investir na criação de peixes e na produção de frangos.

Quero dizer que quem produz essas aves e peixes, Sr. Presidente, como eu disse, são os pequenos produtores. Essa região, lá no Mato Grosso, tem uma razoável infraestrutura, condições climáticas e localização estratégica, estando ao lado de grandes lavouras que produzem a matéria-prima, principalmente para a ração das aves e também para a produção de peixe.

Portanto, não podemos abrir mão desses mercados externos e devemos lutar contra esses embargos, como é o caso da Indonésia ou de qualquer outro país.

Em julho, agora, inclusive, estive compondo uma missão internacional liderada pela Ministra Kátia Abreu, da Agricultura, com o objetivo de ampliar a participação do Brasil em dois dos mais importantes mercados internacionais. A nossa missão foi a de destravar a exportação de carne bovina *in natura* no Japão e também na Rússia. E agora, inclusive, está prevista a ida da Presidente Dilma...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... para que tudo isso seja consolidado.

Terminando, Sr. Presidente, quero dizer que o campo, como atividade primária brasileira, tem dado uma contribuição expressiva e fundamental à nossa economia. A balança comercial brasileira tem se sustentado, em grande parte, na exportação de alimentos.

Portanto, cumprimento e me associo aos esforços do Ministério das Relações Exteriores para que os mercados do mundo continuem sendo abertos à produção de alimentos – que é a vocação brasileira, principalmente no Centro-Oeste. E que, internamente, possamos agir para que essa vocação seja aliada da economia doméstica, com um campo mais pacificado, para que se gerem oportunidades, para que se perpetue a justiça e que possamos nos mover pela paz social.

Quero ainda dizer, Sr. Presidente, que foi exatamente o Estado de Mato Grosso o patrocinador para que o Brasil tivesse a primeira vitória na OMC, que foi, exatamente, a questão do algodão brasileiro, e hoje o Mato Grosso é responsável por 54% da produção de algodão, exatamente pelos incentivos e, claro, pela força que o Brasil teve na comercialização nacional e internacional.

Finalmente, Sr. Presidente, eu quero aqui só registrar com pesar o falecimento da mãe do meu amigo Toninho Gonçalves, a D. Eliete, que é uma fundadora da minha cidade.

A minha cidade foi formada por duas colonizações. Primeiro, pelos bandeirantes, que foram em busca do ouro, lá na cidade e Cuiabá, a nossa capital – toda ela está numa mina de ouro –; e depois vieram os nordestinos, através do garimpo do diamante. Muitos nordestinos saíram de lá a pé para chegar ao Mato Grosso, como foi o caso do meu pai. E essa senhora, a D. Eliete, é uma das fundadoras, uma das pessoas pioneiras da cidade. Eu estive lá no velório e quero aqui trazer a toda a família o meu conforto.

Eu sou nascido em Rondonópolis, mas, em 1990, na minha primeira candidatura, quando tive a oportunidade de ser candidato pela primeira vez a Deputado Federal, foram exatamente esses pioneiros que lá estiveram, ao chamamento do meu pai – centenas, milhares deles –, que me ajudaram a dar o primeiro passo. Então, eu sou muito grato a esses pioneiros.

Agora, depois de seis mandatos como Deputado Federal e como Senador da República, tenho a honra de estar ao seu lado. V. Exª foi para mim também um ídolo, porque representava a luta dos estudantes que praticamente foram castrados na democracia brasileira. V. Exª, criança, jovem já estava lá nas praças, nas ruas a mostrar a força da juventude brasileira.

Eu sempre tenho dito que um país para ser respeitado não pode esquecer os seus idosos, não esquecer a tradição, não esquecer aqueles que construíram estradas, com o machado, com a enxada, com o enxadão, que desbravaram o interior brasileiro. V. Exª é do Nordeste e tem a oportunidade de ser Senador pelo Rio de Janeiro. Vejam que coisa! Isso engrandece este País; um país integrado, um país uno! Estamos passando por dificuldades, hoje, mas não temos aqui nenhuma diferença de credo, não temos aqui diferenças que possam provocar guerras ou qualquer convulsão social que não seja a necessidade de trabalhar mais.

E, quando V. Exª fala aqui como um Parlamentar do PT, criticando o próprio partido de forma aberta, eu vejo que isso é importante. Claro, eu também sou da Base, e estamos aqui para buscar a união e a solução dos problemas do Brasil. Quem está lá no interior quer é a solução; briga política não resolve nada. Eles querem é que possamos abrir novas oportunidades de emprego. Mas, quando V. Exª vem aqui e faz um alerta ao seu próprio partido, acredito que está cumprindo o seu papel.

Então, agradeço muito e deixo aqui, em nome do Toninho, o nosso respeito a todos os pioneiros da nossa cidade, do Mato Grosso, do Brasil, a todos aqueles que tiveram coragem para construir este País, onde temos dificuldades, mas que está muito melhor do que 30 anos atrás, cem anos atrás e, principalmente, do que 15 anos atrás.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Wellington, eu quero parabenizar V. Exª pelo brilhante pronunciamento. V. Exª sempre falando também desse tema da importância da agricultura para a economia brasileira.

Quero dizer que, quando às vezes faço um discurso, como fiz hoje aqui, pedindo mudança na política econômica, eu o faço porque quero que dê certo. Quero que o Governo da Presidenta Dilma dê certo. E, às vezes, temos que, como amigo, alertar para os problemas, para a crise que estamos vivendo.

Parabéns a V. Exª pelo pronunciamento no dia de hoje, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Dizem que bom amigo é o que avisa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Exatamente.

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a presente sessão do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 42 minutos.)



COMISSÃO DIRETORA

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2015

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e quinze, na sala de audiências da Presidência do Senado Federal, reuniu-se a Comissão Diretora, com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Presidente; Jorge Viana, Primeiro Vice-Presidente; Vicentinho Alves, Primeiro-Secretário; Elmano Férrer, Terceiro Suplente e Douglas Cintra, Quarto Suplente. O Senhor Presidente, Senador Renan Calheiros, declarou abertos os trabalhos e deu início à apreciação dos itens da pauta administrativa. Item 1: Minuta de Ato que extingue o Serviço de Impressão Tipográfica da Secretaria de Editoração e Publicações. Após ponderações da Senhora Diretora-Geral, a Comissão Diretora aprovou a matéria. Por fim, foram aprovados integralmente os requerimentos contidos nos processos nº 010691/2015-98, 013100/2015-34, 005424/2015-07 e 002825/2014-16. Após a apreciação dos itens da pauta administrativa, passou-se à análise dos itens da pauta legislativa, que constará de ata própria. Esgotada a pauta, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às doze horas e quarenta e cinco minutos, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando que eu, Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado, lavrasse a presente Ata que, após assinada pelos membros da Comissão Diretora presentes, vai à publicação.

Senador **Renan Calheiros** - Presidente, Senador **Jorge Viana** - Primeiro-Vice Presidente, Senador **Vicentinho Alves** - Primeiro-Secretário, Senador **Elmano Férrer** - Terceiro Suplente de Secretário, Senador **Douglas Cintra** - Quarto Suplente de Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [5854 Seção 2, de 01/10/2015](#)





**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

*Aprovada na 5ª reunião
ordinária de 2015, em 09
de novembro de 2015.*

Publique-se.

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015

**DIA 05 DE OUTUBRO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H,
NO PLENÁRIO Nº 15 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA**

Ata Circunstanciada da 4ª reunião ordinária de 2015 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 05 de outubro de 2015, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Conselheiro Miguel Ângelo Cançado, destinada à seguinte Ordem do Dia: ITEM 1 – Audiência Pública sobre o tema Direito ao Esquecimento; ITEM 2 – Proposta de complementação do Parecer nº 8/2014, sobre violência contra profissionais de comunicação, elaborada pelo Conselheiro Celso Augusto Schröder; ITEM 3 – Discussão sobre mudança de título e escopo da Comissão Temática de Projetos Legislativos; ITEM 4 – Apresentação de relatório sobre alteração do Regimento Interno do CCS pela comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Walter Ceneviva, Ronaldo Lemos e Celso Augusto Schröder. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: MIGUEL ÂNGELO CANÇADO, Presidente; RONALDO LEMOS, Vice-Presidente; JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA, representante das empresas de televisão; ROBERTO DIAS LIMA FRANCO, engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; SYDNEY SANCHES, representante da categoria profissional dos artistas; PEDRO PABLO LAZZARINI, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; MARCELO CORDEIRO, representante da sociedade civil; e FERNANDO CÉSAR MESQUITA, representante da sociedade civil. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes: PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO, representante das empresas de rádio; LILIANA NAKONECHNYJ, engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; PATRÍCIA BLANCO, representante da sociedade civil; e DAVI EMERICH, representante da sociedade civil.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 2

05/10/2015

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Boa tarde, Sr^{as} e Srs. Conselheiros.

Havendo número legal – portanto, estamos com quórum –, eu tenho a satisfação de declarar aberta a 4ª Reunião Ordinária do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, desejando boas-vindas e bom trabalho a todos.

Nós temos hoje, em nosso Expediente, os seguintes itens:

– Audiência pública sobre o tema: Direito ao Esquecimento.

Nós convidamos para estar presente o Ministro Luis Felipe Salomão, do STJ, que justificou não poder estar entre nós, porque tinha compromisso já previamente marcado. Eu tentei inclusive outra data com S. Ex^a, mas ainda não conseguimos ajustar. O gabinete do Ministro justifica que estamos nos encaminhando para o final do ano, com muitos compromissos e pauta muito cheia no STJ.

Convidamos também o Deputado Fábio Sousa, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, que é meu conterrâneo, de Goiás, Deputado Federal. Havia deixado praticamente certo que viria estar conosco, mas, na última sexta-feira, a sua assessoria justificou que ele não pode vir.

Estará conosco, a partir das 14h30, tendo confirmado na sexta-feira à tarde e inclusive reconfirmado, o Deputado José Carlos Araújo.

Esse é o primeiro item da nossa pauta.

– Proposta de complementação do Parecer nº 814, sobre violência contra profissionais, que está sob relatoria do eminente Conselheiro Celso Schröder.

– Discussão sobre mudança de título e escopo da Comissão Temática de Projetos Legislativos.

Na verdade, esta discussão aqui é se vamos voltar ou não – é apenas esta a discussão, pelo que me lembre – ao título original da Comissão, porque foi alterado em dias recentes.

– Apresentação de relatório sobre alteração do Regimento Interno.

Eu consulto a Comissão de Relatoria, composta pelos eminentes Conselheiros Walter Ceneviva, que não está presente e que justificou a ausência, Ronaldo Lemos e Celso Schröder, se vamos enfrentar essa matéria.

O SR. RONALDO LEMOS – Sim, o consenso é que simplesmente vamos deliberar que não há necessidade de alteração do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vamos falar especificamente. Eu vou pedir, embora muitos de nós tenhamos estado presentes, um breve relato sobre o andamento do trabalho de cada uma das Comissões. Em seguida, comunicação dos Conselheiros e participação da sociedade civil.

Justificou a ausência o Conselheiro Marcelo Rech, que está participando do Encontro Mundial de Redações, na Alemanha. O eminente Conselheiro Marcelo Rech não tem substituto, porque o seu substituto originalmente, Lourival, renunciou.

O eminente Conselheiro Walter Ceneviva justificou a ausência e está aqui representado pelo suplente, a quem desejo boas-vindas, o querido Paulo Machado de Carvalho.

E o Ministro Conselheiro Henrique Eduardo Alves havia confirmado presença e há cinco minutos pediu à sua assessoria que comunicasse que, em razão da posse, na tarde de hoje, de novos Ministros, S. Ex^a não estará presente. E não pudemos convocar o suplente porque o comunicado, como disse há pouco, foi feito agora mesmo.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 3

05/10/2015

Está sobre a mesa dos senhores e foi enviada por *e-mail* a ata da 3ª Reunião Ordinária.

Eu consulto se podemos considerar dispensada a leitura da ata e se há alguma objeção, retificação ou correção qualquer nela. (*Pausa.*)

Não havendo, dispensada a leitura, considero-a aprovada.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, eu posso fazer uma sugestão de ordem da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por favor.

O SR. RONALDO LEMOS – Como nós deliberamos na Comissão, hoje pela manhã, a respeito do tema do direito ao esquecimento e a urgência, dada a votação amanhã, será que não seria conveniente referendarmos ou debatermos e, enfim, votarmos a questão do direito ao esquecimento, aproveitando agora o início da sessão para já permitir que, se aprovado, já seja encaminhado para a Câmara, para a Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Podemos fazê-lo. Eu faço as demais comunicações da Mesa ao final.

É isso que V. Exª propõe; essa inversão?

O SR. RONALDO LEMOS – Isso. É essa a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sem problema.

Só para deixar registrado – acho importante que fique –, o eminente Conselheiro Walter Ceneviva fez duas sugestões de mera redação na ata, que já foram absorvidas pela assessoria e inseridas.

Eu faço as demais comunicações em seguida e passo a palavra ao eminente Vice-Presidente para que ele encaminhe, então, a discussão acerca do direito ao esquecimento, até porque – e aí nós teremos que interromper qualquer debate – a previsão é de que, às 14h30, estará conosco o Relator da matéria, como disse há pouco, Deputado José Carlos Araújo. Assim, já estaremos no tema quando chegar S. Exª.

V. Exª, na condição de Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia – que absorveu o tema, o início do debate sobre o tema, embora ele tenha sido afetado aqui ao Pleno do CCS –, tem a palavra para o encaminhamento.

O SR. RONALDO LEMOS – Perfeito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como foi comunicado hoje na Comissão pela manhã, o tema do direito ao esquecimento faz parte do pacote de projetos que estão para ser decididos na CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) – a votação será amanhã –, e foi encaminhada aos Conselheiros, já há cerca de dez dias, uma proposta de relatório a respeito do posicionamento do Conselho de Comunicação Social com relação ao tema do direito ao esquecimento.

Imagino que os senhores devem ter recebido essa proposta e pergunto se havia, haverá ou há necessidade de se fazer um breve resumo do relatório ou se os Conselheiros tiveram, eventualmente, a oportunidade de analisar o relatório. Caso não haja necessidade de um resumo, podemos partir, acredito eu, para deliberação, se não houver nenhuma proposta em sentido contrário.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Alguém pretende se manifestar a respeito?

Eu penso que, até para dar clareza e publicidade a tantos quando viermos a decidir, é preciso, no mínimo, que façamos aqui, sim, um resumo – V. Exª, na condição de Relator da matéria –, até porque vai estar conosco daqui a pouco o Deputado Federal, como eu disse, que é Relator da matéria. Imagino que não será de bom tom que nós já tenhamos



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 4

05/10/2015

uma posição tomada antes mesmo de ouvir o Relator da matéria, inclusive porque acerca dos nossos trabalhos há divulgação, eles são tornados públicos no Congresso Nacional. Não seria de bom tom que nós disséssemos: "Olha, já decidimos" e que o Deputado viesse aqui com o jogo encerrado.

O SR. RONALDO LEMOS – Perfeito. Faz todo o sentido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu mesmo apresentei algumas pequenas observações.

O SR. RONALDO LEMOS – Perfeito. Eu vi que há sugestões de redação.

Vou fazer, então, uma breve introdução sobre o relatório. A questão que se põe é: qual é o contexto da ideia de direito ao esquecimento da forma como ela está sendo proposta aqui pelo Brasil?

A primeira coisa que vale a pena ser mencionada – e aí é uma contribuição até como advogados – é que a ideia de direito ao esquecimento não tem uma tradição histórica derivada dos ramos usuais do direito. Então, não se acha, por exemplo, nos livros de História do Direito, uma tradição a respeito de direito ao esquecimento. Essa é uma construção recente, uma construção muito mais doutrinária e jurisprudencial do que legislativa, de modo que, se formos olhar nos sistemas jurídicos pelo mundo todo, não vamos encontrar textos falando sobre direito ao esquecimento. Não existe um manual de direito ao esquecimento ou algo que consubstancie esse direito do ponto de vista histórico.

Então, é um direito novo, um direito que foi criado muito por decisões pontuais. Não tinha esse nome inclusive. No Brasil, ele já se manifestou, por exemplo, em alguns casos muito específicos. São poucas as decisões judiciais que conceberam esse direito, como, por exemplo, uma das decisões envolvendo uma pessoa que foi condenada – não vou mencionar o nome justamente porque ele entrou com uma ação de direito ao esquecimento; não serei eu aqui a lembrá-lo – por crime contra o mercado financeiro e acabou tendo, depois de mais de década da condenação, o direito de ter uma ou outra menção ao seu nome reparada.

Então, é um campo extremamente polêmico, porque, se exacerbado, entra-se no território do chamado revisionismo histórico, que é algo muito indesejado. A gente sabe que, especialmente em países latino-americanos, estamos em busca da preservação da nossa memória, haja vista a existência de comissões da verdade, assim como são chamadas, em diversos países latino-americanos, justamente para se proteger a memória de vários dos países latino-americanos contra outra memória que não seria fiel ao que, de fato, poderia ter se passado.

Então, por causa disso, um advogado argentino chamado Eduardo Bertone, um grande conhecido da área de direitos humanos e de liberdade de expressão, escreveu um artigo muito importante cujo título é justamente: "O direito ao esquecimento é um insulto à história dos países latino-americanos". Ele põe justamente esses termos – e isso consta do relatório – de que o direito ao esquecimento, da forma como ele vem sendo proposto, abriria um espaço para o revisionismo histórico, para que se apagassem registros históricos, e, mais do que isso, abriria espaço para apagamento de notícias contemporâneas.

Da forma como está sendo proposto aqui, uma alegação que possa ser considerada como, abre aspas, "difamatória" – e esse é o termo usado em um dos projetos, termo esse que abre margem para interpretação subjetiva – poderia levar o pagamento de registros. Então, se alguém falasse que fulano de tal fez um ato ilícito, a pessoa de quem se fala isso poderia processar dizendo: "Não, isso é difamação". E, mesmo tendo



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 5

05/10/2015

cometido um ato ilícito, se cercearia um discurso a respeito das ações, muitas vezes até indevidas, da pessoa que eventualmente levanta esse debate publicamente. Então, é algo com que se tem muita cautela.

Eu disse que o direito ao esquecimento não tem raiz histórica nos campos tradicionais do Direito. Por que se está debatendo isso, hoje, no Brasil e em alguns países do mundo? Principalmente por causa de uma decisão da Corte Europeia de Justiça, tomada a partir de um caso de um cidadão espanhol que tinha uma dívida. Esse cidadão espanhol, mesmo depois de ter pago a dívida, se incomodava com o fato de que, quando buscavam o nome dele no Google, aparecia lá: fulano de tal está devendo tanto. Ele falou: "Isso aqui eu gostaria que fosse apagado dos serviços de busca." A Corte Europeia acabou decidindo em favor do cidadão espanhol, excluindo do mecanismo de busca a referência ao nome dele.

Como discutimos hoje, pela manhã, não se cogita a exclusão do arquivo originário, por exemplo, do registro onde a dívida do cidadão estava mencionada, ou do artigo de jornal onde a dívida do cidadão esteve mencionada. O que simplesmente se excluía do sistema de busca era a menção ao nome daquele cidadão. O interessante é que, depois que esse debate se desdobrou, o cidadão em questão alegava que aquela informação era irrelevante e, por isso, a razão para exclusão dela. Hoje, já se discute que não era tão irrelevante assim. É até interessante ver, porque o que é irrelevante num determinado momento, às vezes, quando o tempo caminha, deixa de ser irrelevante e passa a ser relevante. Hoje, há até uma discussão, no âmbito da Europa, até se cogitando rever os termos da decisão, pois falam que não era tão irrelevante assim e que o termo "irrelevante" é um termo muito problemático, porque o que é irrelevante hoje pode não ser amanhã. Uma pessoa que tem uma notícia publicada sobre ela, hoje, muitas vezes, no futuro, se candidata a um cargo público e aquela notícia, que era irrelevante, depois passa a ser efetivamente relevante. Então, esse é um dos aspectos da decisão.

O outro aspecto é a questão da subjetividade. E aqui a gente entra num ponto importante, que já foi decidido, inclusive, pelo Conselho de Comunicação Social, quando votamos a decisão a respeito do direito de resposta. Ofensas – e aí calúnias, injúrias e difamação – são práticas que envolvem um juízo de valor subjetivo. O que é ofensa para um pode não ser ofensa para outro. Depende de um juízo subjetivo.

É diferente, por exemplo, de outras análises que tenham a ver com direitos autorais. Violação de direito autoral é objetivo. Ou violou-se o direito autoral ou não se violou o direito autoral, não há, necessariamente, um juízo de valor. Há um *standard* claro que permite um juízo de valor objetivo.

Já ofensas, crimes ou ilícitos contra a honra passam por esta questão da subjetividade. Então, o que é para um não é para outro. E, nesse sentido, a deliberação do Conselho de Comunicação Social, e eu menciono isso no relatório, é de que deve haver uma cautela exacerbada, uma cautela aprimorada, sempre que se tiver discutindo violações de caráter subjetivo, porque qualquer erro de equilíbrio aqui violaria o direito fundamental à liberdade de expressão.

Então, há ofensas que não são ilícitos, que não são calúnias, que não são difamação, que não são injúrias, mas são toleráveis do ponto de vista da liberdade de expressão. A pessoa pode se sentir ofendida em ter aquela informação veiculada, mas isso não gera uma consequência jurídica de levar-se a uma remoção do conteúdo ou a uma punição de quem fez aquela manifestação do pensamento.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 6

05/10/2015

Então, conforme nós decidimos já no caso do direito de resposta, é preciso ter uma cautela muito grande quando o elemento jurídico envolve um grau de subjetividade, que é exatamente o caso de que estamos tratando aqui.

A forma como está se propondo o direito ao esquecimento no Brasil tem problemas pela questão do apagamento, ela permite o apagamento do conteúdo em si, e não de um intermediário, de um facilitador, de um índice, o que se está apagando aqui é o conteúdo originário e apagar conteúdo originário a gente sabe que é algo muito preocupante. Esse é um aspecto em que eu acho que vale a pena nós nos determos nessa análise.

E a outra análise que é problemática é a questão dessa subjetividade do uso de palavras extremamente amplas. Quando se lê, por exemplo, o texto da lei, fala-se de fato difamatório, conteúdo difamatório, conteúdo injurioso, sem dar uma técnica jurídica e um fechamento ao tipo, o que permitiria e abriria o caminho para uma série de abusos que a gente sabe que muitas vezes acabam acontecendo.

Por fim, o relatório faz uma análise técnica de cada um dos termos do projeto de lei que hoje está reunido sob o Projeto de Lei nº 215, de 2015, tem uma análise técnico-jurídica de cada um desses termos mostrando as questões que estão em jogo do ponto de vista jurídico com relação a esse projeto e, no fim, eu vou ler aqui as conclusões que são as recomendações e o parecer do Conselho de Comunicação Social.

Então, as conclusões são as seguintes:

I – O chamado "direito ao esquecimento" não é doutrina jurídica com raízes históricas, mas sim, emerge de situações casuísticas, notadamente, decisão recente da Corte Europeia de Justiça que tratou do caso;

II – Mesmo na decisão europeia, fica claro que em nenhuma hipótese há supressão ou apagamento de conteúdos;

III – Os projetos de lei que visam estabelecer o direito ao esquecimento no Brasil permitem o apagamento de informações na internet e de meios de comunicação e utilizam termos vagos para promover esse apagamento;

IV – Diferente da decisão da Corte Europeia de Justiça, os projetos de lei brasileiros não criam exceções à sua aplicação para personalidades que exercem vida pública, que, no caso europeu, são expressamente excluídos da abrangência do "direito ao esquecimento";

Isso aqui é algo fundamental. Especialmente quem exerce cargo público, a história da vida dessa pessoa se confunde com a história do País, de modo que é tradição, inclusive dos nossos tribunais, que o direito de proteção à honra seja mitigado nesses casos.

V – Conforme decisão já firmada pelo Conselho de Comunicação Social: "ofensa é um juízo de valor subjetivo", de modo que o seu tratamento deve ser feito com grande cautela para se evitar o surgimento de arbitrariedades;

VI – O Conselho de Comunicação Social já se manifestou contrariamente à supressão de conteúdos quando apreciou o direito à realização de biografias, afirmando por unanimidade que "a melhor reação a um discurso ou relato considerado problemático é a resposta a ele na esfera pública. Em vez de supressão ou tolhimento, mais discursos, mais versões, mais contraditório. Essa é a praxe saudável de uma sociedade que se governa por um Estado democrático de direito".

Esse trecho que eu li aqui é decisão já do Conselho de Comunicação Social, por unanimidade. Então, a posição, em geral, do Conselho é de que, sempre que há esse desejo de supressão de conteúdo, em vez de se suprimir, dá-se a oportunidade de



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 7

05/10/2015

responder, dá-se oportunidade de resposta, vamos enriquecer a esfera pública, e não empobrecê-la com o suprimimento.

A conclusão do parecer é que, pelas razões acima, o parecer do Conselho de Comunicação Social é pela rejeição dos projetos de lei – e lista os projetos –, sem prejuízo de outras análises posteriores, por parte do Conselho de Comunicação Social, de outros artigos desses referidos projetos de lei. Ou seja, estamos deliberando aqui sobre o direito ao esquecimento.

Fica ainda a deliberação pendente com relação aos outros aspectos que foram discutidos na Comissão hoje de manhã, que vão ser objeto de deliberação, primeiro, na Comissão e, depois, no Plenário aqui do Conselho, conforme a gente havia decidido, do ponto de vista de tramitação.

Sr. Presidente, é esse o relato. Acredito que essa seja a síntese do parecer. Como eu disse, todos os Conselheiros têm acesso ao texto. Essa é a sugestão também de encaminhamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu agradeço a V. Ex^a e colho inscrições.

Celso, Patrícia, Sydney. Mais alguém? Nascimento.

Registro a presença entre nós do eminente Desembargador do TJ de Minas, Nelson Missias. É um prazer tê-lo conosco.

Muito obrigado.

Começo pelo Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Eu já havia me manifestado. Acho que o relatório é um relatório consistente, sóbrio o suficiente para dar conta do problema que o projeto de lei traz.

Eu só queria considerar e ver se é possível a gente incluir no relatório uma preocupação, que não está dita nele e que pode ser interpretada como tal, que é imaginar que o direito ao silêncio, ou seja, o direito ao esquecimento seja um direito "rechaçável" por si só. Ou seja, esta ideia de que pelo fato de eu publicar alguma coisa essa coisa passa a existir e, portanto, ela tem que ficar e tal. Eu concordo com o que a Europa decidiu, que é uma restrição de indexação, ou seja, parece-me possível, mas não é o caso dessa lei.

Em relação à lei, parece-me que está bem. Agora, nós temos que compreender que a internet é um local onde a temporalidade desaparece. Embora registrem-se os tempos da publicação, esses tempos nem sempre são reconhecíveis e não há uma linearidade de contato. Por exemplo, para ver um jornal, depois de dez dias, eu tenho de ir e pesquisar, porque desapareceu do contato humano. Ou seja, está lá para quem guardou o jornal. Se eu quiser retomar esse tema, vou ter que ir lá buscar. Na televisão é a mesma coisa, ou seja, tem trinta dias, o rádio também. Enfim, catalogam-se os tempos, e os erros e os acertos ficam meio pautados por esse tempo. Na internet não há isso. Ou seja, na internet, eu busco e aparece tudo com a mesma dimensão, com a mesma importância, sem nenhuma mediação, sem nenhuma edição.

Portanto, parece-me que, sim, se eu sou uma pessoa que teve um erro cometido a meu respeito, mesmo que tenha sido desmentido e o direito de resposta tenha sido dado, esse direito de resposta aparece na mesma dimensão, e não depois da acusação. Então, muitas pessoas continuarão vendo o erro antes de ver o acerto, não sei se me faço entender, ou seja, não há um tempo em que as remediações, os acertos apareçam como tal.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 8

05/10/2015

Então, parece-me que, em alguns casos, nós temos que deixar a possibilidade de, em alguns casos, a partir dessas jurisprudências internacionais, de podermos tratar disso com o cuidado que se deve ter, até porque – eu me permito discordar um pouquinho do eminente Vice-Presidente, e não tenho autoridade profissional, inclusive, para fazê-lo –, me parece, por exemplo, que a calúnia e a difamação não essencialmente subjetivas. A calúnia é a mentira e a mentira é perceptiva, ela é confirmável, ou seja, se eu digo que fez isso e não fez, e eu provo que não, pronto, a calúnia está configurada. E a difamação é circular essa mentira. A injúria, sim, parece-me que tem um grau de subjetividade.

Portanto, eu não posso rejeitar a ideia...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Seu tempo.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – ... do direito ao esquecimento a partir de um pressuposto de que esses crimes são essencialmente subjetivos e que, portanto, não podem ser aferidos. Podem, tanto que eles estão tipificados como crimes. Ou seja, se eles ocorrem no jornal ou na internet, pouco importa. Aliás, quando ocorre na internet, o dano é muito maior. O dano é muito maior, porque ele fica impossibilitado quase, socialmente, de ser reparado.

Então, eu acho que a sociedade, assim como tem que se proteger com um direito de resposta que, no jornal e na TV, tem um certo sentido, e mesmo assim nós sabemos que esses direitos de resposta não dão conta dos danos e nós temos aí uma história de danos cometidos nesses últimos anos que causaram problemas sociais enormes, problemas pessoais aos que foram sujeitos a eles, erros nossos, erros dos jornalistas, erros na imprensa de uma maneira geral, na internet, esses erros são potencializados a n, ou seja, ficam muito mais graves.

Então, o que eu queria dizer é que nós pudéssemos colocar uma alínea positiva em relação à possibilidade de termos algum estudo, ou seja, não fecharmos a porta para essa ideia, tendo em conta a tremenda potência de dano que a internet assume em alguns momentos, por exemplo, numa injúria que pode ser feita.

É isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O eminente Relator anota as objeções e, pelo que entendo, não sei se consegui captar, o eminente Conselheiro Schröder está sugerindo uma salvaguarda, uma ressalva no texto em relação à internet. Se isso for possível, vou deixar para, no final, o eminente Relator da matéria se pronunciar, e aí deliberamos sobre a proposta feita.

Conselheira Patrícia Blanco.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Bom, alguns pontos eu gostaria de colocar. Acho que o relatório está bastante interessante e bem colocado, principalmente nos pontos que levantam as questões do revisionismo histórico e da possibilidade de esses projetos permitirem a reedição da história, ou melhor, a edição da história a partir daquilo que determinadas pessoas queiram que apareça ou não apareça.

Vejo como sendo muito importante trabalharmos pela não aprovação desses projetos, porque, do ponto de vista do Palavra Aberta, eles infringem, sim, a liberdade de expressão e a livre circulação de informação e até de pesquisa tanto educacional, como cultural ou histórica.

Vejo a ponderação do Conselheiro Schröder como pertinente, mas tenho até estudado um pouco mais essa questão e vejo que já existem regras estabelecidas que previnem e que propõem até uma certa criminalização do crime de injúria, de difamação. Não sou advogada, posso estar cometendo um erro aqui, mas queria só colocar que até o Marco Civil coloca essa questão de retirada de conteúdo, conteúdo considerado



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 9

05/10/2015

infringente. Até em casos como crime de pornografia, de vingança e pedofilia isso já pode ser feito automaticamente.

Então, eu vejo que, mesmo no direito ao esquecimento, não tendo a lei aprovada, já existe a regra estabelecida para que aquilo que o Schröder colocou seja levado em consideração.

Com certeza, hoje, a dimensão do problema é diferente de quando tínhamos que ir aos arquivos físicos dos veículos para poder pesquisar sobre alguém ou algum fato. A internet trouxe isso. E, até por uma questão de tentativa de propor algo, nós no Palavra Aberta discutimos a possibilidade de propor uma ideia de criar o direito à informação atualizada. O que seria isso? Seria sugerir que os veículos de comunicação e os órgãos de imprensa atualizassem a informação e a colocassem no mesmo indexador, no mesmo endereço daquela informação antiga. Isso faria com que, na linha do tempo, como o Schröder colocou, essa informação mais atual fosse indexada no mesmo endereço. Então, isso faria com que a gente tivesse ali, por exemplo: eu cometi um determinado delito, fui absolvida desse delito, então, a matéria sobre a minha absolvição estaria em cima da matéria do delito. É possível fazer? Sim, hoje, tecnicamente, é possível. Teríamos só de organizar uma forma de fazer com que todos o façam.

Primeiro, o relatório, no meu ponto de vista, é pertinente; segundo, não vejo necessidade de leis específicas sobre o direito ao esquecimento; terceiro, o marco civil já traz isso; quarto, o direito à informação atualizada, que vejo que pode ser uma solução para a gente trazer para a atualidade notícias nessa linha do tempo na internet.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª, então, não formula nenhuma proposta específica.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Não.

O SR. RONALDO LEMOS (*Fora do microfone.*) – Posso só...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, por favor.

O SR. RONALDO LEMOS – Só um comentário, Conselheira Patrícia, sobre o Marco Civil – lembrando que ele, inclusive, foi além e permitiu que os juizados especiais sejam usados para a apuração desse tipo de demanda. Então, para quem é caluniado, injuriado ou difamado pela internet, o Marco Civil criou um mecanismo processual, não precisa de advogado, o processo é célere, ele cria a possibilidade de juízo liminar, inclusive. Então, temos um sistema que existe e funciona.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Quando dispensa advogado, não é boa coisa. Tenho certeza disso. (*Risos.*)

Porque não há quem possa se fazer bem no Judiciário. Vem um cidadão simples qualquer, sem advogado, e vem o Google com um bom escritório de advocacia. Desequilíbrio pleno. Mas não é esse o debate que se trava.

Conselheiro Sydney Sanches.

O SR. SYDNEY SANCHES – Obrigado, Presidente.

De antemão, quero dizer que não divirjo da conclusão do relatório. Acho que não podemos perder de vista que a avaliação está circunscrita aos projetos de lei encaminhados ao Conselho para avaliação. Então, creio que a solução dada no âmbito do relatório é bem eficiente, está centrada naquele universo de discussão.

Mas, para alimentar o debate, valem algumas informações. É evidente que a questão vai além da conclusão do relatório porque ela é de uma complexidade muito maior, evidente. Quando nós formos descer determinados casos concretos, explodirão outras questões. Por exemplo, como paradigma dos defensores do direito ao esquecimento, há aqueles que justificariam comparando, por exemplo, a ficha penal de



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 10

05/10/2015

determinada pessoa, que, depois de determinado período, fica, para fins da reputação do condenado, para fins de acesso das pessoas e do público em geral, inacessível. Há um respeito ali, depois de um determinado lapso temporal, em que há um apagamento, uma tentativa de apagamento...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Sydney, permita-me interrompê-lo por um minuto?

O SR. SYDNEY SANCHES – Claro, evidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O Deputado José Carlos Araújo, que foi convidado por nós para estar conosco, acaba de chegar. Eu convido S. Ex^a para compor a Mesa, e, em seguida, já passo a palavra a S. Ex^a.

O SR. SYDNEY SANCHES – Evidentemente, essas minhas observações são para alimentar a discussão mesmo, porque ela é bem rica.

Há também, no âmbito do Direito do Consumidor, encaminhamentos da mesma natureza. Depois de determinado período, o devedor tem a sua ficha, o seu histórico de vida limpo, ou seja, há um "apagamento" – entre aspas – desses registros de determinado período da vida que foram resolvidos. Isso vale para a ficha penal, isso vale para a ficha de direitos do consumidor. Aqueles que explodem para a discussão do direito ao esquecimento, que é de uma complexidade muito maior, têm esses paradigmas como exemplo. Então, acho que vale aqui, no nosso âmbito de discussão, pensar sobre até onde isso iria.

Dentro de uma linha ideológica ou filosófica, poderíamos pensar naquele que não tem nenhum reflexo – ainda que eu concorde que o que hoje não tem relevância, no futuro, pode ter relevância, concordo plenamente com esse ponto de vista –, suponhamos aquele que tem por opção de vida ser uma pessoa apagada do público, por opção ideológica, filosófica, uma pessoa que efetivamente nunca tenha participado da vida pública a ponto de ficar algum tipo de registro, que ele, por aquela sua visão, por sua ideologia, não queira estar obrigado, compelido a participar de uma rede de comunicação para a qual ele pouco contribui ou nada contribui.

Então, são questões interessantes, ricas, que, evidentemente, em nada abalam a conclusão do relatório, à medida que ele tem uma finalidade específica, mas vale a pena, no nosso âmbito de discussão, não perdermos de vista.

Assim, pronuncio-me no sentido de trazer um pouco mais de ânimo ao debate, sem prejuízo de destacar, com relação especificamente ao comentário do Conselheiro Schröder, que, efetivamente, com relação às questões dos crimes contra a honra e das exceções postas no Marco Civil, acho que temos hoje mecanismos de defesa que não estão prejudicados por conta... E o parecer não tem a finalidade de tratar o direito ao esquecimento como algo absoluto, inatingível ou inatacável, até porque não podemos esquecer que, no sistema jurídico em que vivemos hoje, o contexto e a aplicação da norma ao contexto é determinante. Então, nós podemos ter um caso, no exercício de um direito da individualidade, que possa gerar uma conclusão parecida com aquela do direito espanhol.

(Soa a campainha.)

O SR. SYDNEY SANCHES – Não está descartada essa possibilidade.

Então, temos elementos, mecanismos, o ambiente é rico, a discussão, o tema é muito interessante.

Muito obrigado.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 11

05/10/2015

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, eminente Conselheiro Sydney Sanches.

Enfim, nós estamos recebendo um convidado, e eu agradeço ao eminente Deputado do PSD, da Bahia, bom baiano, que aceitou nosso convite para estar conosco.

Eminente Deputado, muito obrigado a V. Ex^a, que é Relator do PL 7.881, de 2014, no âmbito da CCJ; não é isso, eminente Deputado?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Eu sou Presidente do Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim.

Eminente Deputado, nós estamos já iniciando um debate acerca da manifestação do Conselho de Comunicação Social sobre o direito ao esquecimento. O nosso Vice-Presidente Ronaldo Lemos apresentou há pouco um breve relato a respeito do tema, e há mais um inscrito, o eminente Conselheiro Nascimento Silva, a quem passarei a palavra; em seguida, terá a palavra V. Ex^a.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, estou pensando aqui de que forma vou me manifestar nessa solicitação para intervir no assunto, para falar sobre o assunto. Evidentemente, com a chegada do Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Se V. Ex^a quiser se manifestar após, eu lhe devolvo a palavra.

O SR. NASCIMENTO SILVA – ... estou imaginando aqui que eu vou tirar a minha fala e, posteriormente, se for necessário, eu me inscrevo novamente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeitamente. Assim será, então. Eu lhe devolvo a palavra depois.

Na sequência, vamos ouvir o nosso convidado desta tarde, eminente Deputado José Carlos Araújo. Mais uma vez, obrigado por estar conosco.

V. Ex^a tem a palavra sobre o tema que está sob sua relatoria, o PL 7.881.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Srs. Conselheiros, Sr^{as} Conselheiras, primeiro, eu quero pedir desculpas pelo atraso de cinco minutos, mas avião também da Bahia para aqui atrasa.

Sr. Presidente do Conselho, Miguel Ângelo Cançado, a quem eu saúdo pela iniciativa deste encontro, que sei que será profícuo, Sr. Vice-Presidente Ronaldo Lemos, Sr^{as} e Srs. Conselheiros, membros titulares e suplentes deste colegiado, demais autoridades e participantes deste encontro, senhoras e senhores da imprensa, assessores e funcionários da Casa, inicialmente, agradeço ao Conselheiro José Francisco de Araújo Lima, que indicou o meu nome à Presidência do Conselho, e aos demais Conselheiros pelo honroso convite para participar deste encontro em que debateremos temas de grande relevância para a comunicação social.

Creio que o meu nome foi lembrado por ser o relator, na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 7.881, de 2014, de autoria do Deputado Eduardo Cunha, que dispõe sobre a polêmica questão do direito ao esquecimento, um dos propósitos da discussão da presente reunião.

Assim, em nome da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, é com satisfação que aqui compareço para deixar consignada nossa breve mensagem de cumprimento aos ilustres Conselheiros, aos organizadores e participantes desta audiência e também de otimismo quanto ao sucesso do evento e ao alcance dos objetivos pretendidos.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 12

05/10/2015

Sendo esta, salvo engano, a primeira reunião de trabalho deste colegiado no presente ano, desejo aos Conselheiros eleitos em 8 de julho de 2015, em especial ao Presidente Miguel Ângelo Cançado, êxito na condução dos trabalhos.

Fico feliz em saber da objetividade que está a nortear as diretrizes de trabalho emanadas na presente direção. Isso vem reforçar o importante papel que este Conselho representa para o Congresso Nacional, confirmando o acerto da decisão adotada pelo Constituinte de 1988, ao inserir, no art. 224 da nossa Carta Magna, a previsão da existência deste Conselho como órgão auxiliar do Congresso Nacional nos assuntos atinentes à comunicação social.

Reputo, pois, como bastante fértil o campo de trabalho dos senhores e das senhoras na condição de ilustres representantes da sociedade e dos signos que devem à comunicação social no Brasil, produzindo, de sua criação, resultados positivos para toda a sociedade brasileira.

Por oportuno, lembro que a presente reunião transcorre no dia em que a nossa Constituição completa 27 anos de sua promulgação. Hoje é dia 5 de outubro. Então nós fazemos, hoje, aniversário da nossa Constituição. E, com isso, eu quero parabenizar os Congressistas da época dessa magnitude, provida pelo Conselho de Comunicação Social, órgão por ela instituído.

Peço, assim, ao Presidente que consigne essa lembrança como de alta relevância para os trabalhos de hoje, que – não sei se proposital ou não – coincidem com o aniversário da Constituição. É realmente um grande feito acontecer isso exatamente no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, eminente Deputado.

Desculpe por apartear-lo assim abruptamente, mas é importante o resgate histórico e havia passado. É mera coincidência, porque o Conselho se reúne nas primeiras segundas-feiras de cada mês. Muito obrigado por lembrar uma data realmente histórica. Feliz coincidência.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Senhoras e senhores, estando no objetivo desta reunião, cabe-me a tarefa de falar sobre o projeto que ora relato na Comissão de Defesa do Consumidor.

A primeira questão que se apresenta é: qual é o seu teor, qual é o conteúdo da proposição? Vejamos, então, o que diz o projeto na sua íntegra: "Art. 1º É obrigatória a remoção de *links* dos mecanismos de busca da Internet que façam referência a dados irrelevantes ou defasados, por iniciativa de qualquer cidadão ou a pedido da pessoa envolvida. Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".

Como podemos observar, o projeto apresentado é muito simples. Ele tem apenas um artigo, mas avulta de importância, pelo seu alcance e potenciais efeitos, merecendo uma análise acurada sobre a sua conveniência e constitucionalidade em face das suas implicações.

O autor, o Deputado Eduardo Cunha, justifica a proposição referindo-se à reportagem jornalística publicada em 4 de agosto de 2014, pelo jornal *O Globo*, que teve como título "Lei do direito de ser esquecido' provoca remoção de verbete da Wikipédia". Em síntese, a notícia cita, abre aspas: "Aprovada em maio na Europa, a chamada 'lei do direito de ser esquecido' permite que cidadãos do continente possam pedir remoção de *links* dos mecanismos de busca da internet que façam referência a dados 'irrelevantes' ou defasados sobre eles." Menciona que milhares de pedidos de remoção de *links* foram feitos por usuários de alguns países da Europa, citando a França, a Alemanha, o Reino



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 13

05/10/2015

Unido, a Itália e a Espanha, e observa que a lei tem causado revolta em veículos de imprensa europeus por receberem notificações do Google sobre *links* que foram removidos dos resultados de busca a pedido de pessoas envolvidas no noticiário. Com base nessa reportagem, o autor considerou ser a proposta uma importante demanda social, razão pela qual formulou o projeto e postula sua aprovação.

Considero importante trazer, para conhecimento dos senhores, alguns esclarecimentos sobre a tramitação da matéria.

A proposição foi inicialmente distribuída para exame das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e Constituição, Justiça e Cidadania. Posteriormente, em virtude do requerimento de redistribuição apresentado pelo Deputado Jean Wyllys, a Mesa Diretora proferiu a inclusão das Comissões de Defesa do Consumidor e de Cultura como competentes para também opinar sobre a matéria. Tramitará, portanto, por quatro Comissões com poder conclusivo.

Em princípio, não irá a Plenário, salvo se vier a receber divergentes pareceres das Comissões de mérito ou houver, após a manifestação da CCJ, recurso nesse sentido.

Atualmente, encontra-se na Comissão de Defesa do Consumidor sob minha relatoria. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Em 29 de setembro, o Deputado Chico Alencar requereu à Mesa Diretora a apensação do PL nº 1.589, de 2015, de autoria da Deputada Soraya Santos, ao projeto que relatamos. O projeto da Deputada Soraya Santos está, por sua vez, apensado ao PL nº 215, de 2015, do Deputado Hildo Rocha, do PMDB. Esclareço que esses projetos e mais outro, o de nº 1.547, de 2015, que está apensado ao PL nº 215, de 2015, já se encontra em fase de tramitação mais adiantada. Estão em apreciação na CCJ, sob a relatoria do Deputado Juscelino Filho, com sua votação já iniciada em 1º de outubro.

Essa proposição busca agravar a punição dos crimes contra a honra cometidos mediante disponibilização do conteúdo na internet ou que ensejam a prática de atos que causem morte da vítima. Tem sido alvo de contundentes críticas.

A Mesa ainda não se manifestou sobre o requerimento de apensação do Deputado Chico Alencar. Vamos aguardar o despacho da Mesa.

Como se observa, o projeto que relato, por enquanto, refiro-me somente a ele, pretende tornar obrigatória a remoção, de forma genérica, de *links* dos mecanismos de busca da internet que façam referência a dados irrelevantes ou defasados por iniciativa de qualquer cidadão ou a pedido da pessoa envolvida.

Na forma como redigida, a proposta alcança, de forma ampla, todos os veículos de comunicação de massa onde se insere a internet, conquista mais moderna que veio a revolucionar a comunicação no mundo globalizado.

Observa-se, portanto, que o projeto não prevê punição para o descumprimento da medida proposta, o que tornaria a lei ineficaz.

Tramita como uma posição autônoma, inalterando lei já existente que porventura disponha sobre assunto semelhante.

A matéria, sem dúvida, é controversa. A proposição praticamente reduz a legislação implementada na Europa, que passou a ser conhecida como Lei do Esquecimento, que dá a qualquer pessoa o direito de ser esquecida pelos *sites* de busca da internet ou requer a supressão de dados ou de informações sobre a sua pessoa que julgue conveniente remover.

Embora recente, pois data de 2014, a aplicação da lei em alguns países europeus tem sido motivo de controvérsias e polêmicas, ensejando contestações, sobretudo pelos veículos de comunicação social e *sites* de busca.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 14

05/10/2015

No meu entender, a importação desse modelo para o Brasil nos termos propostos pelo projeto deve ser examinada sopesando a experiência de sua aplicação no exterior e todos os aspectos envolvidos, levando em conta a realidade brasileira decorrente das conquistas advindas com o segmento da internet, a proteção dos usuários e, evidentemente, a sua compatibilidade com os princípios constitucionais assegurados pela nossa Carta Magna, constantes principalmente dos arts. 5º e 220, que tratam dos direitos e garantias fundamentais e da comunicação social.

Considerando as normas do processo legislativo, o exame do mérito da proposta está afeto preponderantemente ao campo de análise da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e, evidentemente, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a CCJ.

Em menor repercussão, há aspectos atinentes à cultura e aos direitos do consumidor, neste caso, do usuário, que também deverão ser apreciados.

Assim, as duas primeiras comissões citadas deverão, por competência regimental, examinar a proposição com mais acuidade, levando em conta principalmente a sua compatibilização com a legislação e a regência, em especial, da recente Lei nº 12.966, de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, conhecida como Marco Civil da Internet. Lembro aos senhores que essa lei está em vias de ser regulamentada.

Embora fuja do meu ofício, no âmbito da comissão que integro, examinar a constitucionalidade da matéria, permito-me apontar que há aspectos constitucionais que certamente serão objeto de ampla avaliação da CCJ, que buscará verificar se há afronta ou não ao robusto sistema de proteção da liberdade de pensamento, expressão e informação e de garantias asseguradas nos seguintes princípios da Carta Magna: proteção à liberdade de pensamento e expressão, art. 5º, inciso IV; liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença, art. 5º, inciso IX; direito de acesso à informação, art. 5º, inciso XIV; proteção dos direitos pela criação e utilização da publicação ou reprodução de suas obras, art. 5º, inciso XVII; proteção ao patrimônio cultural, art. 216; proteção contra as restrições à manifestação do pensamento, à criação, à expressão e à informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, art. 220; liberdade da informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social e vedação de toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística, art. 220.

Com essas considerações, creio ser interessante refletirmos agora sobre a importância da proteção do consumidor em face das sólidas conquistas trazidas pela Constituição Federal de 1988.

A defesa do consumidor foi introduzida na nossa Carta Magna como um direito, uma garantia fundamental, cabendo ao Estado a obrigação de implementar políticas públicas nesta área. Prevê que a União, os Estados e o Distrito Federal têm competência concorrente para legislar sobre responsabilidade por danos ao consumidor. De forma implícita, a Carta Magna defendeu ainda os interesses dos consumidores, ao estabelecer que o abuso do poder econômico, que visa à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário do lucro, deve ser reprimido.

A maior conquista advinda para os consumidores, porém, foi o cumprimento da determinação constitucional que resultou na promulgação da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, nosso Código de Defesa do Consumidor, cujo aniversário de 25 anos comemoramos no mês passado.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 15

05/10/2015

Após o advento do Código, saímos, assim, de uma prática de relação de consumo, diria, desordenada para um modelo exemplo de ordenamento jurídico. Isso deve orgulhar a todos nós, pois a nossa legislação é referência mundial. A importância do tema é tanta que as duas Casas do Congresso Nacional criaram comissões permanentes para tratar das questões específicas do consumidor.

Sr. Presidente, se eu estiver sendo muito longo...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª tem tempo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Mas eu gostaria de mais uns quatro ou cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª está dentro do tempo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Institucionalmente, compete à Comissão de Defesa do Consumidor dispor sobre todas as matérias relacionadas com a economia popular, repressão ao abuso do poder econômico, relações de consumo, medidas de defesa do consumidor e qualidade, publicidade e distribuição de bens e serviços.

São inúmeras as proposições legislativas que tratam sobre temas diversos hoje em tramitação na Comissão. O Projeto de Lei nº 7.881, de 2014, que estamos abordando, é um deles. No campo da relação de consumo, estamos conscientes de que nem sempre se pode atender a um plano ideal como gostaríamos, a fim de satisfazer o consumidor ou o usuário.

Apoiamos as iniciativas que estabeleçam uma política justa de regulação das relações de consumo que venham a aperfeiçoar o nosso ordenamento jurídico, com vistas à modernizar procedimentos, reduzir conflitos e conciliar posições. É com esse objetivo que apreciamos as matérias na Comissão de Defesa do Consumidor, inclusive o presente projeto.

Dessa forma, o exame que iremos proceder, o qual resultará no nosso parecer, deverá, portanto, ser circunscrito ao campo temático da defesa do consumidor, conforme esclarecemos, considerando as imposições regimentais.

Assim, posso adiantar aos senhores que, considerando todos os fatores envolvidos e as limitações regimentais impostas, buscarei construir um parecer equilibrado que venha a aperfeiçoar o texto original proposto, sem violação aos princípios constitucionais que norteiam a produção legislativa. Espero poder encontrar o ponto de equilíbrio ideal.

Comunico que, a exemplo da presente reunião, a minha intenção é requerer uma audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor para debatermos o projeto também com os membros daquele colegiado, a fim de formarmos convicção para votarmos uma proposta conciliatória.

Em síntese, analisarei, com muita acuidade, a proposta em debate.

Estou aberto a receber sugestões que este Conselho entender pertinentes oferecer, que sei não faltarão para subsidiar o meu trabalho. Eu estou aberto às Srªs e aos Srs. Conselheiros para todas as proposições que quiserem; eu as analisarei com toda a atenção e darei toda a prioridade para que possa atender aos Srs. Conselheiros que quiserem fazer sugestões.

Esperando ter contribuído para o debate, reitero minha satisfação em aqui comparecer. Agradeço a acolhida e desejo êxito nos trabalhos deste Conselho, na certeza de que resultarão em valiosas contribuições para aprimorar a comunicação social no Brasil, como um importante instrumento de desenvolvimento econômico e social.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 16

05/10/2015

Ao concluir, reporto-me ao tema que definiu a presente reunião: o direito ao esquecimento. Garanto que as manifestações e valiosas sugestões que espero receber de todos vocês não cairão no esquecimento. Tenham certeza disso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Deputado José Carlos Araújo.

Eu colho a inscrição entre os membros do colegiado. Alguma manifestação?

Nós seguimos, então, com o debate acerca do relatório há pouco formulado pelo eminente Conselheiro Vice-Presidente Ronaldo Lemos, lembrando que é um relatório elaborado pela comissão de relatoria, composta pelos eminentes Conselheiros Walter Ceneviva, Celso Schröder e Ronaldo Lemos. Estou entendendo que a comissão aprovou o relatório, porque circulou entre todos nós e não houve nenhuma objeção.

Estava inscrito e eu consulto se usará a palavra o eminente Conselheiro Nascimento.

V. Exª tem a palavra. Agora, sim.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, um minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, por favor, V. Exª tem toda...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Eu queria pedir aos senhores permissão. Eu vim da Bahia especificamente para esta reunião, mas, coincidentemente ou não, hoje os novos ministros estão tomando posse. E, entre eles, o ex-governador da Bahia Jaques Wagner toma posse na Casa Civil. E eu, como baiano, me sinto na obrigação de estar lá para abraçá-lo.

Então, eu peço permissão aos senhores para me retirar, se for permitido, Presidente.

Eu quero agradecer aos senhores mais uma vez e dizer que sou imensamente grato pelo convite que recebi e ficarei mais grato ainda se receber contribuição das Srªs e dos Srs. Conselheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Deputado. V. Exª, claro, tem toda a liberdade para se retirar.

Nós vamos seguir no debate acerca do relatório que está sendo aqui discutido e será elaborado e imediatamente encaminhado, assim que aprovado, a V. Exª.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Se quiserem fazer alguma pergunta, se alguma contribuição quiserem dar agora...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu tenho uma de ordem prática e objetiva a V. Exª. Nós temos ainda tempo? Como está a tramitação especificamente deste PL e dos demais correlatos, até referidos no seu pronunciamento, que estão apensados? V. Exª tem o tempo de tramitação? Como é que está isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Em nenhuma comissão se tem um tempo específico, porque os relatores têm liberdade para usar o tempo que quiserem, dentro do ano em que recebem a proposta. Então, eles podem, como eu vou fazer, requerer audiências públicas, informações. E isso pode levar algum tempo. Por isso a gente não tem exatamente qual seria o tempo que vão utilizar. Na CCJ, alguém pode pedir vista. Então, é difícil para qualquer Deputado especificar exatamente o quanto um projeto vai demorar.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 17

05/10/2015

Eu tive o prazer de ter alguns projetos já aprovados. Eu fiz o novo Código de Defesa do Consumidor. Levei três anos trabalhando e levei três anos para ter o novo Código de Defesa do Consumidor aprovado.

Então, realmente, esta Casa não é a Casa do esquecimento, mas a Casa da paciência.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Coloco o Conselho à disposição para a audiência pública que V. Exª vai sugerir. O Conselho estará à disposição para participar.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Eu gostaria de tê-los comigo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Boa tarde e muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu vou disponibilizar a todos os Conselheiros, vou pedir que digitalizem e distribuam a todos.

Muito obrigado.

Por favor, peço à assessoria que encaminhe a todos via *e-mail*.

Agora sim, eminente Conselheiro Nascimento Silva, de quem, em duas oportunidades, eu quase cassei a palavra por justa causa.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Pelo fato de ser de justa causa, eu sou obrigado a dizer para o Presidente que está no seu direito.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Exª tem a palavra.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Vou divagar um pouco. A minha mulher me perguntou o que era esse direito ao esquecimento. Era por volta de 8h30, 9 horas da noite. Nós fomos conversando, conversando e, à uma hora da manhã, eu não sabia o que eu tinha dito, nem sabia o que eu iria dizer mais sobre essa questão. Ela levantou uma questão e falou assim, ela me chama de Nasci, que gracinha: "Nasci, esse direito ao esquecimento não é uma forma ou um objetivo de apagar tudo o que os militares fizeram? Não é uma forma de quem é mal se tornar bom?". Eu tenho que tomar muito cuidado com o que eu falo. Ela sempre fala isto: "Você tem que tomar muito cuidado com o que você fala e tal". Mas é, digamos assim... Em algumas igrejas, os pastores, nos seus depoimentos, dizem que fumaram maconha, roubaram, mataram, aí se recuperaram e se tornaram pastores, enfim. Mas esses cidadãos dizem o que fizeram. E eu não consegui responder à minha companheira qual o objetivo desse projeto.

Eu vou ficar até o final da reunião, para ver se eu consigo absorver, porque, pelo que eu ouvi do Conselheiro Sydney, ele fez uma comparação que eu entendo assim: você está no SPC, com o nome sujo, você pagou, você está limpo, para se sujar de novo, de repente. Deve ser isso. E não estamos falando de uma questão simplista que é de ordem financeira. "Ah, eu estou com a situação hoje periclitante. Então, amanhã eu não dou conta de pagar minhas coisas, mas depois de amanhã vou dar conta e aí fico com o nome sujo para não comprar mais, até mesmo para me ajudar". Mas, depois que você pagou, você tem crédito de novo.

Esse caso aqui específico, eu acho que não pode ser tratado dessa forma. As coisas que são feitas, os encaminhamentos políticos de toda ordem, sejam eles do Executivo, sejam do Legislativo, sejam dos empresários e até mesmo dos trabalhadores, quando cometem alguma infração, eu acho que isso tem que ficar na história. Eu imagino que seja isso.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 18

05/10/2015

Finalizando a conversa com a minha companheira, se esse projeto for garantir que não ficará nada no esquecimento, a pedido dela, eu acho que eu tenho que votar favoravelmente a esse projeto.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Fernando César Mesquita, boa tarde. V. Exª chegou há pouco.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Com todo respeito à semântica, esse projeto aqui, do ilustre Deputado Eduardo Cunha, realmente é interessante demais, porque o Ronaldo, que é um especialista no assunto "remoção de *link* dos mecanismos de busca da internet que façam referência a dados irrelevantes ou defasados por iniciativa" – irrelevantes e defasados –, isso aí realmente comporta uma discussão semântica, porque o que é irrelevante? Dizer que o Eduardo Cunha tem conta na Suíça é irrelevante? Então, eu queria saber se é isto que ele quer: que tire dos jornais, da internet as notícias sobre as contas dele na Suíça ou as denúncias que as pessoas fizeram de dinheiro que ele recebeu do petrolo.

Outra coisa que estava falando aqui com o meu amigo é a quantidade de *links*. Estava mostrando para ele o Periscope. Você conhece o Periscope, não? Agora mesmo, em qualquer lugar do mundo, uma pessoa pode estar acompanhado ou eu posso estar transmitindo ao vivo esta reunião sem autorização de ninguém.

O SR. RONALDO LEMOS – É verdade.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Além da nuvem que fica lá no Google. A nuvem, na verdade, é o depósito do.... É o grande...

Então, não sei, eu acho que, realmente, o projeto – o Ceneviva não está aqui, ele não gosta de que usem certas expressões –, mas o projeto é uma bobagem que não tem tamanho.

Então concordo plenamente com seu parecer.

O SR. RONALDO LEMOS – Obrigado, Conselheiro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu gostaria de fazer uma ponderação, eminente Conselheiro.

Eu fiz aqui algumas pontuações redacionais, já submeti ao Relator, ele vai, depois, analisar se estou equivocado com minhas ponderações ou não. Tenho dois pontos. Um deles é que há uma parte do seu trabalho, do trabalho da Comissão que diz assim: "Enfim, cabe notar que o chamado direito ao esquecimento cada vez mais se apresenta com diversas nuances. Mesmo no Brasil, a partir do caso decidido pelo STJ, relacionado à chacina da Candelária, esse direito estaria – há até um erro de redação, de digitação – mais relacionado à prerrogativa de não ter o passado remetido e os fatos revivados". Eu não sei se estou fazendo uma leitura equivocada ou se nós estamos aqui cometendo uma contradição com a conclusão a que chegamos, se nós deveríamos esclarecer melhor, nesse período aqui, a frase, porque me parece que há uma contradição. O que nós estamos dizendo aqui, eu não se V. Exª está fundamentando para, na premissa seguinte, esclarecer. Eu confesso que, como leitor simples, fiquei confuso se não estamos sendo contraditórios aqui.

E outro ponto, na essência, que eu entendo que também precisa talvez ser mais bem esclarecido é quanto à conclusão, eminente Conselheiro. Veja, nós estamos concluindo com a seguinte ressalva, concluindo pela rejeição integral dos três PLs e fazemos a seguinte ressalva: sem prejuízo de outras análises posteriores, por parte do



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 19

05/10/2015

CCS, de outros artigos desse referido projeto de lei. Desculpem-me, mais uma vez, se me equivoco, mas, aqui também, penso que estamos cometendo uma contradição porque se sugerimos rejeição integral do projeto...

O SR. RONALDO LEMOS – Falha de redação.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – ... não podemos voltar a discutir um dispositivo que nele esteja contido na sequência. De modo que penso que, também aqui na conclusão, poderíamos estar cometendo uma contradição em termos e, aí, encaminhando assim ao Congresso Nacional, nós vamos criar mais problemas do que solução.

São as observações, além daquelas redacionais, muitas delas mais por atenção à digitação, que procurei ter. São as ponderações que faço, entendendo que a conclusão a que chega V. Exª quanto à rejeição dos projetos, sem prejuízo da discussão a que V. Exª se referiu – e já lhe passo a palavra, eminente Conselheiro Roberto Franco, eu só tomei a palavra porque não havia mais inscritos, mas já lhe passo – sobre essa dicotomia importante que temos entre o direito ao esquecimento que se debate hoje, e nós estamos aqui hoje numa linha de rejeição, e as comissões da verdade, aí também há um contrassenso. Nós prestigiamos o direito às comissões da verdade ou prestigiamos o direito ao esquecimento no individualismo que ele contém? Acho que isso é da essência da discussão.

Eu dizia há pouco, enquanto o eminente Deputado iniciava a sua fala, eu dizia aqui, *a latere*, ao meu querido Vice-Presidente Ronaldo, nosso Relator nessa assentada, sobre a riqueza, a importância deste debate sobre o qual, hoje, aos 27 anos da Constituição Federal, estamos iniciando aqui as tratativas.

Cumprimento V. Exª pela iniciativa de ter trazido o debate entre nós e pelo trabalho que apresenta, fazendo essas pequenas ponderações. E lhe passo a palavra logo em seguida, logo após, para que V. Exª pontue quanto a elas e a outras mais.

Eminente Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Corroborando aí com a maioria das opiniões, eu acho que seria algo totalmente contrário ao que vem sendo a postura do Conselho de Comunicação Social apoiar um projeto que venha a eliminar história, que venha permitir algum filtro sobre a história, sobre a informação.

Por outro lado, como dito pela Conselheira Patrícia, acho por demais importante que, ao refutarmos o projeto, ao entendermos que o projeto não contribui para a formação histórica, pelo contrário, ele representa alguma forma de cerceamento à liberdade de expressão e, mais grave, até ao registro histórico, que o Conselho se manifeste favoravelmente a dispositivos que façam o sequenciamento histórico.

Como disse o Conselheiro Celso, quando você, pelos meios normais, faz pesquisa histórica, normalmente e frequentemente, acessa com mais facilidade registros mais próximos e permite que a história seja contada, contextualizada. E a internet, ao colocar todos documentos numa mesma dimensão e, ao mesmo tempo, alguns documentos sem o cuidado de um registro de data... Eu contava aqui para a Conselheira Patrícia que, ao fazer uma pesquisa simples, outro dia, de questão totalmente diversa, eu tive uma dificuldade incrível de compreensão, porque havia uma notícia que mudava totalmente a interpretação do fato e, na notícia, que inclusive tinha sido publicada em um jornal, não existia nenhuma referência do momento em que aquilo ocorreu. Isso exigiu que eu fizesse uma pesquisa muito mais extensa em outros meios para tentar situar no tempo o que aquele fato representava no processo. Imaginem isso na vida de um cidadão que tenha



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 20

05/10/2015

todo um histórico de construção do seu *status* legal que permita uma interpretação totalmente equivocada por pegar algo totalmente fora de contexto!

Então, ao mesmo tempo em que apoio o relatório, sugiro que encontremos uma maneira de deixar claro ao legislador que, apesar de que remover a história não seja uma boa prática, devemos buscar mecanismos que permitam contextualizar e, ao mesmo tempo, sequenciar. Isso é também muito importante para não gerar interpretações equivocadas.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito bem.

Alguém mais?

Conselheiro José Francisco de Araújo Lima.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Queria manifestar meu integral apoio e minhas congratulações pelo resultado, pelo documento apresentado pelo nosso colega, mas também fazer justiça, porque ele se lembrou e é fiel a uma decisão do Conselho quando a ele eu não pertencia, não participava, mas foi a nossa posição no Conselho de Comunicação Social, relativamente às biografias, que foi marcante. Realmente é um episódio fantástico do Conselho e que o STF replicou numa linha semelhante.

Acho que, se esse negócio um dia for aprovado nesta casa, o STF também derrubará, essa tentativa de se apagar a história seja por qual mecanismo for. Nem mesmo Tiradentes acho que concordaria em ser eliminado porque depois foi absolvido. Ele gostaria de ficar lá como condenado indevidamente à força.

Mas eu o parabeno e apoio integralmente a sua linha.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheira Patrícia Blanco, eu gostaria, só para sistematizar, de perguntar: mais algum conselheiro quer inscrição?

Desculpe-me, Conselheiro Davi Emerich, eu não tinha anotado aqui, mas sei que já tinha pedido a palavra. Então, só os dois e encerramos os debates. Pode ser?

O SR. RONALDO LEMOS – Queria fazer só um comentário muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu vou lhe passar a palavra ao final para que faça uma abordagem geral sobre tudo quanto proposto. Há até uma proposta do eminente Conselheiro Celso Schröder logo no início.

Conselheira Patrícia, por favor.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Só para uma questão de entendimento. É possível, no relatório, incluir uma recomendação?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, é claro.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – No caso que chamei de direito à informação atualizada, eu não vejo a necessidade de criar uma lei específica para isso, mas uma recomendação de que os veículos passem a adotar uma boa prática de atualização da informação, até para colocar um pouco o que o Conselheiro Roberto colocou.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – A contribuição que faço é quanto à recomendação de mostrar a importância e não propor que se faça um dispositivo legal, porque entraríamos de novo em uma questão muito difícil que é achar, de maneira objetiva, um dispositivo legal que dê conta.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

Conselheiro Davi Emerich, encerrando os debates. Depois o eminente Conselheiro Relator vai fazer um apanhado geral e final.

O SR. DAVI EMERICH – Sr. Presidente, na mesma linha, concordando com todos os Conselheiros, eu gostaria que o Relator ou explicitasse ou trabalhasse mais na penúltima página. Ele fala assim: "A Corte alemã entendeu que a existência de arquivos



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 21

05/10/2015

de notícias *on-line* é legal e legítima, contanto que esteja claro que se trata de notícia ultrapassada e não seja dada uma nova roupagem àquela notícia" e tal.

Como é que a Corte alemã trabalhou isso? Segundo está expresso aqui, a Corte alemã teria decidido que não se trata de notícia ultrapassada, então, teria que estar caracterizada. Como foi resolvido isso? Essa informação para nós seria importante e resolveria bastante o que Schröder colocou no início.

E na questão das conclusões, a gente diz que é competência do Conselho rejeição integral de vários projetos de lei, e não deixa nada no lugar. A gente rejeita tudo, mas, daqui para frente, o assunto não vai morrer. Este Conselho não vai propor nada? Eu acho que a gente teria que ter algo mais propositivo aqui, até para evitar a contradição que o senhor já levantou aqui. A gente poderia discutir um outro artigo, e não vai discutir, já que a gente está pedindo a rejeição. Mas eu acho que, no lugar da terra arrasada pela rejeição de tudo, porque é o que está sendo discutido formalmente, o que é que a gente propõe como procedimento? Eu acho que seria interessante a gente trabalhar nessa perspectiva.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Aí é um debate mais amplo. Eu diria que nós teríamos que reabrir o debate, porque, imagina, se nós estamos aqui em sede de análise dos projetos que tramitam na Casa, e são três, Conselheiro Davi, compreendo e tenho também como minha essa sua preocupação, mas não vejo como, nesta assentada, opinarmos acerca dos projetos que tramitam. Teríamos que apresentar um novo, uma regulamentação ao direito ao esquecimento que aqui rejeitamos?

O SR. DAVI EMERICH – Mas, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Então, não sei como equilibrar. Não sei se V. Ex^a consegue fazer, ou se o Relator, com a sua criatividade jovem, consegue fazer esse malabarismo.

O SR. DAVI EMERICH – Não, Presidente. Eu acho que poderíamos colocar, talvez, um parágrafo, dizendo que o assunto é muito importante e tal, e tal, que esse assunto está agendado, uma coisa desse tipo. Não seria com a gente se posicionando em relação ao tema em si, mas mostrando, deixando claro que a gente sabe que esse é um tema que não vai morrer. Ele vai ter que ser debatido no Brasil, porque está sendo debatido no mundo inteiro. Então, não seria nenhuma decisão em relação a tramitações específicas, mas mostrando que o Conselho está atinado com esse tema, que é moderno, que não vai parar e o mundo todo está debatendo. Seria mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu passo a palavra ao eminente Relator para que ele...

V. Ex^a pediu a palavra ou posso encaminhar assim?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER (*Fora do microfone.*) – Pode encaminhar, porque eu acho que as nossas colocações foram parecidas com isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim.

Eu então colho as considerações sobre as propostas. Nós temos propostas objetivas formuladas pelos Conselheiros Celso Schröder, logo no início, Roberto Franco, Davi Emerich agora, e eu próprio fiz ponderações.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom, primeiramente, agradeço a todos os Conselheiros pelos comentários e pelas propostas. São todas extremamente relevantes.

Só para dar uma contextualização, o objetivo aqui é responder a um desafio muito imediato, muito prático, que são esses projetos de lei.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 22

05/10/2015

Esse projeto de lei tem uma decisão, um viés, um recorte sobre como tratar do tema vastíssimo que é a questão do direito ao esquecimento. No entender deste Conselho, acredito que a posição seja geral, esse viés, esse recorte da realidade mais ampla que foi dado por esse projeto é um recorte inadequado. Acreditamos, acho que todos, que não se deveria tratar dessa forma nesse conteúdo.

O que eu acho que vale a pena ressaltar é exatamente o que foi discutido aqui. O tema é amplo, o tema não vai embora, é um tema que vai estar na agenda, que vai ser discutido, e o que eu acho que a gente pode dizer no singelo escopo que está aqui em mãos, porque o escopo aqui é muito específico de analisar esse conjunto de projetos de lei, é que o Conselho está atento ao tema e que haverá discussões futuras a respeito dele sobre formas de melhor encaminhar outras decisões, outros recortes com relação ao tema do direito ao esquecimento. Acho que, para o que a gente está se propondo aqui, talvez esse seja o melhor encaminhamento, porque eu acho muito difícil propor uma alternativa, um outro recorte, uma outra redação sem ter um aprofundamento maior sobre isso. Então, acho que o que se pode dizer é: "Olha, essa realidade pode ser recortada de outra forma e soluções distintas podem ser dadas a ela. O que nós entendemos é que esse recorte e esse conjunto de soluções aqui não é adequado".

Até, mencionando a fala do Conselheiro Francisco, o STF, inclusive, cita o Conselho na decisão da Ministra Cármen Lúcia sobre biografias, nós fomos citados e essa decisão que nós tomamos aqui ajudou a referendar inclusive a decisão do STF.

A meu ver, este material aqui é inconstitucional. É que nós não vamos nos manifestar sobre a inconstitucionalidade desses projetos de lei. Mas, falando como advogado, eu acredito que seria certamente derrubado também no Supremo Tribunal Federal.

Como encaminhamento, Sr. Presidente, eu proponho fazer as alterações de redação; são alterações de redação. Quando mencionei a rejeição integral dos projetos, está errado. O que estou querendo dizer aqui é que estamos rejeitando os pontos do projeto que têm a ver com direito ao esquecimento, que, inclusive, é o mandato que temos para este momento aqui em plenário. Os demais artigos que envolvem desnecessidade de ordem judicial, como nós discutimos hoje de manhã, mudança desse estado de queixa para a perseguição de crimes contra a honra, esses são outros assuntos que depois serão analisados em devida hora nas comissões etc. Então, por agora, vou mudar a redação dizendo especificamente sobre o que estamos rejeitando.

O PL nº 7.881, que ouvimos hoje, do Deputado José Carlos Araújo, como só tem dois artigos, esse nós estamos rejeitando na íntegra, mas lembrando que esses projetos estão tramitando juntos e, de forma cumulativa, eles hoje são um conjunto de dispositivos apensados ao PL nº 215, de 2015. Esse PL tem lá componentes de direito ao esquecimento que vão além desse PL nº 7.881, que nós debatemos aqui hoje. Então, estamos também dando parecer pela rejeição dos aspectos relativos a direito ao esquecimento constantes daquele projeto.

Vou especificar isso aqui, vou fazer a mudança de redação também naquele parágrafo que está truncado, para fazer com que ele fique bastante claro – especificar que não é a rejeição integral, mas tudo aquilo que diz respeito a direito ao esquecimento –, e vou incluir um parágrafo no relatório dizendo que o tema vai continuar – ele é mais amplo – e outros recortes e outras soluções poderão ser dadas com relação ao tema, e o Conselho vai estar atento também a essas outras possibilidades.

Então, essa é a minha sugestão de encaminhamento.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 23

05/10/2015

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vou passar às mãos de V. Ex^a as observações, os rabiscos que fiz...

O SR. RONALDO LEMOS – Eu já combinei com a Secretaria que, depois, nós vamos nos sentar e fazer juntos a última versão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Tendo dificuldade de compreensão quanto ao que eu anotei, socorra-se a mim.

O SR. RONALDO LEMOS – Perfeito. Lembrando que nós vamos encaminhar, depois, pedido para que a nossa decisão seja encaminhada para a CCJ ainda hoje e, se possível, para os Líderes também para, já na votação de amanhã, ser encaminhada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu vou colocar em votação, em seguida. Mas, encaminhando, vamos votar o proposto e, quanto ao formato, à redação final, depois da revisão do eminente Relator, precisamos de um tempo para aprovação ou podemos deixar que S. Ex^a fique... Vamos decidir assim?

Conselheiro Schröder, que é integrante da comissão de Relatoria, pediu a palavra?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sim. Muito rapidamente.

Estou perfeitamente de acordo com a proposta do nosso Relator. Acho que é isso mesmo, esse parágrafo dá conta.

Talvez nesse parágrafo pudesse fazer referência a um problema concreto, que foi referido pelo nosso Conselheiro Roberto Franco, que é essa questão, por exemplo, dentre as possibilidades que teremos que discutir daqui para frente, dessa obrigatoriedade de nexos, que talvez a gente possa fazer, como um exemplo que apareça demonstrando um dos problemas de que nós não tratamos.

O SR. RONALDO LEMOS – Está ótimo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Posso encaminhar assim?

Eu coloco, primeiro, em votação o relatório da comissão de relatoria.

Há alguma divergência? As ponderações já foram feitas. *(Pausa.)*

Quanto a conferirmos, então, a prerrogativa ou a atribuição ao eminente Relator para que S. Ex^a finalize o texto, podemos considerar assim também? Com a necessidade de submetê-lo ao Colegiado, ainda que por *e-mail*, ou não? *(Pausa.)*

Então, o texto fica aprovado, e V. Ex^a fica autorizado às correções.

Eu lhe cumprimento por isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Esse será o Parecer nº 1, de 2015, do CCS, aprovado; o primeiro desta composição.

O SR. RONALDO LEMOS – Peço licença, Sr. Presidente. Vou me sentar ali para finalizar o texto.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por favor.

O SR. RONALDO LEMOS – Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É sobre esse ponto ainda?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Sim. Independente, será postado a todos o texto?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ainda hoje.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O.k..

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Então, vamos voltar ao curso normal da reunião – eu até disse aqui ao pessoal da assessoria que eles terão de fazer uma ginástica na elaboração da ata da próxima reunião, porque eu quebrei e fiz uma



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 24

05/10/2015

inversão pouco prática, mas foi para aproveitar o início da reunião e a presença, como aconteceu, do Deputado José Carlos Araújo.

Eu continuo aqui com as comunicações e os expedientes da Mesa.

Na reunião passada, o eminente Conselheiro Davi Emerich sugeriu que solicitássemos ao Conselho Curador da EBC que nos encaminhassem os documentos referidos na Ata nº 56 – assim foi feito –, a pesquisa sobre programas da TV Brasil, que já foi inclusive encaminhada aos Conselheiros. E há referência ao trabalho de mestrado do Sr. Tiago Gautier, que ainda não nos foi encaminhado, porque não foi concluído plenamente. Mas os documentos já foram solicitados e distribuídos a todos.

Há uma proposta de audiência pública com o presidente do Conselho Curador da EBC e com o presidente da Ancine.

Consulto as senhores e os senhores sobre se vamos tratar hoje dessa audiência, se já vamos marcá-la, lembrando que nós já fizemos hoje – e vou falar a respeito disso daqui a pouco – agendamento de audiência pública no âmbito da comissão presidida pelo eminente Conselheiro Marcelo Cordeiro, já temos outra marcada, e eu creio que nós não teremos data mais para as duas reuniões deste ano. Mas há sugestão de audiências públicas, convidando, então, o presidente do Conselho Curador da EBC – na verdade, é a presidente, Sr^a Ana Luiza Saibro – e o presidente da Ancine, Sr. Manoel Rangel. Podemos postergar para o próximo ano? O autor da proposta foi o Conselheiro Walter Ceneviva, que não está presente hoje. *(Pausa.)*

Eu vou considerar, então, e pedir à assessoria que deixe agendado para convidá-los já no próximo ano.

Também há um seminário proposto pelos eminentes Conselheiros Marcelo Cordeiro, Walter Ceneviva e Pedro Pablo Lazzarini, sobre incentivo à produção cultural. Também não vejo data disponível neste ano para realizá-lo.

Consulto os eminentes Conselheiros Marcelo Cordeiro e Pedro Pablo Lazzarini sobre se podemos também postergar para o próximo ano, porque não há como realizar o seminário.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, acho que não há problema em colocá-lo no próximo ano, mas, em princípio, nós tínhamos marcado a possibilidade de um seminário da comissão de tecnologia da informação agora para novembro, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Em novembro, nós temos algo marcado para a reunião do Pleno? *(Pausa.)*

Ainda não.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Nós teríamos ainda novembro e dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Se V. Ex^a me permite, quanto à presidente do Conselho Curador da EBC e ao presidente da Ancine, quem sabe nós pudéssemos, em vez de fazer um seminário, convidá-los para vir aqui fazer uma interlocução, ainda que em rápidas palavras, na próxima reunião? Acho que é importante, porque na composição passada, nós não recebemos o presidente da Ancine em nenhuma oportunidade, talvez até para dar conhecimento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Uma vez na composição passada.

Se os Conselheiros entenderem que há urgência na convocação deles, podemos destinar meia hora para um bate-papo com cada um deles na próxima reunião.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 25

05/10/2015

O que acham? (*Pausa.*)

Pode ser? (*Pausa.*)

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Então, vou determinar que convidem a ambos...

Sim? Quem?

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone.*) – Eu, Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Nascimento; "Nasci". (*Risos.*)

O SR. NASCIMENTO SILVA – "Nasci".

Nós só teremos que fazer uma coisa: convocar a presença dos palestrantes antes da reunião. É o que eu solicito.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Antes?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Antes que comece a reunião. Por exemplo, a reunião começa às 14h; eles fariam do mesmo jeito que foi feito hoje com o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, começa às 14h; então, é no início da reunião, e não antes.

O SR. NASCIMENTO SILVA – No início, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Assim será feito.

O SR. NASCIMENTO SILVA – É o "Nasci" que está na cabeça. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Assim será feito, então. Serão convidados ambos para que estejam aqui durante a primeira hora da reunião do mês de novembro, que será no dia 7, se não me engano.

Pode ser assim? (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Dia 9 de novembro.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, eminente Conselheiro.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Isso independentemente de que, no próximo ano, continua marcado o seminário. É isso, não?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeitamente.

Eminente Conselheiro Marcelo Cordeiro, concluiu?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, nós tínhamos ficado de elaborar, naquela última reunião, pelo menos uma inicial do que poderia ser o seminário sobre produção cultural, inclusive já fizemos esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Há até uma estrutura já montada aqui por V. Ex^a

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Elencamos aqui quatro projetos, que já estão em andamento na Casa, e algumas sugestões de convidados. Então, eu acho que, nesse seminário, que não tem nada a ver com esse, o da cultura, de que falamos na reunião passada. Hoje cedo falamos sobre a possibilidade de um seminário sobre publicidade e propaganda, e estávamos até deixando isso para fevereiro. Então, não sei se não se poderia dar andamento a esse seminário de cultura talvez até para dezembro...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – De incentivo à cultura.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 26

05/10/2015

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – De incentivo à cultura, talvez para dezembro, já que agora, em novembro, o senhor está marcando a EBC, não é?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas não como um seminário. Convidá-los para virem aqui se manifestar, quem sabe uma interlocução rápida, quem sabe não, para uma interlocução, durante a nossa reunião, durante a primeira hora dos trabalhos da nossa reunião do mês de novembro, porque esse seminário sobre incentivo à produção cultural certamente precisará de pelo menos um período, uma manhã ou uma tarde, quem sabe.

O que podemos fazer é o seguinte: se este Colegiado não tiver objeção, designo V. Ex^a para tentar viabilizar a realização desse seminário, e aí, depois, nós dois podemos fazer uma interlocução para tentar marcar uma data e submetê-lo ao grupo de diálogo, via e-mail, aos demais membros.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Isso para dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – No mínimo, porque novembro não vejo data mais.

Pode ser?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Celso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Para o Conselheiro Lazzarini, que está com o nosso projeto, está o.k. para dezembro?

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – O problema é o seguinte: seria nas mesmas condições em que marcamos hoje o de publicidade, ou seja, um dia depois da reunião, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Podemos fazê-lo, se o Colegiado... Nós ainda nem submetemos aquele outro. Mas podemos discuti-lo logo em seguida. Quanto ao formato, se fazemos já no mês de novembro, seria dia 10 de novembro, não é?

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O Conselho tem como pertinente essa urgência, inclusive, para a realização desse seminário sobre incentivo à produção cultural para o mês de novembro?

Conselheiro Celso, sobre o ponto?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, também não quero que voltemos atrás nas nossas decisões.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não devemos fazê-lo.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Quero lembrar que, sobre esse tema, eu sugeri que o fizessemos mais ao final do nosso mandato, por uma razão: eu não via esse seminário como um seminário exclusivamente de incentivo à cultura, porque me parece que isso é uma tarefa do Ministério da Cultura e dos agentes culturais. O que vejo, sim, é a incidência da comunicação sobre a cultura, que é outra coisa. Não é exclusivamente outra coisa, mas é mais abrangente, em que o incentivo à cultura, portanto discutir os financiamentos à cultura, seria um dos elementos.

A mim me parece essa decisão... Nós tivemos o debate, o debate não concluiu, e esse projeto da maneira que vem está muito bem montado para esse enfoque, e aí sim pode ser feito rapidamente e, enfim, com o tamanho que ele vai ter, que me parece que será menor do que ele poderia ser.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 27

05/10/2015

Eu queria recorrer aos nossos colegas, para que pensássemos a cultura como resultado final de uma série de ações sociais, entre as quais decisivamente e talvez a mais importante dela seja a comunicação. Ou seja, cultura como resultado da comunicação e, entre esses elementos, o incentivo da cultura como um elemento que poderia produzir uma boa comunicação ou não produzir uma boa comunicação; que poderia produzir uma cultura autônoma e libertária ou uma cultura submissa etc. Aí temos um debate bastante longo. Porque senão eu tenho medo, Presidente, que nós repitamos debates que estão sendo feitos pertinentemente no espaço do Ministério da Cultura, porque lá estão os atores e os mecanismos de financiamento, e não nos damos conta do nosso papel, do papel dos atores – aí são todos, radialistas, jornalistas e empresas de comunicação.

Espero não estar sendo impertinente, Presidente, nem tentando retomar o decidido, mas eu acho que, de alguma maneira, resolveria o nosso problema.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Marcelo Cordeiro, tem algo a contrapor?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Eu concordo com o que foi colocado pelo Conselheiro Celso Schröder. Eu só acho que nós tínhamos conversado antes, talvez eu tenha focado muito – e aí o Conselheiro Schröder tem razão – na questão do incentivo, quando nós havíamos falado, naquela ocasião, na possibilidade de pensar a cultura como alguma coisa que tem que haver no processo de comunicação, senão nós vamos ficar aqui só no "pode publicidade, e isso ou aquilo". Eu acho que a divulgação cultural é a coisa mais importante que nós temos nos veículos de comunicação. Talvez, se reformulássemos isso, eu não vejo como o seminário ser tão impertinente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Na verdade, é uma questão de definir os temas que serão debatidos. Aqui, há uma minuta de uma proposta, uma sugestão, que pode ser adaptada, adequada. O sentido é definirmos. Eu temo que nós tenhamos muito pouco tempo para uma agenda. Vejam: nós chamamos para hoje há um mês, e imediatamente dispparamos os convites, chamamos três, dois deles integrantes da Casa, e só conseguimos trazer um aqui hoje. Então, pondero ao eminente Conselheiro Marcelo Cordeiro que V. Ex^a, então, e quem sabe com a interlocução, com certeza, com o Conselheiro Celso Schröder, formatem os temas e façam as consultas prévias, para tentarmos viabilizar, e distribuímos isso no nosso grupo. Pode ser? Nós não saímos com isso marcado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Nós não saímos com isso marcado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Então, não saímos com isso marcado, podemos deixar então para fazer isso e discutir na reunião do Conselho, em novembro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Em novembro. Exatamente.

Apenas para lembrar, nós divulgamos aquela nota sobre sigilo das fontes de informação. O texto foi inicialmente sugerido pelo eminente Vice-Presidente, conforme pedido por mim e elaborado por ele. Demos uma redação final, enxugando um pouco o tema. Discuti as sugestões todas. Acho que fui eu que acabou fazendo mais sugestões de alteração, mais para dar um sentido de nota, porque muito bem produzido o texto pelo eminente Vice-Presidente, como sempre, mas estava um texto mais amplo, nós demos



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 28

05/10/2015

uma enxugada, tirando a referência a casos pessoais, a casos específicos, a casuísticas – por exemplo, a questão do Snowden – porque eu acho que não fica bem uma manifestação pública a referência a casos específicos. Por isso enxugamos. Essa nota foi amplamente divulgada e enviada a todos.

Esses são os avisos que eu tinha a fazer. O material referente a essas notas está distribuído a V. Ex^{as} e foi tudo encaminhado para o *e-mail* de todos.

Alguma manifestação sobre esses pontos, embora já tenhamos feito discussões específicas? (*Pausa.*)

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Só em relação à questão da nota, eu fiz até essa sugestão por *e-mail*, respondendo que eu gostaria de reafirmar a importância de que nós membros também ajudássemos a divulgar as notas oficiais que saíssem do Conselho no *site* das nossas entidades, e que nós pudéssemos utilizar isso nas nossas ferramentas como meio de divulgação, para dar uma amplitude maior à divulgação da nota.

Era essa a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeitamente. Pertinente à sugestão. De minha parte, plenamente acolhida.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Isso eu já fazia. Quer dizer que não podia, agora pode? Só para entender.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A divulgação?

O SR. NASCIMENTO SILVA – É, já estava divulgando no *site* da Fitert. Tudo que acontece aqui eu remeto para a direção da Fitert e divulgo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Da minha parte, não havia nenhuma vedação. Portanto, não posso dizer que não podia. Podia.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Apenas estamos reafirmando que podia e pode.

Nós já enfrentamos, então, o primeiro item da pauta, que é exatamente a audiência pública e deliberação sobre direito ao esquecimento.

Eminente Conselheiro Francisco de Araújo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Acho que se insere nas comunicações. É só reiterar o convite que a Abert fez a todos os membros do Conselho, inclusive aos servidores, a todos os colegas, para a abertura, amanhã, às 19h30, do congresso anual, que se estenderá para o dia seguinte. Só reiterar o convite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Esse convite foi anunciado por mim na última reunião. Pedi que fosse confirmado. Vou representar o Conselho na abertura. Não poderei ficar até quarta, mas na terça, com certeza.

O segundo item da pauta é proposta sobre violência contra profissionais de comunicação.

É uma proposta elaborada pelo Conselheiro Celso Schröder, a quem consulto se há um texto específico.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, eu quero pedir desculpas a V. Ex^a e aos demais colegas Conselheiros por não haver cumprido a minha obrigação, a tarefa, porque nós tivemos um encontro nacional de jornalistas, em Fortaleza, e de assessores de imprensa, em um momento difícil de realizá-lo, dadas as condições econômicas do País. Isso, portanto, nos ocupou.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 29

05/10/2015

Então, eu peço, se possível, licença para que eu possa fazer esse relatório no nosso próximo encontro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Fica a discussão do tema adiada para a nossa próxima reunião, no mês de novembro.

Quanto ao item 1 da pauta, consulto a assessoria se ficou bem clara a aprovação unânime, com a redação final. *(Pausa.)*

Então o item 2 da pauta, que é proposta de complementação no Parecer nº 8, de 2014, sobre violência contra profissionais de comunicação, e nós divulgamos uma nota da CCS acerca do tema, fica postergado para a nossa próxima reunião.

Foi pautada pela assessoria a discussão sobre mudança de título e escopo da comissão temática de projetos legislativos.

Nós decidimos, na 2ª Reunião Ordinária, simplesmente pela mudança do título desta Comissão, que passou de Comissão Temática de Marco Regulatório do Setor de Comunicação para Comissão Temática de Projetos Legislativos, numa leitura mais ampla. Isso foi aprovado. E o eminente Conselheiro Celso Schröder sugeriu que fizéssemos uma revisão, o que não me parece muito pertinente, permita-me, porque, se o Colegiado decidiu há pouco, a Comissão já foi instalada.

De qualquer maneira, eu vou passar a palavra a V. Exª para defender a sua proposta, inclusive para analisarmos, em preliminar, se é pertinente a revisão do que já está decidido, inclusive com a Comissão já instalada.

V. Exª tem a palavra.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Eu queria retificar a compreensão do Presidente.

Na verdade, o que eu fiz primeiro foi lamentar a mudança. E fiz esse lamento sabendo que havia sido votado. Em seguida me foi informado que o que havia sido trocado era simplesmente o nome. Ao saber disso, eu, então, compreendi que ela continua sendo a Comissão do Marco Regulatório, ou seja, com a intencionalidade com que ela foi formatada e formada. Eu tenho certeza de que se olharmos os autos, nós vamos ver que está definido. Enfim, o nome fica, do meu ponto de vista, impertinente, um nome que não dá conta do escopo, mas isso, para mim, é secundário. O que eu queria garantir era...

O problema foi que alguns Conselheiros, como eu temia, tinham compreendido que, ao trocar o nome, havia trocado o escopo. Eu disse: "Bom, então temos que ou trocar o nome ou trocar o escopo, porque alguma coisa está errada". Essa foi a minha preocupação.

Se nós compreendermos que o que foi trocado é o nome, eu continuo considerando impertinente e inconveniente, mas concordo com o Presidente, não tem sentido revisarmos o nome, se o escopo for o mesmo.

Se há uma compreensão deste Colegiado de que mudou o escopo ao trocar o nome – e foi referido que havia trocado o escopo, porque foi dito isso, inclusive o proponente disse que sim, havia mudado, porque mudava a proposta, era outra tarefa e seria importante tratar dos temas gerais que não estavam contidos nas comissões. Ela seria uma espécie de Comissão das comissões, ou seja, a Comissão que trataria de todos os temas. Não foi assim que ela foi criada, ou seja, não era esse o escopo definido quando ela foi criada.

Então, o que eu queria é que o Presidente se manifestasse sobre isso. Repito: eu não tenho problema algum com o nome, a não ser não achá-lo conveniente, desde que o escopo seja correto. Se ele mudou a partir do nome, aí sim eu acho que há uma



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 30

05/10/2015

incompreensão e há um problema, porque não foi o que foi votado. Eu queria, pelo menos o que foi relatado pela minha Vice-Presidente e suplente, a Maria José, e pelas manifestações que ocorreram na última reunião, aí, sim, estamos com um problema de compreensão do que estava em jogo.

Eu queria que o Presidente se manifestasse e certamente poderemos resolver isso sem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim. Eu estou rigorosamente de acordo com V. Ex^a. A mudança de escopo seria muito mais ampla, mas eu me socorro aqui da memória dos meus pares, que certamente é melhor do que a minha, mas a mudança proposta, e se não estou equivocado foi pelo eminente Conselheiro Francisco Araújo Lima, foi rigorosamente só a mudança do título, do tema da Comissão, que era Comissão Temática do Marco Regulatório – corrija-me eminente Conselheiro se eu estiver errado –, sugeriu-se que fosse Projetos Legislativos e não se tratou de conteúdo ou escopo de competência desta Comissão. Eu acho que eu não estou enganado quanto a isso.

Por isso é que disse aqui: não vejo sentido hoje em rever a decisão. Por quê? Os temas afetos à Comissão, que estavam antes quando ela era Comissão de Marco Regulatório, continuam sendo os mesmos que estão hoje quando ela passou a se chamar Comissão de Projetos Legislativos.

Só um minutinho, Conselheiro Schröder. Foi essa a proposta...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Pode ser que tenha sido assim interpretada, mas ainda bem que o pessoal da Secretaria (Secop) entendeu, imediatamente, e colocou na seleção que foi enviada a todos os Conselheiros, as atribuições, exatamente nomeando os temas que não estavam abrigados, que não podiam ser acolhidos nas demais comissões. Foi o espírito que norteou a minha proposta. Norteou minha proposta; não foi votado sequer isso, mas foi inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas eu explico sobre isso também. Eu explico também na sequência sobre isso, quando V. Ex^a terminar.

Já concluiu?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Não... Mantendo ideia de que esse seja o propósito.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Aí eu vou me socorrer da assessoria, sempre muito cuidadosa – viu Schröder? –, não houve determinação sequer minha para que assim fosse feito. Foi criatividade da nossa assessoria.

Não se excluiu nenhuma atribuição, nenhuma competência da Comissão. Quando eles foram fazer o trabalho por nós solicitado, os temas que não estavam relacionados a outras comissões, eles inseriram nesta por ter uma compreensão de que ela tem uma visão mais ampla: Comissão de Projetos Legislativos.

Estou certo, Dr. Valmar?

Foi assim a leitura. E aí inseriram outros, sem a exclusão de nenhum dos que primitivamente já estavam.

Os assuntos relacionados ao que se desenha como marco regulatório estão no âmbito desta Comissão.

Não fiz, em absoluto, nenhuma sugestão de alteração nesse escopo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – E devem ter sido – com licença, Presidente – estes, não sei quais são, não fazia parte, mas devem ter sido apropriadamente indicados na Comissão Temática de Conteúdos e Meios de Comunicação.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 31

05/10/2015

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Quem é o coordenador desta comissão? *(Pausa.)*

Araújo Lima, que é o coordenador...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Não o meu é o suporte de projetos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – De projetos legislativos, sim.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Estou dizendo que existe uma comissão temática de conteúdos e de meios de comunicação...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, a Comissão Temática que tem hoje esta designação de Projetos Legislativos está sob a sua...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – No âmbito dela é que vai ser definido o escopo de trabalho.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – É.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, eu acho que o Conselheiro Francisco de Araújo manifestou agora o que ele manifestou quando presidiu a reunião da Comissão na última reunião.

E, ao presidir a última reunião da Comissão, foi ele quem redesenhou o escopo, na compreensão dele. E, na sua compreensão... Não houve equívoco da Secretaria. A Secretaria realizou exatamente o que o Presidente da Comissão encaminhou. E o Presidente encaminhou a compreensão de que esta Comissão havia mudado de caráter e passava a ser o local onde estavam todas as comissões, que não era esta origem. Repito: a origem desta Comissão, que o senhor presidia, era nós estarmos ali, elencarmos o que poderia compor um novo marco regulatório, a partir de uma ideia, a contribuição que este Conselho faria, a partir de uma ideia do que o jornalista e o nosso Vice-Presidente na ocasião sugeriu, ou seja, que pudéssemos contribuir para fazer a análise dos artigos da Constituição.

Era essa a ideia.

Nós não podemos, a não ser que se vote, mas não foi o que me haviam dito. Por isso, ao lhe ouvir, eu concordo com o senhor, estou de pleno acordo com o senhor. Só não concordo com o encaminhamento que o Presidente da Comissão deu, o nosso querido Conselheiro Araújo, porque ele compreendeu assim como ele manifestou agora.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito. Então, vamos por partes. No âmbito do plenário, nós definimos a mudança do título da Comissão. Estou correto quanto a essa discussão?

(Intervenção fora do microfone.)

Não passamos disso. E aqui devemos ficar nessa seara, correto? Discutimos a mudança. Não vejo como voltar atrás, porque já está até no *site*. Já está instalada a Comissão. Ponto.

Quanto à seleção de atribuições de discussão que será travada, é lá na Comissão, porque senão, aqui, eu vou fazer uma inversão, uma autoridade que eu não quero exercer, evidentemente. Porque embora o Pleno esteja acima das comissões, não há essa discussão hierárquica entre nós. Lá na Comissão, V. Ex^a integra? Na próxima reunião, esse assunto deve ser tratado lá, então. A Comissão tem esse tema. E aí a seleção, que é o escopo, é atribuição da Comissão. Não acho que possa ser tratado diferente disso.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 32

05/10/2015

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, desculpe-me. Está sinalizada uma queda de braço desagradável e insustentável entre pelo menos um membro da Comissão e o seu Presidente. Não é possível nós estabelecermos a partir daqui que será definido nesta Comissão, onde o Presidente já definiu. Nós trouxemos para o Pleno exatamente para que o Pleno nos diga qual é o escopo. É isso que eu estou lhe pedindo. Quando eu lhe pedi que o senhor definisse – e eu concordo com as definições que o senhor deu –, se é isso que nós entendemos, bem. Então, a Secretaria vai ficar esclarecida, não vai cometer mais isso que fez, ou seja, compreenderá e voltará à sua ação anterior, e todos nós encaminharemos da maneira que estava dada. O.k.. Não tem problema nenhum. Mas se vai ser com essa nova compreensão, parece-me que aí, sim, houve um problema de compreensão e que nós temos que esclarecer aqui. Não vai poder ser esclarecido, Presidente, na Comissão, porque lá o conflito está dado. É aqui mesmo que me parece que nós temos que definir. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pode concluir.

Mas o que propõe que eu faça aqui? Que eu volte a discutir o nome? Parece-me impertinente. Concorda com isso? Foi a decisão do Pleno.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Concordo. Se eu estou lhe pedindo que essa definição que o senhor deu, com a qual eu concordo, e da qual o Conselheiro Araújo discordou aqui... Ou seja, se é isso que está incorporado, o.k., nós estaremos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas eu não posso sugerir aqui, com todo o respeito, em relação a essa ou a nenhuma outra comissão, impor que vou votar aqui os temas a serem debatidos nas comissões. Não posso fazê-lo. V. Ex^a compreende? Eu acho que lá – usando a sua expressão –, eu não estou querendo estabelecer, como Presidente do CCS, nenhuma queda de braço. Mas como Colegiado, aqui, nós vamos debater os assuntos, votar "sim" ou "não", em uma visão ampla. Mas eu não posso hoje dizer: "Então, a Comissão de Projetos Legislativos terá discussão, na próxima reunião do dia 9 de novembro, de tais temas". Isso precisa ser discutido lá, não é? E aí aberta francamente entre os senhores. Não há como ser diferente. Eu estarei ao lado apenas como colaborador, já que pretendo participar de todas.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Fernando César Mesquita.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Eu não quero voltar a esse assunto, porque partiu de sugestões minhas e do Schröder que nós procurássemos regulamentar os dispositivos da Constituição que tratam de comunicação social. Nós temos, talvez no mundo, poucas constituições que sejam específicas quando tratam de comunicação. No Brasil, nós temos o caso de meio ambiente e de comunicação social. Mas eu não queria voltar a essa questão. Eu acho que nós deveríamos priorizar o que está previsto na Constituição, os projetos de lei que poderão ser afins ao que está previsto da Constituição. Eu acho que – como eu tenho dito aqui e repetido até de maneira irreverente – tem muito projeto aqui que nunca vai ser examinado. Este aqui – o nosso ex-Presidente Ronaldo tratou do assunto – realmente é importante, porque isso aqui envolve interesses muito diretos, e nós temos tido uma permanente discussão sobre isso.

Mas eu queria propor, dentro da minha idiotice da objetividade, como diria o Nelson Rodrigues, eu acho que há um tema sobre o qual nós devemos nos debruçar que é tão importante quanto a violência contra o jornalista; é um assunto que interessa ao Schröder, que interessa a todos nós. Isso aqui é um Conselho que é paritário, e nós temos tido muitas demissões nos jornais – jornalistas que estavam há dez, quinze anos aqui em



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 33

05/10/2015

Brasília, recentemente foram vários colegas, estou aqui desde 1963, trabalhei em todos os jornais –, está havendo muita demissão em jornal. Eu não sei se é a crise econômica ou se é o perfil do jornal que está mudando com a chegada dos novos recursos tecnológicos que a internet trouxe. Mas, na verdade, o mercado de trabalho para o jornalista está ficando menor. E há um crescimento do mercado para quem entende de internet. O Ronaldo é um exemplo aqui, é um especialista, escreve quase todos os dias sobre isso, e o Schröder, que é o Presidente do Sindicato, sabe disso.

Hoje, ao mesmo tempo em que você tem a oportunidade de ter uma estação de rádio na internet, você pode ter o seu próprio blogue, mas, ao mesmo tempo, você também está vendo que o número de jornalistas nos jornais está diminuindo. O *Estado* diminuiu não sei quantos, a *Folha* outros, o *Correio Braziliense*, todo mundo. A tendência é esta e isso tem a ver com a liberdade de imprensa, tem a ver com a comunicação social.

Então, eu entendo que essa é uma discussão que nós podemos ter aqui de maneira bem objetiva, porque aqui estão o Ronaldo, que é um especialista reconhecido em matéria de novas tecnologias na área de internet, o Schröder, que é o Presidente da Fenaj, o "Nasi"... (*Risos.*)

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone.*) – É "Nasi"... (*Risos.*)

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Os representantes aqui das empresas de comunicação, nós temos vários aqui. Eu acho que isso é na hora e, que nós começarmos a discutir, porque isso tem a ver com a qualidade da comunicação. À medida que a crise econômica cresce e se mostra poderosa, quem primeiro sofre é a publicidade, não é isso, Roberto, você que é dono do SBT? A não ser que o Roberto tenha uma igreja e que tenha dinheiro para manter, mas o Machado de Carvalho também conhece, muita gente aqui conhece do assunto, sabe que a crise é séria, e eu acho que a gente tem que discutir.

Tudo bem, os projetos são importantes, vamos trabalhar em cima dos projetos, mas eu sempre falo isso, eu e Davi estamos aqui há muito tempo e sabemos o que é que se faz para aprovar algum projeto quando o interesse é de A, B ou C ou de alguma iniciativa.

Então, eu proponho aqui que se fizesse uma discussão sobre o futuro da comunicação diante das novas tecnologias que estão surgindo. Eu acho que o Ronaldo e o Schröder são pessoas capazes de tratar do assunto, que é um assunto muito sério, é um assunto, aliás, tão sério quanto o problema da violência contra jornalistas.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só que uma coisa é física, e a outra também é física, porque bate no bolso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Bom, só que nós temos uma discussão já estabelecida. Os dois pontos defendidos por V. Ex^a são absolutamente importantes. E eu vou fazer uma sugestão, eminente Conselheiro Schröder: que este assunto, quanto à temática a ser discutida no âmbito da Comissão, seja lá discutido, e que venha, eventualmente, aqui, como uma espécie de grau de recurso, porque eu não vejo como ser diferente. O.k.? Isso se discute na Comissão, a Comissão firma e para cá vem em grau de recurso.

Mais alguém sobre esse ponto? (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Sobre esse ponto eu queria complementar, porque eu acho a decisão perfeitamente aplicável à espécie. Agora eu queria, de antemão, depois dessa apresentação brilhante do Mesquita, sugerir, como acontece nas Casas do Congresso, uma comissão conjunta do Projeto Legislativo e



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 34

05/10/2015

Tecnologia da Informação, porque nesta Comissão, onde eu pretendo defender a manutenção desses mesmos temas, está tudo relativo a profissionais de comunicação, como segurança, seguridade social, e poderíamos então acolher essa moção do Mesquita, e eu estarei defendendo esse ponto na reunião da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Obrigado.

Então, não havendo mais inscrições neste ponto, fica mantido o título da Comissão. O escopo da discussão será debatido lá e trazido aqui ao plenário, eventualmente para uma revisão em grau de recurso, se é que podemos fazer assim.

Aproveito a manifestação do eminente Conselheiro Fernando César Mesquita sobre o que deve ser essencial, eu falava hoje com o eminente Conselheiro Ronaldo Lemos, com quem troquei mensagens no final de semana, sobre algo que tem me preocupado muito – isso está no âmbito do que abordou V. Ex^a, eminente Conselheiro Fernando César Mesquita, junto com Davi Emerich, que conhecem efetivamente esta Casa –, na condição de Presidente deste Colegiado, e temos procurado dar-lhe uma dinâmica desde que fomos empossados em 15 de julho, é fazer efetivo e conhecido o Conselho.

Eu citava para o eminente Conselheiro Ronaldo dois exemplos que aconteceram comigo nos últimos dias. Em uma das minhas vindas a Brasília, eu encontrei no aeroporto, casualmente, eu estava sentado e sentou-se ao meu lado, por coincidência, o Senador pelo Distrito Federal Cristovam Buarque. O Senador me cumprimentou, como certamente cumprimenta todos os cidadãos, e eu o abordei sobre o papel do CCS, sobre conhecer o CCS – e aqui há um especialista, o Renato, que escreveu sobre o CCS. Além disso, há uns quinze dias, mandamos convites aos Deputados que havíamos definido convidar para vir aqui e, entre eles, estava o meu conterrâneo, o Deputado Fábio Sousa, que é Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Os dois Parlamentares, um Senador e um Deputado, não conhecem o papel do CCS.

Acho que é essencial para o nosso trabalho fazermos o Conselho conhecido. Surgiu dos nossos debates aqui, a propósito, a ideia de que cada trabalho – um trabalho como este – fosse encaminhado não só, como regimentalmente previsto, ao Presidente – há um vazo de encaminhar ao Presidente do Senado para que S. Ex^a repercuta isso. Nós vamos passar a encaminhar esses trabalhos – talvez até num ato de insubordinação, não sei como isso será recebido na Casa – aos Deputados que tenham matérias correlatas, aos presidentes de comissões. Eu fiz questão de encaminhar expedientes aos presidentes de comissões e aos presidentes do próprio Senado e da Câmara, logo depois de empossados, nos colocando à disposição.

Hoje pela manhã falávamos aqui, na reunião de uma das comissões, a Comissão de Publicidade se não me engano, especificamente sobre a importância da interlocução do Conselho com órgãos que são, em relação a ele, críticos, como o Intervozes, o FNDC. É isto que eu penso ser essencial: elegermos temas e apresentarmos um trabalho – tomando emprestada a sua expressão, Schröder – sem que tenhamos que estabelecer aqui efetivamente quedas de braço, mas numa compreensão do trabalho e da dimensão constitucional do CCS.

Vejam: é o único Conselho com essa natureza referido no Texto Constitucional, que faz hoje, como lembrou o Deputado que esteve aqui há pouco, 27 anos. Acho que isso é essencial. Eu estou disposto a fazer um esforço muito grande para romper essa barreira de desconhecimento que enfrenta o CCS. E muito preciso, efetivamente, da colaboração, da contribuição e, eventualmente, do puxar de orelha das senhoras e senhores



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 35

05/10/2015

Conselheiros e até da sociedade civil, que nos assiste quando transmitidos somos e que se faz sempre presente aqui.

Schröder sobre o ponto.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Eu queria agradecer o jornalista Fernando César Mesquita por trazer esse tema.

Eu confesso que tenho certo pudor em trazer questões que possam parecer questões corporativas. No entanto, efetivamente, nós estamos – e acho que os empresários têm essa compreensão – num momento muito particular do Brasil em relação, digamos, à sua comunicação social.

É uma crise que tem vários vieses, é uma crise de chegada de novos atores. Por exemplo: a chegada da telefonia no que diz respeito à televisão. E chega – eu disse isso hoje pela manhã – em condição de vantagem legal e econômica muito grande, o que cria uma desvantagem para a nossa radiodifusão nacional do ponto de vista da convergência tecnológica, onde novos formatos e novas práticas colocam em cheque a credibilidade do jornalismo.

Enfim, há uma crise do jornalismo, há uma crise da publicidade, há uma crise do radialismo, ou seja, da produção de entretenimento, disputando com outros entretenimentos produzidos em outros lugares em condições muito favoráveis e, portanto, desfavoráveis para a produção nacional.

Então, acho que não precisar ser, Presidente, acho que não precisamos pensar sempre em seminários. Acho que esse tipo, por exemplo, de debate, não sei, Fernando, se tu concordas, mas talvez nós pudéssemos, pelo tamanho e pela urgência, porque hoje fiquei sabendo de mais 120 demissões na RBS; há três meses, foram 130 – lá no Rio Grande do Sul, uma rede pequena. Houve o fechamento de revistas da Abril. E vamos ver que não é só o jornalismo impresso, isso se abateu de maneira geral sobre todos os produtores de conteúdo da comunicação brasileira, radiodifusão ou impressão.

Talvez nós pudéssemos fazer uma audiência pública em outro momento que não fosse exatamente o das nossas reuniões, audiência para a qual pudéssemos trazer representantes do setor. É necessário um certo tempo de debate, Presidente, as empresas precisam se manifestar, dar o seu olhar. Os trabalhadores das três áreas precisam manifestar-se.

O Poder Público, ou seja... Qual é o modelo de serviço e de negócio que o Brasil pensa para a sua radiodifusão? Por exemplo, os jornais. Em que pese a importância do jornalismo e a qualidade do jornalismo impresso brasileiro, não é de agora com a crise. Nós tínhamos um dos menores índices de leitura da América Latina, abaixo da Bolívia. Ou seja, não tinha nada a ver com poder aquisitivo. É um formato, é um tipo de sociedade que, num certo momento, viveu uma hipertrofia do audiovisual, e produziu-se isso.

O País precisa dizer o que quer. Ou seja, nós vamos produzir um país de analfabetos ou de semianalfabetos? Nós vamos produzir um país de videoidiotas, ou seja, que não compreendem o que se passa na televisão, com produtos irrelevantes, ou seja, produtos mistificadores? Enfim, eu acho que o nosso papel aqui seria fazer esse debate que o Fernando César Mesquita propõe, tendo como motivadora a crise que se abate sobre o setor e tendo como olhar mais amplo o papel que a comunicação brasileira tem para a cultura e para a educação brasileira, afinal de contas, essa é a tarefa constitucional que temos. E me parece que seria melhor fazer uma audiência pública com dois turnos. Não sei, que o Presidente pensasse em alguma coisa nesse sentido que desse conta dessa crise.

Obrigado, Presidente.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 36

05/10/2015

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Vice-Presidente Ronaldo.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, também havíamos conversado sobre a seguinte sugestão: sempre que formos deliberar sobre qualquer projeto, informar e oficiar ao relator, o autor da proposta e a todos os que estiverem envolvidos na tramitação legislativa daquele projeto.

Nós já deliberamos aqui sobre uma série de projetos de lei, mas muitas vezes o autor e o relator nem ficaram sabendo das deliberações que foram feitas. Então, acho que seria interessante estabelecer agora como prática, em relação a todos os projetos sobre os quais deliberarmos, já oficiarmos... Inclusive no que diz respeito àqueles sobre os quais vamos deliberar, não é preciso nem esperar a deliberação final. Entrou na pauta, pautamos? Então já fica oficiado para todos os que estiverem envolvidos naquele projeto, assim como as comissões que estiverem apreciando o projeto – CCJ, Ciência e Tecnologia e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Inclusive convidando os Parlamentares para que estejam conosco nas nossas discussões.

Peço à assessoria que anote essa providência para as discussões futuras.

Conselheiro Fernando César Mesquita, V. Exª formula essa proposta para que possamos desenhá-la e designar data específica?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Como colocou o nosso colega Schröder, trata-se de um tema premente e relevante e todos os que estão aqui, de alguma maneira, pertencem a um grupo ou outro, dos patrões ou dos empregados. É preciso, talvez, fazer uma audiência para a qual se traga a experiência, o conhecimento e as informações que cada um tem a respeito do que está acontecendo e das soluções que podem ser encaminhadas. Porque nem tudo de que se está tratando em relação a esse tema diz respeito ao Poder Público; diz respeito, principalmente, à iniciativa privada.

O Governo, com a parte também dele, que é a questão da publicidade, que está escasseando e que, segundo alguns comentam, não sei se é verdade, a publicidade do Governo está direcionada para quem fez mais loas e encômios aos belos olhos da Presidente. Eu não sei, mas acho que são questões que devem ser vistas com cuidado, porque tenho muitas informações sobre demissões que ocorreram e outras que, como o Schröder falou aqui, estão prestes a ocorrer. Com isso, afeta-se... O Brasil vai optar pela internet, pela cibernética, não tem mais jornal, televisão? Ou a televisão será só para a igreja? Tudo bem, mas acho que precisamos fazer um debate sobre isso, e este Conselho é o local apropriado para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Acerca dele, V. Exª formula uma proposta prática, objetiva?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – A minha proposta é que se faça uma audiência e que cada um aqui possa oferecer alguma sugestão para que se faça um debate bem objetivo. Que se tragam informações aqui bem objetivas, com soluções, com informações importantes.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

Mais alguém?

Conselheira Patrícia Blanco.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – A título de divulgação das ações do Conselho, de fazer com que o Conselho se torne conhecido, um ponto interessante seria, nesses eventos fora da reunião plenária, nós também abrímos para convidados externos e que pudéssemos divulgar isso para convidados, quer dizer, não só para os membros do



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 37

05/10/2015

Conselho, mas para outros convidados que possam acompanhar nossos trabalhos, aqui do plenário ou via internet. Que façamos uma ampla divulgação das ações prévias, principalmente em se tratando de eventos em que tenhamos convidados externos – por exemplo, um seminário de cultura, um seminário de publicidade e propaganda, uma audiência pública. Com isso, vamos ganhando relevância, vamos mostrando a relevância do Conselho perante a opinião pública. Trata-se de utilizar os meios de comunicação que temos aqui, que já são muito importantes. Já temos essa cobertura feita pela TV Senado e pelo *Jornal do Senado*. Que aproveitemos mais esses meios para dar mais divulgação às nossas ações.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É interessante que nós estamos aqui a falar de amplo conhecimento, de divulgação, estando entre grandes veículos, líderes dos setores – o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, o representante da Fitert representantes das empresas. Então, é o caminho inverso.

Conselheiro Davi Emerich.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, duas questões.

O senhor tocou num ponto. Aqui estão as empresas, os jornalistas, temos a Abert, enfim, todas essas instituições são muito verticais, porque pegam dez mil rádios brasileiras, pegam todos os jornais brasileiros, temos todos os sindicatos via Fenaj. Então, eu sugeriria ao senhor que criasse um grupo de trabalho para analisar como podemos fazer essa divulgação. A critério do senhor, pegaríamos jornalistas e tal para divulgarmos um plano de trabalho dentro dos limites de recursos, porque também não podemos chegar no Estado e dizer que façam jornais para nós, jogar gastos para cima do Estado. Acho que podemos ser criativos e fazer essa divulgação praticamente sem custo nenhum. Então, sugiro ao senhor que crie uma comissão para trabalhar sobre isso.

Quanto à questão do Fernando, que eu acho que é muito relevante...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sobre o primeiro ponto, V. Exª me permite uma intervenção?

V. Exª, como servidor da Casa, pode integrar – vou pensar na composição dessa comissão sim – V. Exª pode integrá-la e ajudar na comunicação dentro do próprio sistema de comunicação não só do Senado, mas do Congresso Nacional, das duas Casas.

O SR. DAVI EMERICH – Posso. Podemos conversar mais sobre isso e ver como encaminhar a ideia.

A outra questão é que, na Câmara e no Senado, acontecem dezenas de audiências públicas, muitas delas... O Fernando, que foi Diretor de Comunicação, até criou uma revista, exatamente para dar vazão aos temas das audiências públicas. Havia muitos debates importantes aqui que não apareciam, debates importantíssimos, como o que fizemos hoje.

Eu sugeriria também ao senhor que, através da assessoria, nós temos duas modalidades que vêm sendo muito praticadas no Congresso: uma é a chamada sessão temática, que é feita no plenário e, é claro, tem que passar pelo Presidente do Senado. E parece-me que na Câmara o nome é reunião geral. Então, se nós pudéssemos pegar esse tema, que o Fernando levantou, e que passa pelo desemprego, tanto estrutural, tecnológico, política, falta de recursos, de publicidade, fazer um balanço completo disso, dentro do plenário ou da Câmara ou do Senado, a repercussão disso seria muito grande.

Então, valeria a pena a gente analisar a possibilidade de fazer ou uma sessão temática sobre esse tema que o Fernando levantou, depois de bem estruturado o tema, no Senado ou, talvez, uma reunião geral no plenário da Câmara. Obviamente nós teríamos de, o Conselho e o senhor, conversar com os Presidentes, mas a gente poderia



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 38

05/10/2015

pensar em formatar isso e sugerir à nossa assessoria para analisar essa possibilidade do ponto de vista regimental, se o Conselho tem condições de, à guisa de uma conversa com os respectivos Presidentes, pensar em um modelo amplo para que isso, realmente, pudesse ter um impacto em toda a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito. Eu peço a assessoria, então, encaminhando... Alguma objeção? Alguma ponderação? *(Pausa.)*

Eu peço a assessoria, então, que faça essa pesquisa e me encaminhe, eu pedirei uma audiência logo em seguida aos eminentes Presidentes das duas Casas e trago notícias, de preferência na próxima reunião.

E aí peço aos dois Conselheiros que têm fácil interlocução com a Casa e com os seus comandantes, Conselheiro Davi Emerich e Conselheiro Fernando César Mesquita, que me auxiliem nesta tarefa.

O.k.?

Encerrado esse ponto? *(Pausa.)*

O item 4 da nossa pauta previa a discussão sobre possível proposta de alteração do Regimento Interno do CCS, a ser submetida, na hipótese de alteração, à Mesa Diretora Senado.

Conselheiro Nascimento, eu lhe inscrevo?

O SR. NASCIMENTO SILVA *(Fora do microfone.)* – Sim, estou me inscrevendo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, inscrevo-lhe, mas, antes, colho a manifestação dos integrantes da comissão de relatoria, formada pelos eminentes Conselheiros Walter Ceneviva, que não está, Ronaldo Lemos e Celso Schröder.

Quem dos três ficou? *(Pausa.)*

Ronaldo Lemos.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, o nosso entendimento é de que não é necessário o relatório, porque o posicionamento é de que não se faz necessário uma mudança no Regimento. Inclusive o Regimento foi já atualizado quando o Conselho voltou, na sua formação passada, foi a primeira coisa que nós fizemos. E o entendimento da Comissão é de que não faria sentido a gente perder tempo fazendo de novo um alteração regimental, sendo que o Regimento não tem nenhum problema aparente.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Inscrito: Conselheiro Nascimento Silva.

Mais alguém? *(Pausa.)*

V. Exª tem a palavra.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Em primeiro lugar, eu quero entender porque não existe relatório se todas as comissões redigem um relatório?

Em segundo lugar, ou em primeiro lugar, de novo, quem sugeriu a mudança do relatório fui eu, por entender que a forma como foram escolhidos os dois ministros, que há quatro reuniões não aparecem, representantes da sociedade civil, portanto, a sociedade civil está prejudicada. E aí eu recebo a notícia de que – eu já havia, inclusive, feito essas observações –, logo no início, se não fosse no Regimento Interno, que me dessem uma sugestão.

Nós não falamos em mudar o Regimento Interno só por mudar, porque diante do que vocês me colocam, esta Comissão me coloca a resposta, tchau. Não tem que mudar nada não, está tudo o.k..

Eu preciso de uma resposta para saber de que forma, se não for na próxima, daqui a 10 anos, a 20 anos, como é que nós vamos moralizar a escolha dos representantes da



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 39

05/10/2015

sociedade civil? É esse tema que está em pauta. Foram escolhidos dois do Executivo como representantes da sociedade civil. Ainda não botaram os pés aqui, e não é no Regimento Interno que eu vou ter que ver isso. Onde será? O relatório que eu peço, a informação que eu peço, vocês dizem: "Nascimento, vai a Cuba e peça para fazer um movimento lá em Cuba para que o Congresso escolha corretamente e que respeite as decisões da sociedade civil." Eu não estou discutindo aqui qual sociedade civil vai indicar o seu representante. Não é essa a discussão. Não é essa a discussão! Nós já tivemos inclusive documentos aqui dizendo o seguinte: "Fulano de tal não representa a instituição". Eu não vou citar o nome para não constranger. Essa não é a questão. Mas foi a sociedade civil, ou uma entidade da sociedade civil, que indicou o seu representante, que vai para o Congresso, e aqui ele diz o seguinte... Só um minutinho.

Eu não sei por que eu estou nervoso. Eu estou aqui, os caras estão lá. Ninguém quer participar disso aqui. Parece até motivo de...

Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal e dá outras providências.

Art. 4º O Conselho de Comunicação Social compõe-se de:

.....
§2º Os membros do conselho e seus respectivos suplentes serão eleitos em sessão conjunta do Congresso Nacional, podendo as entidades representativas dos setores mencionados nos incisos I a IX deste artigo sugerir nomes à Mesa do Congresso Nacional.

(Soa a campanha.)

O SR. NASCIMENTO SILVA – Por mais que o Congresso queira colocar quem quer que seja, tem que ser representante da sociedade civil. Pode ser inclusive sociedade civil que representa os direitos ou os interesses – vamos dizer assim – do empresariado, como já aconteceu nesta Casa; que represente os interesses do Executivo, como já aconteceu nesta Casa. Mas dessa forma que está aí é absurdo.

Eu acho que quando a gente fala assim: "Nós temos que divulgar o que nós fazemos, a seriedade do nosso trabalho", cabe a nós também estar juntos para cobrar uma postura coerente de indicação dos Conselheiros aqui no futuro. Eu poderia simplesmente fazer como outros já fizeram: "Eu vou me desligar, vou embora, vou renunciar porque não está do jeito que eu quero". Não será dessa forma que nós faremos mudanças. Eu conto com vocês para que a gente consiga moralizar – se é esse o termo – o que aconteceu nessa última escolha para Conselheiro de Comunicação do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Quanto à primeira ponderação que faz o eminente Conselheiro, quanto à explicação por não ter um relatório específico, eu colho a manifestação da Comissão.

O eminente Conselheiro Celso Schröder pede a palavra, e em seguida eu passo ao Conselheiro Ronaldo. Afinal de contas, ambos compõem a Comissão.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sim. Eu fiz questão – o Conselheiro Ronaldo pode complementar – porque, como sou parceiro e companheiro de atividade sindical e de uma organização similar à que o Conselheiro Nascimento representa, eu me sinto na obrigação de justificar.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 40

05/10/2015

Primeiro, me surpreende um pouco a surpresa do Conselheiro, porque de alguma maneira nós vínhamos conversando, ou seja, eu disse para ele já, desde o início, que eu achava que essa preocupação do Conselheiro é exatamente a preocupação que a Federação Nacional dos Jornalistas tem. Nós repudiamos imediatamente com uma nota a indicação dos dois Ministros. Achamos que foi impertinente, foi equivocada dois agentes do Estado serem indicados como sociedade civil. Acho que, inclusive, é uma incompreensão sociológica sobre a definição. E fizemos isso e continuamos, assim como a Fitert, assim como o Conselheiro Nascimento, viemos aqui para dentro para fazermos as disputas que temos que fazer.

dois agentes do Estado serem indicados como sociedade civil, acho que, inclusive, é uma incompreensão sociológica sobre a definição. E fizemos isso e continuamos, assim como a Fitert, assim como o Conselheiro Nascimento, viemos aqui para dentro para fazermos as disputas que temos que fazer.

Então, de alguma maneira já tínhamos adiantado para o Nascimento – eu já tinha adiantado qual era a minha visão – que esse debate não se faz no Regimento, ou seja, essa é uma decisão, existe uma lei, que não se configurou, e o debate e a disputa se dão em outro campo. Ou se muda a lei, até porque o Regimento, pareceu-me, define bem, ou seja, se o Regimento não é cumprido, é um problema político que nós conhecemos bem e que depende de tensões e de relações, enfim, de pressões e tal, que nós, às vezes, conseguimos e, às vezes, não conseguimos sobre o Parlamento brasileiro.

A Fenaj sempre colocou à frente, no que diz respeito ao Conselho de Comunicação Social, o seu funcionamento. Para nós é decisivo que o Conselho funcione, é decisivo porque este Conselho foi, inclusive, fruto da participação intensiva da Federação Nacional dos Jornalistas na pressão sobre os Constituintes para que a Constituição brasileira previsse a existência desse Conselho.

Então, a primeira questão nos parecia que estava resolvida, ou seja, que estava informado. A segunda era que, pacificada essa questão, não haveria problema de o relatório ser exposto oralmente, a não ser que houvesse alguma... Não foi indeferência, não há nenhum sentido de desqualificar a reivindicação do Conselheiro, de não atribuir a ela relevância. Ao contrário. Nós atribuímos muita relevância, muita importância. Lutamos pela transparência e democratização das escolhas deste Conselho. Achamos, inclusive, que esta composição, assim como a anterior, está muito melhor, por exemplo, do que a terceira composição. Alguns de vocês lembram que para nós aqui foi um momento muito ruim, porque a polarização se consagrou, a ideia de voto vencedor estava, a *priori*, definida, e o Conselho se transformou em um local de cartas marcadas.

Desta vez, e, inclusive, desde a anterior até agora, parece-me que as disputas estão fazendo um bom debate. Às vezes perdemos, às vezes não perdemos, boa parte do tempo estamos aí fechando por consenso, então nos parece que está bem. Portanto, uma mudança no estatuto exigiria deste Conselho uma dedicação e um gasto de energia que nos pareceu, dado o grau de acordo que os dois Conselheiros tiveram, os dois relatores tiveram, e, na conversa que eu tinha tido, pelo menos a compreensão que eu tinha com o Conselheiro Nascimento, é de que, efetivamente, a preocupação do Conselheiro está garantida e compartilhada por nós, pelo menos por mim, com certeza, mas que a ação,...

(Soa a campanha.)

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – ... a proposta de incidir sobre essa realidade não aconteceria simplesmente com a mudança do Regimento; esse é o nosso entendimento.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 41

05/10/2015

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito. Mais alguém?

Bom, eminente Conselheiro Nascimento, a sua preocupação, e, mais do que preocupação, as suas críticas, elas foram bem postas, mas aqui, sede de reforma do Regimento, com certeza nós não vamos corrigir esse vício de origem na composição, se é que ele há, com a indicação de dois integrantes do Executivo na condição de representantes da sociedade civil.

Isso se resolve lá, em uma eventual reforma da Lei nº 8.389, porque a lei é que teria que prever critérios e formas para a composição. É preciso lembrar até que esta composição passa, neste ponto inclusive, ao que fui informado, passa por uma crítica perante o Poder Judiciário. Há uma medida adotada por Parlamentares, que têm legitimidade para tanto, que impetraram mandado de segurança para questionar, entre outros pontos, a escolha dos dois ministros para comporem conosco este Colegiado. Não podíamos nós mudar mesmo o Regimento, e talvez tenhamos adotado aqui um caminho equivocado com a sua proposta, de entender como mudança regimental, quando não é. Na verdade, o Regimento não trata da forma de composição, a forma de composição, é evidente, sabemos todos, é lei. O Congresso é que elege, o Congresso é que tem que mudar a sua forma de eleição. Talvez, por isso, pela nossa simplificação...

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pois não, Conselheiro Fernando César Mesquita.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Eu tenho acompanhado, desde o começo, empenhei-me muito no mandato anterior, em que o Conselho fosse constituído junto aos integrantes da Mesa que houvesse uma oportunidade de votar a composição do Conselho. Não é fácil fazer uma votação para a composição do Conselho. As indicações eram centenas, e a validade, a qualidade e a legitimidade dessas representações era uma questão que se discutia muito. Então, foi, de alguma maneira, um esforço muito grande de fazer a primeira eleição, aquela depois de muitos anos, para que se constituísse o Conselho, e o Conselho funcionou.

Eu acompanhei todas as restrições, as ressalvas, as críticas que foram feitas ao modo como se fez essa eleição do Conselho. Eu acho que não somos nós que vamos mudar o Regimento. Há as pessoas que sabem o que querem, acham que é melhor, como é que é melhor, que deve ser feito o funcionamento do Congresso, as entidades, o Partido da Deputada Luiza Erundina e a federação e várias outras instituições podem, têm todo o direito de encaminhar um projeto de lei à Câmara ou ao Senado, sugerindo normas e formas de como o Conselho deve eleger seus representantes, como é que ele deve funcionar. Isso é o papel que cabe a eles, não a nós. A Deputada Erundina, que tem uma ação muito proativa nisso e outras instituições,...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu pedi inclusive a audiência a S. Ex^a, e ela ainda não me concedeu.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – ... grupo Parlamentar para isso ou para aquilo, para comunicação, eles têm todo o direito de fazer, reunirem-se e apresentar um projeto de lei, e o Congresso aprova ou não, e nós, há a questão do Regimento, então, será feito se seguirá. Nós é que não podemos tomar a iniciativa. Eu acho que nós não podemos... Já falei aqui, eu não posso dizer que o Presidente Eduardo Cunha, essa pessoa íntegra e correta que preside a Câmara, não tenha direito de dizer: "Não, só voto este negócio aqui se botar o Henrique Alves." Foi isso que ele fez. Então, é assim que tem acontecido.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 42

05/10/2015

Agora, para mudar isso, é preciso mudar a lei, é preciso que o Fórum da Comunicação ou a Deputada Erundina, até V. Ex^a já, que disse eu iria conversar com ela. Eu inclusive fui conversar com ela uma vez. Tem que partir de lá uma iniciativa que venha com aquelas normas estabelecidas. O funcionamento do Conselho deve ser assim, a eleição deve ser dessa maneira, o processo de escolha deve ser assim. Eu acho que é por aí, entendo que é por aí, com todo o respeito ao meu amigo Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Restrito à decisão da Comissão de Relatoria quanto à desnecessidade de revisão do Regimento Interno, há divergência? *(Pausa.)*

Não havendo, fica afastada a revisão do Regimento desse momento, registradas as ponderações todas que foram feitas, em especial a do eminente Conselheiro Nascimento, Silva.

Encerrada a Ordem do Dia.

Eu colho dos eminentes Presidentes das Comissões Temáticas, considerando que temos poucos minutos mais, breve relatório sobre os trabalhos hoje desenvolvidos. Não vejo aqui os dois eminentes Conselheiros.

Conselheiro Marcelo Cordeiro, peço a V. Ex^a que faça um breve histórico do que foi decidido hoje na Comissão Presidida por V. Ex^a, Comissão de Publicidade e Propaganda. Peço a V. Ex^a que faça breve manifestação.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – O.k.. Obrigado, Presidente.

Hoje, pela manhã, nós decidimos, na Comissão de Publicidade e Propaganda pela realização de um seminário, em princípio sugerido pela Comissão para fevereiro do ano que vem, oportunidade em que convidaríamos as partes mais envolvidas na questão da publicidade e propaganda, como anunciantes, agências de publicidade, o Conar, as associações das emissoras, dos jornais, para tratar de uma das partes, de um dos subitens que nós temos junto à Comissão, que é o da restrição à publicidade e propaganda, onde nós temos o maior número de projetos. São 27 ao total, 23 na Câmara e 4 no Senado.

Estamos escolhendo também uma comissão para elaborar esse seminário, formada pela Conselheira Patrícia Blanco, o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho e o Conselheiro Nascimento Silva. E essa comissão, na próxima reunião da CCC, em novembro, ou até mesmo em dezembro, não sei se ficou... Em novembro, não é? Já há um esboço do que vamos poder fazer para, em fevereiro do ano que vem, poder tratar disso.

A ideia é dar seguimento àqueles projetos que tratam da restrição à publicidade e propaganda, ouvindo as instituições e meios envolvidos com essa ação. Foi o que se decidiu hoje de importante na Comissão de Publicidade e Propaganda.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

Alguma questão a respeito? Alguma manifestação? *(Pausa.)*

Eminente Conselheiro Ronaldo Lemos, quanto à Comissão de Tecnologia de Informação e Comunicação, um breve relato também de V. Ex^a.

O SR. RONALDO LEMOS – Pois não, Sr. Presidente.

Na Comissão, hoje, nós deliberamos a respeito do tema dos PLs que estão em discussão, que tratam de alterações do marco civil da internet.

Dissemos que deliberaríamos, e de fato o fizemos, aqui no Conselho, sobre o tema do direito ao esquecimento. Então avançamos nesse outro *front*, que vai ter uma conclusão, provavelmente, nas duas próximas reuniões. Mas já deliberamos sobre a



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 43

05/10/2015

questão do direito ao esquecimento. Então, meio caminho cumprido com relação a esse aspecto.

No outro aspecto, falamos sobre a migração do chamado IPv4 para o chamado IPv6 e os problemas e as questões que isso levanta. E ficou decidido que o Conselho de Comunicação Social vai fazer um seminário na próxima reunião, na manhã, começando às 9h e indo até por volta de meio-dia e meia...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Aqui eu preciso de uma observação.

O SR. RONALDO LEMOS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Popular, coordenada pelo eminente Conselheiro Fernando César Mesquita, havia pedido preferência – ele disse isso pela manhã – para se reunir nesse dia.

O SR. RONALDO LEMOS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Nós teríamos que ter aqui então a aquiescência do coordenador...

O SR. RONALDO LEMOS – Tem toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – ... para abrir mão, porque teria que abrir mão da realização dessa reunião, para que possamos fazer então esse seminário.

O SR. RONALDO LEMOS – Bem lembrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu colho a manifestação do eminente Conselheiro Fernando César Mesquita. Há objeção a que se faça? *(Pausa.)*

Postergando, então, a primeira reunião da Comissão por V. Ex^a coordenada para a reunião do mês de dezembro? Pode ser? Perfeito.

O Conselheiro Ronaldo Lemos, Vice-Presidente e coordenador daquela Comissão, vai organizar o esboço desse seminário o quanto antes, para que tenhamos condições de efetivamente realizá-lo na manhã do dia 9 de novembro, que é a nossa quinta reunião.

O SR. RONALDO LEMOS – Exatamente. E os nomes já foram deliberados. Só lembrando aqui, se não me falha a memória, o Eduardo Levy, do SindiTelebrasil; o Demi Getschko, que é Conselheiro do Comitê Gestor da internet; o representante do Ministério da Justiça; a Secretária Juliana, da Secretaria Nacional do Consumidor; o Rodrigo Zerbone, Vice-Presidente da Anatel; e a Presidente da CPI dos Crimes Cibernéticos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO LEMOS – Não, nós deliberamos que não vai ter. O Conselheiro Nascimento disse que submeteria os nomes à aprovação e a qualquer crítica ele voltaria e nos compartilharia. Então, na verdade, são cinco integrantes.

E o nome ficou decidido – Transição do IPv4 para o IPv6: acesso, combate a ilícitos e privacidade. Não necessariamente nessa ordem, mas o conteúdo é exatamente esse mesmo.

Então é isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Como ficou deliberado no âmbito da Comissão, nós tiraríamos uma ratificação aqui, para converter num evento que envolvesse a todos, naturalmente, e ao plenário. Pode ser assim?

Fica convertido, então, e designada a realização dessa audiência pública para a manhã, para o período de 9 horas ao meio-dia do dia 9 de novembro, nossa próxima reunião, postergando, deste modo, a reunião da Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Popular, e ficando só esse evento, sem reunir nenhuma outra comissão.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 44

05/10/2015

Sobre o ponto, eminente Conselheiro Cordeiro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Mais cedo o senhor havia falado da convocação do Presidente da Radiobrás e da Ancine para a manhã do dia 9.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não, para a tarde.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Então, ela passa para a tarde.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não é Radiobrás, não. É o Presidente do Conselho Curador da EBC. É a Presidente.

Eu falarei sobre a pauta.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, desculpe-me.

A Secretaria, muito gentilmente, está fazendo um aviso para que nós convidemos todos os Conselheiros e suplentes. Obviamente, vamos oficializar aos convidados para que eles também estejam aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Já ficam efetivamente convocados todos para esse horário.

Nós vamos converter então, para que possa fazer essa convocação em reunião extraordinária do CCS. Pode ser? Para ela, convocando todos os titulares e suplentes.

A partir das nove, então, teremos uma reunião extraordinária.

O SR. DAVI EMERICH – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Davi Emerich.

O SR. DAVI EMERICH – Como é um assunto absolutamente novo e impactante, eu perguntaria se o Ronaldo poderia nos mandar alguma literatura juntamente com a convocação, para nos instruir melhor sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Boa sugestão.

O SR. RONALDO LEMOS – Com o maior prazer, Conselheiro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito bem.

Consulto os eminentes Conselheiros se alguém deseja fazer uso da palavra ainda.
(Pausa.)

Eu tenho sugestões para a nossa reunião do dia 9. Então, no dia 9, nós faremos uma reunião extraordinária no período da manhã sobre o tema proposto. E é muito bem-vinda a sugestão do eminente Conselheiro Davi Emerich no sentido de que o Conselheiro Ronaldo Lemos nos mande um *briefing*, um resumo, que possa servir de orientação para nós.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Traduzindo, um resumo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Exatamente.

E temos ainda para a tarde do dia 9 convites que faremos à Presidente do Conselho Curador da EBC e ao Presidente da Ancine para estarem conosco às 14 horas, cada um com um tema, meia hora de debate com cada um. Fica bom assim? (Pausa.)

Nós temos ainda sugestão de discussão sobre... O Seminário de Incentivo à Produção Cultural, sobre esse não deliberamos que devesse voltar à discussão no mês que vem, não é isso? Na verdade, ficou postergado, não é? Esse ficou postergado, não é preciso trazer.

O eminente Conselheiro Celso Schröder pediu que adiasse para a próxima a discussão sobre violência contra comunicadores.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 45

05/10/2015

O eminente Conselheiro Fernando César Mesquita sugere uma discussão no âmbito do Conselho sobre crise econômica e o setor de comunicação. É isso?

Precisará sugerir o formato para ver se conseguimos encaixar ainda no tempo que temos, considerando que teremos a primeira hora absorvida por esse ponto há pouco tratado. E ainda o seminário.

Consulto os integrantes da sociedade civil que estão presentes se têm alguma manifestação. (*Pausa.*)

Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu só quero registrar que, no Brasil todo, a partir do dia 13 até o dia 22, haverá manifestações do FNDC com relação à democratização dos meios de comunicação. Serão várias atividades pertinentes à questão do marco regulatório, enfim, e outras coisas mais sobre a comunicação no Brasil. Quem puder participar...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Sydney Sanches.

O SR. SYDNEY SANCHES – Rapidamente, Presidente, para fazer um registro. Fantástico o material recebido pelo Palavra Aberta, que, carinhosamente, encaminhou uma bibliografia muito rica, muito interessante. Vale o registro. Vai ser muito útil para os nossos trabalhos aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Também faço minhas as palavras de V. Ex^a. Até comentei hoje sobre artigos que já li nos volumes que nos foram encaminhados pela Conselheira Patrícia Blanco, em nome do Palavra Aberta. Agradeço a remessa.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Sr. Presidente, a minha sugestão é que esse agradecimento seja feito em nome de todo o Conselho, porque todos foram agraciados com a literatura e com a riqueza do conteúdo que nos foi distribuído.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 46

05/10/2015

DOCUMENTOS PERTINENTES À 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015 DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2015, A SER PUBLICADO JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença dos membros;
2. Nota Pública Sobre Sigilo das Fontes de Informação;
3. Relatório sobre projetos de lei que instituem o chamado "Direito ao Esquecimento" no Brasil;

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	
Walter Vieira Ceneviva	1. Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	
José Francisco de Araújo Lima	1. Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	
Marcelo Antônio Rech	1. VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	
Roberto Dias Lima Franco	1. Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	
Celso Augusto Schröder	1. Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	
José Catarino do Nascimento	1. Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	
Sydney Sanches	1. Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	
Pedro Pablo Lazzarini	1. Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	
Ronaldo Lemos	1. Patrícia Blanco
Miguel Ângelo Cançado	2. Ismar de Oliveira Soares
Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	3. VAGO
Henrique Eduardo Alves	4. Aldo Rebelo
Fernando César Mesquita	5. Davi Emerich



**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

NOTA PÚBLICA SOBRE SIGILO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO

O CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL vem publicamente reafirmar sua convicção tirada em Reunião Ordinária Plenária realizada em 14 de Setembro de 2015, quanto à fundamental importância de se proteger e resguardar o sigilo das fontes de informação por parte de todas as instituições do País.

Referido instituto legal é considerado direito fundamental pelo artigo 5º da Constituição Federal, nos seguintes termos: *“XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”* e, como tal, deve ser preservado, pois se trata de direito essencial para a proteção da liberdade de expressão.

A proteção ao sigilo de fonte é também corolário da Convenção Americana de Direitos Humanos em seu artigo 13, parágrafo 3º (*“Não se pode restringir o direito de expressão por vias e meios indiretos”*), estando assegurado ainda nos Artigos 12 e 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Organização das Nações Unidas aprovou Resolução proposta conjuntamente pela Alemanha e pelo Brasil que ressalta a necessidade de se proteger o direito de privacidade, incluindo o sigilo entre comunicadores e suas fontes no mundo contemporâneo. A Resolução expressamente afirma que *“o exercício do direito à privacidade é importante para a realização do direito à liberdade de expressão e opinião sem interferência e do direito à liberdade de reunião e associação pacífica, e é um dos fundamentos de uma sociedade democrática”*.

Desse modo, o Conselho de Comunicação Social reitera a necessidade de que todas as instituições intrínsecas ao Estado democrático de Direito no País tenham como regra uma postura pró-ativa na defesa de direitos fundamentais como a liberdade de expressão, a privacidade e o sigilo de fontes dos comunicadores profissionais.

Brasília, 14 de setembro de 2015.

Miguel Ângelo Cançado
Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional



CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL
RELATÓRIO SOBRE PROJETOS DE LEI QUE INSTITUEM O CHAMADO
"DIREITO AO ESQUECIMENTO" NO BRASIL.

PARECER Nº 1 , DE 2015 – CCS

Comissão de Relatoria: Ronaldo Lemos, Walter Vieira Ceneviva e Celso Augusto Schröder.

Prezados Integrantes do Conselho de Comunicação Social,

Trata-se de Relatório a respeito de projetos de lei que instituem o chamado "direito ao esquecimento" no Brasil. Notadamente, estão sendo apreciados na presente data três projetos de lei, apensados em conjunto, que visam à instituição de tal "direito" no Brasil, a saber: PL 1589/2015 de autoria da deputada Soraya Santos (PMDB/RJ), ao qual foram apensados do PL 215/2015 de autoria do deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) e PL 1547/2015 de autoria do deputado Expedito Netto (SD/RO); PL 7881/2014 de autoria do deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ); PL 1676/2015 de autoria do deputado Vital do Rêgo (PMDB/PB).

O chamado "direito ao esquecimento" pode ser definido, em linhas gerais, como a criação de obrigação de se retirar e apagar compulsoriamente conteúdos que estejam armazenados em arquivos dos meios de comunicação social ou em páginas e serviços na internet. Trata-se de "direito" que não emana dos ramos tradicionais do direito. Em vez disso, sua origem é recente e casuística, como se verá abaixo.

Passa-se, assim, à análise dos referidos projetos de lei e do parecer do presente Conselho¹.

¹ Agradecemos ao professor Carlos Affonso Pereira de Souza da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e à professora Samantha Moura Ribeiro da Pontifícia Universidade Católica pela análise procedida que gentilmente é tomada como parte do presente relatório.

Setti *2*



CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

1) Remoção de Conteúdos e Direito ao Esquecimento

Apesar de seu nome aparentemente "benéfico" e até mesmo "poético", o chamado "direito ao esquecimento" na maioria dos casos nada tem de poético e nem de benéfico. Ao contrário, esse novo instituto jurídico que ora se pretende introduzir no ordenamento jurídico brasileiro tem repercussões claramente negativas para a liberdade de expressão, o direito à memória, à cultura, à liberdade da manifestação do pensamento, dentre outros direitos fundamentais, conforme atestado, por exemplo, por Frank La Rue, relator especial de liberdade de expressão da ONU (Organização das Nações Unidas).

O primeiro ponto que merece destaque é que o direito ao esquecimento não provém dos ramos tradicionais do direito. Ao contrário, trata-se de instituto criado de forma casuística, a partir decisões judiciais relativamente recentes. Seu objetivo originário é tido como um desdobramento à proteção de ofensas contra a "honra". Entretanto, nas últimas décadas, os principais países democráticos têm caminhado para a redução e até mesmo abolição dos chamados "crimes contra a honra". Isso ocorre a partir da constatação de que a proteção excessiva à "honra" necessariamente tem como efeito prático a coibição da liberdade de expressão.

Relatórios recentes de organizações internacionais demonstram que tem havido entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento um esforço de se mitigar a excessiva proteção à honra, justamente por conta dos nocivos efeitos colaterais sobre a liberdade de expressão. Esses esforços abrangem inclusive países do continente africano que lutam pelo estabelecimento da democracia e enxergam que a punição de crimes relativos à proteção da honra (tais como calúnias, injúria e difamação) são um obstáculo à realização do direito à liberdade de expressão. Além disso, dê-se como exemplo o caso da Itália, onde a última condenação por conta de crime de "insulto" ocorreu em 1950 e a posição

gethi



CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

dos tribunais locais tem sido majoritariamente de repelir condenações nesse sentido².

Apesar desse esforço dos países democráticos em reduzir o alcance e o escopo da punição aos "crimes contra a honra" no Brasil o caminho vem sendo trilhado em sentido contrário. Há diversos projetos de lei em análise no Congresso Nacional cuja intenção é aumentar a punição para crimes dessa natureza, até mesmo duplicando suas penas. Este é o caso do PL 1589/2015, em comento neste relatório.

Desse modo, a análise do direito ao esquecimento deve ser feita à luz da constatação de que **quanto maior é a coibição e sancionamento dos crimes contra a honra, menor é o espaço para a liberdade de expressão** e maior é a possibilidade de abuso desse direito como forma de se calar críticos e adversários.

Antes de se passar à análise técnica dos projetos de lei, vale também citar o pensamento do advogado Eduardo Berton, notório defensor de direitos fundamentais na Argentina. Ele escreveu o artigo chamado "O Direito ao Esquecimento é Um Insulto à História da América Latina". Em suas palavras:

"O nome [desse suposto direito] é em si uma afronta à América Latina. Em vez de promover esse tipo de apagamento, temos passado as última décadas em busca da verdade com relação ao que se passou nos anos escuros das ditaduras militares ... Se aqueles que estão envolvidos em violações massivas de direitos humanos pudessem pedir a buscadores como Google, Yahoo ou

² Ver a esse respeito: PEN INTERNATIONAL, DEFAMATION AND 'INSULT': WRITERS REACT e (Difamação e Insulto: Os Escritores Reagem); e Insult Laws: An Insult to Press Freed (Leis contra Insultos: Um Insulto à Liberdade de Imprensa). Disponíveis respectivamente em <http://pen-international.org/wpcontent/uploads/2011/10/DefamationEurope.pdf> e <http://www.wpfc.org/site/docs/pdf/Insult%20Laws-Text.PDF>.



CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

qualquer outro para tornar informações inacessíveis, alegando, por exemplo, que a informação é datada, isso seria um enorme insulto à história (para dizer o mínimo)³.

Dito isso, passa-se à análise técnica dos respectivos projetos de lei.

2) Análise técnica dos projetos de lei sobre direito esquecimento no Brasil

O Substitutivo aos Projetos de Lei nº 215, 1.547 e 1.589/2015, em seu artigo 12, dispõe que "o indivíduo ou o seu representante legal poderá requerer **judicialmente**, a qualquer momento, a indisponibilização de conteúdo que ligue seu nome ou sua **imagem** a crime de que tenha sido absolvido, com trânsito em julgado, ou a **fato calunioso, difamatório ou injurioso**." Esse texto seria acrescido à atual redação do artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12965/2014).

O Marco Civil da Internet, em seu artigo, 19, consagra duas importantes conquistas para a preservação da liberdade de expressão na Internet, ao mesmo tempo em que confere proteção contra conteúdos ilícitos. De início, ele afirma que a **instância legítima para decidir sobre a ilicitude de conteúdos disponibilizado online não é a empresa que explora a plataforma, mas sim o Poder Judiciário**. Esse passo é essencial para a preservação de direitos fundamentais, como o direito à honra, à imagem e à privacidade, na medida em que as ofensas a tais direitos podem ser natureza subjetiva, complexa, demandando assim a análise judicial para que se possa afirmar sobre a sua ilicitude.

As duas exceções a essa regra, constantes do Marco Civil, são a veiculação de conteúdos relacionados à chamada pornografia de vingança, que gera o dever do provedor remover o conteúdo após receber uma notificação indicando o

³ http://www.huffingtonpost.com/eduardo-bertoni/the-right-to-be-forgotten_b_5870664.html



CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

conteúdo ofensivo, e a violação de direitos autorais, que adotará o regime disposto na legislação específica. A razão para essas exceções é que, ao contrário de ofensas que possuem caráter eminentemente subjetivo, violação de direitos autorais e pornografia de vingança são elementos absolutamente objetivos. O Conselho de Comunicação Social já decidiu a respeito do tema em parecer que trata sobre o "direito de resposta", no qual pronunciou-se da seguinte forma: A "ofensa, como sabido, é um juízo de valor subjetivo". E desse modo, deve ser tratada com grande cautela, para que não sirva de alavanca para cerceamento da liberdade de expressão e de manifestação de pensamento.

A segunda conquista decorrente do artigo 19 do Marco Civil é a garantia de que **o Poder Judiciário pode ordenar a indisponibilização de qualquer conteúdo online, sendo os provedores responsabilizados caso venham a descumprir a ordem judicial.** Essa solução recebeu elogios internacionais de grande relevância, como o relator da ONU sobre liberdade de expressão, Frank La Rue, que apontou o Marco Civil da Internet como uma lei que propicia o balanceamento correto entre a preservação de liberdades na rede e a necessidade de se identificar e coibir atos ilícitos.

Recebeu elogios também de Sir Tim-Berners Lee, fundador da World Wide Web. A respeito desse equilíbrio estabelecido, ele disse que o Marco Civil é "**um excelente exemplo de como governos podem ter um papel positivo em avançar os direitos na web e manter a internet aberta**".

Dessa forma, inserir no texto já consagrado do Marco Civil da Internet uma provisão adicional sobre a remoção de conteúdo envolvendo decisões que resultaram em absolvição, transitadas em julgado por mais de cinco anos, ou mesmo fatos caluniosos, difamatórios e injuriosos, de início **não acrescenta**

⁴ http://www.huffingtonpost.com/tim-bernerslee/internet-magna-carta_b_5274261.html

gati



CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

nada com relação ao que já está garantido no artigo 19 da Lei nº 12.965/2014. Ao contrário, polui o texto atual do Marco Civil com uma enorme dose de subjetividade, que levará a incertezas jurídicas e ao fomento a decisões nocivas para a liberdade de expressão.

Vale ressaltar que o próprio texto do Marco Civil já possui hoje um modelo balanceado para a coibição de ofensas na internet. Por exemplo, ele já prevê a possibilidade de indisponibilização de conteúdos através da concessão de liminares. E mais ainda, atribui competência aos juizados especiais para decidirem a respeito dessas ações, o que facilita a qualquer cidadão a reparação, quando necessária. Fica claro, assim, que ir além desse sistema criará um desequilíbrio legislativo cujo único efetivo será restringir a liberdade de expressão.

Por outro lado, caso o PL nº 1589/2014 seja aprovado conforme prevê o Substitutivo, seria aberto um precedente perigoso ao inaugurar o elenco de situações típicas que começariam a ser inseridas debaixo da cláusula de responsabilidade e de remoção de conteúdo do Marco Civil da Internet. Qual o sentido de se inserir novos parágrafos se o seu conteúdo já está alcançado com a simples leitura do caput do artigo 19, que de forma abrangente se aplica a todo tipo de conteúdo?

Fica claro, então, que a proposta dos referidos PLs é uma tentativa de se positivar na legislação brasileira o chamado "direito ao esquecimento". Esse parece ser o entendimento que se retira da leitura da Exposição de Motivos do referido projeto. Todavia, vale alertar que a forma pela qual se pretende então introduzir o tema no contexto da atual redação do projeto de lei não apenas (i) não guarda qualquer relação com o que vem sendo debatido debaixo do rótulo "direito ao esquecimento", por exemplo, nos países Europeus, em decorrência de decisão da Corte Europeia de Justiça; como (ii) também não

Assinatura manuscrita em tinta preta.



CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

explora as complexas peculiaridades relacionadas à aplicação do mencionado instituto.

A esse respeito, vale notar que o relator do presente parecer, Conselheiro Ronaldo Lemos, foi chamado pela Unesco para proferir manifestação oficial em Paris junto ao órgão com relação aos contornos do direito esquecimento na Europa⁵. A esse respeito, assim manifestou:

"O direito ao esquecimento não é um instituto jurídico reconhecido pelo direito internacional. Ele emerge apenas de alguns casos judiciais específicos e diversos problemas emergem a partir deles, como por exemplo, da decisão formulada Corte Europeia de Justiça. Por ele, cria-se uma espécie de "censura privada". Provedores de serviços na internet se tornam juizes de quais informações deverão permanecer ou não disponíveis. Além disso, esse direito vale-se de palavras vagas, altamente subjetivas, para determinar sua concretização".

Aqui é importante esclarecer que a decisão da Corte Europeia de Justiça reconheceu o direito de pedir a remoção de referências a dados legitimamente publicados dos resultados das ferramentas de busca, e não a remoção da informação da Internet como um todo, conforme parece indicar o texto do Projeto de Lei. A decisão apenas reconheceu um direito a omitir dados dos índices de pesquisa de buscadores na Internet. Assim mesmo, só em relação à busca pessoal, i.e. feita com o nome da pessoa. Dessa forma, por exemplo, no caso europeu, uma busca com o nome do cidadão espanhol que deu origem ao caso mais relevante sobre o direito esquecimento, "Mario Costeja", não mostraria o link para a matéria do jornal que alegadamente causava danos à sua imagem, mas uma busca com outros parâmetros como "débitos relativos a imóveis na

⁵ Ver <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002301/230176E.pdf>



CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

Espanha" ou quaisquer outros termos, levariam à informação que permanece normalmente *online*.

Com isso, fica claro que mesmo nos contornos da decisão da Corte de Justiça Europeia que tratou do direito ao esquecimento, não se admite a supressão de informações, que permanecem online e apenas indisponibilizadas no caso de buscas específicas.

É verdade que ainda assim há uma série de problemas relacionados à própria neutralidade da rede, acesso igualitário a informações e o direito a ter resultados de busca imparciais com base em todos os dados legitimamente publicados na web que podem suscitar críticas a essa escolha realizada na Europa. Mas, de todo modo, **é essencial ressaltar que essa decisão foi especificamente dirigida aos resultados mostrados por ferramentas de busca e não à plataforma da publicação original.**

Também é importante esclarecer que, mesmo com relação à remoção dos resultados de busca, a Corte reconheceu que tal direito não é absoluto e deve ser sopesado com o interesse público no acesso àquela informação. A corte expressamente diz que os links deverão permanecer nos resultados se especiais circunstâncias do caso, **como o papel exercido pela pessoa na vida pública**, parecerem justificar uma restrição dos direitos individuais em nome do interesse público no acesso àquelas informações como resultado da busca relacionada ao nome da pessoa.

Esse princípio leva, de pronto, à **necessidade de se excetuar pessoas públicas, especialmente aquelas que exercem cargos políticos, de qualquer benefício com relação a um suposto direito ao esquecimento.** Desse modo, a decisão da Corte Europeia foi clara ao determinar que pessoas que exercem vida pública ficam excluídas dos contornos da proteção subjetiva, uma vez que são objeto do escrutínio e da transparência na esfera pública.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com o nome 'Gethi' e uma inicial 'D'.



CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

O tema "direito ao esquecimento" é complexo e continuará a ser discutido no futuro. Na visão deste Conselho, cabe incentivar o reforço a boas práticas para que empresas e demais instituições envolvidas na disponibilização de informações na internet e nos meios de comunicação social criem mecanismos de encadeamento histórico de modo a contextualizar temporalmente quando uma informação é publicada.

Cabe enfim notar que o chamado direito ao esquecimento tem diversas nuances. Mesmo no Brasil, a partir do caso decidido pelo STJ relacionado à Chacina da Candelária, esse direito relaciona-se à prerrogativa de não ter o passado remexido e os fatos reavivados. Isso é muito diferente de um pretensão de se apagar bancos de dados ou indexadores informações sobre fatos indesejáveis (ou mesmo sobre decisões judiciais em que tenha havido absolvição).

Nessa linha foi desenvolvida a jurisprudência na Alemanha. Em 2009 a Corte Federal, tendo diante de si casos sobre a aplicação do direito à privacidade e ao esquecimento ao ambiente da Internet, fez uma análise em que estabeleceu alguns parâmetros. Com base no nível de interferência causado na vida da pessoa, a Corte entendeu que a existência de arquivos de notícias online é legal e legítima, contanto que esteja claro que se trata de notícia ultrapassada e não seja dada uma nova roupagem àquela notícia, recontando a história. **"A facilidade do acesso a notícias velhas e ultrapassadas em virtude da existência de ferramentas de busca online não constitui em si razão suficiente para eliminar a nossa memória histórica"**. Contanto que seja deixado ao leitor o papel de buscar ativamente a informação, não há problema: o direito à honra não é infringido.

Num contexto sócio-político como o brasileiro, com a superação do regime militar e o duro processo de atuação das diversas Comissões da Verdade, não parece

Assinatura manuscrita em tinta preta.



CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

convir que a luta para a construção de um direito à memória seja turbada justamente nesse momento pela construção como regra de um desproporcional direito ao esquecimento, assim como posiciona-se o advogado argentino Eduardo Bertoni acima citado.

Conforme já decidiu este Conselho de Comunicação Social quando tratou do caso do direito de realização de obras biográficas sem a necessidade de autorização prévia do biógrafo:

"ressalta-se que a melhor reação a um discurso ou relato considerado problemático é a resposta a ele na esfera pública. Em vez de supressão ou tolhimento, mais discursos, mais versões, mais contraditório. Essa é a praxe saudável de uma sociedade que se governa sob um Estado Democrático de Direito."

3) Recomendações e Parecer do Conselho de Comunicação Social

Em face dos elementos apresentados acima, depreende-se:

- i) O chamado "direito ao esquecimento" não é doutrina jurídica com raízes históricas, mas sim, emerge de situações casuísticas, notadamente, decisão recente da Corte Europeia de Justiça que tratou do caso;
- ii) Mesmo na decisão Europeia, fica claro que em nenhuma hipótese há a supressão ou apagamento de conteúdos;
- iii) Os projetos de lei que visam estabelecer o direito ao esquecimento no Brasil permitem o apagamento de informações da internet e de meios de comunicação e utilizam termos vagos para promover esse apagamento;

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma segunda assinatura ou rubrica logo abaixo.



CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

iv) Diferente da decisão da Corte Europeia de Justiça, os projetos de lei brasileiros não criam exceção a sua aplicação para personalidades que exercem vida pública, que no caso europeu, são expressamente excluídos da abrangência do "direito ao esquecimento";

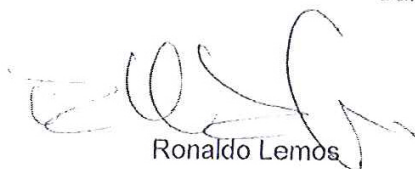
v) Conforme decisão já firmada pelo Conselho de Comunicação Social: "ofensa é um juízo de valor subjetivo", de modo que seu tratamento deve ser feito com grande cautela para se evitar o surgimento de arbitrariedades;

vi) O Conselho de Comunicação Social também já se manifestou contrariamente à supressão de conteúdos quando apreciou o direito à realização de biografias, afirmando por unanimidade que *"a melhor reação a um discurso ou relato considerado problemático é a resposta a ele na esfera pública. Em vez de supressão ou tolhimento, mais discursos, mais versões, mais contraditório. Essa é a praxe saudável de uma sociedade que se governa sob um Estado Democrático de Direito"*.

Pelas razões acima, o parecer do Conselho de Comunicação Social é pela rejeição integral dos Projetos de Lei nºs 7881/2014 e 1676/2015 e, com relação ao PL 1589/2015 e outros apensados ao PL 215/2015, pela rejeição integral dos artigos 10 e 11 do projeto e todos e quaisquer dispositivos que tratem do "Direito ao Esquecimento", conforme definido no presente relatório.

Esse é nosso parecer.

Sala das Comissões, 05 de outubro de 2015.


Ronaldo Lemos

Walter Vieira Ceneviva


Celso Augusto Schröder



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – CCS
LISTA DE VOTAÇÃO

Item: PARERECER Nº 1/2015

Reunião: 4ª Reunião Ordinária do CCS

Data: 5 de outubro de 2015 (segunda-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

Presidente: MIGUEL ÂNGELO CANÇADO
Vice-Presidente: RONALDO LEMOS

TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio		PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	
JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA Representante das empresas de televisão		MÁRCIO NOVAES	
MARCELO RECH Representante de empresas da imprensa escrita		VAGO	
ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		LILIANA NAKONECHNYJ	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		MARIA JOSÉ BRAGA	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		ANTÔNIO CORTIZO	
SYDNEY SANCHES Representante da categoria profissional dos artistas		JORGE COUTINHO	
PEDRO PABLO LAZZARINI Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		LUIZ ANTONIO GERACE	
RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil		PATRÍCIA BLANCO	
MIGUEL ÂNGELO CANÇADO Representante da sociedade civil		ISMAR DE OLIVEIRA SOARES	
MARCELO CORDEIRO Representante da sociedade civil		VAGO	
HENRIQUE EDUARDO ALVES Representante da sociedade civil		ALDO REBELO	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		DAVI EMERICH	

VISTO: em 5 de outubro de 2015.

Presidente



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 47

05/10/2015

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu acolho a proposta, se não houver objeção, e peço à assessoria que encaminhe expediente agradecendo ao presidente do Palavra Aberta pela gentileza de nos ter encaminhado esse material. É a própria Dr^a Patrícia, para que fique registrado nos anais de lá.

Não havendo mais nada e tendo cumprido as finalidades desta nossa 4ª Reunião, agradeço a presença de todos e desejo que tenham um bom regresso aos seus lares.

Muito boa-tarde. Um forte abraço a todos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 16 horas e 49 minutos.)



CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

ATA DA 134ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DA SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE

Às nove horas e quarenta minutos do dia dois de setembro do ano de dois mil e quinze, no Gabinete da Primeira Vice-Presidência do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão da Secretaria Integrada de Saúde. Presentes a Diretora-Geral Ilana Trombka, Vice-Presidente do Conselho de Supervisão; os senhores conselheiros Rodrigo Martins Brum, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP; Gustavo Korst Fagundes, Diretor da Secretaria Integrada de Saúde - SIS; Edward Cattete Pinheiro Filho e Sérgio Roberto Verch Harger, representantes dos servidores ativos; Cantidio Lima Vieira e Alberto Moreira de Vasconcellos, representantes dos servidores inativos. Na qualidade de Secretário, o senhor Diretor-Adjunto da SIS, Kairala José Kairala Filho. Presentes também o senhor Humberto Lucena Pereira da Fonseca, Diretor-Geral Adjunto de Contratações; o senhor Yulo Sasaki, da Primeira Vice-Presidência; e a senhora Carla Peixoto Valladares, Chefe do Gabinete Administrativo da SIS - GBSIS. A Diretora-Geral Ilana Trombka, assumiu a presidência e deu início aos trabalhos. Item I) Revisão do rol de medicamentos cobertos pela Instrução Normativa nº 3, de 2014. Aprovada a Instrução Normativa nº 7, de 2015, em anexo, que revoga a Instrução Normativa nº 3, de 2014. O Conselho solicitou ao Serviço de Perícia Médica da SIS um estudo sobre a possível ampliação da cobertura para doenças não previstas na referida norma. Item II) Discussão da Instrução Normativa sobre Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME). Sobrestado. Solicitada a apresentação de nova proposta. Item III) Documento 00100.112039/2015-35 - Beneficiário requer cobertura de medicamento para osteoporose. Indeferido, nos termos da Instrução Normativa nº 3, de 2014. Item IV) Documento 00100.112976/2015-91 - Aluguel de aparelho para beneficiário em internação domiciliar. Processo distribuído para relatoria do Conselheiro Sérgio. O Conselho deliberou pela supressão do item da tabela do Anexo I da Instrução Normativa nº 1, de 2014, que prevê aluguel do aparelho BIPAP/mensal no valor de R\$ 90,00. Extrapauta I) O Conselho solicita à SIS a elaboração e apresentação de relatórios de contra-auditorias realizadas sobre as contas apresentadas pelo Saúde Caixa. Extrapauta II) Beneficiário questiona cobertura de procedimento cirúrgico a ser realizado no Hospital Israelita Albert Einstein. A SIS deverá fornecer informações acerca das normas de cobertura em hospitais de notória especialidade, nos termos do art. 34 da Resolução nº 35, de 2012, bem como da autorização excepcional para os casos de controvérsia em cirurgia de coluna, deferida na 131ª Reunião Ordinária, esclarecendo que se trata de uma opção do beneficiário submeter-se ao atendimento nessas instituições. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão da Secretaria Integrada de Saúde, às onze horas e quinze minutos dodadiados de setembro do ano de dois mil e quinze, e, para constar, eu, Kairala José Kairala Filho, na condição de Secretário da presente reunião do Conselho de Supervisão da SIS, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pela Senhora Vice-presidente e demais conselheiros presentes à reunião. Gabinete da Primeira Vice-presidência do Senado Federal, em 02 de setembro de 2015.

Ilana Trombka, Vice-Presidente, no exercício da Presidência - **Alberto Moreira de Vasconcelos** - **Cantidio Lima Vieira** - **Edward Cattete Pinheiro Filho** - **Gustavo Korst Fagundes** - **Rodrigo Martins Brum** - **Sérgio Roberto Verch Harger**, Conselheiros.

ANEXO



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5520BC96000BA6C1.

<http://intra.senado.gov.br/guiaserv/basf/atoFormatado.aspx?ca=121>; CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, de 2015,
DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

Regulamenta a assistência farmacêutica em tratamentos especiais realizados fora do ambiente hospitalar.

O CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 56 do Regulamento do Sistema Integrado de Saúde - SIS, aprovado pela Resolução nº 35, de 15 de agosto de 2012 e tendo em vista a decisão deste Conselho na 134ª Reunião Ordinária, realizada em 02 de setembro de 2015, RESOLVE:

Art. 1º O Sistema Integrado de Saúde (SIS) prestará a seus beneficiários assistência para a aquisição de medicamentos utilizados em tratamento especiais realizados fora do ambiente hospitalar, nas modalidades domiciliar ou ambulatorial, desde que registrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, por meio de reembolso ou emissão de guia, conforme estabelecido na presente instrução normativa.

Parágrafo único. A assistência farmacêutica de que trata esta instrução normativa depende de prévia autorização da perícia médica da Secretaria Integrada de Saúde, que terá validade máxima de até 12 (doze) meses consecutivos.

Art. 2º Haverá emissão de guia para a rede credenciada autorizando o fornecimento ou a administração dos medicamentos abaixo relacionados, quando comercializados exclusivamente a pessoas jurídicas ou de administração parenteral:

I - antineoplásicos, desde que utilizados no tratamento de câncer, bem como medicamentos utilizados no tratamento ou profilaxia relacionados aos sintomas do câncer ou dos efeitos adversos do tratamento antineoplásico;

II - antirretrovirais utilizados no tratamento da Infecção pelo HIV, desde que indisponíveis no Programa Nacional de Atenção ao Portador do vírus do HIV;

III - eritropoetina, desde que utilizada no tratamento das anemias relacionadas à insuficiência renal crônica, e outros medicamentos relacionados à insuficiência renal, desde que administrados durante as sessões de diálise;

IV - antivirais e imunomoduladores, desde que utilizados no tratamento de hepatites virais;

V - imunossuppressores ou imunomoduladores, desde que utilizados no tratamento de doenças autoimunes ou asma refratária, de difícil controle;

VI - toxina botulínica, desde que utilizada para o tratamento de doenças neurológicas incapacitantes;

VII - medicamentos de aplicação intra-articular para visco-suplementação, desde que utilizados para o tratamento de osteoartrite de joelho, após falha no tratamento com anti-inflamatórios não esteroidais orais e corticoides intra-articulares;

VIII - antimicrobianos de alto custo.

IX - dispositivo intrauterino hormonal e não hormonal.

Parágrafo único. A emissão de guia para a rede credenciada autorizando o fornecimento ou a administração dos medicamentos descritos no inciso I independe de os mesmos serem comercializados exclusivamente a pessoas jurídicas ou de suas vias de



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5520BC96000BA6C1.

[tp://intra.senado.gov.br/guiaserv/basf/atoFormatado.aspx?ca=121](http://intra.senado.gov.br/guiaserv/basf/atoFormatado.aspx?ca=121). CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal

00100.158818/2015-87 - 00100.158845/2015-50

administração.

Art. 3º É facultado ao beneficiário utilizar a assistência farmacêutica na modalidade livre escolha, caso opte por instituição ou profissional não credenciado.

Art. 4º As despesas realizadas com os medicamentos abaixo arrolados, comercializados à pessoa natural e de uso domiciliar, poderão ser reembolsadas, desde que enquadrados como de alto custo:

I - medicamentos utilizados no tratamento do Mal de Alzheimer;

II - medicamentos utilizados no tratamento da Doença de Parkinson;

III - hormônio utilizado no tratamento de distúrbios do crescimento;

IV - medicamentos enumerados no art. 2º.

§ 1º Considera-se de alto custo o medicamento que, individualmente, gere despesa mensal com o tratamento superior ao salário mínimo vigente na data da compra, conforme posologia prescrita e respeitados os menores valores previstos no art. 7º.

§ 2º As despesas com medicamentos descritos no inciso I do art. 2º são reembolsáveis independentemente do valor.

Art. 5º Todas as indicações referidas nos artigos 2º e 4º deverão estar previstas na bula do próprio medicamento, ou deverão ser apresentados pelo médico assistente trabalhos científicos indexados que justifiquem a indicação, respeitados os princípios da medicina baseada em evidências.

Art. 6º No caso da emissão de guia à rede credenciada, a participação do beneficiário seguirá as regras gerais de participação previstas no Regulamento do SIS e nas normas emanadas deste Conselho.

Art. 7º O reembolso previsto no art. 4º, na modalidade livre escolha, corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do menor dos seguintes valores: o constante da nota fiscal de compra ou o Preço Máximo ao Consumidor - PMC do Guia Brasíndice de Medicamentos, referente à região em que reside o beneficiário.

Art. 8º Para habilitar-se à assistência farmacêutica na modalidade livre escolha, o beneficiário titular ou seu representante legal protocolizará na Secretaria do SIS os seguintes documentos:

I - requerimento pessoal;

II - relatório médico circunstanciado original com o diagnóstico detalhado da patologia identificada, evolução do tratamento, com identificação do código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID);

III - prescrição do medicamento pelo médico assistente, contendo a dosagem ou concentração, a forma farmacêutica, a posologia, a via de administração, quantidade mensal, semanal ou diária necessária e previsão do tempo de utilização.

§ 1º A critério do Serviço de Perícia Médica - SEPEME, poderão ser solicitados, ainda, perícia presencial e exames complementares.

§ 2º É dispensado ao beneficiário apresentar o documento descrito no inciso III, desde que todas as informações pertinentes à prescrição do medicamento se encontrem detalhadas



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5520BC96000BA6C1.

<http://intra.senado.gov.br/guiaserv/basf/atoFormatado.aspx?ca=121>. CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

no documento citado no inciso II.

Art. 9º O SEPEME deliberará sobre o requerimento no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de protocolização.

Art. 10. O pedido de reembolso, com a indicação dos números da conta corrente do beneficiário-titular e da agência bancária em que o beneficiário-titular recebe os seus vencimentos ou proventos, será protocolizado na Secretaria Integrada de Saúde, juntamente com os seguintes documentos:

I - receita médica original emitida em nome do beneficiário que utilizará o medicamento, de forma legível, sem emenda ou rasura, datada, assinada e carimbada pelo médico assistente, contendo o número e inscrição no respectivo Conselho Regional de Medicina - CRM, com a descrição do medicamento, dosagem e quantidade prescrita;

II - documento fiscal original, legível, sem emenda ou rasura, emitida em nome do beneficiário-titular ou seu beneficiário-dependente e com data não anterior a 60 (sessenta) dias corridos contados da data do protocolo do SIS.

§ 1º O documento fiscal citado no inciso II deverá ter data de emissão posterior à data de protocolo para habilitação à assistência farmacêutica descrita no artigo 8º.

§ 2º É dispensado ao beneficiário apresentar o documento descrito no inciso I, desde que esse tenha sido protocolado na solicitação para habilitação à assistência farmacêutica, conforme descrito no artigo 8º, excetuando-se a prescrição de medicamento sujeito a controle especial, segundo Portaria MS n.º 344, de 12 de maio de 1998, e a prescrição de antimicrobiano, segundo Resolução RDC n.º 20, de 5 de maio de 2011, cuja apresentação de via aviada pela farmácia se fará sempre necessária.

§ 3º O reembolso autorizado pela Coordenação de Fiscalização e Controle/SEPEME será efetivado por meio de depósito na conta do beneficiário titular.

Art. 11. O rol de cobertura da assistência farmacêutica deverá ser revisto periodicamente, no mínimo, a cada 2 (dois) anos, podendo ser atualizado a qualquer tempo, a critério do Conselho de Supervisão do SIS.

Art. 12. Revoga-se a Instrução Normativa nº 3, de 2014, do Conselho de Supervisão do SIS.

Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Jorge Viana, 1º Vice-presidente do Senado Federal, Presidente do Conselho de Supervisão do SIS - **Ilana Trombka**, Vice-presidente do Conselho de Supervisão do SIS.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original n.º: [5859 Seção 2, de 08/10/2015](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5520BC96000BA6C1.

<http://intra.senado.gov.br/guiaserv/basf/atoFormatado.aspx?ca=121>. CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

ATA DA 135ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DA SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE

Às nove horas e quarenta minutos do dia sete de outubro do ano de dois mil e quinze, no Gabinete da Primeira Vice-Presidência do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão da Secretaria Integrada de Saúde. Presentes a Diretora-Geral Ilana Trombka, Vice-Presidente do Conselho de Supervisão; os senhores conselheiros Rodrigo Martins Brum, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP; Olivan Duarte de Almeida, Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN; Edward Cattete Pinheiro Filho e Sérgio Roberto Verch Harger, representantes dos servidores ativos; Cantídio Lima Vieira e Alberto Moreira de Vasconcellos, representantes dos servidores inativos. Na qualidade de Secretário, o senhor Diretor-Adjunto da SIS, Kairala José Kairala Filho. Presentes também o senhor Humberto Lucena Pereira da Fonseca, Diretor-Geral Adjunto de Contratações; o senhor Yulo Sasaki, da Primeira Vice-Presidência; e a senhora Carla Peixoto Valladares, Chefe do Gabinete Administrativo da SIS - GBSIS. A Diretora-Geral Ilana Trombka, assumiu a presidência e deu início aos trabalhos. Extrapauta I) Processo nº 00200. 005088/2015-94 - Prestação de contas do Fundo de Reserva do SIS, exercício 2014. O Conselheiro Olivan encaminhará aos demais, para análise prévia, o parecer final de sua relatoria, ficando a deliberação sobrestada para a próxima reunião. Extrapauta II) Renovação do Convênio 008/2012, celebrado entre o Senado Federal e Caixa Econômica Federal - Novos custos administrativos com pessoal, infraestrutura, emissão de cartões magnéticos e auditoria técnica. O Conselho solicita ao Saúde Caixa o envio de esclarecimentos sobre os reajustes propostos, bem como os índices utilizados em seu cálculo, a fim de subsidiar a deliberação acerca do aditamento ao convênio em reunião extraordinária, a ser realizada dentro de duas semanas. O Conselho solicita também a apresentação dos relatórios das auditorias técnicas realizadas pelo Saúde Caixa em guias e faturas de beneficiários do Senado Federal, nos termos do Convênio nº 008/2012, cláusula quinta. Item I) Processo 00200.013284/2015-32 - Apresentação de parecer da ADVOSF sobre a aprovação de pacotes propostos pelos hospitais de notória especialidade que incluem a cobrança de honorários médicos. A ADVOSF esclareceu que não há óbice jurídico à alteração contratual para inclusão da cobertura de honorários médicos, desde que feita por meio de Termo Aditivo ao Contrato de Credenciamento, submetido ao Conselho de Supervisão. Para análise do impacto financeiro do aditamento, foi solicitada à Coordenação de Fiscalização e Controle (COFISC) a apresentação de estudo comparativo entre os valores pagos atualmente pelos procedimentos em questão e os valores propostos nos pacotes que incluem os honorários médicos, especificando, em cada procedimento, se haverá, além da alteração da forma de cobrança, algum incremento de cobertura. Item II) Discussão do referencial de reajuste de honorários médicos proposto em reunião entre a Comissão de Relacionamento com o Mercado e a [Associação dos Médicos de Hospitais Privados do DF](#). O Conselho aprova, para fins de ressarcimento, a tabela de reajuste de honorários médicos anexa a esta ata, com base nos índices de 5% e 8,68% propostos pela Comissão de Relacionamento com o Mercado da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde. Item III) Requerimento de prorrogação do prazo dos trabalhos da comissão designada na 132ª Reunião Ordinária para análise das receitas e despesas do SIS. O Conselho autoriza a prorrogação por 30 dias do prazo para apresentação e discussão dos resultados do trabalho da referida comissão. Item IV) Documento 00100.112976/2015-91 - Aluguel de aparelho para beneficiário em internação domiciliar - Apresentação de relatoria do Conselheiro Sérgio Harger. Seguindo o parecer do relator, o Conselho deliberou pelo indeferimento do pedido, considerando ainda a informação



Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal

00100.158818/2015-87 - 00100.158862/2015-97

apresentada pela COFISC sobre o valor reembolsado ao beneficiário mensalmente pela SIS, referente à cobertura de sua internação domiciliar. Item V) Documento 00100.123464/2015-50 - Beneficiário requer autorização prévia para reembolso de compra de aparelho CPAP. Indeferido, nos termos da Resolução nº 35, de 2012, artigo 38, inciso XI. Item VI) Processo 00200.007021/2015-94 / Documento 00100.135419/2015-48 - Beneficiária solicita autorização integral de materiais especiais solicitados pelo profissional assistente para cirurgia ortognática. Processo distribuído para relatoria do Conselheiro Cantídio. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão da Secretaria Integrada de Saúde, às onze horas e cinco minutos dodiasete de outubro do ano de dois mil e quinze, e, para constar, eu, Kairala José Kairala Filho, na condição de Secretário da presente reunião do Conselho de Supervisão da SIS, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pela Senhora Vice-presidente e demais conselheiros presentes à reunião. Gabinete da Primeira Vice-presidência do Senado Federal, em 07 de outubro de 2015.

Ilana Trombka, Vice-Presidente, no exercício da Presidência - **Alberto Moreira de Vasconcellos** - **Cantidio Lima Vieira** - **Edward Cattete Pinheiro Filho** - **Olivan Duarte de Almeida** - **Rodrigo Martins Brum** - **Sérgio Roberto Verch Harger**, Conselheiros.

ANEXO - TABELA DE REAJUSTE

Consulta eletiva	R\$ 82,00
Consulta em Pronto-socorro	R\$ 76,00
Consulta em Pediatria e suas especialidades (eletiva e pronto socorro)	R\$ 120,00
Consulta em Psiquiatria, Geriatria, Endocrinologia, Reumatologia, Infectologia e Pneumologia	R\$ 109,00
Honorários médicos e COOPANEST (anestesistas)	8,68%
Consulta pré-anestésica (em consultório)	R\$ 77,42
Portes anestésicos referentes à Cirurgia Cardíaca	Não foi apresentada nova proposta
Honorário não médicos	8,68%
Demais códigos	Honorários - 8,68%
Medicina Laboratorial / Patologia Clínica	5%
Medicina Transfusional / Hemoterapia	
Genética	
Medicina Nuclear	
Métodos de Diagnóstico por Imagem / Radiodiagnóstico	
Tomografia Computadorizada	
Ressonância Magnética	
Radioterapia	

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [5867 Seção 2, de 21/10/2015](#)


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 65763955000BA6C4.

<http://intra.senado.gov.br/guiaserv/basf/atoFormatado.aspx?ca=121> · CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e um de outubro do ano de dois mil e quinze, no Gabinete da Primeira Vice-Presidência do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde. Presentes a Diretora-Geral Ilana Trombka, Vice-Presidente do Conselho de Supervisão; os senhores conselheiros Rodrigo Martins Brum, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP; Gustavo Korst Fagundes, Diretor da Secretaria Integrada de Saúde - SIS; Edward Cattete Pinheiro Filho, representante dos servidores ativos; e Cantídio Lima Vieira, representante dos servidores inativos. Na qualidade de Secretário, o senhor Diretor-Adjunto da SIS, Kairala José Kairala Filho. Presentes também o senhor Eduardo Torres, da Coordenação de Gestão Financeira da SIS - COGEFI; o senhor Yulo Sasaki, da Primeira Vice-Presidência; e a senhora Carla Peixoto Valladares, Chefe do Gabinete Administrativo da SIS - GBSIS. O Conselho aprovou a inversão da pauta. Item II) Apresentação do Painel Gerencial. O Coordenador da COGEFI, senhor Eduardo Torres, prestou esclarecimentos sobre o Painel Gerencial do SIS encaminhado mensalmente aos conselheiros, conforme determinação da Resolução no 35, de 2012, art. 57, inciso V. O Conselho solicitou à SIS o envio de comunicado aos beneficiários informando que os dados financeiros sobre receitas e despesas do plano de saúde encontram-se disponíveis na Intranet. Item I) Renovação do Convênio 008/2012, celebrado entre o Senado Federal e a Caixa Econômica Federal- Proposta de aditivo- Reajuste de custos administrativos. O Conselho deliberou, por maioria, pela aprovação da proposta de reajuste de custos administrativos enviada pelo Saúde Caixa por meio dos ofícios 227/2015 e 246/2015. Fica registrado o voto divergente do conselheiro Cantídio. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde, às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e um de outubro do ano de dois mil e quinze, e, para constar, eu, Kairala José Kairala Filho, na condição de Secretário presente reunião do Conselho de Supervisão do SIS, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pela Senhora Vice-presidente e demais conselheiros presentes à reunião. Gabinete da Primeira Vice-presidência do Senado Federal, em 21 de outubro de 2015.

Ilana Trombka, Vice-Presidente, no exercício da Presidência - **Cantídio Lima Vieira** - **Edward Cattete Pinheiro Filho** - **Gustavo Korst Fagundes** - **Rodrigo Martins Brum**, Conselheiros.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [5874 Seção 2, de 29/10/2015](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78799297000BA6BE.

[tp://intra.senado.gov.br/guiaserv/basf/atoFormatado.aspx?ca=121](http://intra.senado.gov.br/guiaserv/basf/atoFormatado.aspx?ca=121):CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



COMISSÃO DIRETORA

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 15, de 2015

Altera o Ato da Comissão Diretora nº 18 de 2014.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no inciso I do art. 98, do Regimento Interno e no art. 233, Parte II, do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 40 de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º O Ato da Comissão Diretora nº 18 de 2014 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º.....

Parágrafo único. Considera-se violação ao caput deste artigo a exibição de banners, cartazes, faixas e congêneres durante a reunião das Comissões."(NR)

"Art. 4º O acesso e a permanência no Plenário das Comissões Permanentes, Temporárias e Especiais deverão respeitar a quantidade de assentos disponíveis no local, vedada a permanência de pessoas em pé, ressalvados os servidores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados no estrito cumprimento de suas atribuições."(NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 3 de novembro de 2015. **Senador Renan Calheiros**, Presidente - **Senador Jorge Viana**, 1º Vice-Presidente - **Senador Vicentinho Alves**, 1º Secretário - **Senador João Alberto Souza**, 2º Suplente de Secretário - **Senador Elmano Férrer**, 3º Suplente de Secretário - **Senador Douglas Cintra**, 4º Suplente de Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [5877 Seção 2, de 05/11/2015](#)



Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal

00100.158818/2015-87 - 00100.158866/2015-75



PRIMEIRA SECRETARIA

ALTERAÇÃO DO ATO Nº 6/2015 DA PRIMEIRA-SECRETARIA**ATO DO 1º SECRETÁRIO Nº 8, de 2015**

Dá nova redação ao art. 2º do Ato do 1º Secretário nº 6, de 2015, para modificar sua data de vigência.

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º do Ato do 1º Secretário nº 6, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Este Ato entra em vigor em 1º de outubro de 2015".

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de setembro de 2015. Senador Vicentinho Alves, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [5847 Seção 2, de 22/09/2015](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1D953ED1000BA6C8.

<http://intra.senado.gov.br/guiaserv/basf/atoFormatado.aspx?ca=121> CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

DISPENSA/SUBSTITUIÇÃO

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 18, de 2015

Dispensa e substituição de servidores da composição da Comissão Permanente de Verificação de Acumulação de Cargos Públicos do Senado Federal, instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 18, de 2006.

O PRESIDENTE SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE dispensar o servidor **PEDRO LEONARDO TONACO ALEXANDRE**, matrícula 254750, da função de Secretário e membro da Comissão Permanente de Verificação de Acumulação de Cargos Públicos do Senado Federal, instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 18, de 2006, e substituir a membro **MÔNICA RODRIGUES SILVA**, matrícula 227666, pela servidora **SILDIA DE LELLICE DA SILVA MORAIS**, matrícula 45772.

Senado Federal, 7 de outubro de 2015. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [5859 Seção I, de 08/10/2015](#)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E9629C92000BA6C9.

[tp://intra.senado.gov.br/guiaserv/basf/atoFormatado.aspx?ca=121](http://intra.senado.gov.br/guiaserv/basf/atoFormatado.aspx?ca=121) CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
PMDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 19

PT-13 / PDT-6

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

PMDB - 18

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Ricardo Ferraço.	ES
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Sandra Braga.	AM
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lidice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfê Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10

PP-6 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Hélio José.	PSD / DF
Ivo Cassol.	PP / RO
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco de Apoio ao Governo.	19
PMDB.	18
Bloco Parlamentar da Oposição.	15
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
Bloco Parlamentar União e Força.	9
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (PMDB-ES)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (PMDB-AM)
Dário Berger** (PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 19 Líder Humberto Costa - PT (22,25) Vice-Líderes Acir Gurgacz (10,36) Walter Pinheiro (31,35,43) Telmário Mota (9,34,42,52) Regina Sousa (41) Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,25) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,51) Walter Pinheiro (31,35,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (38) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (10,36) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9,34,42,52)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 15 Líder Alvaro Dias - PSDB (20) Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Antonio Anastasia (46) Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (14) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (3) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 Líder Lídice da Mata - PSB (12,27) Vice-Líderes José Medeiros (13,16,28) Vanessa Grazziotin (21,24) Líder do PSB - 7 João Capiberibe (1,17) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45) Líder do PPS - 1 José Medeiros (13,16,28) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,24) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (26,29)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10 Líder Omar Aziz - PSD (18,54) Líder do PP - 6 Benedito de Lira (11,15,44,53) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (18,54) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (19)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (7,8) Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (7,8) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (6) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (5) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,4)	PMDB - 18
Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48) Vice-Líderes Hélio José (49) Paulo Rocha (32,51) Wellington Fagundes (50) Telmário Mota (9,34,42,52)		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
14. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
15. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

6) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

***. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).

3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).

4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha é designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman é designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

*** Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

**** Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

***** Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

***** Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

***** Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

***** Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***** Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

***** Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Caio César Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 22/12/2015

MEMBROS

Caio César Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Alexandre Sidnei Guimarães

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR ANALISAR O PLC Nº 168, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2015, que disciplina o processo e o julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial, que funcionará até a deliberação final da matéria nesta Casa.

Ato do Presidente nº 38, de 2015

MEMBROS

13) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Ricardo Vital de Almeida

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).
3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

15) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo, no prazo de 90 dias.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final prorrogado: 23/11/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP-RS)

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Senador José Serra (PSDB-SP)

Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)

Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)

Senador Omar Aziz (PSD-AM)

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)

Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA)

Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

** . O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

****. O Ato do Presidente nº 24, de 2015, prorroga por 90 dias o prazo de funcionamento da Comissão.

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 33033511

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

Prazo final prorrogado: 18/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,6)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(5,7)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

** Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

*****. Em 03.09.2015, lido o Requerimento nº 1.022, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 18 de dezembro de 2015.

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB).

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG).

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

6. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixa de compor a Comissão (Of. 192/2015-GLPSDB).

7. Em 04.11.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a Comissão (Of. 117/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldês - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 33034854/3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfé Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**.. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfé Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO ^(9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).

9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).

10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).

11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 14/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Reguffe (PDT-DF)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. VAGO ^(2,18)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽²⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador José Serra (PSDB-SP) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Reguffe (PDT-DF)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (PDT-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6.
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PSD-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PSD-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Hélio José (PSD-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PSD-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PSD-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ⁽¹⁰⁾	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**.. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 11h:30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 14/10/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Lindbergh Farias - PT/RJ
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilton Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
José Nunes - PSD/BA ⁽⁹⁾	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	VAGO
II. Saúde	VAGO
III. Educação e Cultura	VAGO
IV. Integração Nacional	VAGO
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	VAGO
VI. Desenvolvimento Urbano	VAGO
VII. Turismo	VAGO
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	VAGO
IX. Minas e Energia	VAGO
X. Esporte	VAGO
XI. Meio Ambiente	VAGO
XII. Fazenda e Planejamento	VAGO
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	VAGO
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	VAGO
XV. Defesa e Justiça	VAGO

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado José Airton Cirilo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nílto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PSD / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.

18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁽⁷⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - S/PARTIDO/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (9)	1. Rosângela Curado - MA (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocrm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS ^(3,13)
Danlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT ⁽¹¹⁾	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO ⁽¹¹⁾
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS ^(1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados**Eleição Geral:** 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



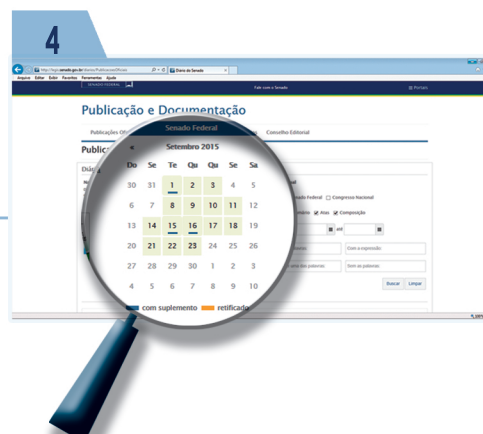
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

